

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VITOR ROLLIN PRUDÊNCIO

A REVOLUÇÃO MORA AO LADO:
A FACÇÃO MORENISTA DO TROTSKISMO BRASILEIRO E O ROMPIMENTO COM
O PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979-1992)

FLORIANÓPOLIS, SC

2021

VITOR ROLLIN PRUDÊNCIO

**A REVOLUÇÃO MORA AO LADO:
A FACÇÃO MORENISTA DO TROTSKISMO BRASILEIRO E O ROMPIMENTO COM
O PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979-1992)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

FLORIANÓPOLIS, SC

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

PRUDÊNCIO, Vitor Rollin

A revolução mora ao lado: : A facção morenista do trotskismo brasileiro e o rompimento com o partido dos trabalhadores (1979-1992) / Vitor Rollin PRUDÊNCIO. -- 2021.
168 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo LOHN

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Florianópolis, 2021.

1. Convergência Socialista. 2. Liga Internacional dos Trabalhadores. 3. Cultura Política. 4. História do Tempo Presente..
I. LOHN, Reinaldo Lindolfo. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. III. Título.

VITOR ROLLIN PRUDÊNCIO

A REVOLUÇÃO MORA AO LADO:

**A FACÇÃO MORENISTA DO TROTSKISMO BRASILEIRO E O ROMPIMENTO COM
O PARTIDO DOS TRABALHADORES (1979-1992)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre em História
pelo Programa de Pós-Graduação em História
do Centro de Ciências Humanas e da
Educação, da Universidade do Estado de Santa
Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn

Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Prof. Dr. Emerson César de Campos

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Caroline Jaques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 9 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à minha mãe, Eliana Rollin Prudêncio, e ao meu pai, Roberto Pedro Prudêncio Filho, pelo amor, carinho, compreensão e paciência durante o período de mestrado.

Em segundo lugar, à Ana Carolina de Souza Ostetto, minha companheira, pelo estímulo ao estudo e à vida acadêmica, pela paciência e por todo seu amor.

Em terceiro lugar, ao Victor Wolfgang Kegel Amal, Vitor Santos, Nicollas Souza, à Carolina Barbosa Morgan e ao Yuri Lueska, pelos anos de militância, relação de confiança e de elaborações coletivas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, um dos maiores intelectuais que tive a oportunidade de conhecer, por alterar a lente pela qual eu enxergava a realidade, pelas reflexões e pela paciência.

Aos membros da banca de mestrado Prof. Dr. Waldir José Rampinelli e Prof. Dr. Emerson César de Campos, pelas reflexões apresentadas a respeito da minha dissertação. À Profa. Dra. Caroline Jaques Cubas e Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva, pelas reflexões e críticas feitas na minha banca de qualificação.

Ao Enio Bucchioni e Waldo Mermellstein, veteranos do trotskismo brasileiro.

Ao Piter Kerscher, secretário do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, por ter me ajudado diversas vezes ao longo do curso.

Aos membros do Grupo de Estudos História, Cultura e Política, em especial, ao Hudson, Victor e Vinicius.

Ao Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação (PROMOP), da UDESC, pelo tempo em que tive a oportunidade de ser bolsista, período este que foi fundamental para o meu desenvolvimento enquanto pesquisador.

Por fim, gostaria de deixar registrado que, por mais que neste trabalho contenha um conjunto de críticas, a Convergência Socialista (SC) e a militância morenista merece todo o respeito. A CS foi reconhecida em 2013 oficialmente pelo Estado brasileiro por ter participado ativamente da luta contra a ditadura. Antes de terminar este trabalho assisti ao

depoimento dos militantes que foram indenizados pelo Estado e foi impossível conter a emoção. Este trabalho, acima de tudo, fala da vida de homens e mulheres que dedicaram o melhor de sua juventude para a militância e ajudaram a garantir uma vida muito melhor para as gerações subsequentes.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar os motivos que levaram a Convergência Socialista, corrente interna do Partido dos Trabalhadores (PT) até 1992, a optar por romper com este partido e fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). É no interior desse quadro abrangente, envolvendo o período entre 1979 e 1992, que este trabalho procura encontrar referências para contribuir para a escrita de uma história acerca da corrente morenista no interior do PT. Mesmo com pequena influência política, o agrupamento morenista faz parte da trajetória de um segmento destacado das forças políticas de esquerda no Brasil recente. Ao contrário de parte da historiografia trotskista que busca contar a história das “traições” de seus adversários, esta pesquisa tem como foco apresentar elementos para situar os morenistas no quadro político brasileiro. Trata-se de uma tradição política que abrigou e abriga personalidades políticas que já tiveram certa projeção ou relevância nacional e que já tiveram projeção eleitoral, mas que hoje foram relegadas ao esquecimento ou mudaram de posição. Ao longo desta dissertação será analisada a influência de agrupamentos de outros países e da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) – Quarta Internacional – na formação no processo de formação desse agrupamento no Brasil. Para atingir o escopo deste trabalho, foram analisados documentos da LIT, entre 1980 e 1991, e da Convergência Socialista, entre 1978 e 1991, bem como edições do jornal Convergência Socialista. Ao longo do trabalho serão exploradas as possibilidades de dialogar com a abordagem proposta pela noção de cultura política. Busca-se, assim, alinhar a discussão às possibilidades abertas pela renovação da história política, com o objetivo de explicar os comportamentos políticos no decorrer da história, sem cair no determinismo da sociologia marxista. Diante disso, buscou-se identificar elementos em que se nota como uma cultura política própria dentro do movimento Trotskista, que tem como base as elaborações do argentino Nahuel Moreno. Esses elementos constitutivos de uma cultura política morenista transcendem os limites e fronteiras dos estados nacionais, onde se percebe fortes influências do agrupamento morenista na Argentina ao longo de todo o processo de existência da corrente morenista no Brasil na formação de seus militantes e em suas tomadas de decisão política. Nos documentos da corrente morenista, é nítida a influência da alteração na percepção do tempo e seu processo de aceleração no desenvolvimento das elaborações ao longo da década de 1980, tendo como ápice os anos de 1989 e 1990, quando a corrente morenista considerou que a possibilidade de tomada do poder pelo proletariado era uma possibilidade imediata e simultânea em diversos lugares do mundo. Os documentos analisados nesta pesquisa foram elaborados entre os anos de 1979 e 1992. Por outro lado, compreende-se que a exploração do acervo contribuirá para o conhecimento de uma parte da história política do Brasil.

Palavras-chave: Convergência Socialista. Liga Internacional dos Trabalhadores. Cultura Política. História do Tempo Presente.

ABSTRACT

This work aims to analyze the reasons that led Socialist Convergence (Convergência Solialista), an internal current of Brazil's Workers' Party (Partido dos Trabalhadores - PT) until 1992, to choose to break up with this party and found the country's Unified Socialist Workers' Party (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU). It is within this comprehensive scenario, which encompasses the time frame between 1979 and 1992, that this work seeks to find references to contribute to the writing of a story about the Morenist current within the Workers' Party. Even with little political influence, the Morenist group is part of the trajectory of an important segment of the left political forces in recent Brazilian politics. Unlike part of the Trotskyist historiography that seeks to tell the story of the "betrayals" of its opponents, this research focuses on presenting elements to situate Morenists within the Brazilian political framework. It regards a political tradition that has harboured political personalities who have already had some national importance or relevance and who have already had electoral prominence, but who today have either been relegated to oblivion or changed their position. Throughout this dissertation, the influence of groups from other countries and the International Workers League (IWL) (Fourth International) will be investigated regarding the formation and the process of formation of this group in Brazil. To reach the scope of this work, an investigation was conducted on documents from the IWL, between 1980 and 1991, and from the Socialist Convergence, between 1978 and 1991, as well as on issues of the newspaper Convergência Socialista. In this work, the possibilities of dialoguing using the approach proposed by the notion of political culture will be explored. Thus, the aim is to align the discussion with the possibilities that arise from the renewal of political history, aiming to explain political behaviors throughout history, without falling into the determinism of part of Marxist sociology. In light of this, we sought to identify elements in which Morenism, which is based on the elaborations of the Argentine Nahuel Moreno, is seen as a political culture of its own within the Trotskyist movement. These constitutive elements of a Morenist political culture transcend the limits and boundaries of nation states, where strong influences of the Morenist group in Argentina are noted throughout the entire process of formation of the Morenist current in Brazil, as well as in the formation of its militants and in their taking of political decisions. In the documents of the Morenist current, there is a clear influence of the change in the perception of time and its acceleration process in the development of the elaborations throughout the 1980s, peaking in the years of 1989 and 1990, when the Morenist current considered that the possibility of seizure of power by the proletariat was an immediate and simultaneous possibility in different parts of the world. The documents analyzed in this research were prepared between the years 1979 and 1992. Therefore, their disclosure will not cause any political or personal harm to those involved. On the other hand, it is understood that the exploration of this collection of documents will contribute to the knowledge of a part of the political history of Brazil.

Keywords: Socialist Convergence. International Workers League. Political Culture. History of the Present Time.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
CIPAS	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
COB	Central Operária Boliviana
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT	Congresso da CUT
CORQUI	Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional
CS	Convergência Socialista
CUT	Central Única de Trabalhadores
DS	Democracia Socialista
ENPT	Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores
FB	Fração Bolchevique
FBT	Fração Bolchevique Trotskista
FUR	Frente Única Revolucionária
FURP	Fração Unitária de Reconstrução do Partido
LIT	Liga Internacional dos Trabalhadores
MAS	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MCS	Movimento Convergência Socialista
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento pela Emancipação do Proletariado
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
MR8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
OSI	Organização Socialista Internacionalista
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POR-T	Partido Operário Revolucionário
PP	Partido Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PST	<i>Partido Socialista de los Trabajadores</i>
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SU	Secretariado Unificado
SWP	<i>Socialist Workers Party</i>
TB-FB	Tendência Bolchevique-Fração Bolchevique
TLT	Tendência Leninista Trotskista
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
WRP	<i>Workers Revolutionary Party</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DO MORENISMO E DE SUA CULTURA POLÍTICA	28
2.1 AS TESES PARA ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO	31
2.2 O ROMPIMENTO COM LAMBERT E A FUNDAÇÃO DA LIT	32
2.3 O PRIMEIRO CONGRESSO DA LIT	36
2.4 O CRESCIMENTO DA LIT E OS DILEMAS DO MORENISMO SEM MORENO	39
2.5 AS “TESES DE 90”: ASPECTOS GERAIS DO MORENISMO SEM MORENO	41
2.6 HOLOCAUSTO OU TROTSKISMO: A PERCEPÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO E OS DILEMAS DA ESQUERDA DIANTE DO PRESENTE COMO UM FIM EM SI MESMO	48
3 O MORENISMO NO BRASIL: TRAJETÓRIA, EMBATES E DESAFIOS	59
3.1 A LIGA OPERÁRIA, O MOVIMENTO CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E O PARTIDO DOS TRABALHADORES	62
3.2 UNIÃO SOVIÉTICA, SOCIALISMO REAL, SOCIALISMO COM DEMOCRACIA E O ACONTECIMENTOS DE 1989 A 1991 SOB O OLHAR DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA	112
4 A REVOLUÇÃO FALTOU AO ENCONTRO. E AGORA?	119
4.1 IMPACTOS DAS “TESES DE 90” NO BRASIL: A CRISE DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA SOB O OLHAR DE SUA DIREÇÃO	123
4.2 AS DISPUTAS POLÍTICAS CONGRESSUAIS E A VOLTA DOS SUJEITOS	127
4.3 AS RESOLUÇÕES	141
4.4 O JORNAL CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E A EXPULSÃO DA CS	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	156

1 INTRODUÇÃO

A derrota da revolução socialista no Ocidente, a ascensão do nazifascismo no Ocidente e a vitória política de Stalin, que gestou e consolidou o marxismo-leninismo como ideologia oficial do Estado soviético, segundo o historiador inglês Perry Anderson (1989), levaram tanto a uma regressão quanto ao fim do que o autor chama de “tradição clássica” do marxismo, a qual teria como expoentes seus fundadores Marx e Engels, assim como Labriola, Mehring, Plekhanov, Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Trotsky, Bauer, Preobrazhensky e Bukharin. Uma das características centrais dessa tradição seria a conexão entre a elaboração teórica e a atuação política prática, o que envolveu desde a relação com o movimento operário até a tomada do poder, como no caso russo.

O marxismo-leninismo, no entanto, reduziu o marxismo a uma simples evocação na Rússia:

O país mais avançado do mundo no desenvolvimento do materialismo histórico, superando toda a Europa pela variedade e vigor de seus teóricos, foi transformado, em não mais de uma década, em uma terra de semianalfabetos, notável apenas pelo rigor de sua censura e pela crueza de sua propaganda. (ANDERSON, 1989, p. 35).

A crise política e teórica enfrentada pelo marxismo deu lugar à tradição do marxismo ocidental, deslocando o centro das reflexões marxistas para os países imperialistas, principalmente Alemanha, França e Itália. Essa nova tradição marxista foi fundamental para que houvesse renovações na sua teoria em relação aos temas pesquisados, bem como pela independência política e ideológica quanto ao marxismo oficial soviético. No entanto, para Perry Anderson (1989, p. 129), esse marxismo, que se fortaleceu, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, tinha como limitação a sua falta de universalidade:

O termo “ocidental” implica inevitavelmente uma conotação de limitação. [...] O marxismo ocidental foi necessariamente menor que o marxismo na medida em que foi ocidental. O materialismo histórico só poderá exercer todo o seu potencial quando estiver livre de provincianismos de qualquer espécie. Estes poderes ainda precisam ser resgatados.

Esse marxismo de novo tipo, que se opunha, de certa maneira, ao “marxismo clássico”, tem por característica: a divisão entre teoria e prática; reflexão teórica voltada para o âmbito puramente acadêmico; a primazia de temas ligados à filosofia marxista; seu caráter idealista e o pessimismo político (PALTI, 2005).

Uma das vertentes mais influentes desse novo tipo de elaboração intelectual e prática política foi inspirada no proscrito líder da Revolução Bolchevique, Leon Trotsky. O chamado

trotskismo é tomado por Anderson (1989) como uma das possibilidades de resgatar a capacidade criativa e o ativismo do marxismo tanto por seu caráter internacionalista quanto por sua vinculação direta pelos temas do marxismo da “tradição clássica”, especialmente, no âmbito da política e da economia. Contudo, essa tradição se opunha ao marxismo ocidental predominante e teve continuidade nas obras dos historiadores Isaac Deutscher e Roman Rosdolsky, ganhando consistência, posteriormente, nas obras do economista e dirigente Ernest Mandel.

Os levantes populares ocorridos em torno do chamado “maio de 1968” foram acompanhados por Perry Anderson (1989) com entusiasmo. Havia a esperança de que seria um indício de uma rebelião operária e de massas que pudesse gerar uma nova articulação entre teoria e prática entre os revolucionários. Nos anos posteriores, Anderson e os trotskistas acompanharam, ainda com grande expectativa, o processo revolucionário português que se desenrolou após a derrubada do regime de Salazar e viam ali a possibilidade do socialismo retomar seu caminho político e teórico clássico (PALTI, 2005).

Elías José Palti (2005) faz uma consideração importante a respeito da obra de Anderson (1989), intitulada *Considerações sobre o marxismo ocidental* escrita no início da década de 1970. Ao longo de toda sua obra, Anderson não cita nenhum autor latino-americano, mesmo a América Latina sendo um ambiente de forte e radicalizada ação política da esquerda marxista e revolucionária. Palti (2005) está longe de acusar o historiador inglês de falta de conhecimento, tendo em vista que em diversos trabalhos ele demonstra conhecer o marxismo latino-americano, mas atribui a sua escolha ao seu interesse no desenvolvimento do marxismo enquanto teoria política e não enquanto prática revolucionária.

Os grupos orientados pela ação revolucionária se desenvolveram na América Latina e formaram sua tradição política alheia à crise do marxismo. Esses grupos são marcados por um “otimismo revolucionário” inerente à sua ação política. Tal atitude já embalava os trotskistas da Bolívia, por exemplo, do Partido Obrero Revolucionário, antes de ganhar projeção política entre os trabalhadores do velho continente. Nesse país, Guillermo Lora foi eleito deputado federal no fim da década de 1940 graças à sua atuação política junto ao movimento operário. Tratava-se de um trotskismo sem Trotsky, que encontrou terreno fértil na América Latina para suas ideias, enquanto os trotskistas europeus buscavam superar a crise causada pelo isolamento político durante a Segunda Guerra Mundial. Foi ainda na América Latina que o trotskismo conquistou a eleição de Hugo Blanco no Peru, uma das maiores referências mundiais na luta pela reforma agrária. Cabe ainda mencionar o crescimento e a consolidação

do *Movimiento al Socialismo* (MAS), na Argentina, um dos maiores partidos trotskistas na história.

O MAS foi dirigido e influenciado diretamente por Hugo Miguel Bressano Capacete, conhecido como Nahuel Moreno. Sua corrente internacional, que passou por diversas formas organizativas ao longo de sua história, foi a principal força oposicionista em nível internacional do então principal dirigente trotskista de seu período, Ernest Mandel. Embora não se caracterize pelo seu caráter intelectual¹, em termos de formulação teórica, Moreno e sua corrente política desenvolveram apreensões próprias a respeito do marxismo que os levou à revisão teórica diante da obra de Leon Trotsky. Isso justifica a abordagem do que passou a ser chamado de “morenismo” enquanto tradição política com características próprias e particulares.

Nesse contexto, o objeto deste trabalho é o morenismo em sua capacidade de influência política, focalizando suas apropriações no Brasil. No país de maior extensão territorial e populacional da América Latina, a versão morenista do trotskismo brasileiros, a partir da fundação em 1974 de uma organização chamada Liga Operária, tem uma trajetória histórica que chama pouca atenção dos estudiosos no campo das esquerdas políticas. Cabe considerar sua afiliação ao fragmentado e errático desenvolvimento de uma corrente política marxista inspirada em Leon Trotsky, mas, especialmente, as singularidades da leitura morenista e de sua capacidade de gerar engajamentos em frações dos movimentos sociais brasileiros. Em particular, o morenismo no Brasil tem uma atuação histórica que o vincula às lutas sociais nos últimos anos da ditadura militar (1964-1985) e à construção, a partir de 1979, do Partido dos Trabalhadores (PT), em relação ao qual, como contraface crítica, desenvolveu formas de atuação nas bases sociais, bem como conflitos frequentes com a estrutura dirigente, até a ruptura em 1992, sendo este o recorte temporal delimitado para o presente estudo.

Compreende-se como problema em discussão neste trabalho que o morenismo inspirou uma leitura da história e um projeto de futuro que o tornaram capaz de converter-se em uma cultura política, pouco disseminada no país, mas importante como indício revelador de atitudes no âmbito das esquerdas que o situaram como uma espécie de “última esperança”, quase uma promessa mítica, para boa parte de seus adeptos. Essa dimensão guiou a exploração do material empírico investigado para a presente interpretação historiográfica.

¹ Moreno era um grande opositor ao caráter boêmio e intelectual do trotskismo europeu e de grupos trotskistas da Argentina, grupos a quem ele se referia como “trotskismo de café”, em referência ao Café Tortoni, no centro de Buenos Aires (MOREIRA, 2018).

Provavelmente, o principal alicerce teórico pelo qual este grupo vai se sustentar é o que Moreno chamou de “inversão da lei de causalidade histórica”:

Segundo afirma Moreno, já para Trotsky já não são os *fatores objetivos* senão o mais *subjetivo* de todos, a presença ou não de um partido revolucionário (o *sujeito político*), o que se converte, no período de crise capitalista, é o determinante em última instância. Este [...] se associa a um segundo princípio pelo que se reafirma a alternativa, hoje mais do que nunca, socialismo ou barbárie. (PALTI, 2005, p. 58, grifos do autor).

Ou seja, não seriam as inviáveis condições econômicas que impediriam o avanço do socialismo, mas, sim, a ausência de partidos e de uma internacional revolucionária com influência de massas. Ao contrário de Mandel, que a partir de suas análises econômicas após a Segunda Guerra Mundial concluiu que as forças produtivas capitalistas produziram condições econômicas capazes de afastar objetivamente a perspectiva de superação revolucionária da sociedade de classes, Moreno manteve-se “fiel” à perspectiva da revolução e potencializou os prognósticos de Trotsky. Impactado pela possibilidade de uma guerra nuclear, conforme veremos no primeiro capítulo, Moreno chegou a definir um prazo temporal para a humanidade, consequência para duas únicas condições possíveis de futuro: o socialismo ou o holocausto.

Longe de gerar um pessimismo contemplativo, as conclusões de Moreno fizeram-no capaz de dedicar-se a construir o único elemento que considerava ainda não estar maduro para a concretização do socialismo. Isso imprimiu nos grupos de militantes e ativistas sociais que reivindicam essa herança política uma série de características, especialmente um voluntarismo acentuado em iniciativas políticas com vistas a alterar radicalmente táticas de atuação, o que se somou ao despreço pela formação política, redundando em um disseminado anti-intelectualismo.

O surgimento dos primeiros textos que analisam a história do trotskismo no Brasil nos leva a meados dos anos de 1970, quando o professor norte-americano Robert Alexsander (1973) pesquisou a respeito do trotskismo na América Latina e narrou a trajetória suas diversas organizações desde sua origem, em 1930, até 1970. Todavia, foi a partir da ocupação dos espaços políticos por parte das organizações trotskistas que passou a ser produzidos trabalhos a respeito dessa tradição política no Brasil. O interesse inicial no tema se assemelhou ao que guiou os primeiros trabalhos escritos acerca da história do movimento operário por seus militantes. Dainis Karepovs (2005, p. 276) relata que, no final da década de 1970, diversas organizações trotskistas brasileiras iniciaram o movimento de “busca das

origens” com o objetivo de vincular sua história a dos primeiros trotskistas brasileiros, característica que permanece até hoje em trabalhos acadêmicos sobre o tema.

Considera-se que o ponto de partida da história da corrente morenista no Brasil foi o contato de jovens brasileiros com Mário Pedrosa², veterano do movimento trotskista, Túlio Roberto Quintiliano, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, e outro militante conhecido como Jones. Os três estavam asilados na embaixada chilena no Brasil em 1970 e, posteriormente, partiram para o exílio no Chile³, que havia se tornado um destino seguro para os exilados brasileiros. A relação com o veterano trotskista fez com que os jovens tivessem contato e se identificassem com as ideias de Leon Trotsky. Em seguida, soma-se ao grupo Maria José Lourenço (que ficou conhecida como Zezé) e Jorge Pinheiro, que haviam militado no Movimento Nacionalista Revolucionário e eram estudantes de Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de Enio Bucchioni, ex-militante da Ação Popular (BIANCHI, 2014).

Os militantes que formaram o primeiro agrupamento, que levou à formação da primeira organização morenista no Brasil, iniciaram sua vida política em meados da década de 1960 e tiveram participação no movimento estudantil. Embora provenientes de organizações com origens distintas, os cinco primeiros jovens que ingressariam nas fileiras do morenismo eram todos militantes de base em suas antigas organizações. Foi no exterior, diante do contato com o jornalista e militante trotskista Mário Pedrosa (1900-1981) e com dirigentes de organizações trotskistas, que começaram a assumir um papel mais protagonista em sua vida política. Apesar de a história enquanto grupo tenha contornos trágicos desde seu início, como a morte de um de seus membros e separação do pequeno grupo de brasileiros, pode-se afirmar que a Argentina e a sua corrente política morenista foi a principal escola para os militantes que, em 1974, formaram a Liga Operária no Brasil.

² Mário Pedrosa foi o único latino-americano a participar do Congresso de Fundação da Quarta Internacional. No entanto, uniu-se à tendência anti-defensista dos norte-americanos e decidiu por romper com a Quarta Internacional. Embora, posteriormente, se identificasse mais com as ideias de Rosa Luxemburgo do que com as de Leon Trotsky, “[...] mas ainda preservava as ideias mais gerais do trotskismo no que se referia à Revolução Russa, à luta contra a burocracia, ao papel central do proletariado na luta de classes contra as concepções guerrilheiras das vanguardas desligadas das massas que imperava na esquerda brasileira desde meados dos anos 60 até a metade da outra década” (BUCCIONI, 2017), teria sido com essas ideias que convenceu Tulio do Trotskismo.

³ Rollemberg (1999) propõe entender a questão do exílio como parte importante da história da esquerda. O exílio foi um momento continuidade ou, até mesmo, de intensificação dos debates políticos. Além disso, foi um momento em que muitos brasileiros mudaram suas perspectivas a respeito dos processos políticos vividos no Brasil e na América Latina. O debate acontecia através de revistas e jornais organizados e publicados pelas organizações durante o exílio. Um caso bastante conhecido na esquerda brasileira de formação de militantes no exterior foi o caso da tendência renovadora do Partido Comunista do Brasil (PCB) que influenciou a formação de dirigentes e intelectuais como Armênio Guedes, Aluísio Teixeira, David Capistrano Filho, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, entre outros, os quais tiveram parte significativa de sua formação intelectual e militante no exterior (LIMA, 2013).

A partir de então, o destino do morenismo brasileiro seria construído com fortes relações com o principal partido de seu agrupamento internacional, na Argentina. Neste país, enquanto se preparavam para retornar ao Brasil, eles faziam cursos de marxismo e tinham reuniões periódicas com os dirigentes do principal partido morenista. Como veremos mais para frente, o grupo de Nahuel Moreno entendia como um passo estratégico a construção de um agrupamento revolucionário no Brasil e pode-se considerar que não poupou esforços para isso.

Ao contrário de muitos intelectuais brasileiros que buscavam no interior do próprio país uma “brasilidade revolucionária” que servisse de base para as transformações políticas radicais que pressupunham, o primeiro alvéolo político encontrado pelos morenistas brasileiros foi o movimento estudantil entre os 1974 e 1978. Nele tiveram contato com o que Marcelo Ridenti (2010, p. 94) chama de “componentes internacionais da brasilidade revolucionária”, compreendidos, então, pela “[...] a ânsia de viver o momento, a libertação sexual, a fruição da vida boêmia, o desejo de renovação, a aposta na ação em detrimento da teoria”. Ainda que não seja possível afirmar que essas características eram encontradas necessariamente na militância morenista, é principalmente em contato com essa base social que vão fazer política nos primeiros anos de vida da organização.

Pode-se sugerir que a identidade revolucionária dos morenistas brasileiros se divide em dois momentos, nos quais predominaram características que diziam respeito ao foco de atuação da organização. Entre 1974 e 1978, o objetivo principal da organização era se construir do movimento estudantil e no movimento operário, embora com mais êxito no primeiro, mas desenvolveu atividades também no movimento negro e LGBT. As pautas em defesa dos direitos civis tiveram especial atenção do Movimento Convergência Socialista (MCS), nome que a organização morenista assumiu no Brasil após 1978. No fim dessa década, militantes negros que atuavam no movimento estudantil de São Paulo e Campinas, junto com jornalistas responsáveis pela publicação do jornal *Versus*, optaram por formar o Núcleo Negro Socialista. De acordo com Santos (2005, p. 27),

O projeto idealizado pelo Núcleo Negro Socialista apontava para um movimento que aglutinasse não só o negro, mas todos aqueles que sofrem discriminações: negros, mulheres, indígenas etc., o que explica a denominação inicial Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). O objetivo fundamental era legitimar a luta contra o racismo no plano sociopolítico, ampliar a consciência racial da sociedade brasileira e oferecer formação política para as lideranças negras. Quanto à estrutura, o MUCDR possuía centros de luta formados por negros e núcleos de apoio dos outros movimentos sociais de composição plurirracial. O caráter nacional dessa proposta foi efetivado a partir da estratégia da Liga Operária de buscar lideranças negras nos vários estados brasileiros, o que possibilitou a formação de núcleos negros socialistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio

Grande do Sul e Minas Gerais. A articulação nacional foi realizada por intermédio das comissões estaduais e de um boletim de divulgação interna que informava sobre a conjuntura política e o processo organizativo dos demais movimentos sociais. (SANTOS, 2005, p. 27).

Em 1978, por iniciativa do jornal *Versus*, então incorporado aos morenistas, foram promovidos debates, junto com os organizadores do jornal *Lampião*, sobre a imprensa alternativa, o que deu origem posteriormente ao grupo “Somos”, no qual intervieram os militantes da Convergência Socialista que atuavam em torno de pautas referentes às relações de gênero e à sexualidade (SIMÕES, 2009).

No entanto, é em relação com o movimento operário que o grupo prioritariamente buscou construir sua identidade política. Assim, um segundo recorte histórico possível para a organização tem início em 1979, quando buscou aproximar-se do movimento operário, ligando-se ao que se tornou o movimento pró Partido dos Trabalhadores (PT). A partir daí, mesmo que ainda houvesse uma atuação inicial no âmbito do movimento estudantil, em especial o secundarista, procurou de modo mais enfático atuar no movimento operário e na construção do PT. É exatamente esse segundo momento da organização que é focado nesta dissertação.

Para Karepovs (2005), um dos elementos entre os que justificam a importância de estudar os diversos movimentos trotskistas no Brasil é a sua influência e a relação com a construção, a partir do final dos anos de 1970 e ao longo da década seguinte, do PT. No âmbito do trotskismo brasileiro, este trabalho, ao destacar os morenistas, busca discutir como seus embates no interior do PT deixaram indícios reveladores de uma concepção política mais abrangente que envolve uma trajetória histórica que suscita diferentes interpretações. Os morenistas contam sua própria história a partir do encontro de quatro jovens exilados no Chile, oriundos de tradições políticas diferentes que atuavam no Brasil na época. Em nenhum momento, tal narrativa histórica morenista estabelece vínculos de sua história política e organizativa com os primeiros trotskistas brasileiros, embora dois dos quatro jovens tenham se tornado trotskistas por conta da convivência com o veterano militante e ex-trotskyista Mário Pedrosa. O surgimento e desenvolvimento do morenismo no Brasil aparecem umbilicalmente ligados à história de sua matriz na Argentina e de seu principal dirigente, Nahuel Moreno.

A história do PT e do morenismo se cruzam no final dos anos de 1970 e separa-se oficialmente em 1992, com a expulsão da tendência Convergência Socialista, que atuava como corrente política praticamente autônoma no interior do partido. Cabe apontar que o PT foi constituído por meio da reunião de diferentes formações políticas, com trajetórias diversas,

que se situaram no interior no partido como tendências internas, disputando a hegemonia tanto em seus projetos e propostas quanto na direção partidária.

É possível afirmar que naquele momento a ruptura entre morenistas e o PT foi parcial, em certa medida, porque grupos de militantes, principalmente dos estados do Pará e Rio Grande do Sul, optaram por permanecer no PT e ali se mantiveram por mais alguns anos. Entre esses nomes, alguns tiveram destaque eleitoral e assumiram mandatos legislativos, como João Batista de Oliveira Araújo (o Babá), Luciana Genro, Bernadete Menezes e Roberto Robaina, que deram origem a outra organização morenista. No entanto, tanto os pesquisadores que escrevem sobre a história do PT, como Coelho Neto (2005), Chagas (2014) e Secco (2018), quanto os que estudam o morenismo enquanto corrente política, como Silva (1987), Faria (2005) e Mariano (2019), analisam a história do rompimento da Convergência Socialista (CS) com o PT como uma disputa pelo direito de existência como tendência interna e momento decisivo de ruptura.

Conexo ao objetivo geral deste trabalho, cabe provocar distintas reflexões acerca da ruptura de 1992 e, para tanto, foi explorado um conjunto diferente de fontes. Todos os autores citados anteriormente, com exceção de Silva (1987), analisaram a saída da CS do PT por meio de declarações de dirigentes, a partir de manifestações geradas nas disputas internas do PT e pelo que foi publicado no jornal *Convergência Socialista*, à época, periódico da tendência. As conclusões dos investigadores do tema, portanto, são coerentes com a base documental que exploraram.

Contudo, é possível sugerir que a análise exclusiva desse tipo de documentação reduz o alcance da compreensão do processo, considerando os morenistas como parte umbilical do processo de formação do PT e apontando que sua expulsão decorreria da mera defesa dos princípios originários do PT firmados ao longo da década de 1980. O engajamento na própria versão do processo histórico, tal como inspirado pelo ideário morenista, conduz algumas das análises. Para Coelho Neto (2005), a corrente dominante do PT, liderada por Luiz Inácio Lula da Silva, a chamada Articulação, desenvolveu um discurso segundo o qual seus componentes seriam os “petistas legítimos”, procurando demonstrar que a construção e formação de uma identidade partidária petista aconteceu através de disputas políticas e programáticas ao longo de sua história, que contaram com o forte engajamento dos morenistas. No entanto, o autor abraça acriticamente outro discurso onde os morenistas da CS seriam os “petistas históricos”, apresentando sua expulsão como uma via de mão única causada pelo que seria a “direitização” do partido e pela perseguição às tendências internas (COELHO NETO, 2005).

Sua concepção era programaticamente relacionada às percepções dos morenistas argentinos a respeito da centralidade da classe trabalhadora, em especial, a classe operária. No entanto, chama à atenção o fato de em nenhum momento os morenistas brasileiros buscarem estabelecer relações e formulações teóricas ligadas aos primeiros trotskistas brasileiros, como o mencionado Mário Pedrosa, ou com intelectuais que estabeleciam concepções teóricas com as mesmas bases metodológicas e conclusões programáticas similares a dos morenistas, como no caso do Florestan Fernandes.

Mesmo assim, a organização morenista apresenta diversas características similares a de grupos com inspiração revolucionária. Uma delas, conforme descrito por Ridenti (2010, p. 10-11), é que esses grupos não se entendem como “continuidade linear”: “[...] Ao contrário, as constantes intervenções repressivas e a rapidez dos acontecimentos deram a muitos agentes, de diversas gerações, a impressão de que sua luta começava da estaca zero, sem conexão com experiências anteriores, mesmo que se buscasse algum elo perdido no tempo”.

Como apontado anteriormente, no caso da CS, nem mesmo essa busca pelo elo perdido é explorada. Mais do que requerer uma “brasilidade revolucionária” e uma trajetória nacional, reivindicam um internacionalismo revolucionário. A estrutura organizativa e a simbologia em torno de pertencer a uma organização se assemelhava ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ser parte da militância trotskista, durante a ditadura militar, implicava em riscos de prisão, demissão, perseguição e, até mesmo, mortes. Isso exigia uma atuação francamente clandestina, marcada por fortes traços de disciplina. Para os integrantes do PCB, conforme Ridenti (2010, p. 12), isso “[...] oferecia uma rede de proteção e solidariedade entre os camaradas no Brasil e no exterior, o sentimento de pertencer a uma comunidade que se imaginava na vanguarda da revolução mundial”, o que também pode ser estendido às práticas cultivadas pelos trotskistas, embora se deva acentuar as devidas proporções. A IV Internacional nunca teve uma projeção política da Internacional Comunista e de seus partidos afiliados. No caso específico do agrupamento internacional morenista, a possibilidade de proteção internacional estava ainda mais debilitada por conta das ditaduras que foram instauradas na América Latina e pela localização política desse agrupamento, prioritariamente em países latino-americanos.

Outra advertência inicial é que os morenistas não constituíram organizações guerrilheiras. Mesmo assim, uma das características envolvidas no que Daniel Aarão Reis (1991) chamou de “estratégia da tensão máxima” pode ser encontrada na militância morenista naquilo que o autor chama de “massacre das tarefas”. O partido sobrecarrega seus militantes de atividades referentes à atuação nos movimentos políticos. Essa prática militante está

amparada na necessidade de desenvolver o que seria o elemento indispensável para a posterior tomada revolucionária do poder, no caso o desenvolvimento do elemento subjetivo, o partido revolucionário, tendo em vista que os elementos objetivos já estariam todos plenamente desenvolvidos.

Não obstante essa característica tenha garantido o crescimento do agrupamento morenista no Brasil, com o fim da ditadura, esse tipo de postura militante encontrava pouca justificativa. O autossacrifício e a renúncia da individualidade para construir o partido e a revolução deram espaço para a valorização da democracia, as liberdades civis e a valorização da individualidade (RIDENTI, 2010).

Essa disciplina interna, somada à compreensão programática unificada e à compreensão unificada da história de sua corrente, o que Michael Pollak (1989, p. 9) chamou de “memória comum”, é o que garante a coesão interna nesse tipo de organização e tem por objetivo “[...] defender fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...]”. No entanto, no caso específico dos morenistas brasileiros, essa fronteira em comum transcende os limites geográficos de nosso estado nacional e abrange o partido morenista argentino.

Apesar disso, as características centrais que justificavam tal forma de atuação perdiam espaço político na sociedade brasileira. No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, entrou em crise a ideia do militante intelectual que conduz um partido de vanguarda com influência de massas. Essa diferença de concepção terá como palco de suas batalhas os encontros e congressos do PT. Porém, ao invés de buscar refúgio na intelectualidade ou nos “novos movimentos sociais”, a CS resolve, após crescer significativamente no movimento estudantil, jogar-se no movimento operário. Atribuir essa escolha às pressões dos debates petistas, aliás, seria uma injustiça com a história deste agrupamento. O objetivo estratégico de atuar e se identificar a partir do movimento operário veio do exterior e remete ao momento em que seus integrantes travaram contato inicial com o morenismo.

O agrupamento surge e se desenvolve no Brasil quando não havia mais a brasilidade revolucionária presente nas obras artísticas de 1960. Seu ponto de apoio principal foram os movimentos sociais insurgentes. Mas a identidade revolucionária que os morenistas mais buscaram e, de certa maneira, até pouco tempo, é a identidade com o ascenso político brasileiro da década de 1980, em especial, com o ascenso operário.

É no interior desse quadro abrangente, envolvendo o período entre 1979 e 1992, que este trabalho procura encontrar referências para contribuir para a escrita de uma história acerca da corrente morenista no interior do PT. Mesmo com pequena influência política, o agrupamento morenista faz parte da trajetória de um segmento destacado das forças políticas

de esquerda no Brasil recente. Ao contrário de parte da historiografia trotskista que busca contar a história das “traições” de seus adversários, esta pesquisa tem como foco apresentar elementos para situar os morenistas no quadro político brasileiro. Trata-se de uma tradição política que abrigou, e ainda abriga, personalidades políticas que já tiveram certa projeção ou relevância nacional, inclusive eleitoral, mas que hoje foram relegadas ao esquecimento ou mudaram de posição.

Ao longo do trabalho serão exploradas as possibilidades de dialogar com a abordagem proposta pela noção de cultura política. Busca-se, assim, alinhar a discussão às possibilidades abertas pela renovação da história política, com o escopo de explicar os comportamentos políticos no decorrer da história, sem cair no determinismo da sociologia marxista. Estudar as culturas políticas diz respeito a compreender motivações e os liames que levam os indivíduos a adotarem determinados comportamentos políticos, bem como os desdobramentos de tal exercício em seu relacionamento com o campo da política e do exercício do poder (BERSTEIN, 1998).

A cultura política é apenas um aspecto constitutivo da cultura de uma sociedade. É evidente que no interior das diversas nações existem diferentes culturas políticas, mas nelas há diferentes zonas de abrangência de determinadas práticas culturais e valores partilhados, ou seja, é impossível analisar a especificidade da cultura política das correntes morenistas no Brasil considerando apenas como base a corrente argentina.

A discussão sobre as culturas políticas permite atribuir densidade histórica aos fenômenos sociais percebidos no tempo presente. Assim, é possível abordar processos em andamento sob uma perspectiva histórica, o que tem motivado os estudos da chamada História do Tempo Presente. A temporalidade presente é demarcada por critérios que ainda estão em processo, portanto, inacabados e provisórios, não apenas em relação aos fatos de eventual interesse, mas também em relação aos seus significados.

Demanda-se da historiografia que não se limite a elaborar uma história dos mortos, mas a buscar compreender a consciência histórica dos vivos e dos processos em andamento, de modo a tornar-se um conhecimento prático e ao alcance das gerações que necessitam compreender o quanto suas visões de mundo dizem respeito a leituras de passo e projetos de futuro historicamente construído. Além disso, não cabe à historiografia prender-se aos limites nacionais, nem ser mero apêndice das cronologias. É indispensável engajar-se e escrever uma história dos vivos e para os vivos, utilizando novas formas de escrita, a partir de problemas e questões diferentes. Historiadores e historiadoras do presente constroem suas investigações não mais baseadas em uma temporalidade previamente fixada.

Cabe ainda considerar que o marxismo conjuga análise teórica e experiência de militância como dimensões inseparáveis e, ainda, pretende ser uma Filosofia da História, ou seja, seus teóricos e militantes desenvolvem em seu exercício o que se pode chamar de uma consciência histórica com limites precisos e marcada por uma temporalidade evolutiva e progressiva que é, por si só, uma das suas referências na constituição de culturas políticas que ensejam uma leitura comum de passado e um projeto de futuro.

Além disso, no caso específico da corrente morenista, a percepção temporal e a urgência de uma alternativa revolucionária chegam ao ápice com os acontecimentos de 1989-1990. A perspectiva de tomada do poder num período próximo passa a ser uma tarefa imediata, não preparada em médio prazo. Os acontecimentos do Leste Europeu, com a queda dos regimes do chamado socialismo real e a própria dissolução da União Soviética, geraram a maior crise vivida pela Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) e a perda de mais da metade de seus militantes. No Brasil, esses acontecimentos fizeram a CS elaborar uma série de caracterizações políticas, que a levou a querer sair do PT e militar por sua expulsão.

Ao pesquisar em documentos internos da CS, por questões éticas, Silva (2001) optou por não trabalhar com o conjunto da documentação e nem com alguns temas específicos. Tais documentos foram posteriormente disponibilizados pelo Arquivo Leon Trotsky, coordenado pela LIT. Assim, a despeito de constituir um acervo interno da organização, a partir de sua publicização, deixou-se de haver dificuldades e limitações éticas para desenvolver a investigação que resulta no presente trabalho, dado que se trata de documentos que a própria organização optou por divulgar.

O Arquivo Leon Trotsky é uma iniciativa da LIT-Quarta Internacional e tem por objetivo reunir, organizar e disponibilizar o acesso por meio da internet de um acervo documental relacionado às organizações marxistas. O arquivo foi constituído em 2009, com 367 documentos, e, atualmente, conta com mais de 25 mil documentos digitalizados. O acesso a diversos documentos é público, no entanto, para a sua manutenção há a cobrança de contribuições em dinheiro⁴. A finalidade da organização do arquivo foi o de atrair tanto militantes quanto, especialmente, pesquisadores, e é nesta condição que foi conduzida esta investigação (HENANDÉZ; BORGES, 2019).

Os documentos analisados nesta pesquisa foram elaborados entre os anos de 1979 e 1992. Portanto, sua divulgação não trará prejuízo político ou pessoal aos envolvidos. Por

⁴ O link para o arquivo está disponível em: <https://archivoleontrotsky.org/about>.

outro lado, compreende-se que a exploração do acervo contribuirá para o conhecimento de uma parte da história política do Brasil.

Por depender, em parte, da doação de arquivos pessoais ou por optar não divulgar parte de seus documentos, a fração do acervo que foi explorada na investigação, e que abarca os congressos da organização morenista brasileira, visivelmente apresenta lacunas, sobretudo, no que concerne aos documentos produzidos nas etapas que antecederam os encontros congressuais. É possível identificar algumas imprecisões ou opções arquivísticas, como discrepâncias de datação entre o documento e o instrumento de classificação utilizado. Em diversos documentos há a dificuldade de definir uma datação precisa, o que parece ter sido também uma dificuldade para seu arquivamento.

Outro elemento que dificulta a pesquisa sobre os congressos da CS é a ausência de registros das resoluções votadas. Para compensar parcialmente essa debilidade, foi possível recorrer à análise da imprensa oficial das organizações, neste caso, o jornal *Convergência Socialista*, que foi o procedimento utilizado para a análise do congresso de 1991. No entanto, em relação aos congressos anteriores, explorou-se documentos elaborados após os eventos. Por exemplo, nos documentos pré-congressuais de 1980 é possível encontrar diversos elementos sobre como terminou o congresso de 1979 e da política adotada pela organização a partir do congresso, assim como aqueles do pré-congresso de 1982 encontrou-se muitos elementos sobre o congresso 1980, e assim por diante.

A documentação que se mostrou mais proveitosa para encontrar as informações pretendidas é a constituída pelos chamados *Balanços*. Nesse tipo de documento, é possível encontrar quantidades de militantes, de jornais vendidos, localizações geográficas, posições políticas da militância e prioridades políticas do período subsequente, além de outras diversas informações internas. No entanto, pela condição fragmentária, nem todos esses dados estão disponíveis nos registros dos pré-congressos.

Uma opção necessária à presente abordagem foi a de explicitar, ao longo do texto, que as muitas lacunas existentes impossibilitaram apontar para análises conclusivas, mesmo quando as respostas apareciam nos documentos do pré-congresso seguinte. Tal forma de exposição possibilita ao leitor acompanhar os desafios e limites apresentados pelo conjunto das fontes.

Entretanto, a condição fragmentária, embora dificulte, não impede a pesquisa histórica. Para desviar das debilidades causadas pela própria condição das fontes, buscou-se evitar tratá-las como provas, “mas como possibilidades históricas”, mesmo que houvesse a dificuldade de ouvir as “vozes do passado” (DAVIS, 1987). Isso porque, ao longo de toda

uma década, tais vozes falavam coletivamente através dos documentos oficiais da organização. As vozes do passado apenas se apresentam individualmente ou através de um coletivo identificado nominalmente em momentos de crise interna da organização. Para identificar os sujeitos políticos individuais, foi necessário perseguir os vestígios apresentados em uma quantidade pequena de documentos internos, mas que nos fornecem importantes informações que possibilitam construir uma narrativa coerente.

Ginzburg (2012, p. 149-150) ressalta que, para o jovem Freud, a leitura dos ensaios do historiador Giovanni Morelli permitiu a compreensão de um método interpretativo “centrado nos resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” e, assim, “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais”, poderiam dar acesso “aos produtos mais elevados do espírito humano”. O autor sugere que é impossível que a história se desvencilhe de seus elementos singulares e individuais. É uma disciplina indiciária por excelência e encontra seus fundamentos epistemológicos nesse paradigma “[...] para quem não há outro conhecimento científico possível senão o das regularidades e das universalidades” (LIMA, 2012, p. 214).

Por serem relativamente escassas e lacunares, as fontes foram exploradas no sentido de possibilitarem argumentos conjecturais, usando verbos no condicional para não correr o risco de falar mais do que as vozes do passado. Em momentos específicos deste trabalho, o foco da investigação em anotações muito breves foi o único caminho possível para traçar movimentos internos da organização no que se refere à composição dos altos cargos de direção e trajetória individual de alguns de seus membros. Além disso, pela característica pouco informativa dos documentos do congresso de 1989, apenas algumas informações puderam ser levantadas.

A principal debilidade da investigação foi a de não fornecer elementos sólidos para a análise das diversas escalas envolvidas na vida política da organização. A conjuntura, infelizmente, aparece neste trabalho como mero pano de fundo, não sendo possível perceber a inter-relação entre a realidade endógena e exógena à organização. Essa debilidade se justifica parcialmente pela desatenção frequente às questões internas e à prevalência de aspectos contextuais e gerais nas avaliações políticas disponíveis. Considera-se que, com frequência, no âmbito das organizações de esquerda, quanto menor é a influência política alcançada, maior é o peso das questões ideológicas em suas tomadas de decisão.

O filósofo francês Paul Riccoeur (2007) afirma que a noção de escala é um empréstimo da cartografia, da arquitetura e da óptica. Ao mudar de escala, não vemos as mesmas coisas maiores ou menores, em caracteres grandes ou pequenos. Para ele, “Vemos

coisas diferentes”. Assim, não há exatamente “redução da escala”, mas “[...] encadeamentos diferentes em configuração e em causalidade” (RICCOEUR, 2007, p. 222). A análise das relações políticas na escala interna de organizações como a investigada, permite encontrar pistas para entender questões mais abrangentes a respeito da tradição política trotskista como um todo. É possível referir-se à tradição porque nesse conjunto de relações não estão envolvidas apenas concepções programáticas de mundo e militância política, mas também um emaranhado de ações individuais e coletivas que interferem diretamente na condução política das organizações trotskistas.

A análise de documentos produzidos pela organização morenista permitiu, para além da exposição das falas em comícios, carros de som, declarações públicas e cargos eletivos, a identificação de quem são os reais agentes da manutenção daquele coletivo de pessoas organizados em torno de um nome, programa, teoria e disciplina interna. Esse tipo de documentação também permite compreender alguns elementos de como se estabelecia a relação entre a direção internacional com os partidos nacionais, algo muito valioso para o movimento trotskista em geral.

A história do movimento operário e de suas organizações, ao longo do século XX, foi produzida quase que exclusivamente por seus militantes ou por seus opositores. O processo de consolidação deste objeto como tema de pesquisa por parte de historiadores profissionais que não tinham vínculo político direto com o objeto de estudo produziu importantes alterações teórico-metodológicas. Entre as décadas de 1960-1970, esse processo resultou na criação do que é chamado de *História do Trabalho*, ou seja, uma história da classe como um todo, não apenas de suas lideranças e de seus setores politicamente organizados (LAURIA, 2016).

Mesmo diante da profissionalização do ofício do historiador e do interesse crescente de não partidários em escrever a respeito da história de partidos políticos, estes nunca deixaram de escrever sua história oficial e são fundamentais para construir a cultura política dos grupos. Assim, além de documentos congressuais e textos de Nahuel Moreno, que serão analisados com o objetivo de identificar aspectos gerais da cultura política morenista, serão analisados textos produzidos pela própria militância organizada dos partidos morenistas. Embora alguns deles tenham sido produzidos por historiadores, os textos não contam nada além de uma história oficial da corrente de Nahuel Moreno e de uma biografia oficial de seu principal dirigente. Analisá-los, no entanto, é importante para identificar aspectos gerais da cultura política morenista.

Feita esta exposição inicial neste primeiro capítulo, com o intuito de expor com precisão os resultados do trabalho de pesquisa, esta dissertação foi dividida em mais quatro

capítulos. Assim, no segundo capítulo, serão apresentados os elementos para a compreensão da história oficial do morenismo e os elementos constitutivos de sua cultura política. Para isso, foi analisado o processo de rompimento da corrente morenista com o secretariado unificado, seu processo de aproximação e rompimento com a corrente lambertista, a elaboração do conjunto de teses programáticas que vai se sintetizar a visão de mundo dessa corrente, a fundação da liga internacional dos trabalhadores, seu primeiro congresso, a morte de Nahuel Moreno e os dilemas enfrentados por sua corrente, as “Teses de 90” e a percepção do tempo histórico e os dilemas da esquerda diante do presente como um fim em si mesmo.

O terceiro capítulo aborda a formação da corrente morenista no Brasil, trazendo a sua trajetória, seus embates e desafios, assim como seus diversos estágios de construção, a relação com a direção argentina e a influência das teses internacionais no partido brasileiro.

O quarto capítulo, intitulado “A revolução faltou ao encontro. E agora”, versa sobre os impactos da crise do partido argentino e da internacional sobre o partido brasileiro, o congresso da CS e suas resoluções de rompimento com o PT, e a escalada de confrontos entre a convergência socialista e a maioria do PT no jornal *Convergência Socialista* até o momento de sua expulsão.

Para finalizar, no quinto e último capítulo, faz-se algumas reflexões finais sobre a pesquisa, as suas contribuições e o fechamento desta dissertação.

2 ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA HISTÓRIA OFICIAL DO MORENISMO E DE SUA CULTURA POLÍTICA

Há um consenso entre a militância que se propôs a escrever a história do morenismo (CARRASCO; HERMAN, 1988; NÚÑEZ, 2012; VALLEJO, 1988; SAGRA, 2010), que estabelece como recorte histórico o período que tem início na década de 1940. No entanto, o objetivo deste trabalho não é escrever uma história do morenismo, mas, sim, compreender como as ideias, as formulações, a visão de mundo e a forma de fazer política dessa corrente política da esquerda internacional impactaram os debates que ocorreram no interior do Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil, entre 1979 e 1992.

A definição desses limites temporais se deve a três motivos: 1) é consenso entre os morenistas que é o período de maior atividade e profundidade intelectual de Nahuel Moreno; 2) é o período em que o morenismo, enquanto corrente política minimamente internacional, abandona organizações internacionais em que ocupavam o posto de minoria e constrói uma organização internacional puro sangue, ou seja, formada em quase sua totalidade por partidos nacionais com origem no morenismo; 3) porque marca o período de atuação no interior daquele que viria a ser o mais importante partido político da esquerda brasileira ao final do século XX.

Entretanto, dado que se trata de tema pouco usual nos estudos históricos, cabe efetuar uma incursão mais aprofundada, ainda que breve, na trajetória desta corrente. A história do morenismo enquanto corrente internacional segue os mesmos elementos da maioria das correntes trotskistas. É marcada por uma série de rompimentos e unificações, disputas tendenciais e fracionais a respeito de quais deveriam ser as posições adotadas pela organização internacional que fosse o alvo de disputa da vez. Os motivos das polêmicas e divisões foram diversos, desde o caráter dos regimes surgidos no pós Segunda Guerra Mundial, a política para o processo revolucionário na Bolívia em 1952, o reconhecimento de quais seriam as seções nacionais, até a tática de construção nos países onde a quarta estivesse inserida e um longo etc.

A Revolução Cubana gerou no movimento trotskista internacional um processo de unificação do qual os morenistas participaram. Foi criada uma estrutura chamada Secretariado Unificado (SU), em 1963, que conseguiu reunir a maior parte do movimento trotskista internacional. Para os trotskistas, unificação não é sinônimo de estabilidade. Porém, logo apareceram grandes divergências que se tornaram rupturas, uma delas é a defesa da tática de

guerrilha, defendida no congresso de 1969 pelo trotskista italiano Lívio Maitan, a qual gerou, entre 1969 e 1976, grandes disputas no interior do SU.

O argentino Nahuel Moreno, juntamente com os antigos aliados do partido trotskista norte-americano *Socialist Workers Party* (SWP), organiza, então, a Tendência Leninista Trotskista (TLT), em 1969, para disputar contra a Tendência Majoritária Internacional a orientação a respeito das guerrilhas. Em 1974, acontece mais um congresso do SU e a ala majoritária ganha a votação por apenas 10 votos de diferença (55/45), passando a orientar as sessões e a impulsionar a formação de focos guerrilheiros na América Latina.

Para os morenistas, essas polêmicas faziam parte de disputas táticas, políticas e programáticas no interior do SU. Nos anos seguintes, os norte-americanos do SWP deixariam de ser aliados na luta “contra o ultraesquerdismo”. Para Moreno, isso foi muito difícil, pois havia se considerado um discípulo dos dirigentes do SWP, pois reunia grande parte das formulações intelectuais revolucionárias do trotskismo no continente. A partir de então, segundo Carrasco e Herman (1988, p. 44, tradução nossa), “[...] pela primeira vez em sua vida, Moreno estava sozinho, como o único líder histórico da Quarta Internacional que continuou a defender o programa principista”. Contudo, tal solidão teria favorecido que sua corrente fortalecesse as bases sociais.

Em 1976, os morenistas fundaram a Tendência Bolchevique, que, posteriormente, tornou-se a Fração Bolchevique – por vezes, identificadas como TB-FB –, a qual se reuniu em torno de 20 partidos, a maioria deles da América Latina, mas com boas relações na Espanha, Itália, Suécia, Portugal, Alemanha e Grécia. Pode-se afirmar que a principal bandeira desse agrupamento foi apoiar a revolução nicaraguense. Os morenistas propuseram, como tática de intervenção, tomando o exemplo dos voluntários que haviam combatido na guerra civil espanhola, formar uma brigada internacional de combatentes para participar da luta armada contra Anastasio Somoza, sob o comando militar dos sandinistas.

Como resultado do esforço de ativistas de diversos países, foi fundada, sob a direção dos morenistas, a Brigada Simón Bolívar, que lutou ao lado e sob a direção militar da Frente Sandinista pela Libertação Nacional. No entanto, os sandinistas teriam evitado seguir os passos da Revolução Cubana e, na perspectiva morenista, recusaram-se a aprofundar o processo de ruptura social para garantir acordos com a burguesia e o imperialismo. Os brigadistas rejeitaram a interrupção do processo revolucionário e seguiram militando para a fundação e organização de sindicatos, impulsionando o armamento da população. Exigiram, ainda, que os sandinistas rompessem com a burguesia e tomassem o poder com os sindicatos

operários. Em seguida, foram detidos e entregues à polícia panamenha, quando diversos militantes foram torturados entre 1979 e 1980.

Segundo Sagra (2010), o SU enviou uma delegação à Manágua, em Nicarágua, para desautorizar a Brigada e desvincular a responsabilidade de seus atos da organização internacional. A internacional trotskista votou uma resolução proibindo a construção de partidos que não obedecessem ao sandinismo e negou-se a defender militantes revolucionários torturados pela burguesia. Isso foi encarado pela Fração como um rompimento com os princípios da moral revolucionária.

Pierre Lambert, dirigente dos trotskistas franceses da Organização Comunista Internacionalista, deu sua solidariedade à Brigada Simón Bolívar. A organização francesa não estabelecia contato com os morenistas desde 1963, pois Nahuel Moreno os considerava excessivamente sectários. Assim, os franceses não tinham participado da reunificação dos trotskistas em torno do SU. Contudo, por ocasião do episódio nicaraguense, as duas organizações se aproximaram por terem posições parecidas a respeito do processo que ocorria no país centro-americano.

Iniciou-se, então, um processo de aproximação entre as duas organizações, o que se desenvolveu enquanto discussão programática, levando Moreno a elaborar as *Teses para Atualização do Programa de Transição*. De acordo com Carrasco (1988, p. 48, tradução nossa),

Moreno ficou muito feliz. Finalmente um acordo de princípio com outro líder histórico do trotskismo! Finalmente um partido verdadeiramente mundial! [...] A FB com seu peso na América Latina e a OCI com seu peso na França poderiam ser o trampolim para se espalhar pelo velho continente. Especialmente nos estados operários – na problemática Polônia, nasceu o Solidariedade –, dos quais Moreno esperava que grandes partidos surgissem em um futuro próximo que avançariam em direção ao trotskismo.

A unificação ocorreu em Paris, em um congresso que fundou o Comitê Internacional – Quarta Internacional⁵. Antes de seguirmos para a análise da história oficial do morenismo, é necessário analisar o conteúdo das *Teses*, documento que serviu de base para a formação da LIT e que é referência até os dias de hoje para a militância da corrente⁶.

⁵ A revista mensal do Comitê Internacional era editada em três idiomas, numa tiragem de 15 mil exemplares, e distribuída em 40 países (DECLARAÇÃO..., 1981).

⁶ O historiador e então dirigente da Convergência Socialista Valério Arcary (2017), em texto escrito na ocasião do trigésimo aniversário de morte de Nahuel Moreno, relembra que esteve presente no congresso do Partido Socialista dos Trabalhadores, partido morenista da Argentina, que ocorreu na Colômbia antes da unificação. O autor, “O contexto era dramático: as diferenças com o SU da Quarta sobre a revolução nicaraguense conduziram à ruptura com o bloco da maioria formado pelos franceses e norte-americanos. O horizonte sul-americano de perspectiva de momentos decisivos na etapa final de luta pela derrubada das ditaduras nos levou a conclusões apressadas e unilaterais. Foi nesse processo que a corrente assimilou, infelizmente, a elaboração sobre o caráter

2.1 AS TESES PARA ATUALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

As *Teses para Atualização do Programa de Transição*, elaboradas por Moreno (1992) em acordo com Lambert, em 1980, tinham por objetivo atualizar o programa da histórica IV Internacional, organização fundada por Leon Trotsky em 1938 e que pretendeu unificar os revolucionários inspirados pelo antigo líder bolchevique. O programa da organização trotskista original deveria ser reconstruído com vistas ao mundo posterior à Segunda Guerra Mundial, mesmo tomando por base o próprio *Programa de Transição* elaborado por Trotsky, mais importante texto programático da história do trotskismo.

O documento de Moreno (1992) parte da mesma caracterização elaborada pelo ex-dirigente do Exército Vermelho no *Programa*, quando afirma que as forças produtivas teriam deixado de crescer sob o imperialismo e que o desenvolvimento técnico não tinha por finalidade melhorar o nível de vida, mas, sim, de aumentar a miséria e novas guerras. Além disso, as forças produtivas teriam entrado em contradição com a propriedade privada e a existência dos estados nacionais.

A chamada crise de direção do proletariado, elemento que também se mantinha na análise trotskista desde o manifesto aprovado pela conferência de emergência de 1940, seria uma consequência do serviço prestado pelas supostas direções do movimento de massas, de forma direta ou indireta, à contrarrevolução imperialista. Segundo Moreno (1992), a principal forma para resolver essa crise seria construir partidos trotskistas de massas e o “partido mundial da revolução socialista”, o que seria a própria IV Internacional. Seus partidos nacionais deveriam ser construídos no seio do movimento de massas em uma “luta implacável” contra todas “as direções burocráticas e pequeno burguesas”, mesmo que dirigissem lutas progressivas ou que rompessem com a burguesia e instaurassem um governo operário e camponês. Nessa concepção, os grandes partidos operários, os sindicatos e os estados operários teriam sido “distorcidos” pela burocracia: “[...] todos eles são burocráticos, nenhum é revolucionário”, bem como “todas as direções reconhecidas servem à contrarrevolução” (MORENO, 1992, p. 10).

Assim, nessa visão de mundo, o movimento revolucionário seria vítima de constantes “traições”, o que também não deixaria de ocorrer no interior do movimento trotskista. O

‘imminente’ da revolução socialista, uma formulação sobre a etapa internacional que se demonstrou, especialmente, equivocada, depois do início da restauração capitalista na China com Deng Xao Ping, em 1978, e que deu um salto de qualidade com Gorbachev em 1986. Acompanhei o Congresso do PST (A) preocupado. Porque a polêmica que existia, previamente, foi resolvida por uma intervenção pessoal de Moreno que, embora brilhante, foi devastadora para os que estavam em minoria, e sugeria que ele ocupava, na principal organização da Fração, o papel de uma liderança com autoridade incontestável” (ARCARY, 2017).

“revisionismo pablista”, por exemplo, proposto pelo grego Michel Pablo, a partir de 1951, teria gerado três décadas de crise no movimento trotskista internacional por ter atentado contra os princípios fundamentais do movimento (MORENO, 1992). Um dos principais casos de traição teria sido a revolução boliviana de 1952, em que os trotskistas foram orientados a negociar com as direções traidoras ao invés de lutar para a tomada do poder pela central operária.

Ao contrário das direções traidoras, a classe trabalhadora em luta teria derrotado diversos planos do imperialismo, como, por exemplo, a vitória na Guerra do Vietnã:

Por volta de 1974, há um salto no ascenso da revolução socialista mundial e na crise do imperialismo que indica que entramos em uma nova etapa da ascenso revolucionário mundial. Esta quarta etapa é a da crise generalizada do imperialismo e dos Estados operários burocratizados, do fim do boom económico, do início da revolução socialista europeia com Portugal e da revolução política generalizada nos Estados operários, da crise aparentemente definitiva do stalinismo. (MORENO, 1992, p. 33).

Se essas tendências se confirmassem, seria aberta a época do trotskismo, ou seja, da superação da crise do proletariado pela transformação dos partidos trotskistas em partidos de massas. Moreno (1992) analisou a história das direções do movimento de massas e concluiu que seria o momento mais apropriado para os trotskistas “ortodoxos” chegarem ao poder, pois a dominação da burocracia teria chegado ao seu limite e a prova disso seriam os ascensos revolucionários nos estados operários, nos quais a burocracia teria se tornado, inclusive, um entrave econômico, além do que o fim do “boom” econômico do pós-guerra nos países europeus traria a possibilidade de ascensos revolucionários também na Europa ocidental.

O crescimento do movimento trotskista dependeria da continuidade da época de ascensos revolucionários, de guerras e crises. Esses processos possibilitariam saltos “espetaculares” no crescimento e estruturação das organizações trotskistas, que seriam possíveis porque, depois de 40 anos de ascenso revolucionário, seriam formados milhares de quadros políticos trotskistas “experimentados” e capazes de capitalizar a crise dos “aparatos contrarrevolucionários”.

2.2 O ROMPIMENTO COM LAMBERT E A FUNDAÇÃO DA LIT

Se, para Marx e Engels (2010), “tudo o que é sólido desmancha no ar”, o que nem sólido é, desfaz-se com muito mais facilidade. Esse foi o caso do processo de unificação entre os morenistas e os lambertistas que se iniciou enquanto forma de aproximação política, em

1979, e desenvolveu-se enquanto discussão, síntese programática e congresso de unificação, mas que, entre 1980 e 1981, desfez-se.

Para os morenistas, a eleição de François Mitterrand na França fez com que o sectarismo dos lambertistas apresentasse seu lado oportunista. Os trotskistas franceses teriam capitulado ao governo de frente popular⁷. Segundo Carrasco (1988), Moreno e a Fração Bolchevique (FB) teriam solicitado a abertura do tema para a discussão, o que teria sido impedido burocraticamente, levando, até mesmo, as expulsões de militantes que apenas concordavam em discutir o tema. Para Sagra (2010), a pequena inserção da FB no velho continente impediu seus dirigentes de compreenderem que os lambertistas tinham fortes relações com a burocracia sindical.

A partir daí, se o receio diante de se isolar do SWP norte-americano e do SU rondava setores do morenismo antes do rompimento com os lambertistas, diante disso, teria muito mais motivos para existir após o rompimento com os franceses. No entanto, mesmo sob intenso isolamento, entre os dias 5 e 11 de janeiro de 1982 (LIT, 2012), em Bogotá, 28 militantes eleitos em partidos de sete países⁸ participaram como delegados do congresso de fundação de uma nova organização internacional, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT).

Conforme indicado anteriormente, as *Teses para Atualização do Programa de Transição*, de Moreno (2012), formam um texto com a pretensão de ser a atualização do *Programa de Transição*. Não cabe, portanto, repetir os elementos apresentados nas *Teses*, mas é importante considerar que em nenhum momento os documentos fundacionais da LIT apresentam qualquer tipo de contestação às ideias ali apresentadas, o que sugere que se mantém válidas para a militância morenista. Contudo, os mesmos documentos fundacionais da LIT (2012) apresentam elaborações que não estavam presentes em outros textos, por isso se faz necessário analisá-los.

A revolução política e a crise geral dos aparatos que dirigiam o movimento de massas chegaram a um ponto em que o caminho político para os morenistas estaria claro. Todas as direções estariam em processo de enfraquecimento desde o maoísmo, stalinismo, castrismo, aprismo e peronismo, os quais, em seu processo de perda de prestígio, liberariam as barreiras burocráticas que existiriam entre o movimento de massas e o trotskismo. As novas gerações

⁷ Nahuel Moreno (2003) entende por governo de frente popular um tipo de governo burguês, mas com particularidades próprias. Governos desse tipo são liderados ou contam em sua formação com líderes da esquerda, de movimentos sociais e dos trabalhadores. O autor elenca como exemplo o governo Kerensky, que assumiu o poder provisoriamente na Rússia em 1917, o governo de Salvador Allende, no Chile, e o de Mitterrand, na França.

⁸ Segundo Carrasco (1988), a FB chegou a organizar em torno de 20 partidos quando atuava por dentro do SU.

se sentiriam “repelidas pelos aparatos” (LIT, 2012, p. 64, tradução nossa). No entanto, enquanto que nas *Teses para Atualização do Programa de Transição* (MORENO, 2012) a crise dos aparatos burocráticos partidários era apresentada como um dos elementos importantes da mudança na conjuntura, no documento de fundação da LIT, publicado em 1982, sob o título de *Conferencia de Fundación, Resoluciones y Documentos*, a crise dos aparatos é considerada “**a característica mais importante da situação mundial atual**” (LIT, 2012, p. 64, tradução nossa, grifo nosso).

Outro elemento importante desse documento está exposto na resolução de *Balanzo das Atividades*, aprovada na mesma reunião que fundou a LIT em 1982, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário, e duas abstenções. Ao analisar a fundação da IV Internacional, ocorrida em 1938, os elaboradores do documento afirmam que:

O fato de que em 1938, às vésperas da guerra e depois de todas as derrotas, cerca de 5.500 militantes se reuniram na fundação da Quarta Internacional é mais uma confirmação categórica de que uma liderança internacional eficaz, mesmo em uma situação objetiva tão desfavorável como a dos anos trinta, sempre alcança resultados positivos, insistimos, se houver intensa luta de classes. (LIT, 2012, p. 86, tradução nossa).

Além disso, comparam a fundação da LIT com a fundação da IV Internacional quando afirmam: “se analisarmos de forma numérica nossa corrente, deixando de lado o partido argentino, vemos um progresso imenso a partir de que passamos a construir a TB-FB” (LIT, 2012, p. 86, tradução nossa). Entre 1974, quando se iniciou a luta de tendências no interior do SU, e 1981, quando a corrente teria atingido 3.500 militantes, sem contar o partido argentino, a organização teria multiplicado sua força “em 20 vezes”.

Pelo caráter pretensamente conspirativo das organizações que se apresentam como revolucionárias, é muito difícil para os pesquisadores definirem o número de militantes de partidos desse tipo por dois motivos: 1) essas organizações fazem distinção entre filiados e militantes, sendo os primeiros apoiadores políticos, enquanto que os segundos se dedicam a construir o partido cotidianamente; 2) esses dados dificilmente são apresentados publicamente.

Sobre o partido bolchevique, apenas para exemplificar com um caso de notória importância, a estimativa de militantes em 1917 chega a variar de 30 a 120 mil, tornando os dados pouco precisos para quem os analisa. Porém, no caso específico dos números apresentados pela LIT, estes parecem ser relativamente confiáveis também por dois motivos: 1) trata-se de um documento de caráter interno para os militantes e dirigentes das organizações; 2) os partidos desse tipo se utilizam de mecanismos próprios de contagem,

como sensos que são feitos no interior dos próprios partidos e dos quais só participa quem cumpre os critérios mínimos de militância.

Sobre o caso específico do partido argentino, não foi encontrado o número exato de militantes no momento do congresso, em 1982. O único número referente à quantidade de militantes desse partido está em uma palestra de Nahuel Moreno (2006, p. 181), ocorrida em 1984, quando se referiu ao partido no ano anterior (1983), e afirmou: “[...] saímos de nosso retrocesso com mais ou menos 1.500 quadros”. Na mesma palestra, ao se referir sobre os “quadros”, afirma:

Como já assinalamos, não há organismos ou grupo do partido que possa existir se não está nele o companheiro que seja capaz de armá-lo e dirigi-lo. Esse companheiro é o que chamamos de “quadro” ou “chefe”. Concretamente, alcançaremos organizar tantos grupos do partido quantos chefes em condições de fazer a tarefa o partido tenha ou ganhe. (MORENO, 2006, p. 186).

Ou seja, o número total de quadros é inferior ao número total de militantes, pois quadros não são apenas militantes, eles têm por função coordenar a atividade dos militantes. Desse modo, é provável que, em 1983, o partido argentino tivesse mais do que 1.500 militantes. Esse dado apresentado por Moreno (2006) foi fornecido em uma palestra interna para a juventude do partido argentino, em um contexto em que ele se referia às fragilidades que o partido apresentou no processo eleitoral de 1983 naquele país.

É importante levar em conta que o partido argentino era o maior e mais importante partido da LIT, por isso os documentos da Conferência fazem questão de apresentar o crescimento da organização internacional para fora do país. Entretanto, independente do número exato de militantes da LIT e do partido argentino, é possível interpretar a mensagem que está implícita no documento.

Em termos comparativos, a IV Internacional foi fundada com 5.500 militantes, no contexto de uma situação contrarrevolucionária mundial e diante do enfraquecimento do bloco aglutinado por Leon Trotsky. No entanto, aquela organização havia sido fundada porque Trotsky previa que, após a Segunda Guerra Mundial, estaria colocada uma situação revolucionária sem precedentes históricos e que poderia ser dirigida apenas pelos trotskistas.

Retomemos os elementos apresentados até aqui. Para os morenistas, eles eram a única corrente que não tinha “capitulado”. O documento de *Balanço das Atividades* faz questão de comparar numericamente o número de militantes que fundaram a IV com os que fundaram a LIT, dando a entender que o número era aproximado. No entanto, diferentemente de Trotsky e dos trotskistas da década de 1930, os morenistas estariam, em sua própria interpretação, numa etapa de novas revoluções de outubro e diante do fim do prestígio das antigas direções

traidoras. Sendo assim, pode-se inferir que o documento sugere que seria possível, diante de um próximo ascenso de massas, preparar a LIT para a tomada do poder.

2.3 O PRIMEIRO CONGRESSO DA LIT

De acordo com Carrasco e Herman (1988), para Moreno, era de central importância a fundação de uma organização internacional, uma corrente trotskista “ortodoxa”, para se preparar para a aproximação da “época do trotskismo”. Assim como Trotsky considerou a fundação da Quarta Internacional a tarefa mais difícil que cumpriu na vida (mais que o de enfrentar o Czarismo, participar enquanto um dos dirigentes da Revolução Russa, organizar e dirigir o exército vermelho), Moreno entendia que fundar e dirigir a LIT era a mais importante e mais difícil tarefa que havia cumprido em sua vida. Não se tratava mais de organizar a disputa por dentro de uma organização internacional, mas dirigir, elaborar estatutos, organizar, formar quadros, programas, políticas, finanças, revistas e diversas outras tarefas (CARRASCO; HERMAN, 1988).

Entre o Congresso de Fundação, em 1982, e o Primeiro Congresso, que ocorreu entre os dias 7 e 13 de março de 1985, na Argentina, a jovem organização internacional cresceu. Enquanto no congresso fundacional, a LIT tinha sete partidos filiados, em seu primeiro congresso esse número passou para 10, mas se deve levar em conta que participaram mais 10 delegados não plenos como observadores de seus respectivos partidos nacionais que estavam em processo de aproximação com a LIT, sem direito a voto (PRIMER, 2012). Dessa forma, pode-se sugerir que os morenistas voltaram a ter uma influência internacional ao reunirem em torno de 20 partidos, quantidade similar ao período em que era fração interna no SU.

Na opinião da direção da LIT, esse congresso teria uma diferença qualitativa em relação à conferência anterior, porque, à época, a organização vinha de uma derrota ao tentar construir uma organização com os franceses lambertistas:

A situação hoje é outra: seis meses de discussão, emissão de boletins internos, congressos, escolas de quadros permitiram às 21 organizações aqui presentes fazer um balanço destes três anos da nossa Internacional e dos seus respectivos partidos, e nos convocar aqui a testemunhar este Congresso, e atuando neste Congresso, sem dúvida, representa um salto qualitativo da Conferência constituída. (PRIMER..., 2012, p. 9, tradução nossa).

Em discurso proferido na abertura do congresso, o orador escolhido para fazer a saudação inicial em nome da direção, que é apresentado no documento como “A.”, reivindica

o passado da corrente morenista em seus diferentes estágios de construção internacional, inclusive anteriores à formação da Tendência Bolchevique. Além disso, requiere a LIT como continuidade dos fundadores da Quarta Internacional, da Oposição de Esquerda na União Soviética (que contara com a participação de Trotsky), os quatro primeiros congressos da III Internacional (que contaram com a participação elaboração de Lênin e Trotsky), a II Internacional antes do “desvio oportunista”, a Primeira Internacional, além da própria Liga dos Comunistas e dos Justos (que contaram com a participação e atuação política de Marx e Engels, portanto, anteriores ao nascimento de Trotsky). Ainda, afirma que a LIT é a continuidade do objetivo estabelecido desde os primórdios do movimento socialista revolucionário, defendendo a revolução mundial e o partido mundial da revolução.

A respeito da situação mundial, o documento mantém a compreensão de que as condições objetivas da situação revolucionária estavam cada vez mais maduras diante do aumento da crise econômica e da miséria⁹. As mobilizações revolucionárias estariam sendo encabeçadas pelo proletariado e pelas massas pobres de todo mundo. No entanto, ao reconhecer a debilidade da LIT para preencher o “vazio de direção”, reafirma a defesa da tática de Frente Única Revolucionária (FUR), defendida desde, pelo menos, as *Teses* de 1980.

A frente única revolucionária consiste em chegar a acordos político-organizativos com base de pontos programáticos comuns, que nos permitam intervir de forma conjunta nos processos de luta de classes e na luta pela direção do movimento de massas. A frente única revolucionária que estamos promovendo é um passo transicional a um partido revolucionário de massas. (PRIMER..., 2012, p. 58, tradução nossa).

O foco dessa tática de construção seria as correntes que rompem com os “aparatos contrarrevolucionários”, como o stalinismo e a social-democracia. A construção da Internacional passaria por difundir partidos “operários e revolucionários” de massas nos mais diferentes países, os quais, possivelmente, não se reivindicariam trotskistas, mas seriam partidos “trotskizantes”, ou seja, que ainda não seriam trotskistas, mas caminhariam nessa direção.

No documento de balanço das atividades da Internacional durante esse período, novamente, encontramos elementos interessantes para analisar a forma como os morenistas se veem, como avaliam seus feitos e como se apresentam para a militância em documentos internos. O documento afirma que duas questões de fundamental importância estavam

⁹ Conforme Sagra (2010, p. 210-211), “O Primeiro Congresso da LIT-CI, [...], vota um manifesto que define a situação mundial como revolucionária, e faz um chamado a construir uma FUR a partir de um programa mínimo revolucionário para fazer frente à contrarrevolução imperialista mundial, as burguesias nacionais, a igreja, o stalinismo, o castrismo, o sandinismo e as burocracias sindicais, e avançar na construção de partidos revolucionários nacionais e de uma Internacional com influência de massas”.

colocadas para o congresso de 1985: a primeira era se a LIT deveria continuar a ser uma internacional com características de partido mundial; a segunda, era o porquê de não terem conquistado a construção de partidos de massas (PRIMER..., 2012, p. 100-101).

Esse congresso, além de reiterar de modo marcante a defesa da FUR, em diversos momentos a autocrítica se faz presente. Esse elemento aparece quando a “história oficial”¹⁰ da corrente narra o início da trajetória da corrente. É comum nos textos de Moreno e de intérpretes que aderem à corrente centrar a narrativa sobre a época em que o partido era excessivamente obreirista e pouco internacionalista. Porém, esse elemento aparece com menos frequência a partir da década de 1970, com exceção da avaliação acerca do que teria sido o erro da tentativa de unificação com os lambertistas.

A primeira questão levantada no documento quanto à LIT prosseguir como uma internacional, fez com que o documento retomasse quais seriam as características de uma organização que se propunha a ser um partido mundial. Destacam a disciplina, as atividades e as campanhas comuns, os organismos de direção que sejam reconhecidos pelas seções nacionais, a existência de revista teórica pública e boletins de discussão interna. Conclui-se que em seus, até então, três anos de existência faltara não “direção internacional”, mas a estrutura dirigente da LIT estivera “extremamente” debilitada, sem revista teórica e sem boletim interno. Contudo, mesmo diante desse cenário, a expectativa parecia positiva:

[...] nossos partidos mantiveram uma paixão inusitada por fortalecer a Internacional; e cada um por seu lado, quase sem coordenação, respondeu em uníssono contra a política do imperialismo. Isto quer dizer que a vontade de construir um partido mundial é mais do que formal e estatutária; é programática, metodológica, e porque não reconhecer, muito fortemente arraigado. (PRIMER..., 2012, p. 101, tradução nossa).

Para formular uma resposta para a segunda questão, sobre as dificuldades para construir partidos nacionais de massa, defendeu-se no documento que o desenvolvimento de partidos trotskistas dependeria do desenvolvimento da luta da classe operária. Como o trotskismo seria a teoria e o programa da revolução operária em escala nacional e mundial, a massificação do movimento trotskista dependeria do triunfo revolucionário da classe operária. Desse modo, concluiu-se o texto com uma previsão: “[...] se por uma ou outra razão ou motivo o proletariado fracassa em sua tarefa histórica, se não se converte em sujeito histórico no fim do século XX ou no começo do século XXI, ou então se instala uma terrível guerra nuclear, o trotskismo também seguirá fracassado” (PRIMER, 2012, p. 102, tradução nossa).

¹⁰ Refiro-me aos textos de Carrasco (1988), Sagra (2010) e Ronald (2012) como “história oficial”, porque para as os autores contar a história do morenismo nada mais é do que repetir de forma organizada e sintetizada a opinião de Moreno a respeito de sua história, a história de seus partidos e de seus agrupamentos internacionais.

Nenhuma das duas questões é respondida por argumentos políticos, enquanto a primeira é ressaltada como uma suposta paixão militante que teria provado a viabilidade da LIT, a segunda questão suscitou um argumento que afirma a existência de uma ligação quase que de essência entre a classe operária e o trotskismo. A previsão catastrofista de uma guerra nuclear é parte de uma série de argumentações desse tipo em textos da organização ou em textos do próprio Moreno.

Cabe ainda ressaltar um elemento que também está presente nos textos da história oficial do morenismo, assim como de Nahuel Moreno e nos documentos da LIT. Em seu discurso de encerramento do Primeiro Congresso, Moreno sugere que haveria apenas duas internacionais trotskistas em escala mundial: o SU e a LIT. Todavia, apenas a LIT, embora ainda débil em proporções internacionais, estaria em processo de crescimento, inserindo-se no movimento operário, ou seja, somente a sua corrente seria de modo efetivo coerente com o programa trotskista (PRIMIER, 2012). A percepção de estarem sozinhos e de serem os únicos trotskistas ortodoxos é também um traço muito importante na formação do morenismo enquanto corrente política.

2.4 O CRESCIMENTO DA LIT E OS DILEMAS DO MORENISMO SEM MORENO

Robert Alexander (1991), talvez seja principal pesquisador da história do trotskismo, afirma que o “Movimiento al Socialismo”, partido morenista argentino, ao longo da década de 1980, chegou a ser um dos maiores partidos trotskistas do mundo. No congresso de março de 1985, o partido contou com a participação de 336 delegados e 1.500 observadores¹¹. Em 1987, o partido conquistou a eleição de seu primeiro deputado federal, Luís Zamora. Nesse mesmo período, em 1986, a LIT conseguiu se aproximar do *Workers Revolutionary Party* (WRP), partido trotskista inglês, que tinha como um de seus dirigentes o veterano Bill Hunter.

Em seus últimos anos de vida, Moreno dedicou seu tempo e sua frágil saúde para formar a direção da LIT, trabalhando diretamente com “Edú, Zezé, Kemel, Jesús, León Pérez, Alberto, Ricardo, Eduardo, Mercedes, Carmen” (CARRASCO, 1988, p. 56). Dos citados, dois são brasileiros. Os dois partidos mais importantes da LIT eram o argentino e o brasileiro, a

¹¹ “Of the delegates 55 percent were said to be ‘workers from construction, meat parking, auto, machinists, railroad, food processing, bottling, sanitation and public workers unions. Many were also members of elected factory committees or rank and file delegates for their union’. In addition, 30 percent of the delegates were white-collar workers, and 13 percent students” (ALEXANDER, 1991, p. 51).

Convergência Socialista, atuando, então, como tendência interna do PT. Dos 29 delegados do Primeiro Congresso, oito eram do partido argentino e quatro do brasileiro.

No dia 25 de janeiro de 1987, acometido por insuficiência cardíaca, Hugo Miguel Bressano Capacete, o Nahuel Moreno, faleceu. Cartas de condolências chegaram de diversos partidos trotskistas de todo mundo, centrais sindicais da Espanha, Brasil, Bolívia e Colômbia enviaram suas homenagens e 10 mil pessoas foram em ato até seu velório, cantando. Diante desse cenário, Eduardo Almeida (2012) lembra: “somos los troskos, los troskos de Moreno! Somos los troskos del movimiento obrero!”. Por ironia do destino, Moreno se foi em um dia em que Buenos Aires amanheceu paralisada por conta de uma greve geral. Como despedida, Hugo Blanco (2007, p. 136), ex-senador peruano, escreveu: “[...] reconheço nele o meu maior mestre do marxismo e sempre o reconheci assim, apesar de que as vicissitudes da luta revolucionária tenham separado nossos caminhos há vários anos. A América Latina perdeu um incansável e inteligente combatente da revolução”.

Valério Arcary (2017), dirigente da Convergência Socialista¹² à época, relembra que, quando recebeu a notícia da morte de Moreno, pensou: “agora estamos muito mais sozinhos”. Eduardo Almeida (2012), também da direção da CS e que esteve presente no funeral de seu dirigente, lembrou que, além de tristeza, a morte de Moreno provocou muitas dúvidas na militância da LIT, incluindo questionamentos a respeito da continuidade e sobrevivência da organização internacional. Os anos posteriores à morte de Moreno foram de total fragmentação do partido argentino, que provocaram rompimentos com a LIT. A primeira dessas fragmentações ocorreu já em 1988, disputando a caracterização de um suposto processo revolucionário em curso na Argentina e possíveis alianças com o Partido Comunista Argentino (LISZT, 2017). Com a morte de Moreno, a LIT perdeu sua grande bússola, como também o único dirigente com autoridade sobre todos os quadros.

Como o objetivo deste trabalho é identificar os traços gerais do morenismo enquanto corrente política e a influência sobre o partido brasileiro, não analisaremos os documentos do congresso de 1988, por não apresentarem elementos fundamentais de análise para nenhum dos dois objetivos. Analisaremos, então, as Teses de 1990, ideias que são centrais para compreender a constituição do morenismo sem Moreno e que tiveram influência central nos ativistas brasileiros.

¹² Agrupamento político filiado à LIT que atuava como tendência interna no PT.

2.5 AS “TESES DE 90”: ASPECTOS GERAIS DO MORENISMO SEM MORENO

Fruto dos debates congressuais da Liga Internacional dos Trabalhadores de dezembro de 1990, foi formulado um documento que sintetiza o conjunto das posições políticas, as quais ficaram conhecidas na organização como “Teses de 90”, e que foram revistas posteriormente. A análise desse documento visa evitar um julgamento injusto da história da corrente política, bem como compreendê-lo como uma arquitetura política para a corrente, com grande impacto na militância e na forma de ver o mundo pelos anos seguintes. As teses foram objeto de cursos oferecidos pela LIT e por suas seções nacionais para preparar os quadros de toda a organização para entender e defender estas posições.

Ao analisar os fatos ocorridos entre 1989 e 1990, especialmente vinculados ao episódio da queda de Muro de Berlim (1989) e do chamado socialismo real, a LIT considerava que, a partir dali, em poucos meses, a revolução política, eixo central do programa trotskista, obteria grandes vitórias nos estados operários. A classe operária, junto às massas, teria destruído, através de grandes mobilizações revolucionárias, os regimes totalitários de partido único do stalinismo e teria conquistado liberdades democráticas ausentes dos países do Leste europeu.

O resultado dessa ofensiva teria sido a “subversão” da ordem imperialista-burocrática do pós-guerra, além da derrota da estratégia da reação democrática,

Porque destruiu desde o ponto de vista econômico, militar e institucional a ordem contra-revolucionária do pós-guerra e rompeu o instrumento fundamental da estratégia de reação democrática, definimos os triunfos da revolução política como uma derrota de magnitude histórica para a frente contra-revolucionária mundial do imperialismo e da burocracia. (LIT, 1990, p. 2).

A revolução política teria um caráter mundial e generalizado porque assumia a luta de classes nos países semicoloniais das décadas anteriores. O documento entendia que as formas que foram assumidas pelos movimentos revolucionários após a Segunda Guerra Mundial iriam se apresentar novamente. No entanto, as revoluções a partir de então teriam como predominância o caráter operário, urbano e insurrecional. Pelo caráter operário dos levantes, o resultado seria a evolução da situação para uma crise revolucionária e a criação de organismos de duplo poder, político e militar, sob a direção da classe operária.

Isso estaria acontecendo porque, ao se referir à direção política dos partidos stalinistas, a classe estaria livre das “[...] lajes que as esmagavam há quase setenta anos” (LIT, 1990, p. 2). A ação revolucionária das massas poderia, então, ocorrer livremente de forma democrática e revolucionária, porque as massas se autodeterminam. A revolução política teria matado o

stalinismo e, junto com ele, teriam entrado em crise aguda os demais “[...] aparatos políticos e sindicais do mesmo tipo, pequeno-burgueses e burgueses” (LIT, 1990, p. 2).

A revolução mundial tem o seu desdobramento histórico fundamental no terreno subjetivo. Colossais ações revolucionárias sem aparatos contra revolucionários que as controlem ou que vão diretamente contra eles, produzem uma revolução na consciência e na direção da classe operária mundial. Na consciência, porque varrem as ilusões depositadas durante décadas nas velhas direções traidoras e em suas políticas de colaboração de classe e tornam efêmeras as ilusões nas novas direções oportunistas. Na direção, porque fazem surgir multitudinariamente uma nova vanguarda da classe operária, experimentada na luta e aberta para o programa trotskista da revolução socialista mundial. [...] Os saltos na consciência das massas, o surgimento objetivo dessa nova vanguarda operária e a existência da nossa LIT abrem a possibilidade de solucionar a crise de direção revolucionária da classe operária mundial. (LIT, 1990, p. 2).

Uma das consequências dos triunfos revolucionários seria o aprofundamento da crise econômica mundial iniciada no fim da década de 1960. Diante do cenário de instabilidade política e ascensos revolucionários, os capitalistas deixariam de fazer investimentos produtivos de forma massiva por não estarem garantidos por exércitos sólidos e nem por aparatos contrarrevolucionários. A crise revolucionária generalizada impediria o “boom” capitalista e, ao “aprofundar-se a crise, aproxima-se o momento da revolução mundial” (LIT, 1990, p. 3).

A maior parte da humanidade estaria, então, preparando-se para lutar “na trincheira da revolução”, pois a crise estaria empurrando as massas para essa trincheira por conta da piora dos níveis de vida dos camponeses, da pequena burguesia e da classe operária. As condições para superar a crise histórica da direção revolucionária da classe operária, objetivo central de todo movimento trotskista, estariam dadas pelo surgimento de dirigentes objetivamente revolucionários, ainda que inconscientemente, e pela existência da LIT.

A era do “dinheiro fácil” nos países imperialistas estaria terminando. O documento previa recessão em nível mundial por conta da retração econômica dos países imperialistas, somada aos retrocessos no nível de vida e à pauperização crescente de amplos setores médios. Além disso, acrescia-se o “estouro econômico dos países atrasados”, que teve como principal expressão os processos hiperinflacionários. Os estados operários, que resistiram por mais tempo à crise, também teriam sucumbido.

Os dirigentes da LIT, sem denominarem a quais setores da esquerda se referiam, afirmavam diferenciar-se de distintos agrupamentos:

Os apologistas do capitalismo e a esquerda cética dizem: agora o imperialismo tomou um grande fôlego porque está conquistando um novo território para os seus investimentos os estados operários e em particular a Alemanha Oriental. Nós dizemos: a instabilidade, a crise, a luta de classes já estão se instalando no Ocidente,

alimentadas pela revolução política; por isso, as perspectivas de investimentos produtivos em grande escala diminuem, não se ampliam, não só no Leste mas também no Oeste e particularmente na própria Alemanha Ocidental. (LIT, 1990, p. 5).

Para justificar a caracterização política dos fatos ocorridos, o documento da organização internacional se apoia nas *Teses para Atualização do Programa de Transição* (MORENO, 1992), mencionadas anteriormente. No trecho citado no documento da Internacional, Moreno (1992) defendia que, em sua primeira etapa, a revolução política partiria da aliança entre o movimento operário com todos os setores da sociedade, incluindo os restauracionistas, contra a burocracia stalinista. Fazendo alusão à revolução russa de fevereiro de 1917, o líder revolucionário entendia que nos estados operários a revolução contra a burocracia começaria por uma “revolução de fevereiro”, tal como o processo russo de 1917. Por outro lado, uma revolução dirigida por um grupo trotskista instauraria um regime baseado na propriedade estatal dos meios de produção, na economia planificada, mas que ao mesmo tempo garantisse um governo com base na democracia operária, completando, por fim, a saga iniciada com a revolução de outubro. A primeira prepararia as condições para a segunda: “A revolução de outubro do trotskismo se fará muito possivelmente contra essa frente restauracionista” (LIT, 1990, p. 5-6).

No processo revolucionário de construção de uma democracia popular surgiriam organismos de poder operário, como sovietes ou comitês de fábrica, que fortaleceriam o partido trotskista, o qual teria de lutar contra as tendências restauracionistas e pequeno-burguesas para estabelecer um regime socialista com base na democracia operária.

O desmoronamento dos regimes sob a influência da União Soviética seria, então, o triunfo da revolução democrática de fevereiro. A LIT considerava que todos esses processos foram dirigidos por organizações políticas oportunistas e centristas ou teriam sido espontâneas, sem direção política. Os regimes políticos construídos nesses países são caracterizados como *kerenkistas*¹³ (referente a Alexander Kerensky, social-democrata que governou a Rússia em 1917 até ser deposto pelos bolcheviques) e em todos eles foram

¹³ O documento ainda define o que significa essa caracterização “Características dos governos Kerenkistas: 1) São fracos porque o Estado está em ruína. 2) A fraqueza aumenta ou diminui conforme a dinâmica das lutas. 3) Sua força está baseada na imaturidade das massas que apesar de ter rompido o monopólio burguês do poder, ainda não acreditam numa saída revolucionária de poder único dos trabalhadores. 4) Tem por objetivo central destruir os processos revolucionários utilizando até violência física. Fracassam em sua tentativa justamente por causa de sua fraqueza. 5) Em todos os governos deste tipo, setores da burguesia preparam golpes contra-revolucionários porque fracassam na tentativa de frear as massas. 6) É um governo onde a normalidade é a desordem. 7) O *kerenkismo* tende a funcionar com formas bonapartistas, já que a crise impede um jogo institucional parlamentar. Daí a tendência a ter que apelar aos decretos, aos pactos políticos inter-burgueses extra-parlamentares, não só com as forças políticas, mas também com as associações patronais e as empresas diretamente. Nos estados operários, ao não existir tradição nem instituições democrático-burguesas, as contradições e o funcionamento bonapartista se agudizam” (LIT, 1990, p. 13).

desenvolvidos organismos “democráticos e revolucionários do movimento de massas” com, inclusive, armamento da população em alguns processos. A corrente internacional, no entanto, reconhecia que nenhum desses processos revolucionários conseguiu levar ao poder a classe organizada através dos organismos políticos desenvolvidos no processo revolucionário. O Estado, que estaria em ruínas, encontrava-se, ainda, sendo controlado pelos velhos ou novos setores burocráticos.

A respeito do movimento de massas, o documento afirma:

Só a contra-revolução burocrático-imperialista pode ser restauracionista, jamais as massas revolucionárias em ascenso e com suas organizações em enfrentamento com a burocracia. Pelo contrário, o ascenso revolucionário aponta objetivamente, em que pese os programas e políticas de suas direções ou as suas contradições, à defesa, à consolidação e ao desenvolvimento do estado operário. (LIT, 1990, p. 6).

Ou seja, para a LIT, por conta da composição social e das formas adotadas pela luta, o movimento não poderia ser restauracionista, isto é, contrarrevolucionário. Apenas uma aliança “burocrático-imperialista” poderia levar adiante a restauração do capitalismo nesses países, “jamais as massas revolucionárias em ascensos”. As lutas apontariam justamente na direção contrária da contrarrevolução e apontavam, objetivamente, para a consolidação do estado operário. Caso o movimento restauracionista fosse vitorioso as massas seriam jogadas “num abismo de miséria”, o que não poderia ser conquistado através de governos fracos como os krenkistas. Ademais, prevê também que caso este caminho fosse adotado a classe trabalhadora lutaria “encarniçadamente” para não ter seus níveis de vida rebaixados. As condições objetivas para o sucesso da revolução de outubro estariam mais do que maduras.

O documento afirma que a revolução política no Leste teria aberto uma situação revolucionária em todo o continente europeu. Argumenta que o partido ligado à LIT dirigiria as principais greves na Espanha “por fora das principais centrais sindicais”; na Itália estariam surgindo sindicatos por uma nova vanguarda e por fora das “velhas burocracias”; a social-democracia sueca teria se dividido; a francesa estaria prestes a se dividir; a espanhola estaria em crise. Ou seja, a social-democracia e o stalinismo, os dois principais grupos políticos opositores do trotskismo, estariam em crise profunda:

A social-democracia e o stalinismo, a partir do governo ou da “oposição leal”, foram até agora um dos dois pilares dos regimes burgueses e imperialistas europeus, os encarregados de conseguir apoio dos trabalhadores a seus regimes, enquanto os partidos de direita canalizavam a classe média. Se essa perna se quebra, esses regimes ficam mancos, prestes a tropeçar e cair. E ela já está se quebrando ou já está quebrada. Nem mesmo o trabalhismo britânico se salva, embora canalize eleitoralmente o ódio a Thatcher, já entrou na etapa de “agonizar sob uma montanha de votos”. (LIT, 1990, p. 7).

A Liga entendia que, “em plena confusão ideológica”, o movimento de massas também teria ilusões na economia de mercado. A LIT concordava com as demais organizações de esquerda acerca das desigualdades dos processos. No entanto, enquanto a maioria da esquerda e os “apologistas da contrarrevolução” consideravam que o capitalismo estava se fortalecendo por conquistar o mercado de países que não eram submetidos diretamente à lógica do mercado e que a situação se encaminhava para o desenvolvimento econômico e estabilidade política, os morenistas entendiam que o polo mais forte era o do desenvolvimento ofensivo do movimento de massas, que seguiria desestabilizando governos e seus sistemas econômicos.

Para os morenistas, os fatos ocorridos só poderiam ser comparados, em termos de importância histórica para a libertação do proletariado, com a Revolução Russa de 1917 e com a vitória da Revolução Vietnamita.

Não se trata de ignorar as diferenças entre estes três acontecimentos históricos e o que estamos vivendo. A revolução bolchevique produziu quase instantaneamente uma Internacional revolucionária de massas. O imediato pós-guerra culminou na expropriação da burguesia em um terço do planeta. O Vietnã foi um golpe direto e terrível para o imperialismo dominante porque foi a derrota do mais poderoso exército contra-revolucionário do mundo. Esta derrota histórica da contra-revolução que estamos vivendo não produz imediatamente esses efeitos, mas é o golpe mais gigantesco jamais visto pela contra-revolução, porque é a primeira vez na história que a revolução golpeia de forma simultânea e com efeitos tão catastróficos a todas as forças contra-revolucionárias, isto é, ao imperialismo e às direções agentes suas dentro do movimento operário e de massas a escala mundial. (LIT, 1990, p. 9).

Ao inibir o potencial conciliador das direções traidoras, a revolução política teria derrotado não apenas o stalinismo, mas a “frente contrarrevolucionária” mundial, pois os países imperialistas não têm mais controle sob as massas através da direção dos partidos estalinistas e social-democratas.

Essa crise política envolveria todos os regimes políticos. As ditaduras “fascistóides ou stalinistas” estariam todas desmoronando. Os regimes democráticos estariam com uma “ferida aberta”, pois as massas estariam impondo sua “democracia revolucionária” independente das instituições formais que estariam em crise. A democracia formal, burguesa, estaria em crise justamente porque os partidos que historicamente impediam o impulso revolucionário das massas estariam em crise. O “voto castigo” seria um fenômeno progressivo, pois teria feito “cair por terra” partidos históricos, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), os sandinistas, os peronistas e a esquerda da Alemanha Oriental que se opunha à unificação.

O documento define que a crise revolucionária se desenvolve quando a luta de classes se transfere para a superestrutura estatal de forma violenta o que gera “colapso”, “desmoronamento” e “paralisia total” do aparato estatal. Seria uma fase superior à situação revolucionária, pois é caracterizada pela “luta aberta e mortal” entre os dois polos: revolução e contrarrevolução. Caracteriza-se pela luta objetiva pelo poder estatal, “mesmo que a classe operária ainda não seja consciente disso” (LIT, 1990, p. 11). Assim, teria como característica central a existência de organismos de duplo poder “como situação dominante à escala nacional”, a qual leva ao questionamento cotidiano do estado burguês ou burocrático e os governos que os geram:

Quando já existem organismos permanentes, podemos definir que há um duplo poder institucionalizado. Se existe uma organização de poder operário e de massas a nível nacional, podemos definir que há um duplo poder institucionalizado e centralizado, como o do Solidariedade na Polônia. (LIT, 1990, p. 13).

As direções contrarrevolucionárias estariam, então, tentando controlar esses organismos de duplo poder para frear o avanço das mobilizações e do processo revolucionário e mudar seu rumo para uma política de conciliação. Esse processo já estaria ocorrendo com Lech Walesa, na Polônia ou com o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) e o Partido Comunista (PC) na Bolívia, por terem perdido, respectivamente, a Federação Camponesa e a central operária. A importância desse processo para a classe operária estaria no fato da classe ter experiência concreta com o poder em suas mãos e não espera mais soluções de “patrões bondosos” nem de “demagogos políticos”.

Nessa etapa, a consciência da classe começou a dar saltos históricos:

Afundam as velhas burocracias e os velhos partidos, e aparecem outros novos, de aparência mais progressista mas igualmente contra-revolucionários. Afundam estes e aparecem os centristas. Se queimam os centristas e... no fim do caminho só sobra o trotskismo, porque é o único que tem como programa justamente que a classe operária e as massas façam o que estão fazendo e o façam até o fim, até tomar o poder. (LIT, 1990, p. 15).

O documento admitia não conseguir prever o impacto da confusão ideológica sobre as vanguardas revolucionárias e que teria ocorrido uma série de vitórias eleitorais da direita capitalista. Isso teria influenciado o ritmo de surgimento de correntes políticas trotskizantes. No entanto, o erro da previsão estaria na velocidade em que esses eventos aconteciam. Assim, no essencial, era mantida a avaliação de que os intérpretes da corrente teriam acertado “quanto à dinâmica, profundidade e extensão” da construção de uma nova direção da classe em nível mundial. As outras organizações de esquerda não compreendiam esse movimento por serem subjetivistas e fazem “girar tudo em torno da ideologia”. A LIT seguiria o método

marxista de que a existência determina a consciência, e não o contrário, ou seja, a consciência seria definida pelos rumos e resultados da revolução, e não o oposto.

O caráter atrasado da consciência de classe nesses países seria justamente a existência e opressão dos regimes totalitários que impediam a auto-organização, a discussão democrática, o surgimento de novas vanguardas e a propagação de ideias revolucionárias. A classe operária teria entrado, então, na sua etapa de revoluções de outubro com a consciência muito atrasada. O vazio de direção provocado pelo colapso dos velhos aparatos abriu espaço para que as ideologias restauracionistas fossem difundidas e ganhassem adeptos na classe operária:

A propaganda trotskista deve ocupar menos de uma milionésima parte dos meios de difusão massiva a escala mundial. É normal, pois, que se dê esta fantástica confusão ideológica. [...] A propaganda stalinista em última instância era progressiva porque era uma propaganda do estado operário. Não era progressiva em absoluto, mas se comparada às campanhas imperialistas era. (LIT, 1990, p. 20).

O fortalecimento da LIT seria a demonstração de que a nova vanguarda dirigente das lutas que surgem “em todos os países” demonstra simpatia ao programa e à organização trotskista. Isso acontece porque a época de desenvolvimento da luta de classes faz coincidir com as lutas com o programa do trotskismo. A responsabilidade dos trotskistas por não estarem dirigindo os processos revolucionários é dos mandelistas e dos partidos nacional-trotskistas por não terem construído partidos de massas no leste europeu:

Um partido autenticamente trotskista poderia ter ganho uma ampla franja dessa esquerda para levantar a reunificação como eixo de um programa da revolução socialista e, por essa via, levantando frente às massas um autêntico polo revolucionário alternativo à manobra democrata-cristã. Mas o revisionismo deixou órfãs as massas e suas vanguardas de todo programa e política revolucionária. (LIT, 1990, p. 21).

Por fim, o documento avaliava que a derrubada dos aparatos e a existência de partidos trotskistas com influência de massas seriam os dois fatos inéditos. O partido ligado à LIT teria possibilidades concretas de encabeçar a luta pelo poder além de outros partidos de massas no Cone Sul. No entanto, nem por isso a LIT deveria ter uma postura sectária e a principal tática de construção em países onde não se tem organizações trotskistas de massas deveria ser a FUR. Além disso, o documento chega, até mesmo, a cogitar a militar ombro a ombro, levantar propostas comuns com organizações que nem mesmo reivindicam o socialismo.

2.6 HOLOCAUSTO OU TROTSKISMO: A PERCEPÇÃO DO TEMPO HISTÓRICO E OS DILEMAS DA ESQUERDA DIANTE DO PRESENTE COMO UM FIM EM SI MESMO

Há outros elementos nos documentos de base que formaram uma interpretação morenista da história que merecem atenção, em especial, a percepção do tempo histórico que presidiu as formulações de dirigentes e que inspiraram militantes em diferentes partes do mundo, sobretudo, com foco na América Latina. Inicialmente, pode-se afirmar que, em linhas gerais, as correntes de pensamento, principalmente o marxismo, que influenciaram o processo de construção das tendências políticas morenistas contemporâneas nasceram em um mundo em crescente processo de aceleração. Koselleck (2014) afirma que, a partir do século XVIII, a experiência de aceleração, que anteriormente dependia de uma percepção mágico-religiosa, particularmente, o cristianismo no mundo ocidental, para encurtar a experiência de sofrimento dos eleitos, ganhou autonomia e deixou de depender das ações do universo divino.

O historiador alemão explica essa autonomização a partir de três elementos centrais. O primeiro elemento tem relação com a Revolução Francesa. Diferentemente da Reforma Alemã e da Revolução Inglesa, que se orientavam, mesmo que de forma decrescente, por experiências apocalípticas, no caso dos revolucionários franceses não teria havido a necessidade de apelar a um plano temporal divino. A inovação da experiência da Revolução Francesa teria consistido em “tudo ter acontecido mais rapidamente” (KOSELLECK, 2014, p. 183).

Com isso, o axioma da aceleração foi privado de sua herança apocalíptica e desvinculado da expectativa progressista, podendo assim subsistir como máxima de experiência para a “modernidade”. Como Niebuhr observou em relação à Revolução Francesa, a história europeia teria decorrido de forma mais rápida já a partir do último terço do século XVIII. Essa percepção subjetiva não se referia apenas aos acontecimentos políticos, mas também ao fim da era pré-industrial. (KOSELLECK, 2014, p. 183-184).

Essa percepção subjetiva encontrava sustentação também em experiências sociais fora do âmbito propriamente político, as quais apontam para o processo da revolução industrial e seus massivos desdobramentos culturais. Graças à melhoria das estradas, as carruagens dobraram sua velocidade; os correios, os jornais e a telegrafia aumentaram e aceleraram o processo de transmissão de mensagens; a construção de navios a vela foi aprimorada. De acordo com Koselleck (2014, p. 184), “Observamos então no século XVIII, além da experiência de aceleração política, também um aumento da velocidade na esfera do trabalho

da sociedade burguesa”. Assim, surge um mundo mais rápido e mais informado a partir do século XVIII.

O segundo elemento elencado pelo historiador diz respeito à nova organização industrial da produção e divisão do trabalho graças às mudanças provocadas pelo sistema capitalista. A divisão do trabalho possibilitou o aumento não apenas do volume da produção, mas também da produtividade do trabalho, o que criou um incremento da demanda geral, “[...] fazendo com que a satisfação de antigas necessidades gerasse e satisfizesse novas necessidades” (KOSELLECK, 2014, p. 184).

Com a introdução das prensas rotativas no início do século XIX e com a invenção da telegrafia, da litografia, e por fim, da fotografia, tornou-se possível transformar eventos em informação em prazos cada vez mais curtos, enquanto a informação chegava às pessoas de forma cada vez mais rápida. [...] Graças à aceleração, o ato e a reflexão se aproximaram um do outro: o ser humano já não tem como não refugiar-se no futuro e planejá-lo, pois os dados da experiência própria e alheia se tornam cada vez mais disponíveis. (KOSELLECK, 2014, p. 185).

O terceiro elemento refere-se ao crescimento populacional global, “[...] que força uma virada para o futuro aberto” (KOSELLECK, 2014, p. 185). A humanidade passou de um bilhão no século XVII para cerca de seis bilhões nos anos 2000, tendo ultrapassado no início do século XXI a marca dos sete bilhões. Isso significa que a humanidade duplica sua quantidade em prazos cada vez menores: “[...] uma vez que a aceleração, como categoria específica do tempo da história, se transformou em padrão de experiência, toda a história se transforma retrospectivamente em uma sequência temporal da aceleração crescente” (KOSELLECK, 2014, p. 187).

Hartog (2009) interpreta o quadro descrito e compreendido por Koselleck (2014) como fundante de uma nova percepção do tempo histórico com base em uma noção que identifica o predomínio, em determinados períodos e sob condições culturais próprias, do que chama de diferentes regimes de historicidade, categoria que emprega para analisar a forma como a sociedade se relaciona com o tempo e como sua relação com o tempo afeta essas determinadas sociedades. Para o autor, “Por regimes de historicidade entendo os diferentes modos de articulação das categorias passado, presente e futuro. Conforme a ênfase seja colocada no passado, no futuro ou no presente, a ordem do tempo não é, com efeito, a mesma” (HARTOG, 2009, p. 166).

Segundo o historiador francês, a experiência da sociedade europeia, a partir do fim do século XVIII, com a nova temporalização, dá espaço à ideia do progresso e de uma história entendida como em permanente processo, como se houvesse uma autocompreensão do tempo.

O tempo deixaria de ser o quadro do que acontece, as coisas não acontecem mais no tempo, mas por causa do tempo. No limite, o próprio tempo transforma-se em ator social e cabe prestar atenção em seus movimentos para identificar indícios de mudanças sociais, culturais e comportamentais abrangentes. O tempo transformou-se, por si só, em sistema econômico e em agente político, podendo ser objetivo de investimento, compra, venda e fruição. Distinções e hábitos sociais são identificados pela forma como indivíduos e grupos aproveitam o tempo e dispõem de uma experiência própria de temporalidade.

Assim, 1789 pode datar (pelos menos simbolicamente) a passagem do antigo ao novo regime de historicidade. No antigo regime, voltava-se para o passado a fim de compreender o que acontecia, pois estava entendido que a inteligibilidade ia do passado para o presente e o futuro. No novo regime, é, em compensação, a categoria do futuro que se faz preponderante: do advir, doravante, vem a luz que torna inteligível o presente, assim como o passado; é, portanto, na direção dele que é preciso caminhar. O tempo é percebido (quase sempre dolorosamente) como aceleração; o exemplar (de ainda ontem) deu lugar ao único. O acontecimento converteu-se no que não se repete. Entramos, então, no regime futurista. (HARTOG, 2009, p. 167).

Hartog (2009) demonstra, principalmente a partir do século XIX, como uma crença na História tomou a forma de pensar e agir de diferentes agentes e grupos no mundo ocidental em práticas aproximadas às crenças em Deus, enquanto manifestação de fé. Foi no final do século XVIII que a História emergiu como força dominante, enquanto conceito regulador do mundo moderno. De acordo com Marques (2018, p. 2),

E é com esse conceito moderno de história, que tem o tempo como agente e a distância do campo de experiência (a lembrança) e o horizonte de expectativa (a esperança) que nasce esse novo tempo histórico. Não mais o tempo histórico de uma história *magistra vitae*, onde o passado servia de exemplo para o presente, mas sim uma história que leva inevitavelmente ao progresso, em que o futuro, e não mais o passado, está no centro da crença na história.

No entanto, esse mundo tão coerente de certezas e expectativas sofreu abalos no início do século XX, graças ao início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A partir daí, a experiência traumática da guerra industrial e do sofrimento provocado pela tecnologia moderna alimentou a crítica do tempo como progresso, pondo em dúvida o entendimento de que a revolução seria uma esperança inexorável de futuro. A própria ideia de uma memória coletiva a ser preservada e a necessidade da circulação entre passado e presente, sendo o futuro uma dimensão que passou a evocar mais dúvidas do que certezas, ganhou contornos graças ao trauma coletivo provocado pela guerra, disseminando a insatisfação com o mundo moderno.

O historiador Valério Arcary (2005) destaca que, por conta da tragédia da Primeira Guerra Mundial, os setores mais radicais entre os críticos ao capitalismo entenderam que a

época de reformas do capitalismo havia se esgotado e que seria necessário, portanto, iniciar o tempo das revoluções, diante da incapacidade do sistema capitalista em produzir melhorias à vida humana. O período de reformas e concessões iniciado após a Comuna de Paris (1871) chegava ao fim, o capitalismo só poderia trazer, a partir de então, mortes e destruições.

Lênin avaliou que tinha se aberto com o imperialismo – que não era só uma política, mas uma nova era econômica do metabolismo do Capital – uma época histórica de apogeu e, ao mesmo tempo, hegelianamente, de decadência do sistema: uma época de guerras e revoluções. Nessa perspectiva, as crises do capitalismo deixariam de ser abalos cíclicos regulares, por certo destrutivos, mas compensados por fases de crescimento relativamente rápidos e vigorosos. As crises seriam cada vez mais intensas e mais freqüentes, e as necessidades da recuperação da taxa média de lucro exigiriam uma elevação da massa de mais-valia extraída do trabalho, diminuindo – ou até impedindo – as margens de negociação de concessões. (ARCARY, 2005, p. 124).

Anos mais tarde, em 1938, Leon Trotsky (1979), seguindo a mesma linha de raciocínio de Lenin, escreveu logo na primeira página do documento, que ficou conhecido como *Programa de Transição*, que as forças produtivas da humanidade haviam deixado de se desenvolver e que os progressos técnicos não serviriam mais para o crescimento da riqueza material. O sistema capitalista, salienta o autor, estava em declínio, os antagonismos do sistema imperialista teriam atingido seu limite e os conflitos e explosões sangrentas levariam a uma nova grande guerra. Diante disso, concluiu:

Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam “maduras” para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. (TROTSKY, 1979, p. 74).

O *Programa de Transição*, base das elaborações de Nahuel Moreno que dariam sustentação à LIT, é de compreensão é fundamental para perceber indícios da visão de mundo dos movimentos que tiveram por inspiração as ideias de Leon Trotsky. Pode-se notar, tanto na interpretação de Valério Arcary (2005) a respeito da obra de Lenin quanto no fragmento escrito por Trotsky (1979), que a revolução passava a ser uma tarefa urgente, necessária, localizada no campo do imediato. A promessa de um futuro diferente teria que ser construída no exato momento, as possibilidades não estariam só maduras, mas começavam a apodrecer.

É possível sugerir que, mesmo diante de uma percepção do tempo e regime de historicidade predominantemente futurista, em algumas correntes do marxismo há elementos de um presentismo que seria predominante na sociedade anos depois. No entanto, tais aspectos estiveram durante muito tempo permeados de um futurismo programático. A revolução seria necessária no presente para salvar o futuro, o qual só poderia ser marcado por

guerras, destruições e catástrofes caso a revolução socialista não triunfasse naquele exato momento.

Não demorou muito para que tais novas percepções tenham sido ainda mais disseminadas e acentuadas, após mais uma Guerra Mundial no século XX, a qual evidenciou em escala ainda mais assustadora o poder de destruição dos elementos postos em movimento pela sociedade industrial. Para Marques (2018, p. 7), “O futuro teve a sua última chama de esperança apagada. O regime moderno de historicidade foi substituído pelas denúncias ao ‘terror da história’”.

Não interessa, para fins deste trabalho, entrar nos debates a respeito das diferentes análises que o movimento trotskista internacional teve a respeito dos escritos de Trotsky e nem sobre a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no entanto, compreender os escritos de Nahuel Moreno é fundamental para analisar as correntes morenistas no Brasil.

Quando, em 1981, o dirigente argentino escreveu suas *Teses para a Atualização do Programa de Transição*, tinha por objetivo, como mencionado anteriormente, ser a base de um programa comum entre duas organizações que estavam em processo de fusão, a Fração Bolchevique (FB) e o Comitê de Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI), dirigida por Pierre Lambert (MORENO, 1992).

Além dos elementos de ordem imediata já explorados, o texto sintetizou a posição do dirigente argentino a respeito dos principais temas do século XX, além de alterações que julgava necessário introduzir em dois pilares importantes do movimento trotskista: a teoria da revolução permanente e o Programa de Transição. O documento é dividido em 41 teses e, logo na primeira, Moreno (1992) reafirma as bases que apresentamos anteriormente do texto programático elaborado por Leon Trotsky. Em seu primeiro apontamento afirma:

[...] as forças produtivas da humanidade haviam deixado de crescer sob o imperialismo e, em consequência disso, todo desenvolvimento técnico não melhorava o nível da vida das massas; pelo contrário, provocava miséria crescente e novas guerras. As forças produtivas, por outro lado, haviam entrado em contradição não somente com a propriedade capitalista e imperialista, mas também com a existência dos estados nacionais. [...] a luta de classes e a revolução passavam a ter um caráter mundial. Isso significava, concretamente, que entrávamos na época mais revolucionária da história [...]. (MORENO, 1992, p. 5).

Moreno (1992) reafirma a ideia de que 1914 abriu a época de decadência crônica do chamado imperialismo e de enfrentamento, em nível mundial, da revolução com a contrarrevolução. A respeito do pós-Segunda Guerra Mundial, o autor defendeu que teria sido encetado o maior ascenso revolucionário da história da humanidade. As revoluções no Leste

Europeu, na China e em diversos outros lugares do mundo teriam construído um mundo em que um terço da burguesia havia sido expropriada.

Na tese de número sete, de título “Trinta anos de grandes vitórias revolucionárias”, o dirigente argentino sintetizou sua elaboração a respeito do mundo que renasceu após a grande tragédia. Moreno (1992) inicia a tese reafirmando que o fim da Segunda Grande Guerra teria proporcionado o contexto revolucionário mais abrangente e profundo da história. O proletariado e as massas no mundo inteiro teriam conquistado uma série de vitórias. No entanto, esse ascenso não significou o fortalecimento das correntes trotskistas. Os processos revolucionários teriam sido conduzidos pelas direções tradicionais do movimento de massas, e não por direções revolucionárias: “Graças a isso, conseguiram congelar ou desviar o ascenso revolucionário mundial, salvando assim o imperialismo” (MORENO, 1992, p. 28).

Os estados operários burocratizados são, em certo sentido, consequência da divisão de tarefas contra-revolucionárias entre o imperialismo e o Kremlin, com suas esferas de influência. O imperialismo concentrou-se, com a ajuda do stalinismo, em restabelecer o funcionamento da economia do estado capitalista nos países imperialistas. O stalinismo concentrou-se nos elos mais fracos da cadeia capitalista mundial, onde a crise era mais aguda e limítrofe à própria burocracia do Kremlin – no Leste europeu, na China –, para frear ou esmagar a mobilização independente e revolucionária das massas. A burocracia do Kremlin sabia que intervir nos países limítrofes era uma questão de vida ou morte para sua existência parasitária contra-revolucionária. A burocracia não podia permitir, de maneira nenhuma, que do outro lado de suas fronteiras se desse uma mobilização revolucionária do movimento operário e de massas, independente de seu controle, pois esta se refletiria dentro da URSS, colocando em perigo sua própria existência. (MORENO, 1992, p. 28-29).

Na oitava tese, Moreno (1992) questiona: “abre-se a etapa do trotskismo?”. Defende que, por volta de 1974, produziu-se uma nova etapa do ascenso revolucionário. Esta seria a etapa da crise generalizada do imperialismo e dos estados operários burocratizados, do fim do *boom* econômico do pós-guerra, do início da revolução socialista europeia, da revolução política nos estados operários (programa do trotskismo para os estados operários) e da crise definitiva do stalinismo.

O ano de 1974 é justificado por Moreno (1992) por ser o ano da primeira grande derrota militar que os EUA sofreram após a Segunda Guerra Mundial, no Vietnã. Foi o ano também do processo revolucionário em Portugal, da crise do petróleo e dos processos revolucionários no Leste Europeu contrários às burocracias dirigentes:

Se estas tendências se confirmassem – fundamentalmente, a crise crônica e acelerada dos estados operários burocratizados e a do stalinismo, junto com a intensificação do ascenso revolucionário – estaria aberta a época do trotskismo, da superação da crise de direção do proletariado, através da nossa transformação em partidos com influência de massas. Estaria se abrindo, portanto, a época das novas Revoluções de Outubro vitoriosas. (MORENO, 1992, p. 35).

A necessidade de construir um futuro qualitativamente superior à sociedade capitalista frente a um presente catastrófico também aparece no documento programático elaborado pelo dirigente argentino. Na quadragésima tese, Moreno (1992, p. 151) afirma que a humanidade está à beira do abismo e que, que sob o domínio do imperialismo e da burocracia, o mundo estaria às vésperas do retorno à barbárie, “[...] a um novo regime de escravidão, que seria a continuação do regime imperialista”. Ainda conforme o autor:

Somente o socialismo vai permitir a superação do mundo da necessidade e a entrada no mundo da liberdade. Ou entraremos no mais terrível mundo de exploração e miséria, de afogamento da humanidade na barbárie, ou entraremos, através do socialismo, no mundo da liberdade. (MORENO, 1992, p. 151).

Além disso, ele ainda indica que os colossais meios de destruição desenvolvidos pelos estados imperialistas e burocráticos fizeram com que a categoria de barbárie tenha ficado para trás diante da possibilidade de destruição em massa das armas nucleares e de que o globo se transformasse em um deserto sem vida ou com uma vida degradada devido à degeneração genética. Cita também a destruição da natureza, as fontes de energia e o fim do petróleo como ameaças terríveis à humanidade.

Na penúltima das teses de 1981, Moreno (1992) propõe-se a alterar a famosa frase de Rosa Luxemburgo, *Socialismo ou Barbárie*, e formula *Holocausto ou Trotskismo*, como se estas fossem as duas opções colocadas para toda a humanidade. Essa formulação aparece por diversas vezes em textos de Moreno até o fim de sua vida. A única forma de evitar esses prognósticos seria liquidar as fronteiras nacionais e a propriedade privada capitalista:

Somente o proletariado dirigido pelo trotskismo dará resposta ao maior desafio que a humanidade já enfrentou: a conquista do cosmos. [...] O marxismo sustentava que, ao entrar no socialismo, entraríamos no mundo da liberdade e abandonaríamos o da necessidade. Hoje em dia, o esgotamento da energia terrestre e o crescimento da humanidade exigem imperiosamente a conquista de novas fontes de energia. [...] É todo um desafio para a humanidade, que só pode ser enfrentado se esta deixar de para trás a perspectiva da guerra e entrar na etapa da construção do socialismo. (MORENO, 1992, p. 152).

Na contramão do sentimento de denúncia aos horrores da história, que se fortaleceu com as guerras mundiais, Nahuel Moreno (1992) via com grande otimismo a etapa que se abriu a partir de 1945. Via como a possibilidade de ser a “vez” do trotskismo se afirmar enquanto corrente hegemônica do proletariado em nível internacional. O imediatismo aparece novamente. A necessidade de tomar o poder para salvar o futuro é cada vez mais urgente diante da criação de meios de destruição em massa produzidos pelo imperialismo e pela burocracia stalinistas, meios estes que colocam, inclusive, a vida humana em risco.

Nos documentos do Primeiro Congresso da LIT, em 1985, é possível perceber uma alteração substancial da percepção temporal expressa nas *Teses*. A hora do trotskismo teria limite para chegar ou a barbárie e o holocausto tomariam conta e o trotskismo e o movimento operário seriam derrotados de uma vez por todas. Esse prazo seria o fim do século XX e o início do século XXI.

Enquanto o presentismo e o imediatismo se apresentavam nas teses trotskistas, com base em um futurismo programático em abstrato, no Congresso de 1985 aparece enquanto futurismo programático com limite temporal de sucesso, quase como necessidade imediata de sucesso do encontro entre a história e a revolução socialista.

Moreno morreu em 1987, seis anos após a elaboração das *Teses*. Nenhum de seus prognósticos otimistas se tornou realidade. A revolução socialista não foi vitoriosa na Europa, a crise de 1974 foi seguida de medidas protetivas do capitalismo que proporcionaram breves períodos de estabilidade econômica, os processos de revolução política nos estados operários foram derrotados, o fim de tais estados operários se deu nos marcos do avanço do neoliberalismo, após a queda do Muro de Berlim, e as organizações trotskistas possivelmente nunca tenham sido tão marginais em toda sua história como se tornaram a partir da década de 1990.

Mesmo diante desses elementos, a relação do passado com as organizações marxistas e, em especial, com o morenismo assume um papel importante, talvez, até mesmo central. Além de referências diretas da corrente morenista como herdeira legítima e direta de Marx, Engels, Lênin e Trotsky, da Primeira Internacional, da Segunda Internacional até 1914, da Terceira Internacional até seu quarto congresso e da Quarta Internacional, o passado assume um papel comparativo e legitimador no congresso fundacional da LIT em 1982. A justificativa para legitimar a fundação da LIT seria a comparação de sua quantidade de militantes com aquela que fundaram a IV Internacional junto com Trotsky, o qual seria suficiente. Em nenhum momento, a comparação quantitativa é feita, por exemplo, com as organizações adversárias que atuam dentro do movimento operário.

O mundo modificou-se profundamente desde a morte de Moreno e os desafios colocados à esquerda após a queda da URSS foram os mais impactantes, possivelmente, de toda a história do movimento trotskista.

Conforme exposto anteriormente, o otimismo de Nahuel Moreno não foi abalado após a barbárie das guerras mundiais e ainda durante a década de 1980 apostava suas fichas no futuro. No entanto, Hartog (2015, p. 282) aponta que, sobretudo, na Europa, já no início dos anos de 1980, “[...] impunha-se a impressão, o sentimento, a ideia de que o futuro estava

perdendo seu caráter de evidência, que ele se fechava, que entrávamos numa ‘crise do amanhã’”. O regime de historicidade dominante e a percepção do tempo estava se transformando e alterando-se:

O "não futuro" rondava. O tempo progressivo, aquele de um progresso aberto indefinidamente, que havia sido o grande motor da época moderna desde o fim do século XVIII, perdia sua força de atração. Esse futuro, em direção ao qual era necessário caminhar cada vez mais rápido, sacrificando o presente caso fosse necessário, futuro que havia esclarecido a via a percorrer, e também aquela até agora percorrida, se obscurecia. (HARTOG, 2015, p. 282).

Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, o mundo construído em base de promessas de um futuro diferente, ruíra. O presente tornou-se o horizonte de si mesmo:

O ano de 1989, na Europa e no mundo, assinala a queda do muro de Berlim e o fim do Império Soviético, ou seja, o fim dessa onipotência do futuro, de um "futuro radiante" do qual o comunismo foi a expressão mais constante e a mais tirânica. Essa expressão, que se tornou um *slogan*, sofreu uma reviravolta, sendo retomada pelos dissidentes para melhor demonstrar a lacuna existente entre as pretensões e a realidade do regime. (HARTOG, 2015, p. 282, grifo do autor).

O presente expandiu-se e passou a abarcar tudo: “é preciso não somente ser do seu tempo, mas viver no presente” (HARTOG, 2015). A mídia cumpre um papel fundamental e faz do presente a palavra de ordem. A partir do momento em que o passado e o futuro deixam de existir enquanto projeção do mundo ideal, o presente não é composto por nada além de si mesmo: “Passou-se então a fabricar, a cada dia, o passado e o presente de que se tem necessidade. As mídias cumpriram essa função, colocando em primeiro plano o instante e o simultâneo” (HARTOG, 2015).

Assim como o avanço tecnológico cumprira um papel fundamental no processo de aceleração do tempo, agora, elevada a outro patamar, a tecnologia reforça o presentismo a partir do momento em que se torna necessário remeter tudo à velocidade dos computadores. Notícias percorrem todo o globo em tempo quase real, o tempo do mercado tornou-se o tempo dos microssegundos: “Toda uma economia do instante é posta em ação: a financeira, a midiática, a política, a social e também a das redes sociais, com as alegrias do *tweet* (e do *contra-tweet*)” (HARTOG, 2015, p. 283-284).

De acordo com Pimenta (2015, p. 403):

Hartog sustenta que o “regime moderno de historicidade” (por exemplo: p. 132, 136, 142) teria sido quebrado em torno de 1989 (p. 136), o que representaria se não o “fim da história” assinalado por Francis Fukuyama, “seguramente uma cesura do tempo (inicialmente na Europa e depois, pouco a pouco, em uma grande parte do mundo)” (p. 188). Experiência e expectativa, tendencialmente afastados na modernidade (é a ideia de Koselleck), agora sequer existiriam: “esses são os principais traços desse presente multiforme e multívoco: um presente monstro. É ao

mesmo tempo tudo (só há presente) e quase nada (a tirania do imediato)” (p. 259). (PIMENTA, 2015, p. 403).

Koselleck (2014) assevera que a modernidade se caracterizou pelo aumento da diferença e da tensão entre experiência e expectativa. De acordo com sua tese, a modernidade só pode ser compreendida como tempo novo “[...] a partir do momento em que as expectativas começaram a se distanciar cada vez mais das experiências realizadas” (KOSELLECK, 2014, p. 309).

Evidentemente, o que esperamos para o futuro é delimitado de maneira diferente daquilo que experimentamos no passado. Expectativas cultivadas podem ser ultrapassadas; experiências realizadas, no entanto, são colecionadas. Por isso, o espaço de experiência e o horizonte de expectativas não podem ser remetidos um ao outro de forma estática. Eles constituem uma diferença temporal no presente, entrelaçando o passado e o futuro de modo desigual. Com isso, teríamos definido uma característica do tempo histórico que, ao mesmo tempo, pode indicar mutabilidade. (KOSELLECK, 2014, p. 308).

Com o predomínio do presentismo enquanto regime de historicidade, o passado e o futuro deixam de ter centralidade, isso significa, portanto, a partir do fim da URSS e do dito “Socialismo Real”, que a construção de uma sociedade comunista deixa de fazer parte do horizonte de milhões de pessoas em todo o planeta. Segundo Pimenta (2015, p. 403), “Experiência e expectativa, tendencialmente afastados na modernidade [...], agora sequer existiriam [...]”.

Para o morenismo sem Moreno, no entanto, a crise de 1989 alinhou finalmente às expectativas da realidade, conforme é possível identificar nas *Teses de 90* (LIT, 1990). A necessidade de tomar o poder em nível mundial, que tem como limite no congresso de 1985 o fim do século XX e início do século XXI, aparece nos documentos de 1990 como uma tarefa urgente e imediata. A LIT, que tinha sempre como objetivo central tomar o poder, estaria diante dessa possibilidade imediata justamente na Argentina, país onde o morenismo era mais forte e onde tinha um dos maiores partidos trotskistas do mundo.

Para o historiador Henrique Canary (2016), após a restauração do capitalismo no Leste Europeu, abriu-se uma etapa mais difícil para a construção de correntes que se propõem revolucionárias. Ao analisar características gerais dos processos políticos ocorridos após 1992, ele chega à seguinte conclusão:

Apesar de seu desgaste, a democracia burguesa é encarada pelas massas como o único horizonte possível para suas lutas, mesmo onde ocorrem mobilizações insurrecionais contra governos eleitos. As massas não concluem da luta contra um governo eleito que o problema reside no sistema político ou social em si. Isso faz com que os ascensos ou processos revolucionários adquiram um caráter cíclico ao não superarem os limites da democracia burguesa. (CANARY, 2016, p. 41).

Nas mobilizações políticas, segundo Canary (2016), os trabalhadores continuaram a participar dos processos, no entanto, não de forma organizada ou orgânica, a partir de sindicatos e partidos, mas como cidadãos e indivíduos. Os organismos tradicionais de luta política, como sindicatos e partidos, passaram, até mesmo, a ser combatidos, vistos com desconfiança e, muitas vezes, combatidos quando compartilham o espaço de manifestações populares:

Fruto dessas características do próprio proletariado (ou pelo menos de sua geração mais jovem, mais ativa e mais precária), os embriões de organismos de duplo poder que surgiram até agora possuem, em geral, caráter altamente fluído e inorgânico. Estes organismos ou embriões de organismos, quando surgem, não possuem um caráter de classe claramente definido ou consciente, não são organizados segundo um princípio econômico ou produtivo direto (comitês de fábrica, soviets por unidade produtiva, cordões industriais etc.). Ao contrário, aparecem como autodeterminação dos cidadãos presentes nas manifestações. Esse foi o caso das assembleias de bairros na Argentina, em 2001, da Praça Tahir no Egito e da Praça Maidan na Ucrânia. (CANARY, 2016, p. 43).

A democracia, tão criticada e denunciada pela esquerda morenista, passa a ser vista como único horizonte possível. Os sindicatos e os partidos, organizações que foram tradicionais para quase toda a esquerda, entram em descrédito. É diante desse cenário que, no próximo Capítulo, analisaremos morenismo no Brasil.

3 O MORENISMO NO BRASIL: TRAJETÓRIA, EMBATES E DESAFIOS

Para compreender a trajetória do morenismo no Brasil, situando-a no recorte temporal proposto para este trabalho, com base no seu envolvimento com a construção e os embates no âmbito do Partido dos Trabalhadores, a partir de 1979, é indispensável considerar uma densidade histórica mais ampla e os debates que animaram os trotskistas na década de 1970. Ainda no início dessa época, os ecos da Revolução Cubana continuavam a dar esperanças aos corações e mentes de setores da vanguarda da esquerda latino-americana. Conforme os morenistas, que se opunham ao foquismo – tática de luta armada inspirada nos revolucionários cubanos – enquanto tática prioritária para a derrota dos diferentes regimes latino-americanos e a construção de revoluções socialistas, o guerrilheirismo foi motivo de muitas disputas no interior do Secretariado Unificado (SU) e também de divisões no partido argentino com a saída do grupo de Mario Roberto Santucho.

No Brasil, o grupo morenista tem como sua primeira aparição pública a publicação de uma polêmica com as organizações e a vanguarda brasileira que tinham se lançado na luta armada. Em março de 1972, a revista *América* publicou o texto *A propósito de um sequestro*, documento fundacional, embora ainda informal, da organização morenista que passa a atuar na política brasileira, mesmo que à distância. Era uma formulação de um agrupamento que se denominava “Ponto de Partida”, formado por militantes de diversas origens.

O documento publicado em 1972 foi escrito em consonância com as posições defendidas por Nahuel Moreno¹⁴ no X Congresso do SU, apresentadas no texto chamado *Un documento escandaloso*, que ficou conhecido pela militância morenista como *Morenazzo* e, posteriormente, publicado com o título *O Partido e a Revolução*. O texto apareceu posteriormente com o clima de euforia provocado pelo sequestro do embaixador suíço que resultou na libertação de 70 presos políticos de esquerda no Brasil. Apesar da vitória tática que foi a libertação desses presos, os integrantes do “Ponto de Partida” entendiam que a estratégia foquista estava levando cada vez mais a esquerda brasileira a isolar-se do movimento real da classe trabalhadora. Isso se evidenciaria pelas sucessivas derrotas dos adeptos da luta armada, as quais passavam pelo assassinato de Carlos Marighella e Carlos Lamarca e chegavam às prisões em massa de revolucionários pelo regime. O documento não poupa palavras ao polemizar com os defensores dessa tática.

¹⁴ Segundo Moreno (2009), a teoria foquista preconizada por Che Guevara seria um tipo histórico de ultra-esquerdismo. Este conceito significa, em síntese, uma concepção isolacionista e sectária da política e do partido, que não acompanha o desenvolvimento gradual da organização e consciência das massas e, por isso, é condenado a permanecer na marginalidade.

Será possível que os revolucionários brasileiros, que assaltam bancos e sequestram embaixadores, falando de uma certa revolução ideal, que nada tem a ver com a prática social, nunca tenham se perguntado por que no Brasil o governo está em condições de manter milhares de revolucionários na prisão sem que as massas exploradas possam opor qualquer tipo de resistência? Busque em todos os documentos e publicações dos chamados grupos armados brasileiros e não se encontrará nada a respeito desta questão. Com a carga pesada de adjetivos, própria de uma linguagem não científica, a literatura política revolucionária no Brasil se viu reduzida a um não dizer nada, a um afirmar moral-voluntarista-abstrato. (A PROPÓSITO..., 2016).

Essa questão foi feita porque Carlos Marighella acreditava que, a cada combatente perdido em batalha, “milhares se levantariam de armas em mãos”, algo que não passava de expressão dos desejos dos guerrilheiros (BIANCHI, 2014). A grande questão que estava colocada para o “Ponto de Partida” era a diferenciação estratégica de que para derrotar a ditadura militar brasileira e construir o socialismo no Brasil seria necessário ganhar corações e mentes dos grandes batalhões da classe trabalhadora e do povo. Embora conquistassem vitórias pontuais, as ações foquistas fizeram com que restasse à população protestar contra a ditadura nas urnas por não haver alternativa concreta de organização.

Explicitando a influência argentina na formação dos brasileiros, como forma de justificar o potencial subversivo da classe operária, o documento cita a ocupação da fábrica da multinacional italiana *Fiat*, em Córdoba, na Argentina, que exigira a reincorporação de sete trabalhadores demitidos. O endurecimento das ações do governo teria levado a greve em outras fábricas em solidariedade, o que causou recuo do governo e a reincorporação dos demitidos. A falta de relação entre os movimentos guerrilheiros com a luta econômica cotidiana faria com que as massas também pouco se identificassem com as pautas da guerrilha e não se mobilizem contra a prisão de seus membros:

Criar impacto sobre as massas, com que finalidade? O que se pretende exatamente com a propaganda armada? Ninguém o explica! Será que ignoram que a força do proletariado está justamente no fato de que está em suas mãos a alavanca principal do poder burguês: as fábricas? (A PROPÓSITO..., 2016).

Bianchi (2014) salienta que além da origem diversa, nenhum dos militantes do “Ponto de Partida” tinha participado da direção das correntes as quais pertenceram e todos possuíam escassa experiência nas lutas sociais. Após o contato com Pedrosa, os militantes encontraram com Peter Camejo, *do Socialist Workers Party* (SWP), dos Estados Unidos, que, à época, fazia parte da TLT, da qual também participavam os morenistas argentinos, que se opunham à orientação guerrilherista da maioria do SU. Foi a partir do contato com a tendência e dos debates acerca da guerrilha, que os brasileiros no Chile elaboraram e publicaram o documento *A propósito de um sequestro*, já citado anteriormente.

Waldo Mermelstein, que posteriormente faria parte da construção da organização morenista no Brasil, também estava no Chile, por, nessa época, militava no MIR. Além disso, havia militado no movimento estudantil de 1968 e, após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), no ano de 1970, foi à Palestina e, posteriormente, ao Chile. Aderiu à TLT por causa do balanço crítico à estratégia foquista, no entanto, não aceitou o “Ponto de Partida” e preferiu manter sua militância junto ao MIR para intervir diretamente no processo político chileno.

O golpe de 1973 dispersou o pequeno grupo: Zezé, Pinheiro, Duarte e Mermelstein foram para a Argentina; Jones foi para o Canadá; Bucchioni, depois de preso e confinado no Estádio Nacional de Santiago, foi para Portugal; e Tulio foi assassinado pela ditadura de Pinochet (1973-1990). Na Argentina, os brasileiros aproximaram-se da direção do partido morenista, que, na ocasião, chamava-se Partido Socialista de los Trabajadores (PST), e tinham por objetivo construir uma organização trotskista no Brasil. Moreno orientava esperar mais tempo, por considerar que o grupo tinha características boêmias e intelectuais e temia que fossem rapidamente aniquilados pela ditadura.

As discussões dos brasileiros na Argentina para construir um programa para o Brasil eram acompanhadas por dirigentes do PST, que entendiam a questão do Brasil como central para a América Latina.

O Brasil ocupava uma posição estratégica na política latino-americana e a Revista de América, publicada pelos argentinos trazia com frequência artigos de análise da realidade brasileira. Tinham, assim, algum conhecimento do desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro e da situação atual do governo. Sobre as esquerdas brasileiras, os argentinos sabiam muito pouco, confundindo-se muitas vezes com a profusão de siglas das organizações guerrilheiras (BIANCHI, 2014).

Os brasileiros mantinham contatos em seu país e, obviamente, estavam mais bem informados do que os argentinos a respeito da situação da esquerda no Brasil. No final do ano de 1973, o grupo de brasileiros, mesmo diante da não concordância dos argentinos, em reunião realizada em Buenos Aires, decidiu voltar ao Brasil e fundar a organização chamada “Liga Operária” e editar um periódico intitulado *Independência Operária*. Tomaram essa decisão por considerar que, após anos de retrocessos, os primeiros sinais de reanimação política haviam sido dados pelos trabalhadores brasileiros. O milagre econômico havia terminado, o que fez com que parte da classe média passasse à oposição ao regime.

Em fevereiro de 1974, Waldo Mermelstein fez uma viagem para o Brasil para retomar alguns contatos feitos em Buenos Aires. O documento nacional da “Liga Operária” e a primeira edição de seu jornal viajaram disfarçados dentro de *Long Plays* (LPs). Ele foi o escolhido do grupo por ser um desconhecido da ditadura, enquanto Zezé e Pinheiro ainda

temiam serem procurados. Seu retorno a Buenos Aires levou boas notícias e foi quando o grupo decidiu pelo retorno definitivo. De acordo com Bianchi (2014), “Em março desse ano Mermelstein retornou definitivamente ao Brasil. Em agosto foi a vez de Maria José voltar. Para concentrar suas poucas forças foram todos para São Paulo, centro econômico e político do país. A Liga Operária dava, assim, seus primeiros passos” (BIANCHI, 2014).

No primeiro congresso da “Liga Operária”, grupo formado pelos membros do “Ponto de Partida”, ocorreu a unificação com os membros remanescentes da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), grupo que rompeu com o Partido Operário Revolucionário (POR-T), em 1968. Essa organização era inspirada por outro argentino Juan Posadas¹⁵ e não optou pelo caminho da guerrilha.

A FBT aproximou-se da TLT, que era representada na América Latina pelo partido argentino dirigido por Nahuel Moreno. Os militantes dessa fração Julio Tavares e Arnaldo Schreine, que estabeleceram os primeiros contatos na Argentina, participaram de cursos no início de 1972 nesse país. Posteriormente, no mesmo ano, os dois brasileiros foram presos pela ditadura (OLIVEIRA, 2013). A FBT contava com militantes no Rio Grande do Sul, São Paulo e em alguns estados do nordeste. No entanto, foram alvo de perseguição política que levou a duas ondas de prisões em suas fileiras: uma em 1970 e outra em 1972. Essas prisões praticamente levaram ao fim do grupo, por isso poucos participaram do processo de unificação em 1974 com o “Ponto de Partida” (MARQUES, 2007).

3.1 A LIGA OPERÁRIA, O MOVIMENTO CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E O PARTIDO DOS TRABALHADORES

A Liga Operária, em oposição a outros grupos da esquerda radical, participa das eleições em 1974, apoiando as candidaturas dos “socialistas do MDB”, ano em que houve a renovação da composição da Câmara Federal e de um terço do Senado¹⁶. Em 1975, em seu segundo congresso, decidiu-se por concentrar sua militância no movimento estudantil e operário dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A política de proletarianização envolveu o

¹⁵ Juan R. Posadas, dirigente trotskista argentino, em 1953, alinhou-se à direção majoritária da IV Internacional e tornou-se o dirigente do Bureau Latino-Americano da IV Internacional. No mesmo ano, foi fundado o POR-T, ligado a Posadas e que, através de seus rompimentos, deu origem à corrente lambertista no Brasil. O partido surgiu do rompimento, em 1952, da primeira organização trotskista brasileira que foi fundada na década de 1930 por Mário Pedrosa (OLIVEIRA, 2013).

¹⁶ Em junho de 1974, nas páginas do *Independência Operária*, a Liga defendia que “A ditadura militar nosso principal inimigo, chamamos todos os setores populares a se unirem em torno de um programa claro, que ajude a mobilizar a classe trabalhadora e apoiando os candidatos operários do MDB” (FARIA, 2015b, p. 225).

deslocamento de jovens universitários para trabalhar em fábricas com o objetivo de construir oposição sindical às velhas direções (SILVA, 1994).

Essa decisão política levará a Liga a atuar no movimento universitário e no movimento sindical dos metalúrgicos de Santo André (de onde virá, posteriormente, José Maria de Almeida, conhecido como Zé Maria), São Paulo, Jundiaí, Rio de Janeiro, no movimento sindical dos professores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e no dos bancários do Rio Grande do Sul (KAREPOVS; LEAL, 2007; MACEDO, 2011). Em julho de 1977, a “Liga Operária” realiza sua conferência e muda o nome para PST, o mesmo utilizado pelo partido argentino de Nahuel Moreno (SILVA, 1994).

Nesse mesmo ano, além de se tornar PST, a Liga Operária lançou o Movimento Convergência Socialista (MCS), como um braço relativamente autônomo e amplo, atraindo diferentes ativistas, e que será sua principal tática de atuação política até a fundação do PT. Na verdade, a proposta de construir um partido socialista amplo era objetivo dos morenistas desde 1975. Contudo, a mudança de conjuntura fez com que essa linha política fosse adiada após o lançamento, em março de 1975, de seu jornal¹⁷, defendendo a construção de um Partido Socialista da Classe Operária. Até 1977, a Liga Operária conseguiu amadurecer e ampliar sua atuação política. Assim, participaram ativamente das mobilizações estudantis, entre elas as causadas pelo assassinato de Vladimir Herzog. O crescimento e amadurecimento permitiu que a organização pudesse responder em melhores condições à ofensiva repressiva sofrida em 1977 pelo movimento. Às vésperas do Primeiro de Maio, José Maria de Almeida e Celso Brambilla foram presos.

Os dirigentes morenistas do PST compreendiam que a melhor forma de garantir uma campanha pela libertação de seus militantes era mobilizando o movimento de massas. Foi assim que organizaram uma comitiva de operários para participar de assembleias nas universidades paulistas, buscando aliança entre os dois setores para lutar contra a repressão e pela libertação dos operários presos (texto que fala da greve de 1968). Nesse mesmo ano, as mobilizações estudantis, que até então estavam restritas aos muros da universidade, tomaram as ruas das cidades. Era o momento em que o desgaste da ditadura se fortalecia. Na interpretação dos morenistas, frações da burguesia iniciaram críticas públicas ao governo e os sinais de fim do “milagre brasileiro” faziam com que setores das classes dominantes se

¹⁷ O jornal *Independência Operária* foi editado até 1978, quando foi substituído pelo jornal *Convergência Socialista*. No entanto, o que chama atenção é a atuação do PST no jornal *Versus*, de São Paulo, que fora fundado em 1975. Kusinski (2003) considera que o jornal era diferente de tudo que era produzido pela imprensa alternativa por utilizar de diversos recursos estéticos, do quadrinho à fotografia, para transmitir a mensagem política. A aposta principal era no visual dramático, transmitindo beleza e tensão.

colocassem abertamente na oposição ao regime. Nesse período, dirigentes sindicais, como Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, ganhavam popularidade.

A decisão de montar esse novo partido era influenciada pela alteração na conjuntura nacional e pelos elementos da conjuntura internacional apontados anteriormente e que estão listados nas *Teses para atualização do Programa de Transição*. Segundo Faria (2005b, p. 228-229),

As quedas das ditaduras de Salazar em Portugal e de Franco na Espanha foram seguidas de um intenso processo de reorganização dos partidos políticos. Os partidos socialistas, nesses dois países, foram reconstruídos num ritmo acelerado. Nesse período, um dirigente da Liga Operária que havia sido deslocado do Brasil para auxiliar a 4ª Internacional na construção de organizações em Portugal e Espanha estava retornando ao Brasil e propôs a formação do Movimento Convergência Socialista. A própria inspiração para o nome do movimento foi fornecida por uma organização socialista espanhola homônima. O fato de Portugal e Espanha estarem superando formas autoritárias de governo fortaleciam a comparação com o caso brasileiro.

O debate sobre a reorganização estava em pleno andamento. Inicialmente, o movimento tinha por objetivo construir um partido socialista amplo, para além dos limites do PST (MACEDO, 2011), além de superar e construir uma alternativa política para os trabalhadores, distinta do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por seu caráter policlassista, e também ao PCB e sua política conciliatória e subordinada às frações da burguesia nacional (FARIA, 2005a). A intenção não era, contudo, a de construir um partido revolucionário, mas, sim, um partido com um programa de classe (operário) e ideológico (socialista) bastante definido e que abrigasse internamente correntes políticas de inspiração revolucionária. Um partido independente da burguesia e que pudesse abrigar todos os oprimidos e explorados. Esse partido representaria um avanço fundamental no amadurecimento político da classe trabalhadora brasileira por superar o bipartidarismo imposto pela ditadura (FARIA, 2005b).

Na Europa, a classe operária já teria feito sua experiência, construindo para si partidos próprios dos trabalhadores. Era necessário dar esse passo no âmbito da classe trabalhadora brasileira. Como os morenistas consideravam que a mobilização das massas se fortaleceria nesse período, estaria posto o debate da reorganização política e sindical para a classe trabalhadora brasileira. Inicialmente, a formulação de um partido de trabalhadores apoiada nos sindicatos foi rejeitada pelos morenistas, porque a maior parte da burocracia sindical tinha relações com o petebismo populista, por isso descartavam a construção de um partido aos moldes do trabalhismo inglês.

Foi por meio do jornal *Versus* que os morenistas decidiram lançar publicamente o MSC:

A partir do lançamento do MCS, esse jornal abriu espaço para que diferentes personagens expressassem suas opiniões e idéias. Entra as matérias publicadas encontramos artigos assinados por Fernando Henrique Cardoso¹⁸, José Álvaro Moisés, Mario Pedrosa, Octavio Ianni, Francisco Weffort, Celso Furtado, Moniz Bandeira, Frei Betto, D. Pedro Casaldáliga e Almino Afonso. (FARIA, 2005b, p. 232).

Para os morenistas, conforme editorial publicado em outubro de 1977, não era hora de apenas denunciar, mas de discutir perspectivas. O objetivo era aglutinar intelectuais, organizações e movimentos sociais que se reivindicassem socialistas para discutir a criação de um partido. Inicialmente, o movimento contou apenas com a presença de militantes independentes e alguns vindos do “posadismo”. Em agosto de 1978¹⁹, foi realizada em São Paulo a Conferência do MCS, que contou, principalmente, com a participação do PST e de alguns militantes independentes, além da presença de Nahuel Moreno, segundo Bernardo Cerdeira²⁰ (2003), dirigente morenista na época. No total, o encontro teria contado com a participação de 1.200 pessoas (CERDEIRA, 2003). Como o movimento era composto basicamente pelo PST, os morenistas que ali atuavam desde a fundação da Liga Operária, decidiram por dissolver sua organização no interior dos organismos do MCS (SILVA, 2005b). Silva (2005b, p. 256-257) opina que, além do elemento da hegemonia dos morenistas no movimento, a repressão estatal contou para sua aglutinação pelo MCS:

[...] a Liga Operária foi dissolvida após os ataques que os órgãos de repressão política realizaram contra ela em setembro de 1978²¹. Portanto, durante seis meses os militantes educados pela Liga Operária na tradição leninista foram impelidos a exercerem sua militância política exclusivamente no MCS.

¹⁸ Em edição da revista *Versus*, publicada em dezembro de 1977, Fernando Henrique Cardoso defende que “O partido de tipo popular deve ser organizado como uma confederação dos movimentos sociais, relativamente independentes, enraizados em suas bases” (FARIA, 2005b, p. 233).

¹⁹ Em março de 1978 a organização morenista contava com 350 militantes. Em maio de 1977, tinham 150. (BALANÇO..., 1979).

²⁰ Sobre Moreno, Cerdeira (2003) relembra: “Eu e alguns outros companheiros ainda não o conhecíamos porque sua estadia no Brasil era clandestina. Zezé, uma das fundadoras e, na época, a principal dirigente do partido, nos apresentou, ele no pátio e nós na cela. Foram poucos minutos de conversa por entre as grades, e ele procurou fortalecer o ânimo dos jovens militantes que enfrentavam pela primeira vez uma prisão. Ele mesmo já tinha passado por várias, no Peru, na Bolívia e na Argentina”.

²¹ O autor está se referindo à prisão de toda a direção do Movimento Convergência Socialista que ocorreu em 1978. Nahuel Moreno foi preso junto com a direção brasileira e, à época, se fosse deportado para a Argentina, corria sérios riscos de ser assassinado pela ditadura. Por esse motivo, os membros da direção da Convergência Socialista fizeram greve de fome. Além disso, organizaram uma campanha internacional que contou com o apoio de, além da anistia internacional, Gabriel García Márquez, Felipe González, Juan Lechín, da Central Operária Boliviana (COB), e Mário Soares, primeiro-ministro de Portugal. A campanha e a greve conquistaram o objetivo desejado e Moreno foi deportado para Colômbia (CERDEIRA, 2003).

Mesmo com o recrutamento de simpatizantes de sindicalistas do ABC paulista, a crença na possibilidade de massificação de um partido socialista foi substituída pela compreensão de que a tática formulada não era adequada. No entanto, o otimismo morenista fazia crer que o polo operário e socialista poderia ser base para a criação do novo partido. Essa compreensão orientou a política eleitoral do MCS naquele ano, os membros desta corrente deveriam, então, apoiar candidaturas que apoiassem candidatos operários que defendessem a construção de um partido socialista, a jovem organiz a qual baseou-se em apoiar candidatos operários do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oficializado como de oposição consentida à ditadura militar. Uma dessas candidaturas foi a de Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, eleito deputado federal em 1978. Segundo Zé Maria, teria partido dele a ideia de substituir a defesa de um partido socialista por um partido dos trabalhadores²².

Durante a campanha eleitoral, a alteração da linha política foi adotada apenas pelo comitê de Benedito Marcílio, mas, até o fim de 1978, a proposta já havia se tornado hegemônica no MCS e apresentada no Congresso de Metalúrgicos, que aconteceu em janeiro de 1979, na cidade de Lins, SP. O evento foi convocado para unificar as lutas dos metalúrgicos do estado de São Paulo durante o ano de 1979 (FARIA, 2005b). Silva (1994) ressalta que, na época do congresso, a CS tinha apenas começado os debates a respeito da alteração da linha política.

O congresso²³ reuniu desde dirigentes associados a posições mais combativas, como o caso de Lula, quanto dirigentes considerados “pelegos”, como Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção. A moção em defesa da construção de um partido dos trabalhadores foi apresentada pela delegação de operários do sindicato de Santo André, que já contava com a participação de Zé Maria, além de Benedito Marcílio. Olívio Dutra considera que nesse Congresso já apareciam formas distintas de construção do que viria a ser o PT. Na opinião do ex-governador do Rio Grande do Sul, Benedito Marcílio, que além de Deputado Federal era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, “sem estar sintonizado com o

²² No entanto, Bernardo Cerdeira (2003), ao dissertar a respeito da herança morenista, relembra “Desde 1973, Moreno já havia influído decisivamente na fundação da Liga Operária, o grupo que precedeu a CS, desempenhando um papel decisivo na formação de seus quadros e em sua política. Em sua visita de 1978, antes de ser preso, deu sua opinião de que a classe operária necessitava de um partido dos trabalhadores, que seria a organização política que mais corresponderia ao processo objetivo de surgimento de um novo sindicalismo no ABC. Propunha uma correção na orientação anterior da CS em favor da construção de um partido socialista. No ano seguinte, fomos os primeiros a lançar a proposta do PT”.

²³ O 9º Congresso Estadual dos Metalúrgicos de São Paulo foi realizado entre os dias 22 e 26 de janeiro de 1979, na cidade de Lins, SP, e reuniu cinco mil representantes de 37 sindicatos. Além de ser considerado um marco importante para a história do PT, é também para a história da organização dos operários no estado de São Paulo (MEMÓRIA..., 2012).

pessoal do Movimento pelo PT, e sob a influência da Convergência Socialista”, teria avançado o sinal “ênfatizando a questão partidária”, deslocando o tema do Congresso que seria a construção de “uma campanha salarial vigorosa para aquele ano” (DUTRA, 1987). Dutra (1987) entende que, por trás dessa postura, havia uma forma de construção que faria parte de como a Convergência Socialista atuava e atuaria posteriormente. Em suas palavras, seria a “Tática do Atropelamento”, a qual consistiria em “[...] temos de estar na frente sempre, quem não nos acompanha é porque está contra nós ou é um reles atrasado que terá de engolir o prato feito” (DUTRA, 1987).

Mesmo assim, durante o congresso a moção foi defendida por Lula e contou com o apoio da grande maioria dos delegados. Não cabe aqui entrar em detalhes acerca do documento aprovado e das movimentações que levaram a formação do PT. Contudo, é oportuno ressaltar que o documento final²⁴ do congresso associa a ditadura militar ao sistema capitalista e denuncia que as ditaduras são alternativas de regimes defendidos pela classe dominante. Por isso, a luta dos trabalhadores não deveria se resumir ao combate à ditadura militar. Assim, seria necessário construir um partido de todos os trabalhadores, da cidade e do campo, sem patrões (A TESE..., 1979).

No entanto, as organizações políticas de inspiração revolucionária e que atuavam principalmente nas oposições sindicais, não viram com bons olhos a formação de um partido junto com os “pelegos” e afastaram-se, inicialmente, da formação do que veio a se tornar o PT²⁵. Essa foi justamente uma das dificuldades enfrentadas pelo MCS ao procurar delegações de outros sindicatos metalúrgicos e organizações da esquerda revolucionária (FARIA, 2005b).

Nesse ponto parece haver elementos de divergência entre os pesquisadores que trataram do tema. Isto é, Silva (1994) afirma que a organização havia discutido pouco a proposta de alteração de tática do Partido Socialista para PT. De outra parte, Faria (2005a) afirma que, após o Congresso de Lins, o MCS adequou sua linha e “[...] empenhou-se com todas suas forças militantes na proposta de fundação do Partido dos Trabalhadores”. Essa possível divergência se justifica pelas diferentes fontes utilizadas pelos dois pesquisadores:

²⁴ A tese está integralmente disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-atesedesantoandre-lins_0.pdf. Acesso em: nov. 2020.

²⁵ Ivan Valente, atualmente deputado federal pelo Estado de São Paulo, à época dirigente do Movimento de Emancipação do Proletariado que quando se tornou tendência interna do PT, assumiu o nome de Força Socialista, hoje membro da Primavera Socialista, tendência interna do PSOL. Ao relembrar a atuação dos morenistas afirmou “Os motivos da desconfiança que as organizações de esquerda tinham na época é que muitas organizações já vinham convivendo enquanto Oposição Sindical, por exemplo, em Osasco, com Henos Amorina. [...] Vocês [os integrantes do Movimento Convergência Socialista] eram exatamente pragmáticos nisso. Ao mesmo tempo em que tinham uma proposta radical, socialista, se entendiam bem com pessoas que eram indefinidas, como o Marcílio” (HARNECKER apud FARIA, 2005b, p. 245, grifo nosso).

Silva (1994) pesquisou em documentos internos da organização; Faria (2005a), além de pesquisar em os mesmos documentos, entrevistou diretamente Zé Maria, que mantinha relação direta com Benedito Marcílio. Ambos os autores concordam que, após o PST se dissolver no MCS e abrir mão da campanha por um Partido Socialista, o MCS deixa de ser um movimento e passa a ser tão somente conhecida como Convergência Socialista (CS), uma organização política que, posteriormente, atuará como tendência interna do PT. Isso teria ocorrido no congresso do PST, no início de 1979, que decidiu pela arregimentação do partido no âmbito da CS, ocasião que permitiu aos morenistas voltarem a atuar.

A Convergência Socialista deixava, então, de propor-se como um movimento amplo, de frente única dos socialistas para tornar-se uma organização política conforme a tradição das organizações comunistas, o que significava, entre outras coisas, a adoção do *centralismo democrático*. (FARIA, 2005b, p. 245).

A resposta para essa questão parece estar no próprio texto de Faria (2005a), ao admitir que a CS pouco participou depois das articulações pela construção do PT. Isso se deu porque o período em que os morenistas atuaram dissolvidos no movimento, sem uma organização centralizada, levou-os à crise. O autor é contraditório ao asseverar que “[...] a organização se orgulhava em ter participado ativamente das articulações pela criação do PT”, sendo que foi justamente no período de aplicação dessa política que, nas suas próprias palavras, “os fatores de coesão partidária entraram em colapso” (FARIA, 2005a).

Não é o caso de afirmar que o trabalho de Faria (2005a) se encaixe no mesmo padrão de “história oficial” de Sagra (2010), Carrasco (1988) e Nuñez (2012), pois cumpre os critérios de um trabalho acadêmico. No entanto, diversos elementos narrativos que a CS se utiliza para contar sua própria história são levados em conta, mesmo que isso leve o autor a algumas contradições. Não parece razoável, por exemplo, considerar que uma organização que estava acostumada a militar de forma disciplinada e centralizada se mantivesse em uníssona após a prisão²⁶ de toda sua direção e se dissolver dentro de um movimento. Além disso, não parece razoável, também, considerar que após dois anos esperando para aplicar a linha política (de 1975 até 1977) e mais de um ano defendendo a criação de um Partido

²⁶ Três dias após a primeira convenção nacional do MSC, no dia 21 de agosto de 1978, 24 militantes da sua direção foram presos. Desses, três eram membros da direção internacional da Tendência Bolchevique, entre os estrangeiros estava Nahuel Moreno, que correu sérios riscos de ser extraditado para a Argentina. A delicada situação de seu principal dirigente internacional levou o MCS e a Tendência Bolchevique para que Moreno fosse extraditado para Colômbia, país onde vivia como exilado político. A campanha internacional deu certo e, após um mês presos no Brasil, os membros da direção internacional foram extraditados e Moreno retornou à Colômbia. O caso dos presos brasileiros foi mais diverso: Zé Maria e outros dois militantes foram soltos após 13 dias de prisão, outros dirigentes, como Zezé e Zezoca, chegaram a ficar quatro meses presos, só sendo liberados em dezembro de 1978. Enquanto os brasileiros estavam presos, o MCS organizou uma série de ações pela soltura de seus militantes, entre elas greve de fome e ações junto ao movimento estudantil. Informação disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=474QAjK6lx0>. Acesso em nov. 2020.

Socialista, a organização teria se unificado na defesa de outra política que havia sido sugerida por um sindicalista que nem mesmo era membro do PST.

Se a alteração de rota não causou incômodo por seu conteúdo político, pode-se perceber desgastes na forma como foi conduzido o processo:

De um lado a CS que originalmente deveria ser uma frente de todos os socialistas pela construção do PS, se transforma numa “tendência” nossa. De outro lado, a Organização se transforma na CS, diluindo-se a sua estrutura bolche inteiramente dentro desta sua tendência. Desta forma, a CS é um projeto falido no sentido de seus objetivos originais. Mais falido ainda quando se transforma em “partido revolucionário de massas”. O que temos ao final das contas, é uma estrutura de Organização inteiramente social-democratizante sob o nome de CS²⁷. (DECLARAÇÃO..., 1979, p. 4).

Este é um trecho da declaração de formação de tendência do Congresso da CS que ocorreu no fim de 1979. O primeiro esboço de documento de balanço do congresso, publicado pela Coordenação Nacional, afiança que “[...] o partido²⁸ foi pouco a pouco se paralisando”. As divergências internas levaram à formação de duas frações: uma tendência e um grupo de trabalho. Eram quatro agrupamentos “imersos em um clima rupturista de ataques e contra-ataques” (UM..., 1979, p. 1). A melhor forma de explicar o nível de fraticidade nas disputas internas de organizações tão pequenas é por meio das ideias e da tradição política de organizações desse tipo. Para os morenistas, assim como para outros diversos agrupamentos de inspiração revolucionária, o que é estratégico é o agrupamento político, a tendência (considerada como partido), e não a legenda que os abriga formalmente. A fração afirmava que a CS não era uma organização, enquanto a *Tendência pela defesa do Partido e da Legalidade*, formada por Zé Maria, Edu (provavelmente Eduardo Almeida, o documento não deixa claro), Martin Hernandez²⁹ e outros membros, afirmava que a Convergência era a única corrente política revolucionária que atuava no Brasil (DECLARAÇÃO..., 1979).

²⁷ Além desse elemento, o grupo que declarou fração entendia que, pelo fato de toda ela ter sido encarcerada, era motivo suficiente para trocar a direção em sua totalidade.

²⁸ Nesse caso, o termo “partido” refere-se à organização morenista.

²⁹ Valério Arcary (2017) relembra o papel de Martin Hernandez nesse congresso: “O papel moderador dos camaradas argentinos nessa luta, em especial, de Martin Hernandez, representando a tradição da organização argentina, e inspirado por Moreno, consolidou uma sólida relação de confiança entre nós, que foi decisiva, em minha opinião, para manter a unidade da direção e da organização por muitas décadas”. É possível perceber nesta lembrança que mais de um membro que foi formado na tradição argentina participou das movimentações congressuais. Em outro texto, ao prefaciá-lo livro de Hernandez, Arcary (2018) afirma que o dirigente argentino foi uma das maiores e melhores referências políticas para os jovens dirigentes da CS e, posteriormente, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Sua idade não era muito superior a maioria da direção da organização brasileira, no entanto, havia militado clandestinamente contra a ditadura argentina de 1976, a qual levou a morte muitos morenistas daquele país (ARCARY, 2008) além de ter a autoridade moral de ter militado diretamente com Moreno. Com a explosão do MAS argentino e a crise da organização internacional Martin Hernandez, passa a ser o principal dirigente da LIT.

É importante perceber que as relações com os lambertistas ainda eram incipientes internacionalmente. No entanto, nota-se que o sentimento de “estamos sozinhos” e “somos os únicos revolucionários”, narrados por Carrasco (1988) em nível internacional, aparece direta e objetivamente nos documentos assinados pela maioria da direção da CS. Não se trata aqui de narrar a disputa fracional de 1979 e é muito difícil identificar a maioria dos militantes que assinam os documentos pelo caráter sigiloso das atividades congressuais das organizações de inspiração revolucionária. Entretanto, além dos já identificados, é possível citar que Ênio Bucchioni, um dos fundadores do “Ponto de Partida”, mas que, ao invés de ir para a Argentina, foi para Portugal, o qual também participou de uma das quatro posições que estavam em disputa no congresso (DECLARAÇÃO..., 1979). No ano de 1978, tanto Valério Arcary (2008) quanto Bucchioni³⁰ (2017) voltaram de Portugal para o Brasil, após o episódio da prisão dos dirigentes do MCS, junto com Nahuel Moreno. Ambos construíram em Portugal uma organização morenista que participou da Revolução Portuguesa de 1974 e foi seção oficial da LIT até 2017.

O congresso da CS foi realizado em outubro de 1979 e nele foram construídos acordos que possibilitaram a formação de uma nova direção que era composta pelas diferentes alas em disputa. Porém, logo após o congresso, a *Fração Unitária de Reconstrução do Partido* (FURP) decidiu romper com a Convergência por compreender que a construção do partido revolucionário não passava mais por essa forma de organização. Após afirmar que “toda” a CS havia militado pela construção do PT, reconhece que “[...] as articulações pela criação do PT estavam, inegavelmente, enfraquecendo os fatores de coesão partidária do MCS” (FARIA, 2005b, p. 257). A polêmica principal, todavia, dava-se no papel que deveria cumprir a CS durante esse período. A minoria defendia que a organização deveria manter seu caráter conspirativo e clandestino, enquanto a maioria da direção defendeu que era o momento de construir uma organização legal e com vida pública (FARIA, 2005b).

³⁰ Sobre a questão da equipe internacional de Moreno a respeito da entrada da participação da CS movimento pró-PT, Bucchioni (2019) afirma que Spósito, o então representante da equipe, havia sido contra e que ele havia ganhado a discussão na direção da CS por uma pequena minoria: “No entanto, na próxima reunião da nossa coordenação, Moreno nos enviou uma fita gravada onde mudava de posição e admitia que o PT era ‘el más grande acontecimiento en Brasil’. Imediatamente, de forma acrítica, aqueles que tinham votado contra mudaram imediatamente de posição pois, afinal, Moreno também mudara”. Não é possível identificar a veracidade da lembrança de Bucchioni (2019), pois apenas os documentos congressuais estão disponíveis no Arquivo *Leon Trotsky*, porém, é interessante perceber como essa lembrança se opõe à anteriormente citada de Bernardo Cerdeira, que afirmara que Moreno defendia o PT desde 1978. Embora recebesse visitas de Moreno e de membros da equipe internacional, tanto Arcary quanto Bucchioni tiveram experiências de militância mais amplas que o morenismo, chegando até a nuclear na França com Hugo Blanco. É interessante perceber que os militantes que não tiveram relação tão íntima com os argentinos tenham lembranças que não apresentam os argentinos (em especial, Moreno) como dirigentes infalíveis, contudo, em todas as recordações é possível perceber a grande influência desses dirigentes internacionais nas tomadas de decisão.

Segundo Arcary (2017), a luta fracional começou logo que os quadros mais veteranos saíram da prisão. A disputa fracional tinha como principais motivos as diferentes avaliações do que levou a direção para o cárcere, o ritmo de desenvolvimento da luta de classes e a “pressão crescente do movimento pró-PT”. Além disso, a “[...] disputa pela direção, com elementos de um conflito geracional, que terminou resultando na ruptura de um terço do núcleo dirigente, e a dispersão de mais de metade da militância: uma catástrofe” (ARCARY, 2017).

Membros da direção internacional da Fração Bolchevique (FB) tentaram manter relações com a FURP. Ainda em outubro de 1979 escreveram uma carta de três páginas, onde clamaram pela unidade dos que mantinham acordos principistas e os convidavam a “golpear juntos”. Então, convidaram a FURP para a Conferência Internacional que a FB iria realizar e também pediam para que a Fração fosse convidada a participar da reunião da direção da FURP, que iria decidir definitivamente qual caminho escolheriam. No entanto, na carta escrita na cidade de São Paulo, os argentinos não abriram mão de escrever em espanhol (A LOS.... 1979).

Após o congresso, foi montada uma comissão trilateral envolvendo FURP, CS e FB. Contudo, nem mesmo o apelo da direção internacional foi capaz de conter a divisão. Em novembro de 1979, a FURP lança uma carta à militância da Convergência e da FB, findando as negociações. Na carta, a FURP mostra-se absolutamente insatisfeita com o resultado das negociações por julgar que contribuíram para a construção da organização e aquisição dos aparatos. A FURP objetivava conquistar a revista *Versus*, porém, segundo a fração, tanto a revista quanto a *Editora Convergência* estavam fora da negociação. Pleitearam, assim, 150 mil cruzeiros e um mimeógrafo, mas saíram só com 80 mil pagos em quatro parcelas mais o mimeógrafo. Consideraram o resultado insuficiente e compreendiam que a CS poderia ceder mais, tendo em vista que a organização já teria “[...] infra-estrutura montada e o apoio financeiro da FB, infra-estrutura esta que nós também em grande parte ajudamos a construir” (AOS..., 1979, p. 1).

O resultado era considerado insuficiente porque tinham projeto de montar uma editora e produzir um jornal “imediatamente”, viagens marcadas e teriam que pagar os salários dos profissionais que não recebiam há mais de três meses. Diante disso, concluem: “[...] não vamos à justiça burguesa porque somos realmente principistas, uma atitude destas só levaria à desmoralização do trotskismo. Por isso assinamos o último Termo de Compromisso” (AOS..., 1979, p. 2).

Mesmo diante do grau de confusão, e posterior paralisia, que ocorreu na organização após a prisão da sua direção, os militantes da CS conseguiram cumprir um papel relevante no movimento pró-PT. Após o Congresso de Lins, os metalúrgicos reuniram-se no final de janeiro de 1979, entretanto, a militância operária do PCB conseguiu impedir que a carta de princípios fosse aprovada na reunião. Em seguida, após um encontro no mesmo ano em Osasco, foi formada uma Comissão Provisória que redigiria a Carta de Princípios, a qual era formada por: Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas; Paulo Skromov, do Sindicato dos Couros de São Paulo; Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; Wagner Benevides, do Sindicato dos Petroleiros de Belo Horizonte; e Robson Camargo, do Sindicato dos Artistas de São Paulo. Dois dos seis membros desta comissão tinham ligação com o trotskismo: Camargo à CS e Skromov à Organização Socialista Internacionalista³¹.

Essa comissão provisória contou com a colaboração de Joaquinção até que os atritos produzidos durante a campanha salarial de março provocassem um distanciamento entre eles. O esforço realizado pelos sindicalistas mais combativos em promover uma campanha salarial conjunta no ano de 1979 havia sido frustrada e os sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André permaneceram em greve mesmo depois que a Federação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo assinou um acordo retirando-se da campanha salarial. Nesse processo ocorreu um distanciamento entre os sindicalistas mais ligados à estrutura sindical oficial, como Joaquinção, e o grupo de sindicalistas mais combativos, como Lula, Jacó Bittar e Benedito Marcílio. Após esse processo de divisão dos dirigentes sindicais, as oposições sindicais e vários movimentos sociais tenderam à aproximação com os sindicalistas *combativos* e com o Movimento pelo PT. (FARIA, 2005b, p. 246-247, grifo do autor).

A carta elaborada pela comissão provisória foi feita às pressas para ser apresentada aos trabalhadores no dia 1º de maio de 1979. Nela, vários elementos interessantes podem ser levantados, no entanto, cabe chamar atenção para as demarcações e sinalizações aos outros agrupamentos políticos. A primeira demarcação que se apresenta no texto é ao PTB, onde, ao analisar as dificuldades políticas enfrentadas pelos metalúrgicos, o documento afirma que a existência de um partido de trabalhadores facilitaria à classe trabalhadora como um todo expressar com mais consequência todo seu apoio aos grevistas do ABCD “[...] e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido. É por isso que a ideia de um partido dos trabalhadores, [...] tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade” (ALVES, 2018, p. 104). A organização dos trabalhadores brasileiros em um partido seria, então, uma necessidade objetiva. Assim, “Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com

³¹ Organização ligada a Pierre Lambert que, posteriormente, tornou-se a corrente *O Trabalho*.

suas propostas de PTB” (ALVES, 2018, p. 107), ou seja, a mobilização para formar o PTB seria uma armadilha para a classe trabalhadora brasileira, que teria por objetivo “iludir” os trabalhadores. O objetivo de reviver o PTB varguista teria como uma de suas bases a arregimentação da classe trabalhadora, que seria usada como massa de manobra para defender os interesses do empresariado brasileiro. Teria, então, chegado a hora do trabalhador “[...] formular e construir ele próprio seu país e seu futuro” (ALVES, 2018, p. 104).

Após a demarcação com as articulações em torno da criação do PTB, o documento traz uma sinalização às oposições sindicais que no momento estavam vendo com mais simpatia o movimento pró-PT. “Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT” (ALVES, 2018, p. 104), ou seja, o partido pretende-se da classe como um todo e caberá a todos, inclusive as oposições sindicais, a construção desse partido.

Sobre o MDB, o documento novamente aposta nas demarcações. A carta reconhece que o partido de oposição consentida foi utilizado eleitoralmente para a população manifestar repúdio à ditadura, assim como a existência de lideranças e políticos comprometidos com as causas populares. A limitação desse partido estaria no seu caráter exclusivamente parlamentar de atuação, no seu programa pró-capitalista, pelo caráter de sua direção e, principalmente, por sua composição de classe contraditória “[...] onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e onde, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado” (ALVES, 2018, p. 105). Por esses motivos, estaria descartada a hipótese de “tomar de assalto o MDB” e a carta ainda a julga “insensata” por alimentar ilusão no caráter democrático das classes dominantes³². O MDB não seria capaz de expressar os “[...] reais interesses das massas exploradas brasileiras” (ALVES, 2018, p. 105) por ser um aglomerado de composição heterogênea que atuavam sob o controle das elites liberais conservadoras.

Por fim, vale ressaltar que, desde a *Carta de Princípios* elaborada pela Comissão Nacional Provisória, o PT reconhecia a necessidade de respeitar o direito às tendências e frações internas. Essa medida seria necessária, pois um “[...] partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior” (ALVES, 2018, p. 107).

³² Segundo Faria (2005b), após a eleição de 1978, Fernando Henrique Cardoso acreditava que o MDB poderia se tornar o partido do tipo que ele defendeu no artigo publicado na revista *Versus*, já citado neste trabalho. Esse ponto da *Carta de Princípios* teria por objetivo debater com o então futuro presidente do Brasil.

Esses elementos do documento chamam atenção porque estão todos eles em consonância com as caracterizações apresentadas internamente pela CS na época. Em documento pré-congressual, datado de junho de 1979, a respeito do MDB, ressalta-se o caráter conciliador do partido quando atuou nas greves do ABCD e denunciavam que este “[...] tentou levar as mobilizações para o estrito canal parlamentar e, em geral, conciliando com os governos estaduais” (DOCUMENTO..., 1979, p. 38). A respeito do trabalhismo, o documento afirma que esse movimento estendia a mão esquerda para os trabalhadores, dirigentes sindicais e a intelectualidade capaz de elaborar projetos políticos sociais, mas, por outro lado, tinha a mão direita dirigida aos “setores decadentes da burguesia nacional” que atuavam no MDB e tinham por representantes Tancredo Neves e Pedro Simon (DOCUMENTO..., 1979).

Esse documento não é assinado por nenhuma tendência ou fração, o que faz crer que tenha sido elaborado pelo conjunto da Direção Nacional da CS, representando a posição de sua maioria. Ao contrário da história oficial contada pelos morenistas sobre si próprios, essa evidência não busca provar que a CS “dirigiu” o processo de formação do PT³³. No entanto, a partir desses elementos, pode-se, minimamente, supor que fazia parte da postura militante da organização morenista na época a construção de consensos que envolviam setores mais amplos que sua própria organização.

Skromov (2006) afirma que a Comissão Provisória discutia também propostas vindas de fora da comissão. A posição da CS, por exemplo, era a de que o PT tivesse a mesma relação entre partido e sindicato que o *Labour Party* inglês³⁴. Nas propostas dos morenistas estava escrito que todo trabalhador sindicalizado era filiado ao partido (HARNECKER, 1994). Essa ideia está presente nas elaborações da corrente morenista desde os tempos da Liga Operária, mas a legislação brasileira vetava filiações coletivas (FARIA, 2005b).

Por conduzir a revista *Versus*, a Convergência ficou responsável por editar e imprimir a versão final da *Carta de Princípios*. Contudo, a carta estava no mesmo formato do restante das publicações da corrente morenista (BERBEL, 1991). O resultado do formato da carta desagradou o restante da comissão provisória, que optou por não distribuir a primeira versão impressa. Henos Morina, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em posse de seu mimeógrafo elétrico, rodou 1500 cópias a partir de uma base datilografada.

³³ Sobre a ideia de formar um partido de trabalhadores, Lincoln Secco (2018, p. 41) afirma que “[...] é comum ouvir militantes de esquerda afirmando-se donos da ideia”. No caso da CS, podemos perceber pelo menos duas construções narrativas que exaltam o suposto protagonismo da corrente na construção desse tipo de partido no Brasil.

³⁴ Nessa mesma reunião, de acordo com as lembranças de Paulo de Mattos Skromov (2006), ao discutir o símbolo que seria utilizado “Ai que houve a discussão da estrela e punho, nessa reunião, houve a reunião da estrela e do punho cerrado. O punho cerrado foi descartado. Era a proposta da Convergência. Aliás, eles eram muito cara de pau porque era o símbolo deles”.

Embora com baixa distribuição, a carta foi divulgada pela imprensa diária. Mesmo tendo sido elaborada pela comissão provisória, era consenso de que não seria possível construir um partido de massas dos trabalhadores sem o apoio e engajamento de Lula. Como o movimento operário e os movimentos sociais contavam com o apoio de parlamentares do MDB em suas batalhas, o dirigente sindical de São Bernardo do Campo estabeleceu boas relações com parte das lideranças e parlamentares desse partido. A carta não foi bem recebida pelas lideranças, que tinham boas relações com os movimentos sociais da época e consideravam que a demarcação de classe estaria assumindo contornos muito restritivos ao partido que seria fundado (FARIA, 2005b). Muitos sindicalistas viam na formação do PT uma proposta divisionista que poderia fortalecer a ditadura e o próprio Lula considerava que a formação do partido poderia diminuir o nível de solidariedade política às greves do ABC (SECCO, 2018). Nesse sentido, pode-se perceber uma divergência de Lula com o conteúdo expresso na *Carta de Princípios*, ao considerar que a reduzida solidariedade do conjunto dos trabalhadores às greves do ABCD se manteria enquanto a classe não formasse seu próprio partido (ALVES, 2018).

Depois do Primeiro de Maio continuaram as articulações em torno do novo partido. Entre o primeiro e o terceiro dia de junho de 1979, os defensores da construção do PT se reuniram com Fernando Henrique Cardoso e outros membros do MDB que defendiam a proposta de construir um partido mais amplo³⁵³⁶. Nesse encontro, ampliaram-se as diferenças entre os defensores do projeto que firmou o PT e os que defendiam um partido mais amplo, chamado na época de Partido Popular (PP), defendido por Cardoso. Conforme Secco (2018, p. 42), “[...] o encontro pró-PT de Contagem (MG) em 28 de junho não teve o apoio de Lula”.

Posteriormente, em outubro de 1979, chega-se a condições mínimas para a criação do partido:

³⁵ A respeito dessa reunião, Wagner Benevides (2006, p. 22), um dos fundadores do PT, relembra “Não tinha ninguém. É. E quando nós estamos razoavelmente organizados, o que é que acontece? Os parlamentares... Olha bem. Os parlamentares, os intelectuais convidaram os trabalhadores, os dirigentes sindicais para ter uma reunião em São Bernardo, aonde ia se fazer uma proposta de unidade. Unidade. Só que nós não sabíamos que eles tinham uma proposta de um tal de PP, Partido Popular, que eles queriam cooptar a gente, para a gente fazer parte desse grupo, e acabar com a proposta PT e passar para o tal do PP deles, que seria... não o PP de hoje, mas seria um PSDB da vida aí. Só que nós mantivemos. Nós ganhamos, e nos mantivemos com nosso projeto. Foi uma experiência interessantíssima. Foram dois dias com Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso e outros juntos também”.

³⁶ Eurelino Coelho Neto (2005) faz considerações interessantes a respeito deste encontro. Nele, os sindicalistas defenderam um partido de classe, independente, posição que já era publicamente defendida por Lula na imprensa. A defesa desse ponto, que havia sido firmado desde o Congresso de Lins, foi um impeditivo para formar um partido com o grupo de FHC, justamente um dos pontos programáticos que era muito caro à CS e a outros grupos políticos.

Embora o único parlamentar que tenha permanecido no Movimento pelo PT tenha sido, inicialmente, o Edson Khair, ligado à Convergência Socialista, nos meses seguintes ele recebeu a adesão dos deputados: Marco Aurélio Ribeiro, Geraldo Siqueira Filho e José Eudes. Também intelectuais reconhecidos nacionalmente se incorporaram como Francisco Weffort, Chico Oliveira, além de outros. O PT foi lançado como organização política em 13 de outubro de 1979 em São Bernardo quando se decidiu dar forma legal ao PT. (FARIA, 2005b, p. 256).

Na estrutura aprovada em São Bernardo do Campo, a partir de normas transitórias, os núcleos de base teriam grande relevância na vida interna do partido. Na ocasião, foi aprovada ainda a Carta de Princípios e uma declaração política, além de uma nova Comissão Nacional Provisória. A reunião contou com mais de 300 militantes de diversos estados. A declaração política defendia a luta para que todo o poder econômico e político viesse a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, pois seria a única forma de acabar com a exploração e opressão, porém, não há referência direta à defesa do socialismo (DECLARAÇÃO... 1979).

Da Comissão Nacional Provisória fizeram parte: Arnóbio Silva, Carlos Borges, Édson Khair, Firmo Andrade, Francisco Auto, Godofredo Pinto, Henos Amorina, Ignácio Hernandez, Jacó Bittar, José Ibrahim, Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra, Sidney Lianza e Wagner Benevides. Os membros eram de seis estados diferentes e a comissão era composta, majoritariamente, por sindicalistas, entre eles havia petroleiros, trabalhadores rurais, metalúrgicos, professores, bancários, um gráfico, um jornalista, um trabalhador da indústria de couro e um parlamentar. Posteriormente, ao menos quatro membros da comissão se tornariam lideranças da Articulação, corrente majoritária do PT, a saber: Luis Dulci, Olívio Dutra, Jacó Bittar e Lula (COELHO NETO, 2005).

Mais importante do que identificar o grupo responsável pela idealização do projeto que desencadeou na formação do PT, é necessário compreender que a ideia de criação de um novo partido que atuasse com independência dos dois existentes pairava sobre setores significativos da sociedade. A heterogeneidade é um elemento central para compreender partidos como o PT, que, ao contrário das tendências e frações internas e de outros partidos, é formado por indivíduos e coletivos com diversas origens e que defendem distintos programas estratégicos.

A literatura é praticamente unânime em apontar os grupos que confluíram para a formação do PT: militantes do chamado “novo sindicalismo”, principalmente os grupos denominados “autênticos” (dentre os quais os diretores do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo, do qual fazia parte Lula) e algumas oposições sindicais; militantes de organizações clandestinas de esquerda que questionavam a política de aliança de classes dos partidos comunistas; 33 militantes dos movimentos populares, muitos dos quais, sobretudo nos movimentos de bairro e rural, organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica; intelectuais de esquerda (organizados em grupos, como a Autonomia em São Paulo, ou não); parlamentares do MDB e depois do PMDB. (COELHO NETO, 2005, p. 52).

Essa heterogeneidade se manifestou sobre a forma como o partido veio a se construir em diferentes estados e cidades do território brasileiro. Em alguns lugares, os ativistas oriundos dos movimentos de base da Igreja Católica eram majoritários; em São Paulo, a hegemonia estava com os sindicalistas; no Maranhão, os membros do partido criaram o novo sindicalismo; em Santo André, o partido nasceu com forte influência do Movimento dos Direitos dos Favelados, ou seja, com influência do movimento popular. Dependendo da região ou da cidade, o partido poderia ser fortemente influenciado pelo movimento estudantil, em outros, era formado pelos setores médios. Havia lugares em que era dirigido por ex-combatentes dos movimentos guerrilheiros, em outros, por organizações trotskistas. A base social desse partido que estava em processo de legalização eram os operários das multinacionais, o sindicalismo do funcionalismo público e a Igreja Católica³⁷, através de sua influência sobre as Comunidades Eclesiais de Base (SECCO, 2018).

A Convergência participou desse processo de legalização do PT de forma muito débil. Desnorteados pelas disputas em seu Congresso de fins de 1979, os morenistas brasileiros optaram por organizar uma Conferência Nacional em abril de 1980. Ao contrário da fracional disputa de 1979, que gerou a elaboração de dezenas de documentos, a Conferência de 1980 contou com a elaboração de três tímidos documentos. No primeiro deles, de balanço, a direção da organização justifica a realização da conferência por conta da baixa preparação política oferecida pelo congresso de 1979, que teve como principal preocupação a disputa fracional. Segundo o documento de balanço de 1980, o Congresso recém-realizado teria colocado em risco a manutenção da unidade da organização. Considerava, contudo, que a organização estava saindo da crise a começava “a tomar um ritmo ascendente”. A prova do início de superação dessa crise teria sido a captação de “[...] cerca de 50 a 70 companheiros, a imensa maioria dos quais no setor estudantil” (DOCUMENTO..., 1980, p. 2).

Como continuidade do documento de balanço, foi anexado um texto intitulado “O Documento C.S. – Classismo – PT”, aprovado anteriormente pela Coordenação Nacional da CS, no qual, ao contrário do Congresso de 1979, em que essa afirmação foi feita em um documento tendencial, dessa vez, a afirmativa de que a Convergência seria o “único embrião de partido revolucionário” no Brasil aparecia em documento oficial de uma instância de direção da organização. Além disso, o documento demonstra que, ao contrário do argumento

³⁷ “Um levantamento realizado em 1982 por Antonio Flavio de Oliveira Pierucci entre vigários de paróquias em São Paulo confirmou a ampla simpatia de que gozava o PT entre os padres e os militantes da Igreja. Entre os vigários de paróquias incluídos na amostra pesquisada, 49% mostravam uma preferência pelo PT, seguindo-se 39,3% para o PMDB, 2,7% para o PDS e 1,8% para o PTB. Outros 3,6% expressavam uma simpatia mais geral por um partido de oposição, mas sem especificar qual” (KECK, 2010, 142).

de Mouta Faria (2005a), o qual diz que toda a organização havia se lançado à construção do PT, a CS orientou sua militância para “a não entrada” nos “núcleos pró-PT, senão como tática secundária”. O Documento de Balanço considerava que a formação do PT seria “uma orientação organizativa muito importante”, caberia “não entrar nos núcleos pró-PT senão como tática”, reduzindo o apoio ao novo partido “à propaganda” (DOCUMENTO..., 1980). Parte do objetivo do congresso seria, então, reorientar a militância da CS a respeito do movimento pró-PT.

Elaborar um documento que caracterizasse melhor o PT foi uma das tarefas votadas na Conferência da Convergência Socialista de 1980. O escopo seria o de organizar “toda a militância para enfrentar esta tarefa”. O Documento Nacional elaborado tinha por objetivo preparar a intervenção política no PT, evitando não incorrer em desvios de dois tipos: o oportunista e o sectário. O desvio oportunista seria “[...] lançar todo o partido para construí-lo, quando aí não estão as massas e não caracterizamos uma corrente massiva de trabalhadores que venha ao PT” (DOCUMENTO..., 1980b, p. 21). O desvio sectário consistiria em “[...] não dar nenhuma política para aproveitar esse movimento objetivo do único setor de massas – essa franja massiva de estudantes que vê a proposta de independência política materializada no PT” (DOCUMENTO..., 1980b, p. 21). Os membros da organização deveriam, assim, portar-se como se fossem “[...] os campeões de defesa do PT”, de modo a “[...] impulsionar a formação dessa corrente de massas” (DOCUMENTO..., 1980b, p. 21).

O documento apresenta uma visão da CS que será comum ao longo de sua intervenção no PT. O desprezo pela intervenção interna e a aposta de usar o PT para intervir em melhores condições nos movimentos sociais faz parte de toda a vida orgânica da intervenção da CS no partido. O evento marcou, ainda, uma alteração nas prioridades da organização: a CS considerava que o movimento operário e sindical não estaria tão dinâmico quanto estava em 1978 e que o setor social que estava se mobilizando naquele momento era o movimento estudantil, por isso inverteu sua prioridade de intervenção do movimento sindical para o Movimento Estudantil.

Para ilustrar como os morenistas delineavam sua intervenção no PT e nos movimentos sociais, o trecho, a seguir, do documento são bastante elucidativos:

[...] no m.e. a defesa do PT é uma política para propaganda sistemática, diária, para agitação e ação toda vez que for possível. Vamos tentar dividir o m.e. de cima para baixo entre os que defendem as diversas variantes burguesas e os que são favoráveis ao PT. [...] Faremos toda essa atividade no ME em defesa do PT, com a nossa identidade própria como CS ou em nome de nossa tendência estudantil, para facilitar a aproximação dessas ativistas ao nosso partido. (DOCUMENTO..., 1980b, p. 21).

No momento em que a Convergência se preparava para superar sua crise interna, as relações entre os argentinos e os franceses amadureciam em nível internacional. No Brasil, isso significou uma aproximação com a Organização Socialista Internacionalista (OSI), que, posteriormente, deu origem à corrente *O Trabalho*, a qual não se incorporou imediatamente ao PT, como fez a Convergência. Nesse período, as duas organizações estabeleceram contatos mais próximos devido à fusão proposta e organizada em nível internacional por Moreno e Lambert. O rompimento das relações internacionais levou à ruptura das relações também no Brasil. À época, um grupo de militantes da CS confrontou a direção denunciando o “alinhamento automático” com as posições de Nahuel Moreno, como também os desvios oportunistas da direção em relação ao PT e o caráter de seita presente na organização, por sempre se julgarem os únicos com posicionamentos corretos (SILVA, 1994).

Mesmo sendo marcado por disputas políticas e expulsão de militantes, o clima no Congresso de 1982 é significativamente diferente do Congresso de 1979 e da Conferência de 1980. Os documentos não são confusos como os de 1979, as posições políticas são apresentadas de forma nítida. Pode-se perceber que a organização não estava mais diante de uma grave crise, justamente por conta do conteúdo apresentado em seu Documento de Balanço, onde a organização conta sua própria história, de seus acertos e erros, desde 1974. O documento é muito importante, pois possibilita a obtenção de dados quantitativos, além da localização política da organização. Outrossim, apresenta três diferentes estágios de construção da organização até 1982. O primeiro, de 1974 a 1977, teria consistido na atuação no movimento estudantil de São Paulo, resultando na captação da maioria dos militantes que compunham a direção da organização em 1982. No segundo, entre 1978 e 1980, a organização teria optado por inverter sua prioridade para o movimento operário e sindical. Além do acerto em lançar publicamente o Movimento CS, também teria sido um caminho considerado acertado a política de proletarianização da organização, que começou em 1978. Essa política consistiu em aproveitar as eleições para estruturar a organização em zonas operárias, que, nessa época, chegaram a reunir 100 operários em reuniões:

Esta política foi que permitiu que continuássemos os nossos principais trabalhos operários e que tivéssemos uma importante participação nas greves de 79. Dirigimos o movimento em Santo André, São Caetano, Jundiaí, São José dos Campos e tivemos participação em Guarulhos, Rio de Janeiro. [...] foi esta participação que deu repercussão nacional à CS, quando fomos acusados pelo governo (no caso, o Ministro do Trabalho) e os pelegos sindicais de responsáveis pela greve. [...] De todo esse processo, conseguimos capitalizar muito pouco, principalmente pela origem social dos militantes proletarianizados e da sua total inexperiência de trabalho no movimento operário. (DOCUMENTO..., 1982, p. 14).

A política de lançamento público da CS possibilitou a organização passar de 350 para 800 militantes. No entanto, após a crise de 1979, voltaram ao número anterior de militantes. Por ter pouco aproveitado o ascenso do movimento operário daqueles anos, a organização teria conseguido intervir sindicalmente junto aos bancários do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, professores de Rio Janeiro e São Paulo, e os artistas de São Paulo. A organização, que praticamente só existia em São Paulo até 1977, teria conseguido ampliar seu trabalho para outros estados da federação.

Ao explicar os motivos que levaram a organização à crise de 1979, está a pressão exercida pelos sindicalistas, apresentados no documento como *burocracia de “esquerda”*, e os *intelectuais “socialistas”*. Esta pressão dos fatores “oportunistas e contrarrevolucionários e da legalidade” teriam gerado desvios centristas e oportunistas na CS, resultando no afrouxamento dos organismos da organização, a atuação pouco baseada no centralismo democrático e a substituição temporária do lançamento de um jornal próprio pela editoração da revista *Versus*, que não seria um veículo oficial da CS.

Contudo, nenhum desses erros teria sido tão grave quanto o afastamento dos brasileiros de sua direção internacional, a Tendência Bolchevique (TB), entre 1978 e 1981. Este elemento é apresentado no documento como o principal erro cometido pela organização brasileira, ao mesmo tempo em que a superação da crise de 1979 é atribuída ao papel dirigente da direção internacional. Conforme o Documento (1982), combater os desvios nacionalistas consistia em uma série de elementos, a saber: a filiação da CS à TB; o acompanhamento mais sistemático das direções internacionais à direção brasileira; acompanhamento das tendências da situação internacional e análise de como intervém na dinâmica interna da economia e política brasileira. Esse giro internacionalista da CS tem como uma de suas marcas a realização de suas conferências e seus congressos meses depois dos encontros e das conferências da organização internacional.

É interessante perceber que esses balanços a respeito dos “desvios” cometidos pela organização em sua história recente tenham sido elaborados a partir de maior contato com a direção internacional. Foi quando se desenvolveu com mais fôlego, também, um balanço com mais elementos a respeito dos morenistas brasileiros no PT. O balanço de 1982 considera que os documentos aprovados no congresso de 1979 eram “[...] unilaterais, e a orientação tendia ao aberto seguidismo e ao oportunismo em relação à direção lulista, ao definir os dirigentes sindicais vinculados à sua construção enquanto classistas” (DOCUMENTO..., 1982, p. 34). Essa imprecisa definição do PT fez com que a CS não delimitasse com precisão as fronteiras

entre a corrente e o movimento pró-PT. A política do entrismo gerou, então, “[...] a dissolução das fronteiras da organização, adaptação ao PT” (DOCUMENTO..., 1982, p. 34).

A correção desse erro teria se dado após a Conferência Internacional da FB, no início de 1980. Como parte do processo de correção da política aplicada esteve também a correção da caracterização dos atores políticos envolvidos: os sindicalistas que dirigiam o processo de formação do PT deixariam de ser entendidos como “classistas” para serem categorizados como burocratas oportunistas. Esse aprimoramento na compreensão e a elaboração da política a ser aplicada no Brasil contou com o apoio da direção internacional. No entanto, mesmo diante dessa alteração substancial a respeito da ala dirigente do PT, a política defendida pela CS ainda era a de atuação no PT, considerando, inclusive, que a política do entrismo foi aplicada com atraso, o que impediu que a organização perdesse a oportunidade de ocupar espaço nas direções zonais, distritais e na representação de encontros do PT. O entrismo que deveria ter sido aplicado ao longo do ano de 1980 só se verificou de fato a partir de 1981³⁸.

O documento considera que, a partir desse ano, o quadro foi revertido e a participação nas convenções municipais e distritais foi o centro da intervenção política da organização desde sua direção até seus núcleos de base. Isso leva à conclusão de que se garantiu a “[...] inserção no interior do PT nas principais regiões; realizamos 10% do total de filiações nacionais do PT; iniciamos o combate pela defesa do espaço dos trotsquistas no interior do PT” (DOCUMENTO..., 1982, p. 35-36). Assim como, “O êxito da campanha de afiliação fertilizou o terreno para permitir uma presença política no interior do PT que garantirá as bases para apresentação das candidaturas trotsquistas nas próximas eleições” (DOCUMENTO..., 1982, p. 36). Ou seja, a CS não depende mais de acordos pontuais com candidatos como Benedito Marcílio e Edson Khair, podendo lançar a candidatura de seus próprios membros.

A respeito da aproximação entre a OSI e a CS, repara-se que esta se dava de forma pública através da intervenção, sobretudo, no movimento estudantil, prioridade das duas organizações na época, e na intervenção no PT. Entre os motivos de afastamento entre as duas organizações em nível nacional, a CS opina que a OSI confundia o caráter progressivo do PT com o de sua direção, já considerada pela CS como uma burocracia contrarrevolucionária, o que levou à OSI capitular ao lulismo (DOCUMENTO..., 1982).

³⁸ Meneghello (1989) considera que no ano de 1982 o PT se pautava pelo princípio organizativo da democracia participativa, que era baseado na concepção de que o núcleo de base deveria controlar o diretório distrital e buscar formas de controlar a direção estadual. Nesse mesmo ano, no estado de São Paulo, o PT possuía 6.441 militantes e 272 núcleos de base. Apenas 52 desses núcleos estavam fora da grande São Paulo e, embora em 1982 13% dos filiados participasse dos núcleos de base, ao longo da história do partido esse número provavelmente não foi superior a 5% (SECCO, 2018).

Embora o Congresso tenha sido marcado pela expulsão de nove militantes da CS, pelo rompimento da relação com os lambertistas nacional e internacionalmente, foi considerado um congresso de saída da crise. A organização havia voltado a crescer e contava com mais de 600 militantes (mais de 200 eram estudantes). Nahuel Moreno enviou, de Bogotá, uma carta de cinco páginas, escrita em português, aos delegados do Congresso. Esta carta é interessante porque as caracterizações apresentadas no documento de balanço aparecem também na carta de Moreno.

Embora não tenha sido escrita pela direção da LIT, Moreno envia a carta em nome da recém-fundada Liga Internacional dos Trabalhadores e deseja que o congresso encerre a etapa de crise para dar espaço para uma etapa de “desenvolvimento ininterrupto”. Segundo ele, a crise vivida pela CS era resultado de “profundas tendências” nacional-trotskistas que influenciavam os morenistas brasileiros. Ainda, a superação da crise seria “[...] a melhor prova, por via prática, do papel e da necessidade de uma organização trotskista internacional” (MORENO, 1985, p. 1). Para o líder político, a direção internacional não considerava a CS uma organização nacional-trotskista e reconhece que tinha estritas relações com o PST(A) e com a FB. Entretanto, alerta que a postura de autossuficiência estava presente nos quadros da direção brasileira: “Todas as direções da FB recordam como a direção brasileira na Conferência da FB [1980] assinalou que no Brasil estava solucionando o problema da direção do partido, isto é, tinha uma direção para dirigir a revolução” (MORENO, 1982, p. 2). Essa caracterização havia se provado equivocada tendo em vista que a direção da CS precisou da direção internacional para solucionar sua crise.

Moreno (1985, p. 2) aproveita o ensejo para apresentar outros elementos do balanço da direção da CS e afirma que a relação destes com a organização internacional era formal e não compreendiam profundamente o significado de participar de uma organização internacional: “Vossa participação era, [...], a de uma estreita frente única e não a de uma parte de um todo superior”. Esse problema foi solucionado e os morenistas passaram a gozar, na opinião de seu maior dirigente, de um partido forte, dinâmico, centralizado, em crescimento e que confia nas próprias forças, considerando, então, que após a crise surgiu *uma nova CS* (MORENO, 1985).

No decorrer do documento, Moreno (1985) considera basilar o congresso da organização brasileira pelo seu peso na LIT, conforme afirmamos no primeiro capítulo deste trabalho, onde os brasileiros eram a segunda maior força na organização internacional, por conta da situação dos oponentes no campo do trotskismo. Na carta, aparecem os mesmos elementos de caracterização dos lambertistas e da SU que estão nos documentos da LIT: os primeiros são considerados seitas sem nenhuma importância, com exceção de suas

organizações no Brasil e na França; os segundos seriam muito fracos na América Latina, com exceção do Brasil. Diante dessa situação favorável à LIT, o dirigente argentino delega aos seus jovens seguidores uma importante tarefa:

A vocês cabe conseguir varrer o revisionismo no Brasil. É uma tarefa histórica que tem que conseguir a um curto prazo. [...] Camaradas: conseguir um forte partido trotsquista no Brasil é conseguir o mesmo em todos os países da América Latina. Vosso país é o centro do Continente e vosso partido deve chegar a ser o partido mais influente e determinante da LIT na América Latina. (MORENO, 1985, p. 5).

O desejo do dirigente foi concretizado no congresso da organização brasileira e a CS aderiu formalmente à LIT três meses após a fundação da organização internacional. Na resolução de adesão, as palavras de Moreno praticamente foram repetidas a respeito da crítica aos “revisionistas” da SU e OCI, diante da traição das duas organizações: “Todos os trotskistas principistas entenderam que era preciso agrupar rapidamente...” (RESOLUÇÃO..., 1982, p. 1). A CS afirma ter tido vinculações com a direção internacional desde sua fundação e reconhece, novamente, que os avanços e superação de suas crises se deu por causa de sua relação com a organização internacional, e reconhece a LIT como única organização revolucionária trotskista em nível mundial (RESOLUÇÃO..., 1982). Nesse ponto, é importante ressaltar que o documento fala de “dentro do trotskismo”, que é a única corrente revolucionária, ou seja, reconhece a possibilidade de existir correntes revolucionárias por fora do trotskismo, um dos pré-requisitos da tática internacional de construção da Frente Única Revolucionária.

Sobre a expulsão, a CS afirma que os membros da fração tiveram direito a todas as liberdades democráticas dentro da organização, inclusive o direito a um militante profissional durante o período pré-congressual, mesmo a fração contando com apenas nove militantes. Ainda, segundo a direção, esses membros se recusaram a participar do Congresso e foram expulsos porque defendiam “[...] posições que julgávamos incompatíveis com o trotsquismo” (A TODAS..., 1982, p. 1).

Um panfleto com mil cópias, intitulado *A todas as organizações operária e à vanguarda revolucionária*, foi distribuído pela militância da CS explicando os motivos da expulsão da fração, onde afirmam que a fração era dirigida por um ex-membro da OSI, organização lambertista, e defendia as posições de sua antiga organização internamente na CS, chegando até a romper com o centralismo democrático (SOBRE..., 1982). Isso fez com que a direção da CS considerasse que esse militante estava fazendo, há dois anos (A TODAS..., 1985). Já a fração alega que foi expulsa antes do congresso acontecer (EXPULSÃO..., 1985).

Embora a baixa adesão da CS à construção do PT após o primeiro de maio de 1979 seja explicada por sua crise interna, pode-se apontar que os rumos tomados pelo movimento pró-PT após o dia do trabalhador entraram em choque com alguns dos objetivos estratégicos da organização. A negociação com os parlamentares do MDB e o suposto caráter conciliador dos sindicalistas de esquerda faziam com que muitos militantes e diversas correntes políticas entendessem o PT como uma ferramenta tática para construir seus pequenos grupos, e não um partido estratégico.

No final de setembro de 1980, já haviam formado comissões no número mínimo necessário de municípios em 12 estados (Espírito Santo, Acre, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Amazonas, Ceará, Minas Gerais) e esperava-se que a Paraíba e São Paulo viessem juntar-se em pouco tempo. Em 22 de outubro, o PT requereu seu registro provisório ao Superior Tribunal Eleitoral, apresentando documentação sobre a organização de comissões regionais em 18 estados e, em 13 deles, comissões municipais em 647 municípios. O partido também apresentou os nomes de seis deputados federais como seus delegados junto à Justiça Eleitoral. Por decisão unânime, o Tribunal reconheceu em 1º de dezembro a conclusão da primeira etapa do processo de requisição de registro provisório do partido:

[...] a Fração Operária, FO, achava que o PT poderia transformar-se em um partido revolucionário, [...] e, assim, decidiram dissolver-se enquanto grupo no interior do partido. Outros, como o Movimento pela Emancipação do Proletariado, MEP, argumentavam que o PT era válido enquanto frente política dos operários e que de nada adiantava lutar para transformá-lo em um partido revolucionário. O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, e a Ação Popular Marxista-Leninista, APML, viam o PT como uma tentativa tática de criar um movimento de frente ampla popular para derrubar a ditadura. A extrema fragmentação desses pequenos grupos, a maioria dos quais tivera origem no movimento estudantil, geralmente impedia que trabalhassem juntos de forma efetiva. Pelo menos de início, a tendência era que cada um desenvolvesse sua própria área de atuação no interior do partido e entrasse em disputa com os outros, posicionando-se, além disso, contra as pretensas tendências “reformistas” do PT. (KECK, 2010, p.140-141).

Considera-se que todas estas organizações, inclusive a OSI e a CS, tinham como ponto principal de sustentação a atuação no movimento estudantil, que não fez parte inicialmente das três bases sociais que levaram à consolidação do projeto do PT. Coelho Neto (2005) chama atenção ao fato de que a construção, por parte do grupo de Lula, de uma maioria dentro do PT, não foi um processo natural, deu-se através de disputas políticas, mesmo que muitas delas fossem silenciosas. O grupo majoritário, que logo seria chamado “grupo do Lula”, tornou-se um polo de aglutinação de militantes de diversas origens e que eram chamados de “independentes” por não pertencerem a nenhuma tendência interna (COELHO NETO, 2005).

O debate a respeito da possibilidade ou não de o PT ter sido dirigido pelas correntes de origem radical parece pouco proveitoso. No entanto, o grau que chegaram as divisões entre essas pequenas correntes e o fato de secundarizarem a construção do PT facilitou ao “grupo do Lula” a formação de sua maioria.

Mesmo minoritários, esses grupos eram alvos de críticas e demarcações feitas pelo grupo majoritário. A crítica à concepção leninista, considerada pela maioria do partido como vanguardista, atingia os radicais, fossem eles trotskistas, estalinistas, maoístas, ex-guerrilheiros ou eurocomunistas, e foi essa linha de crítica, expressa nas *11 Teses sobre Autonomia*, que permitiu a aproximação com as comunidades de base da igreja católica (COELHO NETO, 2005). No entanto, a atuação organizada das tendências de esquerda dentro do partido preocupava os parlamentares com interesse em aderir ao partido. Para resolver os problemas causados pelas tendências à esquerda, a Comissão Nacional Provisória fazia reuniões entre sindicalistas, intelectuais e parlamentares para tentar convencê-los a ingressar no partido (KECK, 2010). Após a reunião da Comissão em 2 de fevereiro, Lula afirmou que “[...] não é papel do PT fiscalizar grupinhos. Entendemos que essa é uma atribuição da polícia. Mas todos os que entrarem no PT precisam deixar de ser “partidinhos” para ajudar na formação de um partido de massa, esquecendo propostas inviáveis” (SER..., 1980).

Em 1981, a disputa interna contra as influências leninistas continua e, na Primeira Convenção Nacional do PT, que ocorreu em Brasília, Lula declara que é falso que os trabalhadores através de sua espontaneidade restringem-se à luta econômica (SILVA, 1981, p. 9). No dia 11 de fevereiro de 1982, o PT conquista oficialmente seu registro provisório e a participação na disputa eleitoral desse ano, fazendo com que o partido conquistasse duas prefeituras, Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA)³⁹. No entanto, mesmo não sendo controlado pelas correntes de inspiração revolucionária, o PT encontra dificuldades em combinar luta institucional com luta social⁴⁰. Essa dificuldade gerou a expulsão de Gilson Menezes, então, prefeito de Diadema, SP, pelo próprio diretório do partido em 1984. Manuel da Silva Costa, prefeito de Santa Quitéria, desligou-se do partido em 1983 por conta do isolamento imposto à sua prefeitura por parte do governo estadual.

A autocrítica feita pela CS por conta do atraso de ter entrado no PT e isso ter gerado consequências negativas na atuação interna da corrente no partido encontra importante ponto

³⁹ Além de dois prefeitos, o partido elegeu oito deputados federais e 12 estaduais, além de obter 3,3% do total de votos da eleição (FERREIRA, 2008).

⁴⁰ O PT propunha-se a participar do jogo institucional, mas, ao mesmo tempo, queria diferenciar-se da tradição política brasileira, subordinando a luta eleitoral ao objetivo de organizar as massas exploradas em sua luta (FERREIRA, 2008).

de apoio na literatura especializada. Em seu livro, Lincoln Secco (2018) atribui à formação do PT em diversas cidades as tendências, como o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Liberdade e Luta, Avançar e Lutar, Democracia Socialista (DS) e OSI, no entanto, apenas faz menção à CS quando disserta a respeito da formação do partido na Paraíba. O peso da esquerda na organização fez com que esse campo político fosse maioria no partido em estados como Bahia e Pará. Esse ambiente de disputa interna e protagonismo da esquerda na construção do partido em algumas cidades e estados fez com que, em 1983, o chamado “grupo do Lula” se tornasse a corrente chamada Articulação (COELHO NETO, 2005).

Mesmo atuando com posições distintas no interior do partido, as organizações que compunham o PT atuavam de forma mais coesa no movimento sindical. A Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que contou com a participação de 5.036 delegados de 1.091 entidades, foi marcada pela divisão entre o “Bloco Combativo”, liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, mas que contava também com a participação das oposições sindicais (compostas pelos grupos leninistas e trotskistas), que atuaram em oposição ao “Bloco da Reforma”, ala mais moderada e composta pelos partidos comunistas e o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8). As articulações em torno do resultado do primeiro CONCLAT geram, em agosto de 1983, a formação da CUT (RODRIGUES, 2009). Entre o CONCLAT, de 1981, e a formação da CUT, em 1983, a CS tinha como prioridade a atuação no movimento estudantil, conforme foi mencionado anteriormente.

A questão dos movimentos de juventude era tão importante para a CS que, em 1983, a organização decide por se fundir com sua colateral de juventude, o Alicerce, que existia desde 1977. Em carta dirigida à base da CS e todo o Alicerce, escrita em fevereiro desse ano, a direção da organização explica que sua decisão estava baseada no crescimento da juventude no último período. Segundo o documento *Aos companheiros do Alicerce*, a chapa Alicerce para a União Paulista dos Estudantes Secundaristas havia conquistado 26 mil votos e a vitória, para isso contaram com o engajamento de dois mil jovens em 1982. Em 1983, o Alicerce contaria com 30 sedes espalhadas pelo país e organizariam 1300 jovens semanalmente, além de terem editado sete edições de um jornal com o nome da organização de juventude e que contou com nove mil impressões cada edição.

O documento demonstra grande sintonia com os documentos internacionais da LIT. O documento atribui o sucesso da corrente estudantil ao “[...] avanço da revolução mundial e a nosso trabalho em comum” (AOS..., 1983, p. 3) se referindo ao trabalho da CS e do Alicerce. E continua:

Se o imperialismo não tivesse caindo aos pedaços, Alicerce não cresceria. Se, por sua vez, as massas não resistissem aos seus ataques, como faz em El Salvador, Argentina ou Bolívia, Alicerce tão pouco cresceria. Se os partidos comunistas traidores não se vissem obrigados a mostrar sua verdadeira cara, como na Polônia, reprimindo os trabalhadores, ou em nosso país, apoiando a ditadura, quem cresceria seria o PCB e não o Alicerce. Mas a realidade é que o imperialismo cai aos pedaços, as massas resistem e os PCs mostram sua verdadeira cara. Por isso o alicerce cresce e vai continuar crescendo. (AOS..., 1983, p. 3).

Nesse congresso de 1983, a organização mantinha seu momento de otimismo interno e continuidade do crescimento. Ao unificar a CS e o Alicerce, os morenistas abrem mão do nome anterior da organização e assumem aquele da organização da juventude. A polêmica interna na organização foi resolvida por causa da grande superioridade do setor estudantil e secundarista em relação a qualquer outro setor da organização. A CS passa a atuar dentro do PT como Alicerce e mantém a postura de ser crítica à direção majoritária do partido, acusando-a de assumir posições conciliatórias com o objetivo de reformar o capitalismo através da construção de um partido eleitoreiro. Exigiam que a direção formasse nos sindicatos chapas “puras” entre membros do PT, pois eram o setor mais à esquerda e contra os patrões (SILVA, 1994).

O Alicerce/CS criticava a direção do PT abertamente porque não se via apenas como uma fração interna do partido, mas como uma fração pública. Essa tática seria uma mediação entre posição atual, de uma organização que fazia entrismo no PT, com o objetivo estratégico que era construir uma organização independente “[...] que se apresenta não só com sua feição própria, como também negando o PT como alternativa e reivindicando a própria legalidade” (DOCUMENTO..., 1984a, p. 3). A distinção entre a possibilidade de construção imediata e o objetivo estratégico é apresentada no documento com relação à questão da atuação na juventude. A atuação na juventude faria parte de um objetivo estratégico da organização, a intervenção na classe operária. A intervenção na juventude seria para acumular forças para preparar a organização para atuar entre os operários. O momento de fazer a alteração de prioridades havia chegado (DOCUMENTO..., 1984a).

Embora a hipótese de 1983 de construir uma juventude de milhares de militantes não tivesse se concretizado (DOCUMENTO..., 1984b), a construção da “AJS conseguimos uma acumulação de quadros, o início da implantação de sedes nos principais centros operários, uma estrutura aberta e chegamos ao jornal semanal” (DOCUMENTO..., 1984a, p. 6). A política de atuação na CUT, embora não fosse a prioridade do partido, já havia sido implementada no segundo semestre de 1983. No CONCLAT, em que fundou a CUT, o Alicerce esteve representado por 71 delegados, embora na época 90% da organização atuava no movimento estudantil. A ida da organização à classe operária seria aplicada junto com a

campanha por eleições diretas que seria a principal consigna democrática da organização. Assim, deveriam buscar construir unidades de ação para construir uma campanha pelas diretas (DOCUMENTO..., 1984b).

A nova orientação política impulsionou a necessidade de reformular a direção da organização junto com o balanço da antiga direção. O documento de balanço da direção reconhece que a falta de estruturação dos quadros, causado pela impossibilidade de se matricular diretamente em escolas secundaristas, fez com que os dirigentes assumissem uma postura “administrativista” na condução da organização, ou seja, organizavam a atuação por fora da estrutura sem intervir diretamente. Isso acarretara no baixo aproveitamento dos quadros, pois não estavam na “vanguarda da intervenção, na venda de jornais, na captação” (BALANÇO..., 1984, p. 2). O congresso de 1984⁴¹ preparou uma mudança substantiva na composição da direção da organização morenista. O Comitê Central tinha baixa composição operária por conta do foco de construção na juventude, porém, esse quadro teria que ser invertido na nova composição da direção. Os desafios centrais da próxima direção seriam ampliar o vínculo com a LIT, apostar na formação política dos quadros e estruturar a direção junto à classe. Para resolver a primeira questão, a proposta seria garantir viagens trimestrais; a segunda seria resolvida através do estímulo ao estudo por parte dos militantes profissionais; a terceira questão deveria ser resolvida através da inserção dos membros da direção nas estruturas dos movimentos de massas. Além disso, o Comitê Central deveria ser ampliado e deveriam ingressar nesse organismo os “quadros operários – Mancha (Z Sul), Américo (Sul), Augusto (Guar.), P. Cesar (BH) Alex (SBC)”, os “quadros juventude – Tônico (Rio), Monir (SJC)” e os quadros “regionais – Lilian (RJ), Angelo (RJ), Cidinha (SJC), Catatau (SC), Fernando (DEL), L. Leiria (Centro), Julia (RS), Sonia (S. André)” (BALANÇO..., 1984, p. 8).

O Comitê Executivo deveria ser composto por “Su, ZM, Ed, Bern, Zz, Zzca, Val, Eds, PB (?) ou Nei (?)” (BALANÇO..., 1984, p. 8). Esse documento de balanço foi apresentado à reunião do comitê executivo em 18 de março de 1984, a poucos dias do congresso. Não é possível saber a composição exata da direção após o congresso, mas levando em conta que a alteração da política aplicada unificava a direção do Alicerce e que a alteração do centro do espaço de construção da organização foi consumada, pode-se inferir que a direção possuía

⁴¹ Conforme censo oficial da organização feito para o Congresso de 1984, a organização tinha 763 militantes plenos e 384 “aderentes”, ou seja, haviam ingressado há pouco tempo na organização. Entre os militantes plenos, 430 atuavam no estado de São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, nove em Florianópolis, 10 em Curitiba, 77 no estado do Rio de Janeiro, 25 em Brasília, sete em Campo Grande, 140 entre norte e nordeste, com destaque para Recife (34) e Belém (41), além de sete militantes no jornal e quatro no Secretariado. Entre os aderentes, ressaltase aqui o Rio de Janeiro (43), Diadema (32), Santo André (30) e centro de São Paulo (33), o que demonstra uma dinâmica de crescimento da organização nessas regiões. A quantidade de delegados que poderia ser eleita pelas regionais era de 94, o que dá em média um delegado para cada oito militantes plenos (CENSO..., 1984).

maioria confortável dentro da organização. A partir da nova proposta de direção, é ainda possível concluir que o estado de São Paulo é incomparavelmente mais importante para os morenistas do que qualquer região do país. A integração proposta de novos membros ao Comitê Central envolvia pelo menos um membro da zona sul de São Paulo, um de Guarulhos, um de São Bernardo do Campo, um de São José dos Campos e um de São Caetano, enquanto apenas dois do Rio de Janeiro, um de Belo Horizonte e um do Rio Grande do Sul. Não se identificou o que significa a sigla “DEL” e nem a qual região o documento se refere quando se refere a “Sul”.

Sobre a composição do Comitê Executivo é importante notar que, como a organização pretende ter um caráter conspirativo revolucionário, os nomes ou apelidos, muitas vezes, talvez a maioria deles, aparecem de forma abreviada. No entanto, ao acompanhar os documentos e a história da organização se pode supor que: ZM seja Zé Maria; Zz seja Zezé; Ed seja Eduardo Almeida; Val seja Valério Arcary; e Zzca seja Zezoca. Os outros nomes não puderam ser identificados e aqueles que aparecem acompanhados de um ponto de interrogação parecem que estão assim porque se trata de um documento apresentado em um organismo de direção, não um documento aprovado.

Outra mudança que seria consumada nessa nova equipe de direção seria não ter mais a presença de “um argentino” na direção da organização. Embora a presença desses tivesse trazido maturidade à forma como a direção brasileira conduziu a organização, o estágio de maturidade da organização em 1984 permitia que não fosse mais necessário um acompanhamento tão direto. É importante notar, no entanto, que “[...] um argentino” aparece no documento praticamente como um sinônimo de “direção internacional” (BALANÇO..., 1984, p. 3). Ainda a respeito das questões que envolvem motes internacionais, o documento de *Resolução Internacional* considera que, novamente, a organização havia “abandonado o internacionalismo” e, para resolver essa questão, o congresso, que finalizara no dia 31 de março de 1984, votou:

a) encaminhar que o partido realize permanentemente campanhas internacionais de solidariedade com a revolução mundial. [...] c) determinar igualmente que se distribua a todas as direções zonais e/ou regionais mais um informe sobre a situação argentina e a construção do nosso partido naquele país, e que se realizem palestras sobre o tema em todas as zonais/regionais em caráter obrigatório. (RESOLUÇÃO... 1984, p. 1).

O Congresso do Alicerce da Juventude Socialista votou também por retomar o nome Convergência Socialista:

Na resolução política do VIII Congresso, a C.S. afirma que existem condições para a derrubada da ditadura a curto prazo, se houver uma direção que dê continuidade à luta pelas diretas e que conduza esta luta para a realização de uma Greve Geral; e, define como eixo de sua propaganda a defesa do não pagamento da dívida externa e o lançamento de “Lula para presidente”, associando estas palavras de ordem com o de “Por um governo de trabalhadores e de defesa do programa da CUT”, incorporando também na propaganda a palavra de ordem de Assembléia Constituinte. (SILVA, 1994, p. 188).

A avaliação que se faz em 1984 é que a CUT⁴² seria o elemento mais dinâmico das lutas sociais e consolida-se a ideia de que seria impossível ganhar a direção do PT para um programa trotskista ortodoxo. A participação da organização morenista no PT se resumiria, então, às convenções partidárias e eleições, focando seu trabalho na construção da CUT. O novo ascenso das lutas de 1984 fez com que a CS concluísse que o país vivia uma “crise revolucionária” que teria gerado uma revolução similar a de fevereiro de 1917 na Rússia que logo teria sido controlada e as condições para a construção de um regime democrático burguês estariam dadas. Como a tarefa democrática havia sido parcialmente cumprida, o eixo político de sua atuação passaria a ser classe contra classe (SILVA, 1994).

O tempo tratou de resolver algumas polêmicas de concepção partidária entre as correntes de inspiração revolucionária e o “grupo do Lula”. O crescimento do número de filiados e o crescimento eleitoral não foi acompanhado pelo crescimento dos núcleos. Em 1985, o percentual de filiados atuantes nos núcleos caíra para 3,87%, o número de filiados era de 290 mil e os núcleos existentes 668, sendo 57,25% concentrados em São Paulo. O crescimento eleitoral do partido em 1985 e o crescimento no número de filiados acelerou o processo de fortalecimento das instâncias de direção em relação à base do partido (MAROSSO, 2000). Secco (2018, p. 83) sugere que o PT “[...] foi desde o início um partido de quadros (numerosos para a época em que surgiu) que buscava orientar e liderar sua massa crescente de “simpatizantes”, os meramente filiados e os eleitores”.

Diante desses números, chama a atenção a similaridade do peso percentual do PT no estado de São Paulo com relação ao restante do país com o peso percentual da CS no estado de São Paulo. Enquanto o percentual de núcleos do PT, em 1985, representava 57,25% dos núcleos do partido, o percentual de militantes da CS nesse estado no censo congressional de 1984 é de 56,35%. Seria um erro supor que o sucesso da nucleação no PT paulista se devesse ao esforço da militância morenista tendo em vista que o foco da organização sempre foi o fortalecimento de seus próprios núcleos, mas se pode concluir que a organização soube

⁴² Embora num primeiro momento os grupos que compunham o PT atuassem unificados contra os grupos considerados “moderados”, a partir da fundação da central a dinâmica interna das correntes do PT atuando na CUT, eram muito similares a relação entre essas correntes dentro do próprio partido. Assim como no PT, na CUT o grupo majoritário, desde sua fundação, é a Articulação Sindical, grupo de Lula (RODRIGUES, 2009).

aproveitar a disposição militantes de amplos setores das vanguardas que atuavam no estado de São Paulo para construir sua organização vinculando sua imagem ao PT.

Em termos comparativos, o tamanho que o PT estava conquistando apenas poderia ser comparado ao PCB entre os anos de 1946 e 1948. A Articulação era a principal responsável por esse crescimento do partido e se via como uma reação ao “elitismo” e “vanguardismo” da esquerda organizada que defendia uma cultura operária “basista” e anti-intelectual, embora tivesse atraído muitos intelectuais. A primeira aparição organizada dessa corrente foi o encontro estadual do PT paulista, em 1983, e era formada por Djalma Bom, José Cicote, Luiz Gushiken, Devanir Ribeiro, Alípio Freire, José Dirceu, José Álvaro Moisés, Marco Aurélio Garcia e outros, totalizando 65 pessoas. Além da presença de militantes que se identificavam marxista-leninistas, como José Dirceu, essa chapa obteve apoio dos lambertistas d’O Trabalho, que tentou, sem sucesso, penetrar na direção. Essa chapa foi vitoriosa tendo obtido 73% dos votos. A OT, ao ser lançado o *Manifesto dos 113*, tentou ingressar no grupo que, posteriormente, tornaria a Articulação, porém, foi repelida (SECCO, 2018).

Os eventos que levaram a CS a considerar que o país vivia uma “crise revolucionária” foram desencadeados pela campanha das “Diretas Já”, que foi capitaneada pelo PMDB, mas que também contou com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que, à época, contava com três deputados federais que haviam sido eleitos pelo MDB e PCB. Embora não fosse o dirigente político da campanha, o PT construiu seu protagonismo nessa campanha através das ruas. Diversos setores apoiaram essa campanha, incluindo a grande mídia (*Folha de São Paulo*, revista *Veja*), além de políticos do PMDB (SECCO, 2018). Essa conformação não impediu a atuação da CS nas mobilizações políticas, porque, conforme exposto anteriormente, a organização defendia a formação de frentes amplas para lutar pelas “Diretas Já”.

3.3 O “GIRO OPERÁRIO”: OS EMBATES NO INTERIOR DO PT E DA CUT

Entre os dias 6 e 8 de abril de 1984, o PT realizou seu III Encontro Nacional em São Bernardo do Campo. Embora estivesse em confluência com a campanha massiva por eleições diretas, o congresso demarcou programaticamente a diferença entre o PT e outros atores políticos que atuavam na campanha ao defender que:

A democracia que interessa aos trabalhadores não se esgota nas instituições, mas se articula com formas diretas e massivas de participação popular. Essa participação deve conduzir a uma sociedade sem explorados nem exploradores, e sem a divisão entre governados e governantes. (TESES..., 1984, p. 11).

Nesse congresso, cabe destacar a conquista organizativa da Articulação em relação ao restante das tendências internas do PT. Ao conquistar 65,8% dos votos, em sua tese garantiu que a proporcionalidade das tendências fosse refletida apenas ao Diretório Nacional, que pouco se reunia, enquanto a Executiva fosse composta apenas pelos membros da tendência majoritária.

Contudo, a posição da maioria da direção do PT na principal questão política do período seguinte, a participação ou não no Colégio Eleitoral, era a mesma que a das tendências da oposição de esquerda, incluindo a CS:

Houve mais de 450 encontros de base em todo o país. Dos 290 mil filiados, apenas 19916 compareceram para definir se os parlamentares do PT deveriam ir ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo Neves. Aírton Soares era o deputado que apresentou a proposta de ida ao Colégio (5,7% dos votos). Proposta de ida condicionada a um acordo programático foi propugnada por Paul Singer e outros militantes (8,3%). Venceu aquela que já tinha o apoio da maioria do Diretório Nacional com 86% dos votos. (SECCO, 2018, p. 115-116).

A suposta baixa adesão do número de filiados levou a CS a concluir que o PT tinha na época “10.000 mil militantes internos (talvez uns 5.000)”, o que conduzia à conclusão de que era correta a indicação de não fazer “entrismo” nos organismos internos do partido, mas, sim, priorizar a tática de fração pública (CONJUNTURA..., 1985, p. 20). O IX Congresso da Convergência Socialista aconteceu entre os dias 16 e 17 de fevereiro, antes do Primeiro Congresso da LIT, que aconteceria em março desse mesmo ano. Ao contrário dos congressos anteriores, as datas de elaboração dos documentos concentram-se entre janeiro e fevereiro de 1985, o que sugere que o período pré-congressual durou apenas dois meses, ao contrário dos anteriores que duraram cinco meses. Não foi possível encontrar os critérios para eleição de delegados para esse congresso e nem a quantidade total de militantes, mas o número final de delegados foi de 73, inferior aos 94 do congresso anterior. Se mantivermos a mesma proporção de delegados para a proporção de militantes, um delegado a cada oito militantes plenos, é possível concluir que a CS contava com cerca de 584 militantes plenos, 179 a menos que no ano anterior (COMPOSIÇÃO..., 1985). Infelizmente, o documento de balanço das atividades desse congresso não está disponível para consulta.

A resolução política aprovada nesse congresso considerava que a ditadura havia caído pelas mobilizações de massas. No entanto, a confiança das massas em Tancredo Neves estaria caindo, embora houvesse ainda expectativas, essas não estavam mais acompanhadas

“confiança nem no entusiasmo de antes”. Era preciso se atentar às particularidades da “revolução democrática” que houvera no país. Nas palavras da própria organização, “Não houve nenhum ganho sequer democrático pras massas até o momento com a queda da ditadura, na medida em que as liberdades que existem eram as que já existiam antes do período bonapartista” (CONJUNTURA..., 1985, p. 17). Ou seja, para a CS, houve uma revolução democrática vitoriosa no Brasil, porém, essa revolução vitoriosa não veio acompanhada de nenhum “ganho” para as massas.

A direção da CS estava confiante de que o movimento operário brasileiro não seria tomado pela paralisia e apostava que as massas iriam à luta ainda mais confiantes do que estavam antes e votou quatro eixos principais de atuação da organização:

1. Reajuste de 100% e reposição salarial das perdas dos últimos decretos salariais para os trabalhadores da cidade e do campo. Reajuste trimestral. Semana de 40 horas. Salário desemprego e estabilidade no emprego. 2. Constituinte livre e soberana Já. Eleições Diretas para presidente Já. Liberdade de organização sindical. Fim da lei de greve e CLT. Livre organização partidária. Revogação da legislação repressiva e organismos de segurança. Punição dos torturadores e corruptos. 3. Ruptura com o FMI. Não pagamento da dívida externa. 4. Reforma agrária radical sob controle dos trabalhadores. Punição para os assassinos dos trabalhadores. (CONJUNTURA..., 1985, p. 22).

Esses eixos deveriam nortear a atuação da organização na CUT e no PT. O resultado da votação da direção da organização pode apontar que o curto período de pré-congresso se justifica pelo grau de unidade na organização no período. Em documento escrito em espanhol, provavelmente, um informa à direção internacional, afirma que todos os sete membros propostos pela direção anterior e os 14 delegados indicados pelas regionais para comporem a direção nacional receberam 69 votos de um total de 73 delegados. A direção de 1985 foi composta, então, por Edu (provavelmente, Eduardo Almeida), Zezoka, Suzete, Bernardo (provavelmente, Bernardo Cerdeira), Zé Maria, Zezé, Edson, Américo, Luis L. (provavelmente, Luis Leiria), Paulo B., Valerio (provavelmente, Valério Arcary), Enio (provavelmente, Enio Bucchioni), Alex, Paulo P., Tónico, Ciro e Geraldo, como membros plenos da direção, e Paulo C., Julia, Berna e Catatau como membros suplentes. A partir dos dados desse congresso, pode-se reconhecer alguns nomes do congresso anterior e perceber algumas alterações na composição. Bern, que aparece nos documentos do congresso de 1984 como proposta para o Comitê Executivo nesse congresso, torna-se suplente. Mancha, P. Cesar, Alex e Augusto, que foram propostos para direção no congresso anterior entre os quadros operários, não aparecem na lista do congresso de 1985, apenas Américo se mantém. Tónico, apostado para a direção como membro da juventude, mantém-se na lista e Monir não aparece na lista atual. Entre os quadros das regionais propostos para a direção no congresso de

1984, em 1985 aparecem como suplentes Catatau e Julia e Luis Leiria como membro efetivo do Comitê Central (RESOLUÇÕES..., 1985).

Aparentemente, a única polêmica que apareceu nesse congresso foi a respeito da situação internacional. Em um texto assinado por Aldino, Chico e Enio Bucchioni (1985, p. 63), os militantes polemizam com a tese defendida pela direção internacional da “situação revolucionária mundial”, mas não objetivaram fazer uma disputa fracional em torno do tema, apenas lançaram o documento para a organização uma “contribuição crítica”. Como é possível perceber, as críticas de Enio às teses da direção internacional não o impediram de ser eleito para a direção.

A carta de Moreno (1985) ao congresso é permeada de elogios e afagos à organização brasileira. O dirigente argentino estaria “Atado a vuestro país y vuestra organización por múltiples lazos de afectos y colaboración fraternal como con ningún otro partido de nuestra internacional” (MORENO, 1985, p. 1). A importância do congresso da organização brasileira seria tão relevante para a organização internacional quanto o congresso do partido colombiano e argentino. Ele termina sua carta dizendo que o partido brasileiro era orgulho de toda a LIT (MORENO, 1985).

O “giro operário” da Convergência Socialista fez com que a organização priorizasse a atuação na CUT em detrimento do movimento estudantil e partidário. Sua atuação na Central, a partir de construção de chapa própria para disputar o congresso se deu a partir do II CONCURT quando a chapa dirigida pelos morenistas conquistou 10,9% dos votos contra 59,2% da chapa composta pela Articulação e 26,6% da chapa dos partidos comunistas.

Um fato marcante que ocorreu no congresso, entre os dias 31 de julho e 3 de agosto de 1986⁴³, foi a guinada ideológica que ocorreu na central. Seu congresso fundacional havia proclamado, como perspectiva histórica da central, a luta por uma “sociedade sem exploração, onde impere a democracia política, social e econômica” (RODRIGUES, 2009, p. 8), a luta pelo socialismo não fazia parte dos objetivos programáticos da CUT. De acordo com Rodrigues (2009, p. 8),

⁴³ “No plano reivindicatório, o II CONCURT aprovou uma Campanha Nacional de Lutas que propunha: 1. quanto à questão salarial: recuperação das perdas salariais e aumento real de salários e do salário mínimo segundo índice do DIEESE; reajustes automáticos mensais e ‘real congelamento dos preços e o abastecimento’ (sic); 2. quanto ao desemprego; fim da mão-de-obra temporária; redução da jornada de trabalho para quarenta horas; salário desempregado real (sic) para todos; 3. quanto à organização sindical: liberdade e autonomia sindical com a aprovação da Convenção 87 da OIT; 4. quanto à questão agrária: reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e punição dos assassinos de trabalhadores rurais; 5. quanto à dívida externa: luta pelo não pagamento” (RODRIGUES, 2009, p. 8-9). Como se pode ver, parte importante das quatro reivindicações aprovadas no IX Congresso da CS foram atendidas pelo II CONCURT.

No segundo congresso, porém, foi aprovada uma resolução declarando o socialismo como objetivo final dos trabalhadores na sua luta pela “conquista do poder político”. Embora ressaltando que “o instrumento fundamental de definição do programa de classe e da estratégia política do poder” eram os partidos políticos “efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”, o documento enfatizava que a CUT é “parte integrante desse projeto”. Por outro lado, a assunção do socialismo não deveria fazer com que a CUT se confundisse com um partido político. Pelo contrário: deveria manter sua autonomia em relação “ao poder de Estado e aos próprios partidos políticos”. (RODRIGUES, 2009, p. 8).

Longe de ser um aceno às correntes minoritárias do PT, essa alteração pode ser explicada a partir das modificações que estavam ocorrendo na própria Articulação. A tendência majoritária tem como marca em seus documentos nos primeiros anos de PT a defesa do marxismo e do socialismo. O documento aprovado nacionalmente pelo PT em 1986 para ser o plano de ação partidário entre 1986-1988 indica o caminho do socialismo como orientação e prática partidária “não apenas como objetivos de longo prazo”. O texto defendia transformações profundas para a construção de uma sociedade sem exploração e opressão. Essa transformação radical da sociedade deveria ser obra da ação direta das massas, porque “As leis econômicas [...] não podem ser extintas ou modificadas por decretos” (COELHO NETO, 2005, p. 81).

Para a construção desse projeto, seria necessária a construção de alianças com setores explorados pelo capitalismo, todavia, seria impossível construir alianças estratégicas com a burguesia e as forças que sustentam a dominação hegemônica. Essa tese apresenta ideias defendidas anteriormente por José Dirceu e Wladimir Pomar (1987), no texto *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*, o que demonstra a influência direta de militantes identificados como marxista-leninistas na Direção Nacional do PT e da Articulação.

O II CONCURTO contou com a participação de quatro mil delegados e a atuação da CS, que no congresso de fundação da central fora de 71 delegados, no evento de 1986, passou para 450, o que gerou para a organização duas vagas na Executiva Nacional. A delegação da CS era formada por 300 delegados “[...] de todo o país, sendo a maioria metalúrgicos, bancários, operários da construção civil, professores, portuários e diferentes categorias incluindo um pequeno setor rural” (BALANÇO..., 1987, p. 3). Partindo da consideração já apresentada em outros documentos congressuais, onde o objetivo estratégico era a inserção no movimento operário, os resultados alcançados entre 1985 e 1987 levaram a organização à seguinte conclusão: “nunca nosso balanço foi tão positivo” (BALANÇO..., 1987, p. 2).

A nova política orientada pela organização, chamada de “sindicalização”, aprovada no congresso de fevereiro de 1985, havia sido “completada e aprofundada” em junho de 1985

“com a visita do companheiro H.⁴⁴”, que insistiu que a prioridade da intervenção da CS deveria ser atuar de forma unificada nos sindicatos, nas oposições e na CUT. A política de “sindicalização” levou a organização a deslocamentos geográficos importantes. Enquanto anteriormente São Paulo foi indiscutivelmente o centro político da atuação da organização desde a chegada de seus militantes ao Brasil em 1974, a partir da nova orientação Minas Gerais e Rio de Janeiro assumem lugar de mais destaque na organização. No primeiro semestre de 1987, a organização afirmou dirigir ou participar da direção de “mais de 20 sindicatos ou associação de trabalhadores” e os trabalhos prioritários da organização eram os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem e bancários do Rio de Janeiro.

A base do sindicato de Belo Horizonte e Contagem era composta, à época, por 60 mil metalúrgicos e, a partir desse trabalho, a CS elegeu 150 dos 300 delegados enviados ao II CONCURT, que foi possível porque teria acontecido em Minas Gerais o mesmo processo que ocorrera no ABC paulista anos antes. A “queda dos pelegos” possibilitou o surgimento de uma nova direção, só que dessa vez essa possibilidade foi aproveitada pela CS. Em Minas Gerais, essa reestruturação sindical fez com que a Convergência participasse da direção ou estabelecesse relações políticas com 17 sindicatos, possibilitando conquistar 40% dos votos no congresso estadual da CUT. O objetivo seria, então, dirigir o movimento sindical em Minas Gerais.

No Rio de Janeiro, o processo não estava tão avançado quanto em Minas Gerais e a CS estava na direção de cinco sindicatos. A partir dessas conquistas nesses dois estados, a organização entrou também em outros lugares do país, como em Porto Alegre, onde tinha regional com 60 militantes, passando para 100, atingindo 26% do congresso municipal da CUT. A maior dificuldade dos morenistas estava na consolidação do movimento sindical no estado de São Paulo, por conta do “[...] peso das direções, em particular dos ex-113 e da CUT pela base” (BALANÇO..., 1987, p. 5). No entanto, o partido mantinha intervenção em São Bernardo através da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPAS), nos metalúrgicos de São José dos Campos e Jundiaí.

Esse novo momento de construção partidária veio acompanhado de uma série de dificuldades que geraram erros políticos e organizativos. No caso das mobilizações de São José dos Campos e Guarulhos, o Documento de Balanço⁴⁵ afirma que a origem estudantil e pequeno-burguesa da direção a levou a cometer erros por não saber negociar e nem recuar, que “[...] durante todo um período levantamos como consigna para nossos companheiros ‘na

⁴⁴ O documento se refere a Nahuel Moreno, cujo nome real era Hugo Miguel Bressano Capacete.

⁴⁵ Aprovado por unanimidade no Congresso.

dúvida, pela esquerda’, levando a uma série de graves derrotas e a demissão de todos os nossos dirigentes sindicais” (BALANÇO..., 1987, p. 6). Além desse problema político, outras dificuldades organizativas atrapalhavam a construção da organização no setor operário, como, por exemplo, marcar reunião em horário de trabalho dos operários, no domingo de manhã, além da preparação de “[...] informes de uma hora com largas discussões abstratas” (BALANÇO..., 1987, p. 9).

A respeito da política, para o PT, o congresso de 1987 votou pela manutenção da política de não fazer entrismo nos organismos do partido, mas tinha por objetivo romper a marginalidade do último período, voltando a ter representações nas direções estaduais e nacional. Para o cumprimento dessa tarefa, cada regional deveria destacar um membro para atuar nas estruturas internas do PT.

O documento afirma que o partido praticamente não atuou nas eleições de 1985 e que esteve fora das disputas por vagas nos diretórios estaduais e nacional, que manteve a indicação de priorizar os sindicatos quando “todas as demais correntes se orientavam ao PT”. Essa política permitiu a CS se construir nesse período:

Essa política significa que continuamos contrários a levar o conjunto da Organização a um entrismo no PT ou a disputar sua direção. Somos contrários a opinião de alguns companheiros de que devemos desviar nossas forças para o PT a fim de ganhar diretórios e dirigir o partido nas regiões operárias. Ao contrário, a principal relação com o PT é política e não orgânica. São os ativistas, a vanguarda dos trabalhadores que estão nas empresas, nos sindicatos e na CUT, e não nos diretórios do PT, que devemos buscar e enquanto o PT não tiver seus diretórios tomados por centenas de milhares deles não recorreremos ao entrismo orgânico. (BALANÇO..., 1987, p. 14).

Pelo menos desde 1985 havia um grupo de militantes da CS que apoiava o entrismo de toda a organização, porém, pelo documento ter sido aprovado por consenso nesse congresso, é possível supor que esse grupo de militantes tenha conseguido se organizar para eleger algum delegado, o que demonstra sua fraqueza enquanto agrupamento interno. O balanço negativo nas eleições de 1985 foi parcialmente superado em 1986, quando o partido avalia que conseguiu reverter parcialmente esse quadro. A organização considerava que a atividade eleitoral era uma “[...] atividade de tipo político-eleitoral e não propriamente política” (BALANÇO..., 1987, p. 5), mas mesmo assim havia sido considerada importante para politizar a intervenção dos morenistas.

No entanto, essa mudança de foco político da CS dos movimentos de juventude para o movimento operário não ocorreu sem disputas. Henrique Carneiro, que no congresso de 1985 já havia solicitado sua participação como convidado no congresso, em 1986, solicitou o reingresso na organização. Em uma carta enviada em 15 de dezembro de 1986 à direção da

organização, o militante explica que rompeu com a organização em fevereiro de 1986 mesmo sem ter rompido politicamente com a CS e a LIT e considera as duas organizações os únicos embriões de organizações revolucionárias em nível nacional e mundial. Entretanto, Carneiro (1986, p. 1) entende que a CS teria deixado de lado defender na prática princípios importantes, como a defesa das liberdades artísticas e culturais, a liberdade individual e sexual, a luta do feminismo contra o machismo: “Quando eu estive na CS, em todos os momentos, (na facção homossexual de 79 a 82, e na luta em defesa da maconha de 83 a 86) eu defendi esses princípios, assim como parte da organização defendia e o conjunto do partido permitia que o debate se realizasse”.

Ele defende que a maconha é um símbolo étnico e juvenil de um movimento libertário em crescimento. Em suas lutas por liberdade sexual destacou a campanha contra assassinato de travestis por parte do esquadrão da morte no primeiro semestre de 1986. Além disso, as manifestações antinucleares, atos anti-África do Sul, Encontro de Negros do PT e movimentos de solidariedade ao Chile, movimentos “[...] democráticos e internacionalistas, que, diga-se de passagem, a CS não esteve presente” (CARNEIRO, 1986, p. 2). Aponta, ainda, que a CS estaria vivendo um momento de pré-congresso que há dois anos não existia e, pela primeira vez, o militante poderia apresentar suas ideias dentro da organização. Propõe, então, que possa retornar e participar do pré-congresso para apresentar suas ideias que envolviam voltar a atuar na juventude, ajudando a construir o encontro de estudante do PT de São Paulo:

Que a CS defenda no interior do partido e no movimento de massas de todos os setores oprimidos a luta contra as formas de opressão específicas: da mulher, do negro, do homossexual, do maconheiro, do índio, etc. Que a CS defenda a descriminalização da maconha e não proíba aos militantes o seu consumo. (CARNEIRO, 1986, p. 2).

A direção da CS não ficou muito satisfeita em receber essas críticas e, no dia 19 de novembro, respondeu à carta do Henrique Carneiro (1986), afirmando ser impossível que a CS atuasse em outras frentes diante da pequena quantidade de quadros que a organização possuía. Afirmar que Carneiro apresentava concordâncias bastante abstratas com a organização, ao mesmo tempo em que as divergências apareciam de forma bastante concretas, julgando estranho o militante pedir reingresso à mesma organização que o militante julgava ter abandonado seus princípios fundadores:

Você admite ter tentado, sem êxito, realizar um trabalho fracional sobre a base da CS. No seu documento “Balanço sucinto das eleições e da campanha de Henrique Carneiro” você dá como uma das causas do seu pequeno resultado eleitoral que “não pudemos ganhar uma base da CS”. A CS tinha um candidato (Gradella) que concorria a deputado federal assim como você. Tentar, “ganhar uma base da CS”

para votar por você era, portanto, tentar que uma parte dos militantes da organização rompessem sua disciplina e sabotassem a campanha da CS votando contra seu próprio candidato. Você tinha e tem todo o direito a atuar desta maneira contra uma organização da qual discorda da política e dos eixos de intervenção. Mas o fato concreto é que você tentou atuar contra a CS. (AO HENRIQUE..., 1986, p. 1).

A direção da CS acusava Carneiro de tentar sabotar a organização, destruindo sua disciplina interna. Explicam que a tentativa de retorno à organização se deu por conta do fracasso do projeto político que só teve 469 votos e afirmam “nos guiamos pelos dados do seu documento ‘Balanço sucinto...’, já que não tivemos tempo nem preocupação em averiguar sua exatidão” (AO HENRIQUE..., 1986, p. 4). A CS não seria, aos olhos de sua direção, “[...] a casa da Mãe Joana onde cada um entra e sai segundo suas conveniências momentâneas” (AO HENRIQUE..., 1986, p. 4). Ao final, relembram que, segundo os critérios leninistas, as organizações deveriam exigir “[...] uma severa seleção de seus membros” e que as atitudes de Carneiro não permitiam a direção em confiar nele e em seu grupo. No entanto, viam com simpatia a opinião de Carneiro a respeito da LIT e propõem que ele e seu grupo ajudem na tradução e publicação dos materiais da LIT em português (AO HENRIQUE..., 1986, p. 4).

Em sua tréplica, Henrique Carneiro (1987) recorreu ao congresso, instância máxima da organização, e questionou se o veto o impediria de militar permanentemente na organização ou apenas no período que antecederesse o congresso. Além disso, inquireu se o veto serviria só para ele ou se também para quem o tivesse apoiado na campanha de 1986 para deputado federal. Por fim, desenvolveu ainda mais os mesmos argumentos apresentados na primeira carta (CARNEIRO, 1987).

Não há como saber, com base na documentação disponibilizada pelo congresso, se Henrique foi ou não aceito de volta nas fileiras da organização morenista, mas essa troca de cartas nos traz elementos importantes. O primeiro elemento diz respeito à forma como a CS lidou com as pautas relacionadas às liberdades individuais e sexuais após o giro de 1985. Em nenhum momento na carta de resposta, a direção tentou convencer Henrique de que tais pautas ainda eram importantes para a organização, apenas afirmaram que se o militante considerava que a CS rompia com alguns princípios, não deveria a ela retornar. O segundo elemento refere-se ao pré-congresso de 1985, que durou dois meses, e é desconsiderado por Carneiro. Isso permite ponderar que tal pré-congresso serviu mais para atender as demandas internacionais do que nacionais da organização, como, por exemplo, votar a situação revolucionária mundial. O terceiro elemento é o apoio à candidatura de Gradella para deputado federal pelo PT nas eleições de 1986. Os documentos político e de balanço em

nenhum momento fazem menção a essa campanha, que, pelo que se pode perceber na troca de cartas, era a principal política eleitoral da CS em São Paulo.

Ernesto Gradella (2009) afirma ser militante morenista desde 1979 em São José dos Campos e foi eleito vereador na cidade em 1982 e atuou na Câmara de vereadores entre 1983 e 1988, sendo reeleito neste mesmo ano. Em 1986, foi candidato a deputado federal quando conquistou a suplência e assumiu a cadeira por 10 meses, após isso voltou a ocupar sua cadeira na Câmara de Vereadores até ser eleito deputado federal em 1990 pelo PT (GRADELLA, 2009). O fato de Gradella não ser mencionado nos documentos analisados até o momento pode nos apresentar duas conclusões que não são necessariamente opostas. A primeira delas é a confirmação de que o foco da organização não era a atuação eleitoral, tendo em vista que a conquista do mandato dele não é nem mencionada nos documentos. A segunda conclusão que nos aparece apenas enquanto possibilidade é a de que, possivelmente, Gradella não tenha sido militante pleno da organização morenista durante todo esse período. O parlamentar atuou como membro do diretório regional do PT entre 1986/1987⁴⁶, localização que não era prioritária para a organização na época e seu nome não aparece nas listas do Comitê Central de 1984, nem de 1985. A lista do Comitê Central proposto ou aprovado no congresso de 1987 não está disponível no arquivo, assim como a quantidade de militantes nem de delegados do congresso.

Embora a caracterização da CS a respeito do grupo dirigente se mantivesse a mesma, a posição política adotada pelo partido mantinha posições políticas que tornavam a permanência das tendências de esquerda confortável dentro do partido⁴⁷. O IV Encontro Nacional do partido realizado em junho de 1986 proibiu os diretórios regionais da Bahia e Pernambuco de apoiar Waldir Pires e Miguel Arraes, ambos membros do PMDB, mantendo, assim, a política de proibição das alianças, o que aprofundou o isolamento político nacional vivido pelo partido desde o boicote à participação no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo. Nesse mesmo encontro, a Articulação obteve “[...] sua maior vitória na história do PT: 72,2% dos votos de delegados” (SECCO, 2018, p. 118).

Embora tivesse começado sua articulação para formar um grupo a partir de 1983, é principalmente após o V Encontro Nacional do PT que esse grupo assume características mais gerais de tendência interna. Por considerar o PT como um partido estratégico, a Articulação tinha dificuldades de se organizar como as demais tendências. Ainda assim, a necessidade de se organizar para derrotar a esquerda do partido fez com que esse grupo apresentasse uma

⁴⁶ Informação disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/73729/biografia>>. Acesso em: dez. 2020.

⁴⁷ Nota de Genuino.

estrutura organizativa similar a das outras tendências, como encontros nacionais próprios, plenárias locais e regionais para organizar a atuação do agrupamento. No encontro ocorrido em 1987, o agrupamento majoritário conquistou 59,4% dos votos, o que demonstra um crescimento das tendências de esquerda em relação ao encontro anterior. Os grupos radicais de esquerda do PT não se resumiam aos agrupamentos trotskistas.

Esse encontro foi marcado pela aprovação da *Resolução sobre Tendências* que atacava a forma como a CS e diversas outras correntes atuavam por dentro do PT. Segundo ela, o partido não poderia ser entendido como uma “frente de partidos ou organizações”, pois teria um caráter estratégico para lutar contra o capitalismo e conduzir o processo brasileiro em direção ao socialismo. A dupla militância e a dupla fidelidade partidária não deveriam ser mais toleradas. Como partido que estabelecia regras para o funcionamento de sua democracia interna, a resolução não se contrapõe a existência de tendências, mas sua atuação deveria ficar restrita internamente ao partido, sendo todos os militantes subordinados à disciplina partidária:

c) [...] Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido. d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido. e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido. f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo). (RESOLUÇÕES..., 1987, p. 2-3).

A resolução, que tinha objetivos bem mais amplos do que apenas disciplinar a atuação dos morenistas, seria um golpe fatal em todos os princípios organizativos da CS, como independência financeira perante o PT, liberdade política, jornal próprio. Embora contrária às resoluções, a CS comprometeu-se a cumprir as resoluções do V Encontro (SILVA, 2001). Porém, as tendências e os agrupamentos continuaram atuando para além das fileiras internas do partido.

Nos anos de 1987 e 1988, o PT cresceu qualitativamente nas eleições para a Assembleia Constituinte e naquelas municipais. A bancada federal do partido contou com 16 deputados, a de vereadores passou de 179 para 992 em todo o país e o partido conquistou 36 prefeituras, sendo uma delas a cidade de São Paulo com Luiza Erundina (COUTO, 1995). O conflito entre os membros do PT que participariam da administração das cidades com os membros dos diretórios seria uma marca que seria intensificada no partido no período subsequente (Paul Singer, um governo de esquerda), que teve a participação ativa da CS. O

grupo que voltara se dedicar mais à atividade política e partidária dentro do PT no Congresso de 1987, colheu os frutos já nas eleições de 1988 com a eleição de sete vereadores e um prefeito.

O ano de 1988 é importante por causa do III CONCURTO, o maior e mais representativo congresso até então. O evento contou com a presença de 6244 delegados, sendo os estados mais organizados sindicalmente São Paulo e Minas Gerais. O estado do Rio de Janeiro, segunda prioridade nacional na CS, que fica apenas atrás de MG, tinha uma participação pequena na CUT, estava atrás de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pará e Bahia.

O resultado final da disputa pelo congresso garantiu a maioria da direção da Central, sendo a chapa da Articulação com 60,4% dos votos. Para essa vitória, a Articulação atraiu a corrente Força Socialista, antigo MEP, que no congresso anterior havia formado chapa com a CS. Encabeçada por Durval de Carvalho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, em segundo lugar ficou a chapa “Construir a CUT pela Base”, com 23,4% dos votos e contou com o apoio dos lambertistas d’O Trabalho. O último lugar ficou com a chapa da CS com o nome de “CUT é pra Lutar”, encabeçada por Cyro Garcia, então presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e contou com o apoio do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e da Causa Operária, que se tornará na década de 1990 o Partido da Causa Operária (PCO). A chapa contou com 16,3% dos votos e conquistou dois membros na Executiva da CUT e 14 na Direção Nacional (RODRIGUES, 2009).

Para além do avanço quantitativo, referente ao número de delegados, e qualitativo, relacionado ao aumento percentual de sua influência na central, é interessante notar que a relação da CS com a CUT é diferente do que sua relação com o PT. Para além de ser expresso nos documentos internos da corrente morenista, conforme indicado anteriormente, o percentual de militantes da CS concentrados no estado de São Paulo era similar à concentração de militantes do PT no estado, o que indica que a corrente morenista se aproveitava do partido para crescer sua organização, sem, no entanto, favorecer o partido com ganhos numéricos, impedindo que ampliasse sua zona de influência. Na CUT, isso parece ser diferente. Recordar-se que os morenistas conquistaram 40% do congresso mineiro da CUT e que afirmam que seu crescimento no estado foi conquistado a partir da disputa com a velha burocracia, o que pode demonstrar a ampliação da base da CUT diante da atuação da CS.

O congresso de 1989 acontece em meio a essa conquista política da CS. O documento convocatório do congresso justifica a necessidade de realização do encontro da instância máxima da organização, porque teria sido novamente inaugurada uma nova fase na construção do partido “[...] em que adquirimos em algumas categorias e regiões a influência

sindical de massas e começamos a ter influência política com vereadores, um deputado e influenciando uma prefeitura” (CONVOCAÇÃO..., 1989, p. 1). Além disso, os morenistas consideravam que a conquista das prefeituras abria espaço para que a vanguarda fizesse a experiência com a direção reformista do partido, abrindo espaço para um salto de construção da CS e o surgimento de uma nova direção para o movimento de massas.

Não é possível saber, mais uma vez, o número de militantes plenos, delegados do congresso e membros da direção, apesar disso, o documento convocatório, ao defender a importância do evento, cita a existência de “500 ou 600 companheiros novos” que terão pela primeira vez a oportunidade de participar de um pré-congresso (CONVOCAÇÃO..., 1989). Ademais, a resolução que regulamentou a eleição de delegados definiu que “A eleição de delegados se dará com base nas atuais zonais na proporção de um delegado para 15 membros do partido e fração de 10. Ou seja, uma zonal com 15 membros elege um delegado e com 25 membros elege 2” (PROJETO..., 1989, p. 3), enquanto a proporção de delegados do congresso de 1984 era em torno de um delegado a cada oito militantes. Diante dessas informações, pode-se supor que a organização morenista cresceu durante esse período, mas desconhecemos o número exato de militantes.

A nova fase no processo de construção partidária estaria acompanhada do novo período da conjuntura do país, marcado pela “[...] nova fase da resolução socialista no país, em que se aprofundam crise do regime democrático burguês, e ocorre uma esquerdização de todo o processo” (DOCUMENTO..., 1989, p. 4). Por sua vez, o processo brasileiro seria resultado do aprofundamento do processo revolucionário mundial, em especial, na América Latina, o qual foi potencializado a partir da pressão imperialista em relação à dívida externa que levou a crise dos partidos que sustentam o regime, como os peronistas, na Argentina, e o PMDB no Brasil. Esse argumento aparece novamente no ano seguinte nas *Teses de 90*.

Diante da nova etapa, a CS, enquanto tendência interna do PT, deveria nortear sua atuação política a partir dos seguintes eixos:

- Lula presidente, como tradução do governo dos trabalhadores; - Suspensão do pagamento da dívida, como diz o programa de emergência do PT; - Independência política em relação aos patrões e seus partidos. Nenhuma coligação com partidos patronais no 2º turno; - O PT deve estar nas lutas e a campanha de Lula deve estar apoiada essencialmente aí; - Contra o governo e qualquer pacto com ele; - Pela democracia operária nos sindicatos, na CUT e no PT. (DOCUMENTO..., 1989, p. 4).

No entanto, o documento faz um alerta à sua militância “NÃO HAVERÁ CRISE REVOLUCIONÁRIA EM 89: ESTA É A HIPÓTESE MAIS PROVÁVEL” por considerar que a burguesia e os reformistas tinham formas de desviar o ascenso de lutas dos

trabalhadores pela via eleitoral e considera as eleições desse ano como o principal fato da conjuntura. Mesmo assim, manteria-se a tendência ao aumento da instabilidade política.

O resultado eleitoral do PT nos últimos processos eleitorais representaria um salto na consciência da classe trabalhadora brasileira. Esse elemento somado à decadência econômica funcionariam como elementos propulsores do ascenso das lutas. Entretanto, a crise instalada no regime político brasileiro, que afetava centralmente o poder executivo e os partidos políticos, não havia chegado às forças armadas.

A orientação de aumentar o envolvimento da organização morenista com o PT aprovado no congresso de 1987, o sucesso eleitoral da CS nas eleições e a Resolução sobre as Tendências aprovadas no V Encontro do PT aparentemente surtiram efeitos sobre a atuação pública da tendência. No ponto “SER PETISTA”, o documento afirma:

Não somos críticos do PT, somos parte do PT que tem eventuais críticas a sua direção. Todo sectário parte sempre em qualquer diálogo ou discussão daquilo que o separa do outro. No momento atual um sectário típico é aquele que ao se encontrar com um trabalhador que votou no PT, começa por criticar tal ou qual dirigente ou prefeito. Ao contrário, devemos partir deste ponto grande, gigantesco, de unidade entre nós e este trabalhador que podemos fazer juntos pela candidatura de Lula, com quem conversar, etc. (DOCUMENTO..., 1989, p.19, grifos do autor).

A partir desse fragmento, pode-se perceber uma pressão sobre a organização oposta aos congressos de 1987 e 1985. Enquanto nos dois congressos anteriores foi possível perceber pressões que poderiam ser consideradas à direita, no sentido de ingressar com toda a organização no PT e disputar seus diretórios, em 1989, após maior participação da organização na vida partidária, as pressões que surgem são à esquerda, consideradas pelo documento como “sectárias”.

Em outro documento, pode-se perceber essas pressões à esquerda por parte de militantes contrários em acatar as resoluções do V Encontro a respeito das tendências. No documento assinado por S. e C., fazem questão de deixar evidente que não são favoráveis ao rompimento da tendência com o PT, o que demonstra que, mesmo com projeção minoritária, esse debate já existia dentro da CS (CONTRIBUIÇÃO..., 1989, p. 1).

Outrossim, é importante voltar ao documento político para compreender elementos norteadores da política da CS no ano de 1989. Sobre as prefeituras conquistadas pelo PT, a organização coloca-se na “[...] primeira fila de defesa das prefeituras do PT frente ao governo e aos partidos patronais, porque são nossas prefeituras, fruto da vitória do movimento de massas” (DOCUMENTO..., 1989, p. 20). Todavia, seria necessário lutar contra a adaptação ao regime, priorizando a defesa dos conselhos populares como gestores dos governos, porque as prefeituras deveriam estar a serviço dos trabalhadores.

O congresso aconteceu entre os dias 16, 17 e 18 de julho de 1989 e teve como ponto de pauta a conjuntura internacional, nacional/eleitoral, atividades da organização, estatuto, direção e votação das resoluções. Chama atenção o fato de que o tempo destinado à discussão da conjuntura internacional é de quatro horas e meia, enquanto a nacional quatro horas. A partir desse documento, percebe-se quais quadros políticos da organização mantiveram protagonismo na direção. O informe do ponto de conjuntura seria dado pelo militante identificado como Zezoca; conjuntura nacional, direção e fala de fechamento do congresso ficaria sob a responsabilidade de Edu, provavelmente, Eduardo Almeida; enquanto os pontos de atividades e estatutos seriam conduzidos por Zezé. A proposta de delegados da CS para participarem do congresso da LIT aparece escrita à caneta ao invés de máquina de escrever e envolvem os nomes de Edu (provavelmente Eduardo Almeida), Zezoca, Zezé, Catatau e Cyro. As tarefas de coordenação e organização das mesas do congresso deveriam ser assumidas por “companheiros com experiência” e propõe os nomes de Catatau, Tostão, Suzete, Mané, Tônico, Zequinha, Mauro, Guilherme, Nelson, Bibi, Bernardo (provavelmente, Bernardo Cerdeira), Cacau, Berna, Julinho, Zé Maria, Raimundo, Mariúcha e Waldo (provavelmente, Waldo Mermellstein) (PROPOSTA..., 1989).

Em um documento anexado ao congresso de 1989, é possível encontrar um arquivo com anotações apócrifas denominado “Anotações sobre o congresso - manuscrito. XIº Congresso da Convergência Socialista. 16/07/1989 CS”. Ali, encontram-se pistas de informações sobre o congresso. A primeira informação contida na primeira folha em uma linha abaixo do local e da data “SP. 16/7/1989” é de “membros 1355 - março; 2050 - julho”. Esta anotação se refere, aparentemente, ao número de militantes. Parece, assim, que a contagem oficial de membros da CS foi apresentada oralmente ao congresso, o que está de acordo com o documento convocatório datado de julho do mesmo ano, o qual afirmava que na organização havia entre 500 e 600 novos membros.

É possível perceber anotações a respeito do ponto de conjuntura internacional, onde aparece escrito “– Internacional – (Informe LIT)”, podendo sugerir que a análise apresentada era um informe oficial da direção internacional, não apenas uma elaboração do partido brasileiro a respeito do tema. Entre os diversos rabiscos escritos no ponto “Informe Geral”, é possível identificar:

Aproxima-se o momento de possibilidades de Rev. Socialistas dirigidas por partidos revolucionários - Rev. “Outubro”. [...] – Mobilizações revolucionárias em curso aumentam em Nº e qualidade; Rev. Chinesa, (rabisco) participação do proletariado russo, revolução se aproxima c/ a chegada de uma guerra civil na Polônia. A. Latina vive uma rev. Continental agravada pela (rabisco) proximidade de crises revolucionárias em países o/regimes democrático/burgueses; na Europa (não

consegui entender) pela revolução política do Leste, no ocidente agora a Rev. se aproxima (greve [não consegui entender] na Inglaterra, + greves unificadas), vive-se na Europa uma situação pré-revolucionária. (ANOTAÇÕES..., 1989, p. 2).

Essas ideias serão todas aprimoradas e elaboradas pela LIT, as quais serão conhecidas como as *Teses de 90*. No entanto, não para por aí a permanência dos elementos apresentados nesse congresso com relação às *Teses*. Na sequência, as anotações apócrifas apresentam o reconhecimento da existência de uma frente contrarrevolucionária mundial envolvendo o imperialismo e todas as direções burocráticas do mundo. Reconhece-se também a presença de uma “nova vaga revolucionária”, como aconteceu após a Segunda Guerra Mundial, “só que agora c/ [sic] a possibilidade de revoluções socialistas tendo a frente partidos revolucionários” (ANOTAÇÕES..., 1989, p. 5), ou seja, a ideia de grande crise das direções burocráticas já aparecia nas formulações internacionais da LIT.

As anotações a respeito da Argentina, país onde bombeava o coração do morenismo sem Moreno, são:

- Apoiar concretamente (política e financeiramente) a Rev. Argentina; - Capitalizar p/ o nosso partido o crescimento do MAS e a aproximação da Rev. Argentina; - Possibilidade de os trab. tomarem o poder; - P/ um partido revolucionário e de massas – o MAS; - Crise revolucionária – vazio de poder; [...] – O MAS já é um partido de massas. (ANOTAÇÕES..., 1989, p. 5).

Em anotações feitas sobre o terceiro dia de congresso, é possível encontrar informações numéricas importantes. A organização havia passado da marca de venda de 4 mil jornais semanais para a venda de 7,5/8,5 mil. Isto demonstra um aprimoramento na politização do trabalho político da corrente (ANOTAÇÕES..., 1989). Além disso, pode-se concluir que as resoluções do V Encontro realmente não foram cumpridas pela CS.

A ausência de dados, como o nome dos membros da direção, o número de jornais vendidos pela organização e o número total de militantes, provavelmente, era uma forma de burlar a vigilância da direção do PT, que, a essa altura, já se incomodava com as ações da CS, inclusive, discutia abertamente a possibilidade de expulsá-la do PT. A parte “SER PETISTA” do documento político nacional possivelmente é um aceno político à direção do partido caso o documento saísse dos limites internos da organização.

No que diz respeito aos vereadores eleitos pela Convergência Socialista em 1988, as informações são conflitantes. Em alguns documentos, o número de vereadores é seis, em outros, sete. É possível que essa confusão tenha se dado porque, à época, Gradella ocupava a cadeira de deputado federal. Entre os vereadores eleitos estavam: Babá, por Belém do Pará; José Augusto Alvarenga, em Porto Alegre; Ernesto Gradella, reeleito em São José dos

Campos; Mauro Puerro, em São Paulo; Romildo Raposo, em Diadema; Guilherme Haeser, em Rio de Janeiro; e Paulo Moura, em Contagem (CONVERGÊNCIA..., 2009).

De todas essas experiências, talvez a mais marcante tenha sido a de atuação do vereador Romildo Raposo. Um dos exemplos mais claros de enfrentamento entre as administrações municipais com a parte da militância aconteceu em Diadema, SP, onde o PT elegeu novamente o prefeito em 1989. A chapa era encabeçada por José Augusto da Silva Ramos, tendo como vice Antonio Justino, conhecido como Tonhão, que resolveu não comparecer à cerimônia de posse. Pertencente à ala basista, Tonhão resolveu organizar, junto com os vereadores do PT Romildo Raposo e Boni, uma ocupação de terra com 600 famílias. O prefeito utilizou-se da força policial para desocupar a área e recusou abrigo às famílias. No confronto, o vereador Boni teve uma de suas mãos decepadas e Raposo passou 11 dias preso por ter resistido à ação policial (MEDICI, 2019). Diante desse acontecimento, a CS chamou “[...] todos os petistas a cerrarem fileiras na defesa do PT das origens, o PT que luta contra o capitalismo, o PT de oposição ao regime e ao governo, o PT que deve estar unitariamente em cada greve, em cada ocupação de terras, seja no campo ou na cidade” (CONVERGÊNCIA..., 1989, p. 21). O partido não poderia ter uma cara nas lutas e outra na administração das cidades, deveria ser um só.

As posições políticas adotadas pela CS não estavam agradando o setor majoritário do PT. No Boletim Nacional publicado em outubro de 1989, José Dirceu considerava que a possibilidade de expulsão da CS estava colocada caso a tendência mantivesse a postura de passar por cima das resoluções partidárias: “A atuação da Convergência numa questão de terra local levou o Diretório Municipal a expulsar um vereador da tendência, junto com outro da Causa Operária, mais o vice-prefeito, Antônio Justino” (BOLETIM..., 1989). Na opinião dele, “Eles querem, por exemplo, congelar tarifas de ônibus, com inflação correndo a 40% ao mês” (BOLETIM..., 1989). Além disso, houve conflitos na capital gaúcha onde Olívio Dutra se sentira traído por Alvarenga ao enfrentar os empresários dos transportes.

A direção do PT chamou atenção em relação à postura da tendência sobre intervenção na luta salarial em São Paulo e Timóteo, MG. É importante ressaltar que a cidade mineira foi onde a tendência elegeu o prefeito e assumiu postos de governo na cidade. As informações internas da relação entre o recém-eleito prefeito de Timóteo, Geraldo Nascimento de Oliveira, também são controversas.

O documento convocatório do XI Congresso assevera que a corrente morenista passara a influenciar uma prefeitura, não usa o termo “dirigir”, enquanto outros documentos congressuais que não são da direção afirmam que a corrente havia eleito um prefeito. Mais de

30 anos depois, Bernardo Cerdeira, que foi secretário da prefeitura, em *live*⁴⁸ realizada durante a pandemia COVID-19, afirma que o prefeito não era um militante histórico da organização, mas fazia parte de suas fileiras há pouco mais de dois anos quando foi eleito. A Editora Sundermann publicou a cartilha que era propagandeada na cidade de Timóteo, MG, sobre o que seria os Conselhos Populares. Segundo o depoimento de Cerdeira, a experiência de tipo soviética que contou com órgãos que combinavam processo de democracia participativa e representativa contaram com a participação de 3.500 trabalhadores entre o processo de eleição de delegados e a formação do Conselho Popular.

Na sua apresentação sobre a cartilha, Cerdeira (2020) ressalta que:

Apesar assinalarmos que essa foi uma experiência com características particulares que serão explicadas mais adiante, é importante frisar os aspectos gerais que são comuns a organizações desse tipo.

1. São órgãos de mobilização e luta dos trabalhadores e dos setores populares em defesa de suas reivindicações.
2. A eleição dos representantes é feita de forma democrática em assembleias de base, e estas podem substituir os eleitos a qualquer momento (revogabilidade de mandatos).
3. São organismos da classe trabalhadora e dos setores populares que, para cumprir seus fins, devem ser expressão da independência de classe, isto é, não devem admitir a participação de partidos burgueses, grandes empresários ou políticos que os representem.
4. De acordo com a correlação de forças, nacional e local, podem assumir tarefas que corresponderiam ao aparato do Estado por fora deste.

No entanto, ele esqueceu-se de contar para seus ouvintes a quantidade de habitantes em Timóteo, MG, à época. Não foram encontrados os dados do censo de 1991, mas, em 1970, contava com pouco mais de 32 mil habitantes e, hoje, possui mais de 90 mil (CENSO, 2000). Ou seja, na hipótese mais otimista, apenas 10% da população da cidade participou de tal conselho. A experiência, segundo o ex-secretário, não chegou a durar seis meses. Mesmo assim, orgulha-se de ter demonstrado que a postura da CS diante de prefeituras era oposta a do restante do PT:

Na única Prefeitura que dirigiu, na cidade de Timóteo, em Minas Gerais, formou um Conselho Popular eleito ao qual o Prefeito e seu secretariado se submetiam; apoiou greves de motoristas e dos metalúrgicos da Acesita; lançou uma campanha contra a privatização da empresa, se opôs à patronal do transporte e congelou tarifas de ônibus. Finalmente, quando o prefeito Geraldo Nascimento traiu estes princípios e reprimiu uma greve dos funcionários municipais, a Convergência não vacilou em romper publicamente com ele e expulsá-lo da organização. (ENFRENTAMENTO..., 2009).

⁴⁸ Informação disponível em: <<https://www.facebook.com/pstu16/videos/3817381061665602>>. Acesso em: dez. 2020.

Não apenas as questões organizativas relacionadas à disciplina das tendências internas, como também a aprovação do Programa Democrático-Popular⁴⁹ no V Encontro, que foi entendido pela organização como a adoção de um programa etapista por supor política de alianças com a burguesia na defesa das pautas democráticas, foram eleitas como prioritárias no encontro.

A CS considerava que o desprestígio da direção do PT diante de sua base era questão de tempo, por isso, sua atuação enquanto fração pública seria intensificada por seu caráter burocrático, estrategicamente contrarrevolucionário e por ser uma das peças de sustentação do regime burguês. A depreciação diante das bases se daria, primeiramente, onde o PT administrava o aparato burguês municipal. O choque entre o movimento de massas e a administração municipal do PT fazia parte, então, da estratégia da CS para “acelerar a experiência” das bases com as direções “traidoras”⁵⁰. Esses elementos eram potencializados pela caracterização de que se aproximava um período de crise revolucionária (SILVA, 2001).

Dados da pequena realidade vivida pela CS pareciam corroborar com as análises da corrente morenista. Além do enfrentamento das prefeituras com o PT e o sucesso de sua atuação sindical em Minas Gerais, no estado de São Paulo, principal base da Articulação, no II Congresso Estadual da CUT as forças de oposição à Articulação somadas, a CUT pela Base e a CS representaram 43% do congresso.

⁴⁹ “A situação de crise de governo, de recessão e de ameaça às bandeiras populares na Constituinte impõe uma série de tarefas ao PT, que – embora reconheça não estarem colocadas na ordem do dia para a classe trabalhadora, nem a luta pela tomada do poder, nem a luta direta pelo socialismo – combate por uma alternativa democrática e popular. Trata-se, portanto, de uma conjuntura de acumulação de forças na qual a política do Partido terá de dar conta de três atividades centrais: a) a consolidação das diretas em 1988, com eleições gerais e presidencialismo, e a ocupação de espaços institucionais nas eleições, para as quais devemos lançar o maior número possível de candidatos. A candidatura do companheiro Lula à Presidência da República, ao mesmo tempo que encarna a posição de independência de classe defendida pelo Partido, dará aos trabalhadores maior consciência e organicidade política nesta fase de acúmulo de forças. A candidatura Lula, que cresce nas pesquisas de opinião antes mesmo de as diretas estarem asseguradas, estará apoiada num programa que será mais que um simples rol de exigências e medidas isoladas: deverá sintetizar um novo discurso político e servir de instrumento de politização, de disputa ampla com outros setores e de atuação junto ao povo. O programa não se resume a um conjunto de reformas democráticas e populares pelas quais lutamos: envolve também uma crítica e uma disputa a partir de uma visão anticapitalista e socialista, em relação à ordem vigente e aos valores políticos e ideológicos dominantes na sociedade. Além do que, a candidatura Lula e nosso programa, de acordo com as exigências da tática eleitoral e as realidades locais, ajudarão a puxar as campanhas municipais em todo o País; b) a organização do PT, como força política socialista, independente e de massas; c) a construção da CUT, por meio de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente” (RESOLUÇÕES..., 2017, p. 5-6).

⁵⁰ Um exemplo de como a CS atuava em busca desse objetivo é relatado por Lincoln Secco (2018, p. 136), que afirma que o partido de Lula, para se defender das acusações da direita de que as ações do partido provocavam fuga de capitais e explosão de juros, tentavam acalmar os ânimos de suas bases: “Na greve de confronto dos operários do ABC com a Polícia Militar paulista, em 1989, foi a Convergência Socialista que deslocou militantes e panfletos para retirar os operários da influência da Articulação. O presidente do sindicato, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), foi derrotado na assembleia da categoria”.

Coelho Neto (2005) entende o V Encontro como um marco importante na história do PT e de sua corrente majoritária. Enquanto nos encontros anteriores do PT o documento final representava um acordo entre as tendências internas do partido, este encontro é marcado por um documento final que expressava muito mais as posições da tendência dirigente (COELHO NETO, 2005). Esse fato demonstra dois elementos importantes: o primeiro é que o grau de organização e elaboração da Articulação, enquanto corrente dirigente do partido, desenvolvia-se; o segundo, refere-se às sinalizações políticas do grupo majoritário do partido, que, até o isolamento político provocado pela eleição do Colégio Eleitoral, apresentavam posicionamentos que tinham a simpatia das tendências da esquerda, enquanto que, a partir do encontro de 1987, sinalizavam posições mais à direita, provocando reação de tendências da esquerda do partido.

Ao contrário das resoluções dos Encontros anteriores, o documento final do 5º Encontro Nacional do PT (ENPT) expressava muito mais as posições da maioria, que era a própria Articulação, do que um consenso politicamente construído. O grupo dirigente do PT havia conseguido formular um projeto político que apresentava definições mais completas dos elementos da sua estratégia para o socialismo, o projeto democrático e popular. Mas esse gesto o afastava do terreno do consenso básico entre as tendências e apontava para o conjunto do partido uma direção política que era inaceitável para alguns grupos. O papel hegemônico da Articulação começava a ser questionado de modo mais enfático do que até então e isso começava a determinar uma mudança importante na forma como a tendência exercia a direção política do partido.

O VI Encontro Nacional do PT ocorreu entre 16 e 18 de junho de 1989, um mês antes do XI Congresso da CS, aumentando a diferença política entre as tendências e, por consequência, as disputas. Nesse ano, o partido já contava com 550 mil filiados. O pragmatismo provocado pela conquista cada vez maior de popularidade pelo Lula fez com que o partido abrisse mão de concessões propagandísticas às tendências da esquerda do partido e as palavras “socialismo e imperialismo” não foram citadas nenhuma vez no Plano de Ação de Governo (BAIA, 1996). No entanto, o documento programático mantém o ataque ao capital monopolista e a suspensão do pagamento da dívida, já defendidas no encontro anterior (WEFFORT, 1989). O fim das concessões propagandísticas foi entendido pela CS como retrocesso político e adoção de um programa reformista que negava as bandeiras históricas dos trabalhadores, do “PT das origens”.

Para os morenistas, as resoluções não representavam as aspirações do movimento real dos trabalhadores da cidade e do campo. A consequência natural dessas divergências foi o

aumento do conflito entre a CS e o setor majoritário do partido. Como apontado anteriormente, já em 1989, José Dirceu aventava a possibilidade de expulsão dos morenistas e, em 1990, essa ideia passa a ganhar mais força dentro da direção petista. Nesse ano, o veterano comunista Apolônio de Carvalho (1990) passa a defender a expulsão nas páginas da revista *Teoria e Debate*. Reunida em março de 1990, a Direção Nacional do PT diferencia três tipos de tendência: as que concordavam com as resoluções do V Encontro; as que têm posicionamento ambíguo, ou seja, ora seguem orientações partidárias, ora não; e as organizações que se diferenciam do PT, onde foram colocadas a CS, o Trabalho e a Causa Operária. A caracterização veio acompanhada da exigência que as tendências se transformassem em internas. Em complemento ao encaminhamento da DN, a Secretaria Nacional de Organização, através de norma interna, instruía as instâncias partidárias a combater a dupla militância através do encaminhamento por parte dos diretórios, que poderiam encaminhar sanções disciplinares e, inclusive, enviar o caso para a Executiva Nacional, a qual poderia encaminhar para a expulsão do militante (SILVA, 2001).

As polêmicas ultrapassaram as fronteiras partidárias e ganharam menção na *Folha de São Paulo* através do artigo do ex-lambertista José Arbex Junior (1990), que afirmava que a direção do PT queria “stalinizar o partido”. As críticas foram rebatidas pelo também ex-lambertista e então presidente nacional do PT, Luiz Gushiken (1990a), o qual ressalta que tal comparação com o caso soviético apenas demonstra que o Arbex desconhecia a política política da URSS e que a resolução da DN contou apenas com um voto contrário, o do representante da própria CS.

Em artigo publicado na revista *Teoria e Debate*, Gushiken (1990b) retoma o caso da cidade de Timóteo, MG, para defender a expulsão da tendência onde os morenistas atacaram o prefeito do partido por não ter seguido a política da tendência. Em resposta, Valério Arcary (1990), membro da Executiva Nacional pela Convergência Socialista, argumenta, como seu ex-companheiro de partido, Bernardo Cerdeira, o fez 30 anos depois, que se a prefeitura entra em choque com os movimentos dos trabalhadores, o administrador da cidade desonra o mandato e o partido que o elegeu.

Em maio de 1990, a DN forma uma comissão para avaliar a relação entre a tendência e o partido, a qual foi composta por: Cesar Alvarez, João Machado e Perseu Abramo. Essa comissão alegou que as ações públicas contrárias às decisões partidárias, atuação de parlamentares atuando de forma divergente do partido, jornal próprio e a manutenção de sedes públicas configurariam atuação no movimento de massas como concorrentes ao partido. A comissão não reconheceu, portanto, a atuação da CS como tendência petista. Parte dos

principais dirigentes da tendência, Valério Arcary, Zezoca, Mané Bahia e Eduardo Almeida, batalharam por sua permanência no partido e seu apelo foi ouvido pela Executiva do partido, que propôs ao DN o reconhecimento da CS como tendência diante da adaptação de seu funcionamento às normas partidárias:

Essa proposta foi aprovada e a CS, sob a supervisão de representantes da CEN-PT, encaminhou a realização, em 11 de julho, de uma conferência nacional para discutir sua relação com o PT. Nesta, a primeira polêmica foi sobre a participação ou não dos representantes da direção nacional do PT –56 votaram a favor, 25 contra. A discussão principal deu-se sobre a aceitação das exigências da direção petista. A minoria posicionou-se pela continuidade da política que, na prática, colocava a CS como uma fração pública do PT. A maioria, inclusive o conjunto da Coordenação Nacional, defendeu a integração ao PT enquanto tendência interna. (SILVA, 2001, p. 7).

Embora seus dirigentes afirmassem reconhecer o caráter estratégico da atuação do PT, não é possível encontrar em sua documentação interna qualquer tipo de alteração de caracterização feita da tendência sobre o partido. Na verdade, a luta da tendência para se manter nas fileiras petistas foi consequência da projeção massiva e nacional que o PT e a figura de Lula, especialmente, conquistaram durante as eleições de 1989. A tendência defendeu Lula mesmo sendo contrária à presença do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na chapa, por considerá-lo um partido burguês. Todavia, as aparências precisavam ser mantidas e no VII Encontro Nacional do PT a tendência reafirmou em sua tese seu compromisso com o partido, considerando-o estratégico, sendo que a luta interna aconteceria sempre em acordo e respeito ao estatuto e regimento das instâncias partidárias (SILVA, 2001). Por outro lado, mesmo diante desse recuo momentâneo em nível internacional, a conjuntura avançava conforme a caracterização apresentada no capítulo anterior sobre as *Teses de 90*.

3.2 UNIÃO SOVIÉTICA, SOCIALISMO REAL, SOCIALISMO COM DEMOCRACIA E O ACONTECIMENTOS DE 1989 A 1991 SOB O OLHAR DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

Cabe, neste ponto do trabalho, aprofundar a análise a respeito do conjunto de ideias que circularam no interior da corrente morenista por ocasião do desmoronamento da União Soviética e demais regimes do chamado socialismo real entre 1989 e 1991. Pode-se iniciar essa discussão pela entrevista recente ao jornal *O Globo* de um dos principais intelectuais marxistas do Brasil e mais recente biógrafo de Karl Marx, José Paulo Netto (2020), para quem

“o muro que caiu em 89 também caiu em cima de mim” (GABRIEL, 2020). Netto relembra o choque ao ver Bóris Yeltsin, “aquele ébrio contumaz”, deixando de lado a bandeira vermelha socialista e hasteando a bandeira Romanov. Relata que sofreu muito com tais acontecimentos e, para manter a defesa da superação revolucionária da sociedade capitalista e defesa do socialismo, foi necessário “fazer a crítica radical da experiência socialista”.

Conforme aponta o historiador Teones França (2015) em seu livro *Escombros do muro de Berlim sobre a esquerda brasileira*, questões relacionadas à pertinência da luta socialista ou como seria a sociedade futura e qual seria o papel do movimento operário e dos movimentos sociais diante da estratégia socialista tomaram conta das discussões da esquerda e de suas organizações no fim da década de 1980 e ao longo das décadas seguintes. A esquerda mundial encontrava-se diante de uma situação inusitada. A mídia mundial noticiava insistentemente manifestantes que protagonizaram mobilizações que foram responsáveis pela abertura abrupta da *cortina de ferro*. Os governantes dos regimes políticos ditos socialistas eram retirados do poder um a um, estátuas de Lênin e outras imagens relacionadas à esquerda eram derrubadas.

França (2015) assevera que, independente do grau de adesão, todas as organizações políticas e intelectuais que se reivindicavam marxistas sofreram as consequências dos acontecimentos do leste europeu. Além disso, o autor entende que o “[...] os blocos de concreto que despencavam do muro de Berlim caíram sobre suas cabeças” (FRANÇA, 2015, p. 11), sobretudo, na dos intelectuais e dos agrupamentos que possuíam maior identificação com os regimes e que saíram em sua defesa acusando o golpe. No entanto, mesmo os agrupamentos que comemoraram o fim desses regimes, “[...] que supostamente apenas confirmaria previsões realizadas por eles” (FRANÇA, 2015, p. 12), sofreram seus efeitos posteriormente. Pode-se afirmar que a Liga Internacional dos Trabalhadores e de seus partidos nacionais se encaixam no segundo caso.

Os impactos desses acontecimentos foram inúmeros na esquerda brasileira. Entre os principais, cabe listar o fim da centralidade do mundo do trabalho, a economia solidária como solução ao invés da planificação da economia, e o fortalecimento do caráter mais conciliador do sindicalismo a partir de 1989. De acordo com França (2015, p. 56):

Se até foi possível admitir que o fim do socialismo real trouxesse consigo o *fim da história*, decerto não se pode deixar de constatar que esse processo balançou as estruturas ideológicas do marxismo em suas diferentes interpretações. Sem dúvida, o mundo, a economia, os intelectuais – marxistas ou não –, os militantes – socialistas ou não – não foram mais os mesmos após 1989, e os últimos passaram a enxergar a realidade sob outro prisma. (FRANÇA, 2015, p. 56).

O historiador inglês Eric Hobsbawm (1993, p. 93) sugere que há momentos e acontecimentos concentrados em pouco espaço de tempo, independente da forma como serão interpretados, que são “[...] obviamente históricos e imediatamente reconhecidos como tal”. Sugere, então, que, assim como a Revolução Francesa e a Revolução Russa de outubro de 1917, 1989 também deveria ser entendido como tal. Ainda no calor do momento, em 1990, o autor convida-nos a interpretar tais acontecimentos como uma conclusão, ao invés de um começo. Desse modo, alude que 1989 significou “[...] o fim de uma era em que a história mundial girava em torno da Revolução de Outubro” (HOBBSAWM, 1993, p. 93), pois por mais de sete décadas os governos e as burguesias viveram assombrados pelo fantasma do comunismo que chegou a governar um terço da humanidade.

Pode-se considerar também que marco de 1989 é de fundamental importância para a história da esquerda mundial. Isso pode ser sugerido não somente no sentido geral, relacionado ao desempenho político das correntes de esquerda, mas na forma como se autoidentificam e sobre as barreiras programáticas que delimitam organizações de outras. Se antes de 1989 organizações políticas que atuavam, por exemplo, na esquerda brasileira definiam o que era e o que não era, a partir de análises a respeito do balanço da Revolução Russa, Chinesa, Cubana, a melhor estratégia para enfrentar a ditadura militar, a melhor localização e programa político após a redemocratização, após esse ano há um novo marco de delimitação entre as organizações de esquerda. Entretanto, mas tem um caráter excepcional, pois os acontecimentos decorrentes da queda do muro de Berlim fez com que diversas organizações alterassem sua compreensão histórica, inclusive da Revolução de Outubro de 1917, fazendo com que fosse modificada a compreensão e o programa sobre o passado. A queda do muro e os fatos subsequentes ressignificaram a compreensão de diversas correntes a respeito de seu programa histórico.

Uma matéria da revista *Exame*, em agosto de 1991, ao analisar as consequências dos acontecimentos do leste europeu na esquerda brasileira, trouxe a afirmação de que “a foice e o martelo saem de moda” e, além disso, a CUT estaria rompendo com o radicalismo, consideraria o lucro legítimo e apostaria mais nas negociações. Cita também o então deputado federal e ex-guerrilheiro, José Genuíno, que teria abraçado as ideias estratégicas da nova esquerda de buscar melhorias para os trabalhadores por dentro do capitalismo.

O debate que transcorreu acerca do socialismo apareceu com nitidez entre as principais correntes políticas que atuavam (e atuam) no interior da CUT e, com particular interesse para este estudo, nas posições defendidas pela Convergência Socialista, seção brasileira da Liga Internacional dos Trabalhadores.

França (2015) jura que na segunda metade da década de 1980, principalmente a partir do segundo congresso, a CUT passou a defender de forma mais enfática o socialismo. Em suas resoluções congressuais de 1986, afirmava que a democracia defendida pela Central era uma democracia sem miséria, em que os trabalhadores tivessem terra para trabalhar, uma sociedade igualitária sem “exploradores e explorados”. A luta sindical deveria trabalhar na perspectiva de construir uma sociedade socialista. A Central e o PT eram nessa época, e são até hoje, dirigidos pela Articulação, corrente do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Em 1988 já era possível observarmos na documentação congressual da CUT um interesse mais detido no leste europeu. Uma resolução, aprovada por maioria, afirmava que era de grande importância “acompanhar as mudanças que hoje se verificam nos países do bloco socialista, e que poderão trazer novas contribuições para a construção do socialismo”. Após o ano seguinte essa importância aumentou ainda mais, e a partir de então esses sindicalistas passaram a explicitar um pouco sobre qual socialismo estavam falando, para evitara sua identificação com os regimes que desmoronavam no leste europeu. O mais comum passou a ser utilizar, após a palavra *socialismo*, a expressão *com democracia*. (FRANÇA, 2015, p. 100, grifo do autor).

Ressalta-se que o grupo morenista atuava internamente no PT e prosseguiu no interior da CUT até 2004. Por isso, é importante compreender com quais posições os morenistas estavam em contato direto em suas disputas políticas.

A CS, tratada por França (2015) como “pequenos, mas radicais”, em seu jornal periódico chamado *Convergência Socialista*, em 1989, afirmava que o sentimento entre os trabalhadores brasileiros sobre os acontecimentos era de dúvida por conta da campanha da imprensa tradicional. Porém, para a corrente, não importava a propaganda difundida pela mídia, porque “[...] nenhum trabalhador da Alemanha Oriental” fora “bater à porta dos patrões” para que voltassem a controlar seu país (FRANÇA, 2015, p. 120). Para os morenistas, a campanha da mídia configurava uma grande mentira, pois o que estaria acontecendo na Alemanha Oriental seria uma grande vitória dos trabalhadores, tanto por derrubar o governo corrupto quanto por amedrontar a burguesia europeia.

A Convergência trata o movimento de massas como estando sempre certo, como se nunca, em hipótese nenhuma, pudesse se mobilizar por pautas reacionárias, conservadoras ou, até mesmo, contrarrevolucionárias. Ao dissertar a respeito dos motivos que levaram a juventude a lutar pela derrubada do muro, apresenta a questão da separação de amigos e parentes por conta da impossibilidade de visitas. Além disso, o fato de que os trabalhadores nunca exerceram, na verdade, o poder que sempre foi controlado por burocratas vinculados à URSS. Como as massas não podem estar erradas, seria só questão de tempo até os mesmos

jovens que lutaram para reunificar a Alemanha, lutarem contra a exploração e dominação capitalista.

Em documento apresentado ao CONCURTO, em 1991, a corrente afirmou que:

Os acontecimentos que abalaram o Leste Europeu durante todo o ano de 1989 significaram um enorme avanço revolucionário. As massas trabalhadoras do Leste levantaram-se contra a opressão das ditaduras burocráticas que governavam sob a mais feroz repressão. Ao mesmo tempo, mobilizaram-se contra a deterioração de suas condições de vida, provocadas pela política desastrosa do stalinismo de querer construir o ‘socialismo em um só país’, isto é, isoladamente [...]. Ao contrário do que a propaganda do imperialismo tanto falou, com a derrubada das ditaduras burocráticas do Leste, o socialismo não acabou. O que acabou foi a grotesca caricatura do socialismo, que na verdade era o oposto, a negação dos seus princípios básicos. Quem foi derrubado no Leste não foi o socialismo, mas sim uma casta de parasitas que sugavam seus privilégios das conquistas revolucionárias, cada vez minando-as mais. (FRANÇA, 2015, p. 119).

A responsabilidade do que acontecia no leste europeu seria de responsabilidade do stalinismo por ter burocratizado o estado e por causa da política do *socialismo em um só país*. O que estaria caindo por terra seria uma “grotesca caricatura” do socialismo que, na prática, até se contrapunha aos princípios básicos do socialismo. O socialismo real permanecia vivo e baseado no princípio democrático que não havia naqueles regimes.

A CS afirmava defender os princípios expressos no livro *A Revolução Traída*, de Leon Trotsky (2005), considerada a sua principal obra. Para a corrente, a revolução política que ocorria no leste europeu não alteraria o caráter de classe do Estado que se manteria operário, as mudanças estariam ocorrendo no regime político que deixaria de ser uma ditadura de partido único para se tornar uma democracia. Assim como, reivindicam os escritos de Nahuel Moreno para justificar a elaboração dessa análise e afirmam que o dirigente argentino, ao analisar as revoluções políticas de 1953 e 1956 na Alemanha Oriental e Hungria, respectivamente, teria concluído que era provável que a revolução política ocorreria em duas etapas: na primeira etapa (chamada de “fevereiro”), o povo todo se aliaria contra a burocracia, a qual seria dirigida por correntes pequeno-burguesas restauracionistas, porém, permitiria a construção de organismos de duplo poder; e a segunda fase (chamada de “outubro”) seria dirigida pelo partido revolucionário e, ao contrário do anterior, consistiria em uma revolução consciente que teria por objetivo construir o socialismo com democracia.

Em seus textos, a Convergência esforça-se por garantir ao leitor que suas análises tinham respaldo na literatura oficial estudada e reivindicada pela organização. Admitem que a divisão da revolução política em duas fases não foi sugerida por Trotsky, mas, sim, uma das conclusões de Moreno ao analisar as revoluções após a Segunda Guerra Mundial. Concluem

que, embora ainda não houvesse sido confirmada a existência de organismos de duplo poder, as previsões de Moreno estariam essencialmente corretas.

Outro elemento que não estava nas análises de Trotsky e reconhecido pela CS, era a confusão ideológica e programática por não haver partidos revolucionários à frente dos processos:

No entanto, boas expectativas para os revolucionários eram indicadas logo a seguir, afirmando-se que a ilusão no capitalismo gerada pela confusão na consciência das massas duraria pouco tempo – da mesma maneira que na análise sobre a Alemanha Oriental -, pois as consequências perversas da economia de mercado logo iriam se manifestar e, como essas revoluções estavam apenas no começo, a possibilidade de surgimento de novas direções socialistas revolucionárias continuava posta. (FRANÇA, 2015, p. 125).

Em 1991, as manifestações chegam à URSS que passa a ser o “centro do processo revolucionário mundial”. Na opinião dos morenistas, o volume massivo de assalariados nas empresas soviéticas (131 milhões), a descendência de operários de outras gerações que protagonizaram a revolução de outubro, a derrota do exército nazista e o nível cultural da classe faria com que o país fosse o centro da revolução mundial que poderia, até mesmo, pela extensão territorial e localização geográfica, influenciar decisivamente a vitória de processos revolucionários na Europa, Ásia e do restante do mundo. O gigante teria acordado.

Ainda em 1991, a CS divulgava que o líder soviético Mikhail Gorbachev havia aprovado no Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética o abandono do marxismo e a defesa da economia de mercado. A burocracia estatal passaria a se preparar para se tornar a nova burguesia do país com o objetivo de restaurar o capitalismo no país em benefício próprio. Em entrevista concedida à *Revista Teoria e Debate*, o historiador e dirigente do grupo morenista Valério Arcary (2015) defende que Gorbachev não deveria receber nenhum apoio político e nem suas reformas por ser um inimigo da revolução política e principal aliado de Bush para a restauração do capitalismo na URSS.

Em tais interpretações, o trotskismo estaria em ascensão após o início da revolução política, não por causa de crescimento quantitativo das organizações com essa perspectiva teórico-programática, mas porque o trotskismo teria sido a única concepção ideológica com capacidade de prever e dar respostas corretas aos acontecimentos. Como um dos dois pilares da contrarrevolução, o stalinismo havia desmoronado e o caminho para a revolução socialista estaria facilitado.

Ainda durante a entrevista, Arcary (2015, p. 128) argumenta:

[...] nunca a situação mundial foi tão favorável à luta pelo socialismo no nosso século. Vou fazer uma afirmação mais chocante: nunca o Leste foi tão favorável ao socialismo! Porque as massas estão em movimento, e um elemento fundamental da ideologia marxista é acreditar profundamente que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores. [...] As massas [no leste europeu] querem o capitalismo? Não. As massas não querem o capitalismo. As massas querem melhores condições de vida [...]. (ARCARY, 2015, p. 128).

Ou seja, este período seria mais revolucionário do que o que gerou a revolução de outubro de 1917, as revoluções alemãs e, até mesmo, mais revolucionária do que o pós-Segunda Grande Guerra, que foi entendida por Moreno como o período mais revolucionário até então. Sendo assim, seria a “hora do trotskismo” e a LIT se colocaria a disposição de organizar essa luta. O desenrolar dos processos revolucionários e sempre, na narrativa morenista, sempre serviam para provar o acerto das previsões de Trotsky e Moreno. Seria como voltar a fevereiro de 1917, diante de um movimento de massas inconscientemente revolucionário. Como o anseio do movimento de massas era por democracia, seria possível construir o socialismo com democracia, como nos primeiros anos da revolução russa antes da contrarrevolução estalinista. Esse processo seria qualitativamente superior ao processo revolucionário após a Segunda Guerra Mundial, pois este foi dirigido por burocratas ou pelo próprio Exército Vermelho, não pelo movimento de massas.

Em palestra proferida em fevereiro de 1992, Hobsbawm (1995) apontou que os profetas que arriscaram qualquer tipo de previsão entre 1989 e 1992 se aproximaram muito mais dos erros do que do acerto. Por essa razão, o próprio historiador, no texto *Adeus a tudo aquilo*, arrisca-se pouco em previsões. O caso mais caricato teria sido o do filósofo Francis Fukuyama, que num ano advogou em defesa do fim da história e em favor da democracia enquanto modelo político e do capitalismo enquanto modelo econômico, enquanto que em outro, admitia que as ditaduras estariam tendo resultados econômicos superiores às democracias (HOBSBAWM, 1995).

Esse mesmo processo aconteceu entre as organizações de esquerda, onde, talvez a maioria, apoiaram-se nos acontecimentos do Leste europeu para abrir mão durante muitos anos da perspectiva da luta pelo socialismo. No entanto, outras organizações mantiveram a mesma perspectiva mesmo diante de um mundo que não era mais pautado pela existência do socialismo real. A organização que é objeto de análise neste trabalho faz parte do segundo grupo, porém, esta organização também apresentou alterações parciais em relação à interpretação dos fatos ocorridos entre 1989-1992 e do mundo que surgiu após o fim dos regimes do chamado socialismo real.

4 A REVOLUÇÃO FALTOU AO ENCONTRO. E AGORA?

Os fragmentos do informe internacional proferido por Zezoca no Congresso de 1989 sugerem concordância da Convergência Socialista (CS) com os posicionamentos da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), o que se apresenta nitidamente nos artigos do jornal da organização e nos documentos produzidos no interior da CUT apresentados no capítulo anterior. Esses elementos são reproduzidos, no entanto, na entrevista concedida por Valério Arcary (1990), nos mesmos termos das *Teses* apresentadas no primeiro capítulo. Expressões como “Gorbachev é o principal sócio de Bush”, “a burocracia é o principal inimigo do processo revolucionário” e “nós apoiaremos uma revolução que consideramos iminente contra o regime burocrático” demonstram total alinhamento da direção da organização brasileira com as teses internacionais (ARCARY, 1990).

O clima de otimismo que fora potencializado em nível internacional também se expressou no Brasil. Nas chamadas *Teses*, a caracterização de internacional mais dinâmica e sem crise e de partido com influência de massas (referindo-se ao “*Movimiento al Socialismo*” – MAS, argentino) se transformou na expectativa de que era possível tomar o poder na Argentina e construir uma internacional de massas através da tática da FUR.

No Brasil, as alterações foram menos ousadas, mas ainda sim impactantes. Ter construído uma organização por 10 anos sem crises internas, com crescimento orgânico de sua militância, mesmo dando giros significativos na construção⁵¹, elevaram o nível de otimismo interno na CS. Esses elementos somados à mudança na conjuntura internacional e a interpretação da LIT sobre os novos acontecimentos fizeram a CS passar da caracterização de que era o único embrião do partido revolucionário do Brasil, para se considerar a maior organização trotskista do país.

Arcary (1990) ressalta que a CS representava 10% do PT na época. Ao responder sobre como a convergência via a direção do PT na época, conclui:

A linha política do partido é elaborada em cada reunião do Diretório Nacional, em cada reunião da Executiva. Nós, como corrente, somos parte desse processo de trazer para dentro do partido as pressões dos diferentes setores que o incorporam, a pluralidade que é a vanguarda operária nesse país. Nossa opinião é que somos expressão de uma parte da base social do PT. Os dirigentes são uma parte de outra base social. Há dirigentes que expressam a opinião da intelectualidade, há dirigentes que expressam a opinião do movimento popular, do movimento camponês etc. Nós expressamos uma parcela da vanguarda dos trabalhadores mais avançados, do

⁵¹ Refere-se às inversões de prioridades que variaram, entre 1980 e 1984, o foco em construção no movimento estudantil, entre 1984 em diante, a priorização no movimento operário e sindical e, a partir de 1987, a combinação entre a atuação entre trabalhadores e atuação interna no PT.

setor mais politizado da classe operária. A nossa contribuição para o PT é a representação do trotskismo. Há outras correntes trotskistas, mas nós somos a maior, a mais forte, e a mais coerente. Nós representamos no PT o Programa de Transição: mobilização permanente, democracia operária, revolução socialista, luta sem tréguas contra o imperialismo e a necessidade da Internacional. (ARCARY, 1990, n.p., grifo nosso).

As ideias apresentadas pelo autor, para além da concordância com os elementos imediatos das *Teses*, estão alinhadas com os elementos do programa histórico. Assim como Moreno definiu o programa trotskista como o programa da classe em movimento, Arcary (1990) o define como o programa da classe em movimento, da vanguarda mais avançada. Do mesmo modo que a LIT se colocava como a continuidade da IV Internacional, ele entende os membros da CS como os mais dignos e coerentes, ou seja, como integrantes da principal organização trotskista do país.

Entretanto, nos meses seguintes a essa entrevista, a CS e a LIT passaram por uma grande crise. Diante disso, é o objetivo principal deste capítulo analisar o momento pré-congressual em que se desenvolve essa crise e que resultará no momento de ruptura da CS com o PT

Ao contrário dos períodos pré-congressuais anteriores, que duravam entre 2 e 7 meses, este durou um ano, o qual começou em outubro de 1990 e acabou no final de 1991 com a realização do congresso, totalizando cerca de 14 meses de duração, ou seja, quase três vezes mais que um pré-congresso comum. O documento convocatório para XII Congresso da Convergência Socialista foi elaborado e distribuído para sua militância em outubro de 1990 e justificava a necessidade da realização do congresso por considerar que teriam ocorrido mudanças significativas no cenário político nacional. As mudanças ressaltadas no cenário nacional foram o resultado das eleições presidenciais de 1989, com a vitória de Fernando Collor de Mello (1990-1992), o plano Brasil Novo e “[...] a nova onda de lutas contra este plano que quase levou à greve geral em junho não fosse a direção da CUT que agora vai ao pacto social” (CONVOCATÓRIA..., 1990, p. 1).

Além disso, o congresso justificaria-se porque os “[...] erros da Internacional que culminaram nas Teses Mundiais [conhecidas como *Teses de 90*]” teriam levado a organização brasileira a elaborar documentos nacionais “globalmente equivocados”. Ainda, é citada uma possível “crise revolucionária” e, em nível de caracterização da corrente, a “organização nacional em transição à influência política de massas”. Seria necessário o congresso, então, para que a organização pudesse fazer o balanço de seus erros e construir um novo documento nacional de construção e de análise de conjuntura nacional.

O congresso foi convocado para março de 1991 e teve como pauta a situação política, internacional, nacional, balanço e orientação das atividades, direção e estatuto da organização (CONVOCATÓRIA..., 1990). A regulamentação do XII Congresso seria votada no mês seguinte, em novembro, e manteve a proporção de um delegado para 15 militantes, com fração de 10. Não obstante, nesse congresso, regionais entre 10 e 15 militantes também foram autorizadas a elegerem delegados, assim como a eleição de um observador a cada 30 militantes. Nos documentos aparecem elementos políticos de crítica às *Teses de 90*, como a subestimação da força dos aparatos contrarrevolucionários e da reação democrática e a superestimação das forças da LIT. No entanto, mesmo considerando exageradas as conclusões das teses internacionais, a organização considerava que o giro à direita da CUT teria aberto um espaço à esquerda para disputar a direção sindical e política do movimento de massas (REGULAMENTAÇÃO..., 1989).

Como o último congresso de crise da organização fora o de 1979, quando a direção nacional se dividiu em diversas posições, torna-se pouco útil a presente discussão apresentar os elementos estatutários e organizativos internos à organização. Assim, pode-se afirmar que desde 1980 o Comitê Central atuou como um bloco coeso na condução política da organização por pouco mais de uma década e, embora houvessem ocorrido discussões e polêmicas internas na CS, nenhuma delas ocorreu através de formação de tendências ou frações. A apresentação desses elementos se faz necessária nesse momento, porque o evento de 1991 voltou a se caracterizar como um congresso de crise.

A respeito dos critérios de militância, o estatuto considerava militante quem, além de defender as posições políticas da organização, cotizava mensalmente, vendia quantidade mínima de jornais toda semana e participava regularmente das reuniões internas, não sendo militante pleno quem deixasse de cumprir algum desses critérios. O aspirante passaria a ser considerado militante pleno após dois meses, se trabalhador, ou quatro, se estudante, cumprindo todos os critérios.

Além dos critérios de militância, o estatuto disciplinava o processo de disputa interna e dividia em três as possibilidades: as tendências, as frações e os grupos de trabalho. A tendência seria formada a partir de militantes que defendiam alguma posição diferente da maioria e permitia a construção de reuniões próprias, elaboração de materiais e apresentação de posições a toda a organização. A fração caracterizaria por uma defesa política diferente da aplicada pela organização, mas também pela defesa de outra composição da direção. Os grupos de trabalho se constituíam na organização de militantes com os objetivos de

aprofundar estudos em determinado tema e aportar à organização o resultado da elaboração (REGULAMENTAÇÃO..., 1989).

Além desses documentos, o Comitê Central da CS não apresentou nenhum documento nacional, apenas dois referentes às questões internacionais, a saber: *Orientação para o estudo e a discussão das teses mundiais e sua primeira crítica* e o *Exemplo de informe de abertura para a discussão das teses*. Este documento merece uma atenção especial nesse momento. O primeiro elemento é sobre a dinâmica do debate interno na LIT, onde cita cursos, que, no Brasil, ocorreram na semana santa, por todos os partidos da LIT a respeito das *Teses de 90*. O segundo elemento importante é que as posições foram revistas pelo Comitê Executivo Internacional dois meses depois de sua aprovação. O terceiro elemento importante é que, ao explicar os motivos que levaram a Internacional a cometer esse erro, o documento apresenta que a organização estaria “[...] pagando o preço da ausência de Moreno. Falta à nossa direção internacional a experiência, os conhecimentos e o método do velho” (EXEMPLO..., 1990, p. 4). Além de tratar Moreno carinhosamente como “o velho”, mesma forma que os antigos trotskistas tratavam Trotsky, reconhecem que nenhum quadro que assumira a direção da LIT tinha sua capacidade e experiência.

Em 1990, apenas um documento político sobre questões nacionais é lançado ao pré-congresso, o qual foi assinado pelo militante identificado como P., da Regional de São Paulo, em que se pode ter acesso a elementos importantes a respeito do balanço do partido nesse período. O militante concorda com os elementos apresentados anteriormente pela direção a respeito da influência política de massas e traz elementos importantes para a caracterização. O candidato da CS a deputado estadual, Mauro Puero, que teria dirigido diretamente as greves de correios, além da implantação da CS entre bancários, metalúrgicos e funcionários judiciários, teve votação menor que a obtida para vereador em 1988. Em contagem “em plena preparação da greve metalúrgica que estourou logo após as eleições”, Zé Maria teve menos votos do que Paulo Moura para vereador em 1988. Em Diadema, mesmo dirigindo favelas e tendo atuação importante na ocupação do Buraco do Gazuza, “[...] de forma claramente superior a 1988, mas a nossa votação foi semelhante a de São Bernardo e menor que a de 1988” (CORRIGIR..., 1990, p. 5). No Rio Grande do Sul, mesmo após ganhar o Sindicato dos Bancários e dirigir a greve dos previdenciários, tiveram “[...] uma votação, em Porto Alegre, inferior a de vereador em 1988 com o mesmo candidato” e conclui “Em essência, a massa que dirigimos sindicalmente não votou em nossos candidatos” (CORRIGIR..., 1990, p. 5).

Diante de todos esses elementos, algumas considerações podem ser feitas quanto a CS. A primeira é a crença de que, mesmo trocando de candidato, como no caso de Diadema e

Contagem, o militante parecia supor que os votos migrariam junto com a corrente. O segundo elemento é a diminuição total dos votos da CS. O terceiro, e talvez o mais emblemático de todos, é que, mesmo sendo vereador de São Paulo, a principal atividade de Mauro Puerro era acompanhar o movimento sindical, dirigir greves de categorias que não eram a sua e organizar a inserção da tendência em outras categorias.

4.1 IMPACTOS DAS “TESES DE 90” NO BRASIL: A CRISE DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA SOB O OLHAR DE SUA DIREÇÃO

Para que a construção narrativa a respeito desse congresso seja feita de forma mais organizada e lógica para o leitor, é necessário evitar a sequência cronológica linear da elaboração e publicação dos documentos. No dia 12 de setembro de 1991, foi publicado o documento de balanço dos membros do Comitê Central. Ao contrário dos documentos anteriores em que era apenas possível saber o balanço coletivo das equipes ou de alguns membros isoladamente, nesse documento conseguimos saber qual o histórico da atuação dos membros no interior da organização e suas opiniões a respeito de sua própria atuação política nos anos anteriores. Porém, antes de entrar no documento é importante relembrar algumas questões.

Conforme indicado no primeiro capítulo, para os morenistas, uma revolução socialista de “outubro” necessitaria de um partido trotskista de massas à sua frente para conduzir a tomada do poder. Pode-se ver no estatuto da organização que existe na CS uma fronteira entre quem é militante pleno, quem não é e quem não tem nenhuma relação orgânica com a organização. Essa separação é central para entender quem eles entendem como possível direção de um processo revolucionário de “outubro”.

A primeira crítica às *Teses de 90* focam justamente nessa questão do “elemento subjetivo”, ou seja, do partido, da direção revolucionária. A primeira crítica considera as *Teses* um erro, pois não dimensiona o tamanho objetivo da LIT e sua impossibilidade de dirigir um processo revolucionário mundial (EXEMPLO..., 1990). Contudo, embora formalmente as *Teses* tenham feito as orientações políticas por apenas dois meses, pode-se perceber que já em 1989 os elementos votados enquanto tese, em 1990, já haviam sido apresentados no XI Congresso da CS.

O Comitê Central que conduziu a organização até o XII Congresso era composto por 43 membros, mais do que o dobro de todas as direções pelo menos desde 1984 que eram

formadas por 21 membros, sendo 17 oficiais e quatro suplentes. O documento é diferente, porque apresenta o nome dos militantes sem abreviações, sendo possível identificar todos: Serjão, Gradela, Osvaldo, João Ricardo, Américo, Guillen, Suzete, Waldo Mermellstein, Eduardo Almeida, Martin Hernandez, Mariúcha, Willian, Luiz Leiria, Genilda, Romildo, Nazareno, Zeca, Nelson, Robério, Berna, Catatau, Bernardo Cerdeira, Mauro Puerro, Frasson, Zezoca, Onir, Valério Arcary, Mancha, Toninho, Alex, Raimundo, Lena, Geraldão, Tunico, Cyro Garcia, Satã, Bibi, Mimo, Cacau, Tostão, Lilian e Julião.

Dos 43 membros, três eram parlamentares, Romildo, Gradella e Mauro, dois haviam atuado como assessores no gabinete do Gradella, Waldo e Julião, um era responsável por atuar internamente no PT, Valério Arcary, um pela atuação na LIT, Eduardo Almeida, um pelo jornal, Bernardo Cerdeira, e o restante tinha como empreitada atuar nos movimentos e assumir tarefas internas na organização.

Diversos elementos podem ser analisados para compreender a gravidade da crise vivida pela organização no momento. O primeiro ao qual chamamos atenção é a quantidade de dirigentes que expressaram abertamente que não deveriam participar da próxima equipe de direção. Para compreender a gravidade da crise, é importante compreender primeiramente a divisão de função dos organismos de direção. O Comitê Central era o organismo responsável pela elaboração política nacional da organização, o Comitê Executivo é um grupo reduzido de membros do Comitê Central que tinha por finalidade garantir a execução e aplicação das políticas votadas pelo Comitê Central, e o Secretariado era composto por um número reduzido de membros do Comitê Executivo e era responsável pela organização burocrática do partido, como a distribuição dos materiais, organização as finanças, garantia da distribuição do jornal etc. Dos 43 membros do Comitê Central, nove pediram explicitamente em seu balanço para deixar o organismo após o congresso, entre eles a veterana Berna, que aparecia como membro do Comitê Executivo já em 1984, João Ricardo e Tostão que estão nos documentos de 1989 como quadros experientes, e Luís Leiria que aparece como aposta para o Comitê Central de 1984. Não é possível saber o número exato de membros do Comitê Executivo ou Secretariado, mas três membros pediram para sair, permanecendo apenas no Comitê Central.

Outro elemento importante para compreender o tamanho da crise da organização é a quantidade de membros presentes na direção que não foi eleita no XI Congresso. Pelo menos 10 membros da direção que chegaram até o congresso de 1991 não foram eleitos em 1989, sendo cooptados pelo Comitê Central ao longo de 1990 ou eleito no Comitê Central Ampliado em maio de 1991. Entre os nomes que merecem destaque e que cumprem esse critério é o veterano Waldo Mermellstein, fundador da corrente no Brasil e o operário e dirigente

sindicalista Mancha, que fora apostado para a direção em 1984. Essa série de “cooptações” e eleição por vias não congressuais aconteceram porque o antigo Comitê Central havia “explodido”. Não é possível saber o número exato de membros que ingressaram na direção após o congresso, pois nem todos apresentam esse elemento em seu balanço pessoal, ou seja, o número abarcava no mínimo 10 membros.

Sobre os parlamentares é importante ressaltar que dois dos três presentes na direção foram eleitos pela primeira vez ao Comitê Central em 1989, Gradella e Puerro, e Romildo não apresenta esse elemento em seu balanço. A respeito do Secretariado, devemos ressaltar que dois dos três principais quadros dirigentes haviam saído. Pode-se identificar, desde 1984, os nomes de Zezoca, Eduardo Almeida e Zezé como membros do CE. Em uma lembrança mencionada de Cerdeira (2003) sobre a prisão de 1978, ele afirma que Zezé dirigia a organização na época. Edu em seu balanço individual afirma que foi “por vários anos o eixo da direção do p., até dezembro de 1990, e membro de todos os organismos de direção internacional”⁵²; Zezé também participava dos organismos internacionais; e Zezoca afirmou ser membro do Secretariado por cinco anos. Possivelmente, os três foram os únicos responsáveis por dar os informes iniciais dos pontos no congresso 1989. O documento ainda afirma que o antigo Secretariado havia “explodido” e o único membro da formação anterior que teria permanecido seria o Zezoca. Mariúcha e Catatau, que fora eleito para o Comitê Central e 1987 e 1989, assumiram o Secretariado junto com Zezoca.

Sobre os elementos políticos da crise, sugere-se partir do resultado. Segundo os balanços pessoais, o partido teria perdido o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, além de todo o trabalho no interior e em fábricas de Minas Gerais. Ademais, foi prejudicada a atuação em São Paulo, o que inclui a regional paulistana, onde foi eleito um vereador em 1988. Além disso, a regional de Belém, que elegeu em outubro de 1991 um deputado estadual, e a regional do Rio de Janeiro, na qual o partido elegeu um vereador em 1988, estavam em crise. Ou seja, com exceção de Porto Alegre, em todos os lugares onde o partido tinha um trabalho considerado importante havia perdas e crises.

O principal motivo para destacar esse documento neste momento do trabalho se prende ao fato de ser um raro indício de uma discussão acerca de elementos objetivos e concretos quanto ao que teriam sido os erros provocados pelas *Teses de 90*. Osvaldo, que militava na zona Oeste de São Paulo, afirmou que a caracterização sobre a “influência de massas” da CS teria levado a destruição de muitos organismos. Genilda cita a “política de

⁵² Deste relato de Eduardo Almeida, “Edu”, até o final desta seção (4.1), todas as citações/relatos dos membros do Comitê Central foram retiradas do documento *Balanço do Comitê Central* (1991).

abertura de novas sedes”. Romildo afirmou que ajudou a dar o curso sobre as *Teses*, contribuiu com a política de formar novas sedes e o movimentismo. Catatau afirmou ter aplicado a política movimentista em Contagem, MG. Mas, afinal de contas, o que seria essa política movimentista?

Ao dissertar sobre seu balanço individual, Bernardo Cerdeira dá-nos um exemplo:

Meu balanço nesta atividade [atuar no interior de MG] é, em essência, negativo porque refletiu toda a política do movimentismo, levada na nossa regional a um extremo, levamos a expansão do p. às últimas consequências: formamos zonais que eram quase um movimento: tivemos uma lógica de disputar todos os aparatos sindicais; não construímos nem muito menos consolidamos o partido; não formamos equipe de direção. Tudo isto deu a base para a crise que depois quase destruiu a regional do interior.

No mesmo sentido de Cerdeira, Mancha, logo após ganhar o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, afirma que:

Fui responsável pela construção de uma célula na maior fábrica da cidade onde não tínhamos trabalho. Fui responsável também no marco dos erros de 90 e de ter cometido grandes erros que levaram à demissão de companheiros e desestruturação do p. com as loucuras que implementamos.

Cacau relembra que “O primeiro período foi de aplicação de linha da influência de massas, em que militei no interior de Minas Gerais. Fui um entusiasta nessa linha e me joguei na sua aplicação. O resultado foi um desastre, pouco sobrou do partido”. Alex, que estava militando na zona sul de São Paulo, havia integrado a direção regional:

[...] onde tínhamos como objetivo ocupar politicamente um “grande espaço aberto”. E pra isso abrimos 5 sedes. Chegamos a estruturar mais duas sedes além das que tínhamos, como vanguarda da implementação da política movimentista em SP e portanto a primeira a se defrontar com a realidade e entrar em crise. Como resultado disso também perdemos o trabalho na Metal Leve onde dirigi a greve de 21 dias. (BALANÇO..., 1991, p. 16).

Ao se referir sobre as militâncias do partido, Julião fala em “aberrações políticas que votamos”, “loucuras”, e dá o exemplo de sua contribuição sobre a aplicação da política:

Na cidade de Florianópolis implementamos a fundo a linha e todas as mazelas causadas por ela também se refletiram lá: burocratismo, atropelamento dos quadros, dissolução de células e movimentismo, muito movimentismo. Aqui também houve resistência de membros do CR e da base às loucuras que eu elaborei para a regional. (BALANÇO..., 1991, p. 21).

Julião e Mancha não foram os únicos a adjetivar as *Teses* dessa forma. Mauro refere-se às teses como “delírios e erros políticos” e Berna fala em “teses malucas que escrevemos”.

Pelo que se pode perceber, a partir dos balanços pessoais, o congresso de 1989 é um marco importante para esse delírio, porque havia votado que a CS estaria começando a ter

“influência de massas”. Além disso, a conferência de 1990 seria outro marco importante, pois teria votado a caracterização de “crise revolucionária”, rejeitada no congresso. Isso fez com que a CS tentasse disputar todos os processos possíveis e abrir sedes da organização para abrigar e organizar as massas que entrariam na organização. Como resultado, aconteceu o que se apresenta no depoimento de Cerdeira e já teria sido mencionado no documento de outubro de 1980 de convocação ao congresso.

As fronteiras entre partido e movimento haviam sumido, os critérios estatutários de militância, tão caros para os morenistas, não estavam sendo cumpridos. Algumas regionais que não tinham se desintegrado, aprofundaram sua crise, como Belém: “Tínhamos 100 militantes a alguns meses atrás, e hoje em nenhuma das plenárias que fizemos reunimos mais de 50. Vendemos no máximo 100 jornais, poucos militantes cotizam e quase nenhum na tabela e em dia”. Os todos militantes foram absorvidos para conquistar influência de massas, chegando, até mesmo, a alterar decisões de regionais em que os membros do Comitê Central não eram membros, e abriram mão dos critérios que os faziam existir enquanto organização. Isso os levou a perder, inclusive, trabalhos que já estavam organizados.

Mesmo diante da gravidade da crise da organização brasileira, Eduardo Almeida e Zezé foram para Buenos Aires ajudar a resolver a crise do MAS e da LIT, isso é outra demonstração da prioridade que a tarefa internacional tem para os militantes educados nessa tradição política. O otimismo morenista, no entanto, fazia questão de aparecer nos documentos mesmo quando os dois principais partidos da LIT e ela própria estavam em crise simultaneamente. Na opinião de Eduardo Almeida (BALANÇO..., 1991, p. 5), “A CS, ainda que em crise, é uma das maiores organizações trotskistas do mundo”. O documento chama atenção por duas ausências: a de Zezé, fundadora da organização, uma das principais dirigentes durante grande parte de sua história; e Zé Maria, membro da organização desde 1977.

4.2 AS DISPUTAS POLÍTICAS CONGRESSUAIS E A VOLTA DOS SUJEITOS

O primeiro congresso da organização morenista brasileira analisado neste trabalho foi o de 1979, considerado como um congresso de crise da organização que levou à perda de 450 dos 800 militantes. Uma das características que se apresentou naquele momento de crise foi a existência de tendências e frações com participação de membros do Comitê Central, característica que não se apresenta em mais nenhum congresso ou encontro entre 1980 e 1990.

A única exceção que aparece é o documento de 1985, com ponderações em relação à caracterização de “situação revolucionária internacional”, mas mesmo assim é um documento bastante ponderado, que não propõe nenhuma alteração política para a organização. Isso não possibilita considerar que não existiram diferenças dentro da direção da organização durante esse período, mas permite concluir que um dos elementos de estabilidade e coesão da organização é a ausência de disputas políticas entre os membros através de documentos e boletins internos. Pode-se sugerir que estabilidade e ausência de crise significariam uma direção que conduzia sua militância conjuntamente e que resolveria suas diferenças nos organismos da própria organização, o que explica a ausência de sujeitos nos documentos congressuais de 1980 a 1990.

Os documentos apresentam-se para a organização como como posição oficial da direção partidária e não como posição política de militantes. No congresso de 1991, os sujeitos reaparecem publicamente para o debate interno através de divergências entre os membros do Comitê Central.

Escrito em setembro de 1990 e publicado em dezembro do mesmo ano, o documento do militante identificado como Mimo, da regional de Curitiba, representa o início das discussões e polêmicas internas da organização. No título do documento está escrito “parte 1”, porém, as outras partes não são possíveis de serem encontradas no arquivo, impossibilitando saber se o restante do documento não foi elaborado ou se simplesmente não está no arquivo. As considerações de Mimo a respeito das *Teses* partem de elementos diferentes daquilo que já foi apresentado. O militante considera o documento internacional globalmente errado, já que considera uma capitulação à reação democrática, pois ao se colocar enquanto eixo político para a classe operária e as direções trotskistas a “democracia como um todo”, esta política seria um erro diante de uma situação “tão revolucionária”. Essa posição foi originalmente defendida por Moreno, porém, nenhuma crítica foi dirigida ao Velho:

[...] aprofundando o curso revisionista e capitulador, impregnado e ao mesmo tempo dissimulado no texto, as teses caracterizam a nova vanguarda e as direções como “objetivamente revolucionárias”. Para atraí-las para a LIT de massas as teses rebaixam o programa da IV, retiram a luta contra o oportunismo e os aparatos, colocam a defesa da democracia, diluem a consigna de poder e por fim adaptam a tática da FUR. Tudo isso para termos a IV de massas e tomarmos o poder em algum país. Só que com este atalho capitulacionista só chegaremos à dissolução da LIT e à ampliação da crise de direção. (CONTRIBUIÇÃO..., 1990, p. 4).

Mimo denuncia que as *Teses* fariam com que acontecesse na LIT a mesma coisa que no partido brasileiro (CONTRIBUIÇÃO..., 1990). No final de seu documento, denuncia a direção da internacional, afirmando que as teses não foram discutidas pelas seções da

internacional, por todo o Comitê Executivo Internacional, e que os delegados apenas receberam os textos no congresso. Não é possível saber, através das fontes analisadas neste trabalho, se essa denúncia se baseia em algum elemento real, mas se pode perceber que as ideias contidas nas *Teses* já circulavam pela CS antes mesmo de sua aprovação no congresso. Isso sugere que, se for verdadeira a denúncia de Mimo, a direção da CS tinha íntimas relações com quem formulou essa política.

Em dezembro de 1990, o militante identificado como Rob., apresentou um documento ao conjunto da organização, onde a sua direção abertura do texto afirma que “Apesar de não temos acordo com as posições do companheiro entendemos que deve ser lido e discutido pela Organização” (A CONSTRUÇÃO..., 1990, p. 1) e se compromete a escrever uma resposta ao texto. Isso nos mostra que as posições do militante eram minoritárias na direção da CS à época. Não foi possível identificar a resposta da direção ao documento, não se sabe, portanto, se diante da crise o documento não foi elaborado ou se apenas não está disponível no arquivo.

Rob. afirma que defendeu, na conferência de julho do mesmo ano, a mesma que foi assistida pela direção do PT, que a CS não deveria ter aceitado as imposições da direção do partido e que deveria ter mantido a política de fração pública: “No entanto a realidade vem demonstrando que eu tinha razão e creio que é hora de avançar ainda mais e começarmos a discutir uma política de ruptura com o PT” (A CONSTRUÇÃO..., 1990, p. 1, grifo do autor). O militante afirma que o debate de rompimento já havia começado na organização, mas considera débil a condução desse debate por parte da direção. A partir disso, é possível compreender aspectos gerais da posição da direção da organização:

Hoje, no caso concreto do PT, não só definimos o partido como oportunista, mas dizemos que a partir de 89, com a vitória das prefeituras, a Articulação deu um salto tremendo na integração ao aparato do estado burguês. As prefeituras petistas passaram a ser, desde sua posse, parte da sustentação do regime e da gestão do estado burguês. (A CONSTRUÇÃO..., 1990, p. 2).

Com isso, o PT passaria a cumprir um papel oposto ao do período entre 1979 a 1987, que seria o de impulsionar as lutas. A partir de 1989, o partido passa a freá-las a partir dos supostos giros à direita, bem como a própria CUT, que teria passado a fazer parte do processo de construção de pactos sociais. Essas ideias são apresentadas no documento como posição da organização. Denuncia, além disso, que “Os acontecimentos do Leste Europeu serviram para que se fizesse uma campanha antissocialista que é fruto da pressão dos aparatos de todo o mundo. A democracia burguesa passa a ser valor estratégico e assim se educa a vanguarda em cursos sistemáticos” (A CONSTRUÇÃO..., 1990, p. 1).

Outro elemento sobre a política geral da organização que é possível ter conhecimento através desse documento é que, após a eleição de 1989, a CS considerou o PT como um organismo de duplo poder, traduzindo para a realidade nacional as caracterizações internacionais, a qual se justifica o esforço da CS para não ser expulsa do PT ao longo de 1990, pois organismos de duplo poder, como no caso dos soviéticos, permitiram o Partido Bolchevique tomar o poder em outubro de 1917 na Rússia.

Rob. relata que no pré-congresso de 1989 já existiam questionamentos sobre o tempo excessivo de permanência da CS no PT e aproveita para resgatar uma citação em que Moreno defende que a tática do entrismo deve se basear em dois elementos: 1) a existência de quadros trotskistas que “possam aguentar a tremenda pressão dos aparatos contrarrevolucionários”; e 2) “fazê-lo como uma manobra tática de curto tempo”. A política para preparar o rompimento deveria ser “Por uma nova direção revolucionária para o PT e a CUT” e considera que cada vez mais seria possível disputar a vanguarda, porque já estaria fazendo experiência com a Articulação. Para construir a nova organização, seria necessário caracterizar abertamente a Articulação como corrente reformista e a CS como revolucionária, que defende o socialismo com democracia e a revolução contra o estado burguês. Por fim, o documento propõe que o congresso encaminhe e organize melhor o processo de rompimento da CS com o PT (A CONSTRUÇÃO..., 1990).

No dia 9 de abril de 1991, Rob. publica um documento crítico à direção chamado *Balanço: iniciar já a construção de uma nova direção*. A partir desse documento, é possível ter acesso a três elementos importantes: o primeiro tem relação com a data do congresso, previsto para março de 1991, o que não ocorreu; o segundo elemento tem a ver com o calendário de elaboração dos documentos nacionais de construção e conjuntura nacional que a direção se comprometera a elaborar no documento convocatório, que também não foi cumprido; o terceiro elemento diz respeito ao número oficial de membros da CS, “[...] no debilitamento crescente e na perda de comps. (de 2.500 em nov./dez. para 2.000 em mar./abr.), embora nossa estrutura de quadros se mantenha” (BALANÇO..., 1991, p. 1), ou seja, após o congresso de 1989, a CS cresceu, mas meses depois retornou ao mesmo patamar de 1989.

Até o momento, os principais quadros não haviam sido afetados pela crise. O segundo elemento sugere que as respostas a Rob. não foram publicadas, pois não foram elaboradas e é importante lembrar que o Secretariado “explodiu”, permanecendo apenas Zezoca da equipe anterior. Não é possível determinar o momento em que isso aconteceu, mas levando em consideração que não está disponível nenhuma resolução de adiamento do congresso é

possível considerar que essa explosão aconteceu entre janeiro e março de 1991. Além disso, se a direção não conseguiu publicar os documentos mais importantes como o de construção e de conjuntura, deveria estar mais preocupada em cumprir com a elaboração dos documentos principais do congresso. Um dos nomes que assumiu o Secretariado com a saída de Edu e Zezé foi Catatau, que apareceu nos documentos analisados pela primeira vez como proposto para a direção no congresso de 1984, sendo eleito pela primeira vez ao Comitê Central em 1987, reeleito em 1989 e aparece como delegado ao congresso internacional no fragmento escrito a caneta no documento do congresso de 1989.

Esse documento de Rob. mostra que para sair da crise seria necessária a ampliação das formas democráticas de condução do partido, para isso seria indispensável construir uma nova direção. Em segundo lugar, seria necessário dar respostas políticas, com apoio da direção Internacional, aos novos desafios políticos como “a integração do PT ao regime com as prefeituras”. Nesse momento, a CS considerava-se uma organização em “[...] momento de consolidação política e orgânica de uma organização de vanguarda que tem influência sindical de massas e dirige setores importantes do MM no Brasil, disputando a direção das lutas, como a ala revolucionária da CUT e do PT” (BALANÇO..., 1991, p. 2). Isto é, recuou na caracterização de início de influência de massas, mas manteve a caracterização de influência sindical de massas.

O documento confirma os elementos políticos de Rob. de que haviam considerado os sindicatos e o PT como organismos de duplo poder, e vai além, apresentando os números reais da política de ampliação do número de sedes. Ao longo de 1990, a CS chegou a possuir 100 sedes, 80 profissionais políticos, sem contar os liberados pelas atividades sindicais. Isso significa um militante pago pela organização para militar a cada 25 militantes e uma sede a cada 20. A tarefa do momento seria reduzir o número de liberados políticos, sindicais (para diminuir a pressão movimentista) e reestruturar a equipe de direção.

Como características da direção que conduziu a organização à crise, o documento ressalta a centralização e concentração excessiva das tarefas nas mãos dos profissionais que geraram uma educação militante equivocada, onde tudo giraria em torno do “eixo”. Em seu documento de balanço pessoal, Eduardo Almeida afirma ter sido o “eixo” da organização nos anos anteriores e que, em 1991, foi acompanhar a crise do MAS e da LIT em Buenos Aires. É possível que seu afastamento da direção e o afastamento de Zezé sejam explicados a partir desse trecho do documento de Balanço. Os dois principais dirigentes podem ter sido considerados os principais responsáveis pela condução do partido de forma equivocada, de centralizar demais as tarefas.

Almeida afirma ter dupla responsabilidade na crise da LIT e CS por ter sido “eixo” da direção da organização brasileira e por ter feito parte de todas as equipes de direção internacional da LIT. Assevera, portanto, ter responsabilidade tanto em relação aos erros políticos como nos metodológicos, ou seja, na condução das atividades da organização, embora não entre em detalhes. Não sabemos se sua ida a Buenos Aires foi um pedido da direção internacional, ou resultado de uma revolta interna na direção da CS ou, ainda, se foi uma saída negociada entre os dois elementos anteriores. Porém, como o documento de Rob. trata de um documento de balanço da equipe de direção, e não dos indivíduos, não é possível ter certeza.

Um primeiro contato com os documentos da CS apontam para uma estranha ausência de referências ao velho dirigente. No entanto, o documento analisado explica os motivos da falta de referência ao Velho:

Tornou-se um marco em nossa história sua contribuição acerca da “revolução democrática” no Brasil, exatamente discutida no documento endereçado à direção nacional do Alicerce, sob o título “Começou a revolução brasileira em 1984”. Além de ter elaborado a consigna das grandes mobilizações no Brasil contra a ditadura – “Diretas Já” – lançada pioneiramente por nós, em Dez/83, também demonstrou o caráter revolucionário das mobilizações e a política da reação democrática da burguesia. (BALANÇO..., 1991, p. 11).

Nesse documento, Rob. afirma que Moreno foi contra a indicação votada pela CS em seu X Congresso de disputar o movimento de massas. Conforme o documento, o dirigente argentino considerava que os brasileiros não tinham ainda construído um partido capaz de construir essa tarefa, o qual teria impedido que a CS votasse essa orientação em 1987.

No documento de Balanço aparece pela primeira vez em um documento da CS a necessidade de construir o rompimento com o PT. Nesse sentido, Rob. Defende:

F) Temos que elaborar uma tática concreta de ruptura com o PT. O giro à direita da Articulação traz cada vez mais tensões internas à nossa Organização. Temo que ter clareza de como se dará esse processo, com que táticas vamos nos mover. É necessário ter iniciativas políticas que nos coloquem na vanguarda de oferecer uma alternativa aos setores que fazem a experiência com a atual direção do PT que cada vez mais se integra ao regime. (BALANÇO..., 1991, p. 13, grifos do autor).

O objetivo estratégico da CS, segundo Rob., deveria ser o de se construir como alternativa ao movimento de massas dirigido pelo PT. Assim, foi possível identificar no documento de 1984 que a participação do PT seria apenas um passo para acumular forças para construir um partido revolucionário próprio, independente, com cara própria. Esse momento estaria cada vez mais próximo.

A respeito da construção da nova direção, o documento afirma que esta deve ser uma síntese entre a direção anterior e os quadros novos da organização. Para isso, o partido deveria convocar um Comitê Central ampliado para formar comissões que elaborem os documentos para o pré-congresso, remarcar o congresso que estava com indicativo para ocorrer em julho (BALANÇO..., 1991, p. 14).

O Comitê Central ampliado de maio ocorreu conforme planejado e, a partir dessa reunião, a maioria dos quadros que foram apresentados na parte anterior deste trabalho foram integrados ao Comitê Central. É interessante perceber que esse documento, assinado por um militante que até o momento não tinha sido apresentado nos documentos da organização, tenha norteador a resolução da crise da organização pelo menos no organismo de direção. Porém, chama atenção o fato dessa movimentação não ter ocorrido através da criação de uma fração. Conforme apontado no início deste capítulo, a defesa da construção de uma nova equipe de direção diferente da atual justifica a criação de uma fração interna para disputar o congresso, mas nenhum indício dessa existência aparece em qualquer documento congressual.

O documento contou com uma resposta apócrifa chamada de *Contribuição à crítica do doc.* “*Balanço: iniciar já a construção de uma nova direção*”, onde não se encontrou a sua data de publicação. Em relação ao seu conteúdo, foi solicitado pedido apenas que sejam mais bem elaboradas e esclarecidas algumas questões, mas, por duas vezes, na primeira e na terceira página, faz referência ao documento de Rob. como “doc. da DN”, ou seja, documento da Direção Nacional (CONTRIBUIÇÃO..., 1991).

No mês seguinte, em maio, Zezoca, o único membro remanescente do Secretariado anterior, publica para a organização um documento teórico que se propunha a refletir a conjuntura internacional e nacional aliada ao estudo teórico dos marxistas considerados clássicos pela corrente. Não cabe aqui, para os fins propostos neste capítulo, dedicar muito esforço para análise de todo o documento, mas sua apresentação se faz necessária.

O documento intitula-se *Acerca da correlação de forças e da definição de situação revolucionária* e é dividido em 5 partes:

1. CONFUSÃO E ESQUEMATISMO: FATO, ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS:
 - 1.1. O fato. 1.2. As origens. 1.3. As consequências; 2. RELEER REESTUDAR LENIN, TROTSKY E MORENO: 2.1. Situação revolucionária s/Lenin: fatores objetivos e subjetivos, amadurecimento e condições para o triunfo. 2.2. Situação revolucionária segundo Trotsky: idem. 2.3. Moreno e as revoluções do pós-guerra. 2.4. As revoluções políticas no Cone Sul e nos Estados Operários: centro da última elaboração de Moreno sobre o tema. 2.5. A atualidade da definição de Lenin, s/Moreno, para explicar as revoluções. 2.6. Os diferentes tipos de revolução de “fevereiro” s/Moreno. 3. OS ÚLTIMOS 18 ANOS E A EXPROPRIAÇÃO DA BURGUESIA: 3.1. Vamos a novos “fevereiros”? 3.2. Não é possível um “fevereiro que exproprie” no Brasil, via PT? 3.3. Qual a utilidade atual da definição de Lenin

para o nosso país? 3.4. Nossa estratégia -a revolução socialista consciente “de outubro”- deve ser a referência para analisar o desenvolvimento da luta de classes em nosso país. 4. REVOLUÇÃO DE OUTUBRO: CARACTERÍSTICAS E DIFICULDADES: 4.1. A “facilidade” do Outubro russo de 1917. 4.2. As dificuldades de um Outubro na “democrática” Europa Ocidental. 4.3. Países atrasados e países imperialistas frente a Outubro. 4.4. Reação democrática: política do imperialismo para prevenir novos Outubros. 5. BRASIL: A CORRELAÇÃO DE FORÇAS DESDE 1984: 5.1. Qual a situação aberta no país com a derrota da ditadura em 84? 5.2. 1984 a 1988/89: o processo de amadurecimento da situação. 5.3. 1990/91: o governo Collor e a contra-ofensiva da burguesia. (ACERCA..., 1991, p. 1-2).

No primeiro ponto do documento, disserta-se sobre a crise da LIT e apresenta-se de forma organizada alguns elementos que foram mostrados neste capítulo de forma dispersa. No segundo ponto, faz-se um apanhado da obra dos três marxistas para elaborar e, inclusive, faz aproximações entre as obras de Lenin e Moreno para fazer contraposição a algumas elaborações de Trotsky. No ponto três, utiliza-se do arcabouço teórico elaborado no ponto dois. O ponto 3.2, em específico, que é apresentado como pergunta, tem no texto sua resposta negativa, porque, ao se referir a partidos como o PT, “[...] essas direções estão girando ainda mais a direita integrando-se ainda mais ao Estado e aos regimes democratico-burgueses, retrocedendo aos braços da social-democracia” (ACERCA..., 1991, p. 27). O ponto quatro busca apresentar elaborações a respeito da Revolução Russa e apresentar seus conceitos e acontecimentos em relação à política geral contemporânea do imperialismo. No ponto cinco aparecem elementos que não tinham parecido no que diz respeito à caracterização da CS sobre o Brasil.

Zezoca afirma que, “[...] no Brasil, desde que existimos, nós sempre dissemos – e com razão – que as contradições estruturais do sistema capitalista semicolonial não teriam saída reformista nem para a burguesia nem para o proletariado e as massas” (ACERCA..., 1991, p. 37). Haveria contradições intrínsecas no Brasil que gerariam crises que impediriam saídas reformistas. Essas contradições poderiam ser agrupadas em três blocos de problemas: a dominação imperialista sobre o país; a questão do campo diante da não ocorrência de uma reforma agrária; “e os que vão diretamente contra o sistema capitalista e o novo regime político da burguesia” (ACERCA..., 1991, p. 37). Todavia, a respeito do último elemento, não especifica quais elementos:

Olhando retrospectivamente depois de mais de dez anos de lutas, de crise e decadência econômica no marco da situação e da crise econômica mundial, sendo como é um país atrasado e semi-colonial, podemos dizer então, sem sombra de dúvida parafraseando a Trotsky ou a Lenin, que: no Brasil, há muito tempo as condições econômicas e sociais de uma situação revolucionária existem e se tornam cada dia mais prementes e agudas. Ou: no Brasil se desenvolvem a olhos vistos as duas condições de uma revolução proletária vitoriosa. (ACERCA..., 1991, p. 37).

O documento mantém a caracterização de Moreno sobre o suposto processo revolucionário de 1984 e a elaboração da CS de aprofundamento a partir de 1988, onde conclui: “A segunda revolução virá; mas será a revolução do proletariado conduzindo atrás de si os camponeses e o povo pobre” (ACERCA..., 1991, p. 37). Ou seja, em 1984, teria acontecido um processo revolucionário de “fevereiro”. Como no Brasil não seria possível um projeto reformista ser bem sucedido o PT, teria que se integrar ao regime. Esse processo de integração ao regime faria a vanguarda das lutas realizarem sua experiência com a direção reformista e, por consequência, buscar uma direção revolucionária, a qual seria aprofundada com mais velocidade, porque o governo Collor estava atacando a classe e o PT, ao invés de resistir, buscou o pacto social. O documento do Zezoca fora originalmente elaborado em abril de 1991 e discutido no Comitê Central ampliado, o que é aqui apresentado se trata da segunda versão e conta com apontamentos feitos no Comitê Central ampliado (ACERCA..., 1990).

No dia 18 de junho de 1991, pouco mais de um mês após a reunião do Comitê Central ampliado, é publicada nova resolução a respeito da realização do congresso. A nova data ficou para os dias 11, 12 e 13 de outubro por considerar que o pré-congresso, na prática, teria começado com o documento internacional publicado no mês anterior por Zezoca. As pautas prioritárias encaminhadas foram: “a) discussão mundial como preparação da discussão nacional; b) Nacional; c) PT; d) Direção” (ÀS DIREÇÕES..., 1991, p. 1). Mesmo considerando necessária a discussão a respeito sobre a atuação da CS nos sindicatos e mesmo a atuação nesses organismos sendo prioritária em relação ao PT, a direção opta por priorizar o debate a respeito do partido. Essa decisão foi tomada porque, como foi possível identificar no documento de balanço, o tema da permanência no PT era motivo de crise no interior da CS.

Buscando fortalecer a democracia interna da organização, tarefa proposta também no documento de Balanço, o critério para a eleição de delegados se altera ainda mais e passa para “1 delegado para cada 10 militantes, e fração de 7” (ÀS DIREÇÕES..., 1991, p.2), ou seja, regional com 10 militantes elege um delegado, com 17 militantes elege dois.

No ponto V do documento, a respeito das considerações finais, há uma orientação, na primeira cláusula, que esse documento deve ser informado apenas oralmente aos militantes, não sendo indicada sua reprodução. Na segunda cláusula afirma:

Por razões de segurança não falaremos mais em Congresso nas circulares. Quanto nos referirmos ao tema, falaremos de “Seminário Nacional”. Também os militantes não devem falar para fora da organização de Congresso e muito menos de sua data. Repetimos, não devemos falar de realização de Congresso, sobretudo para as correntes do PT. (ÀS DIREÇÕES... 1991, p .2, grifos do autor).

Essa preocupação expressa no documento do Comitê Central está relacionada aos debates sobre o rompimento com o PT e a vigilância da direção do partido sobre a tendência.

Em julho de 1991, os trabalhos das comissões encaminhadas ao Comitê Central ampliado de maio apresentam o documento nacional, cujo título é *Projeto de documento nacional*. Diante disso, parte de elementos conjunturais mundiais e continentais para discutir o cenário nacional e, embora repita as críticas às *Teses de 90* já apresentadas neste capítulo, mantém a caracterização do período 1989/1990 como revolução burocrática com o centro na URSS. Ademais, sustenta a caracterização da crise dos aparatos contrarrevolucionários, mas, ao invés de defender taxativamente a hipótese da vitória da revolução em nível mundial, ressalta: “Em síntese: na nova etapa, nem a revolução, nem a contrarrevolução conseguiram triunfos estratégicos, que deem saídas estáveis. Daí a perspectiva mundial de crise, desordem, contradições e lutas cada vez mais polarizadas” (PROJETO..., 1990, p. 2). Ou seja, nos próximos anos a situação não seria resolvida, mas a polarização social aumentaria.

O documento repete diversos elementos que foram apresentados no texto elaborado por Zezoca, portanto, não será repetido. Entre eles estão o caráter subordinado do capitalismo brasileiro ao imperialismo, a situação econômica objetiva com crise profunda e a dinâmica da situação política desde 1984. No entanto, sobre este último, apresenta um argumento que não havia aparecido ainda. Baseada em Moreno, a CS considera que a derrubada das ditaduras na América Latina:

Foram revoluções socialistas em sua dinâmica e democrática por seu objetivo imediato que era a derrubada do regime militar vigente. Moreno as chamou de revoluções “inconscientes” porque apesar de protagonizadas pelos trabalhadores e o povo, foram dirigidas ou co-dirigidas por partidos ou direções burguesas ou pequeno-burguesas [...]. (PROJETO..., 1990, p. 6).

Em termos concretos, a CS considera que não houve uma revolução no Brasil em 1984, uma vez que não havia um partido trotskista de massas para dirigir as mobilizações. Por não ter uma direção trotskista de massas, a classe trabalhadora brasileira estaria passando por uma etapa de aprendizado sindical-parlamentar. Assim como Trotsky, ao analisar a situação da classe trabalhadora espanhola em 1931, que considerava que seria necessária uma experiência da classe com o parlamento antes de embarcar em uma estratégia de tomar o poder, a CS considerava que a classe brasileira estaria passando por esse processo, mas aqui a experiência estava ocorrendo também com os sindicatos. O documento compara a situação brasileira vivida desde 1984 com o processo revolucionário espanhol que gerou a Guerra Civil Espanhola ao longo da década de 1930, porém ressalta no caso brasileiro “a particularidade de que este período se estende no tempo” (PROJETO..., 1990, p. 10). Como a tendência de

polarização e de luta entre as classes era de aumentar e da crise econômica se aprofundar, as condições objetivas para a tomada do poder estariam colocadas: faltaria resolver a crise de direção, ou seja, a construção de um partido trotskista de massas. Por isso, o documento abre enquanto possibilidade a construção de organismos de poder no período subsequente.

O recém-nascido regime democrático burguês brasileiro viveria uma “contradição insolúvel” por ter um sistema capitalista submetido a um sistema imperialista em crise, mas que exerce seu poder baseado, supostamente, na “vontade do povo”, que só tem sua vida mais devastada a cada ano:

Num país onde os políticos sempre foram vistos como um bando de corruptos, e onde nem o Congresso nem o presidente eleito satisfazem minimamente as aspirações da população, tal situação só pode se traduzir em mais desgaste dos partidos e das instituições. A consequência, é um desgaste do regime. O voto nulo no ano passado foi uma demonstração clara desse processo. Mostrou que há um setor significativo do movimento de massas que não acredita nos partidos que disputam a eleição e prefere o voto nulo. Isso não significa uma superação do regime ou uma dinâmica que, por si só, leve à morte pura e simples da democracia burguesa. Mas é importante apontar o desgaste em curso: o processo objetivo que atua na consciência das pessoas e que vai ampliando o número dos que pensam que o simples voto em si não resolve. (PROJETO..., 1990, p. 10).

Essa elaboração já havia aparecido em outros documentos desse congresso, no entanto, esta foi a formulação melhor elaborada nas fontes. É um elemento novo nos congressos da CS e também um forte ponto de apoio para analisar sua trajetória posterior, quando foi formado um curioso partido que não gosta de votos.

Como apontado anteriormente, a etapa parlamentar era considerada pela CS como uma experiência necessária para a classe fazer com as instituições do estado e o novo regime instaurado. A massificação dos votos nulos seria uma demonstração de crise e de que essa experiência da classe estaria sendo acelerada.

A aceleração da experiência faria parte de um processo revolucionário, que, desde 1984, não congelada, nem interrompida, embora tenha passado por diferentes conjunturas o processo, continua questionando a ordem capitalista semicolonial brasileira. Como a revolução de “fevereiro” já havia acontecido e fora vitoriosa, “poderíamos dizer com Trotsky que estamos numa situação pré-revolucionária com respeito a Outubro” (PROJETO..., 1990, p. 21).

Como elemento dessa situação política está o início da crise da Articulação que teria se apresentado na realidade brasileira a partir da integração e adaptação ao regime democrático burguês. Por ser uma corrente reformista e defender uma estratégia política eleitoral baseada nas eleições, a Articulação entraria “num curso irreversível de choques com

o movimento de massas” (PROJETO..., 1990, p. 24), o que aceleraria a experiência de suas bases com sua direção. No entanto, como a Articulação é a maior corrente do movimento de massas, dirigem a CUT e o PT simplesmente deixa de existir, teriam que ser derrotados politicamente pela intervenção da CS na luta de classes. A base objetiva para construir essa nova direção contra a Articulação já existiria e teria como base a vanguarda dirigente dos sindicatos que estaria percebendo os giros à direita da corrente majoritária do PT. Como exemplo desse processo, o documento cita a eleição para o Sindicato dos Bancários de São Paulo, onde ganha a Articulação. A principal política para intervir sobre essa vanguarda é a defesa de uma nova direção para a CUT e a volta do “PT das origens”, ou seja, a CUT antes do perfil conciliador e o PT antes de se integrar ao regime. Entretanto, alerta “Nossa estratégia é a construção da direção revolucionária, o que significa que a política por uma nova direção para a CUT e o PT é uma tática” (PROJETO..., 1990, p. 28), o que significa que a CS não considerava mesmo possível conquistar a nova direção. Essa política teria por objetivo aglutinar os outros setores da CUT e PT no combate contra a Articulação.

O documento chama atenção pelo fato de que, em suas quase 40 páginas, nenhuma linha se dedica a refletir sobre a atuação parlamentar de absolutamente nenhum partido ou parlamentar especificamente e nenhuma linha é dedicada à atuação dos parlamentares da CS. Embora seja um documento de conjuntura, elabora táticas gerais de intervenção nos sindicatos, no PT e no movimento de massas, mas não no parlamento. Nem mesmo a experiência de Babá, vereador de Belém do Pará, que foi eleito deputado estadual em 1990, e de Gradella, são citadas.

Diretamente da Argentina, Zezé não ficou satisfeita com todo o documento elaborado. A julgar pela proximidade temporal entre o documento e a carta é possível concluir que ela recebeu o documento antes de ser publicado para a organização, o que demonstra o trabalho conjunto dos novos dirigentes com os antigos. A veterana trotskista escreve a carta diretamente da Argentina e afirma que apenas conseguiria participar do último dia de reunião do próximo Comitê Central. Pode-se sugerir que, após sua saída do Secretariado, sua principal tarefa passou a ser de intervir na crise do MAS e da LIT em Buenos Aires, junto com Eduardo Almeida. Não é possível saber se a carta foi publicada para toda a organização, mas foi escrita com a finalidade de orientar o Comitê Central.

Como estava tomada pelas tarefas na Argentina, Zezé afirma que não conseguiu estudar o documento profundamente, mas mesmo assim pretendia apresentar alguns pontos. Sobre os apontamentos a respeito do voto nulo, ela considera que o documento da organização está confuso e que:

[...] temos que dizer que se expressa um início de experiência com as eleições, com a possibilidade de resolver os problemas através do voto. No texto está meio diluído, temos que dizer que as eleições demonstraram, com o voto nulo, um início de experiência com as eleições e a falta de uma alternativa, pela política do PT de sustentação do regime. Se dizemos que as eleições têm um resultado contraditório se dilui a tônica do balanço das eleições que foram o voto nulo, pelo fato do PT não ser alternativa, e o voto de oposição, contra o governo. Ou, ao contrário: o voto de oposição, é o voto nulo, porque o PT não se constitui como alternativa. (SOBRE..., 1991, p. 1).

Além disso, considera que não existe possibilidade de construir um consenso nacional em torno de Collor porque havia uma “puta” ofensiva imperialista. Zezé parece recordar que havia parlamentares na CS e propõe que as propostas políticas feitas no documento como a defesa por uma câmara federal única, salário do parlamentar igual de um operário e revogabilidade dos mandatos tem que ser parte do discurso dos parlamentares da CS (SOBRE..., 1991).

No dia primeiro de setembro de 1991, o Comitê Central emitiu nova resolução a respeito do congresso, remarcando para os dias 15, 16, 17 e 18 de novembro. A justificativa apresentada era a de que o início do pré-congresso havia atrasado e a elaboração dos documentos também. A essa altura, o documento sobre a tática para o PT não havia sido elaborado. Entretanto, manteve a pauta da resolução anterior, ressaltando que, pelo estágio de crise da organização, do partido argentino e da internacional, as resoluções do congresso teriam um caráter temporário e que novo congresso deveria ser realizado no início do ano seguinte (RESOLUÇÃO..., 1991).

Em setembro, Zezé aumenta sua pressão à esquerda na organização. Diferente do texto anterior, este não está diretamente endereçado a nenhum organismo do partido, provavelmente, tenha sido publicado para toda a militância. Sua escrita parte da preocupação de alinhar os documentos nacionais da CS com as elaborações feitas a respeito da conjuntura internacional, apesar disso apresenta elementos importantes sobre a tática da organização brasileira. A antiga dirigente considera que a CS tenha capitulado por não ter uma política clara para acelerar a experiência da vanguarda com a direção do PT e Lula. Para que essa aceleração da experiência aconteça, seria necessário a CS cobrar de Lula permanentemente suas posições “exigindo respostas, denunciando o que faz”, e conclui que:

Poupar o Lula seria um crime, porque Lula, com sua política, freia ou dificulta, ou torna mais lenta, o movimento ultra-progressivo de ruptura da vanguarda com o PT. Temos que ser táticos, cuidadosos, para não romper o dialogo com a vanguarda *nem ser expulsos extemporaneamente*, mas a política de acelerar a experiencia da vanguarda com a direção do PT, o que inclui Lula, temos que aplicar. (ROMPER..., 1991, p. 3, grifo nosso).

Nota-se que o que é colocado em discussão pela dirigente não é se a CS vai ou não romper com o PT, mas sim qual postura deve ter até o rompimento. Em outra parte do documento, ao afirmar que não haveria mediações possíveis com o giro à direita das outras direções do movimento de massas, Zezé afirma “não vamos – após a ruptura com o PT - a qualquer engendro centrista, nossa política de nova direção é uma formulação tática da nossa política de uma direção revolucionária” (ROMPER..., 1991, p. 2), ou seja, as mediações em relação às críticas às Articulações estariam limitadas ao período em que a CS compreendesse ser importante manter sua localização interna no PT e aproveita para projetar como será a postura política dessa nova organização livre das amarras do PT. Nesse documento, ela afirma ter defendido na reunião do Comitê Central de junho de 1991 que a CS unificasse o chamado a todas as correntes para disputar contra a articulação no congresso da CUT e do PT, reconhecendo que: “não tivemos acordo entre nós” (ROMPER..., 1991, p. 2).

Mesmo tendo como prioridade as atividades internacionais, Zezé, após sair do centro da direção, manteve uma relação de disputa política dentro da CS com a nova direção, apesar de ter sido derrotada no Comitê Central de junho, é possível que tenha sido parcialmente vitoriosa no congresso. Como poderemos ver a partir da análise do jornal *Convergência Socialista*, embora não ataque Lula de frente, o jornal, a partir do fim do congresso, passará a atacar abertamente dirigentes centrais da Articulação.

Em setembro foi publicado também o documento de Balanço dos membros do Comitê Central, o qual já foi apresentado anteriormente para que fosse possível compreender melhor os acontecimentos internos da CS entre 1990 e 1991. Não obstante, cabe retomá-lo, pois a exploração de seus elementos é muito útil para esse momento do presente trabalho.

Zezoca, no último parágrafo de seu balanço individual, afirma que deveria estar no próximo Comitê Central apesar dos erros que cometeu na organização por ser necessário um quadro mais experiente na nova equipe em um momento de “transição para a CS – ruptura com o PT”. Waldo opta também por defender seu nome para o próximo Comitê Central e assevera que “Depois da viagem à Argentina e a afirmação política da nova tarefa [dirigir a atuação do gabinete do Gradella], refleti melhor e creio que poderia contribuir nesta tarefa, que será muito mais importante no ano que vem devido à nossa ruptura com o PT” (BALANÇO..., 1991). Novamente, dois dirigentes historicamente importantes para a organização apresentaram como certa a ruptura com o PT.

Em outubro, Tunico e Zeca, membros do Comitê Central ampliado, apresentam um texto intitulado *Crítica ao documento nacional/PT*, referindo-se, provavelmente, ao documento que já estava sendo planejado na resolução de setembro. Infelizmente, não foi

disponibilizado para análise, portanto, a única forma de ter conhecimento de parte de seu conteúdo é através desse documento de crítica.

O documento concorda com o apresentado pela direção em relação ao caráter estratégico do PT e do seu papel de sustentação do regime. No entanto, considera que o movimento de massas ainda estaria na defensiva na América Latina e não havia uma alternativa política clara para a condução das lutas.

O documento da direção não via atuação da oposição burguesa para frear os avanços dos movimentos de massas e destaca que a Articulação ainda tinha muita força. Ao contrário dos documentos nacionais e mundiais, considera que a situação vivida na luta de classes era defensiva para a classe operária: “O documento do CE [Comitê Executivo] propõe a preparação imediata da ruptura com o PT para maio, no máximo [...]. Que, em função do giro à direita cada vez mais profundo, a Articulação inevitavelmente nos colocará para fora até maio” (CRÍTICA..., 1991, p.5). Na opinião dos dois membros do Comitê Central, mesmo diante de seus giros à direita, a Articulação, Lula, seus sindicalistas e parlamentares ainda seriam a direção política da classe trabalhadora brasileira.

A data de sua expulsão do PT e a ofensiva imperialista sobre a América Latina são os únicos elementos em que a CS acertou em suas previsões.

4.3 AS RESOLUÇÕES

Uma das grandes dificuldades em trabalhar com esse tipo de documentação é a sua desorganização, fragmentação e a opção política de não disponibilizar alguns dados pelo caráter pretensamente revolucionário da organização. Como apontado anteriormente, informações a respeito do congresso de 1982 podem ser encontradas nos documentos de 1984, e assim por diante, por não estarem disponíveis para consulta os cadernos de resoluções dos congressos, no caso do XII Congresso da Convergência Socialista, no entanto, duas resoluções congressuais foram publicadas para a base da organização no dia 28 de novembro de 1991, 10 dias após o fim do congresso. As duas resoluções publicadas, o que torna esses documentos ainda mais interessantes, foram derrotadas no congresso. O Secretariado esclareceu que, mesmo derrotados, os militantes J.C. e Rob., mantiveram suas propostas, acentuando suas diferenças políticas, bem como teriam tido pouco tempo para defender essas posições na organização.

A proposta derrotada de resolução, *Resolução política sobre ruptura, atividades e construção – construir a ruptura*, defende que a organização deveria se preparar imediatamente para a ruptura a partir da preparação das bases para construir uma Frente Única Revolucionária, a qual deveria abarcar todas as organizações que participassem de forma tática do PT e que teriam por objetivo estratégico construir um partido revolucionário independente. Para isso, seria necessário levar esses grupos a uma estratégia de enfrentamento “constante e crescente com o curso à direita do PT na luta de classes” (RESOLUÇÃO..., 1991, p. 1).

Essa frente seria estratégica para que a CS não saia sozinha do partido de Lula. Para conseguir cumprir a tarefa, a CS deveria atuar enquanto fração pública do PT para disputar a direção das lutas e a vanguarda e em defesa de um PT Socialista, Revolucionário e Democrático, buscando construir acordos e unidade com os outros grupos. Para que seja acelerado o processo de experiência da vanguarda com a Articulação, o documento propõe, assim como Zezé, que seja feita uma campanha de exigências a Lula, CUT e PT para que deem saídas consequentes e radicais às lutas.

Para conseguir construir a FUR, seria necessário colocar em crise as organizações consideradas centristas com o objetivo de “desmascarar suas direções”:

A estratégia das principais correntes centristas hoje existentes no PT, como a DS, o OT, a FS e a direção da TM é oposta à nossa. Todas essas correntes querem ficar no PT e têm um curso em geral de adaptação a ele. [...] não temos ilusões de trazer para a ruptura nenhuma dessas correntes, assim como não temos estratégia de ir à FUR com nenhuma delas. Porém há crises na base do centrismo e devemos ser ofensivos para aprofundar essa crise [...]. (RESOLUÇÃO..., 1991, p. 6).

Já a resolução política proposta argumenta que a organização deva defender “Fora Collor” e “Eleições Gerais Já” como palavras de ordem políticas no próximo período. A proposta de luta pelo “Fora Collor” deveria ser apresentada em cada categoria, plenárias do movimento, da CUT e deveriam exigir que a Central e o PT nacional também assumam essa política como sua. Essa luta deveria ser associada à luta contra o regime, se isso for feito:

Mostramos que o governo é a instituição principal do regime e é por isso sustentada pelo conjunto das forças burguesas e as instituições do regime e pelas direções do movimento de massas. FORA COLLOR que o Congresso e os partidos querem sustentar até 94, FORA COLLOR com quem Brizola faz acordos, que a direção do PT faz pactos, etc. Denunciamos o Congresso por votar as leis que sustentam Collor, Brizola porque suspendeu o comício da Usiminas para não desestabilizar Collor e manter seus acordos, etc. A Articulação por se recusar a assumir o FORA COLLOR e garantir seu mandato em nome da legalidade. (RESOLUÇÃO..., 1991b, p. 5).

4.4 O JORNAL CONVERGÊNCIA SOCIALISTA E A EXPULSÃO DA CS

No início deste capítulo vimos que a questão do jornal é importante para a CS, tão importante que sua difusão é um critério que serve como uma barreira entre quem é ou não membro da organização. Foi possível identificar também que a quantidade de jornais vendidos é um dos elementos que indicam o sucesso ou insucesso político da organização.

Após a tragédia política no interior de Minas Gerais, Bernardo Cerdeira assumiu a condução política do jornal. Ele era um veterano na organização, sendo membro pelo menos desde o fim da década de 1970. Em suas lembranças sobre a Argentina, diz ter sido enviado a Buenos Aires para fazer curso com a direção do partido argentino. Ou seja, a condução do jornal era tarefa prioritária por ser a principal forma de expressar publicamente a opinião política da organização, tendo em vista que as posições políticas do PT não cumpriam essa função, pois a CS, como notado anteriormente, atuou a maior parte de sua estadia interna no PT como fração pública, expressando para fora do partido, através de seus jornais, sua posição política.

A maioria dos trabalhos a respeito da CS, até o momento, priorizam utilizar como fonte principal o jornal da organização. Como se procurou demonstrar ao longo deste trabalho, foi necessário priorizar a análise dos documentos internos, dadas as questões e o recorte histórico explorados. No entanto, para que seja possível encontrar indícios da posição política da CS após o XII Congresso é indispensável analisar seus jornais.

Através da análise do jornal *Convergência Socialista* é possível acompanhar as decisões políticas internas da CS. Entre março de 1990, quando a direção do PT faz a primeira ofensiva contra a CS, até outubro de 1990, quando começa o pré-congresso da CS, pode-se identificar poucas críticas dos morenistas à direção do PT. Em algumas edições, o próprio jornal exalta declarações de Lula em duas edições. A primeira vez foi em março de 1990, na edição de número 247, quando destaca que Lula estava na porta das fábricas do ABC chamando a classe a resistir “ao pacote de recessão e arrocho”. A segunda vez foi na edição de número 258, de agosto de 1990, quando evidenciam a frase de Lula “Quem fez o estrago maior foi a empresa, na mesa do operário”.

O fim do primeiro turno e a derrota eleitoral do PT marcam a subida de tom da CS contra a direção do PT. No jornal publicado no dia 18 de outubro, número 267, a CS exalta a massificação do voto nulo e afirma que o PT não canalizou a raiva do trabalhador. Polemiza com Gushiken a respeito da questão do voto nulo, por declarar que o “trabalhador não entendeu a importância do voto”. Na mesma edição, polemizam com Lula contra suas

sinalizações contra o voto nulo no segundo turno. A campanha pelo voto nulo se torna a principal campanha política nesse período.

Em dezembro do mesmo ano, na edição número 275, afirmam que a Articulação “bloqueou as lutas para cumprir parte do “entendimento” mantido com Collor e os patrões” (p. 3). Na edição número 294, de junho de 1991, apresenta a defesa da CUT e do PT das origens, linha política que será apresentada internamente à organização no documento *Projeto de documento nacional*, em julho de 1991.

Em agosto, a primeira página do jornal substitui a frase “Construindo a CUT e o PT” por “Construindo nas lutas a CUT e o PT”, com o objetivo de desvincular a imagem da organização da burocracia da central e do partido. Pode-se notar também a redução do tamanho do símbolo do PT impresso na primeira página do jornal. Na mesma edição aproveita para denunciar novamente a Articulação. Sobre as disputas regionais a respeito do congresso da CUT, os morenistas denunciam “Articulação Sindical promove festival de ataques à democracia” (p. 9). Seguindo a mesma linha de disputa a respeito do CONCUR na edição de setembro, na edição número 307, denunciam, mais uma vez, “Calúnias e pancadaria: métodos de pelegos” (p. 5) ao se referirem à tentativa da Articulação não deixar os oradores da CS falarem no congresso.

Em 2 de novembro, na edição de número 314, denunciam a política votada pelo Diretório Nacional do PT de esperar 1994 e não defender imediatamente o “Fora Collor”, consideram que o “PT não pode sustentar Collor” (p. 6). A estratégia que até então era só divulgada internamente nos documentos da CS se tornam públicas e Joaquim Magalhães defende abertamente “Devemos desmascarar a Articulação” (p. 10). Mesmo diante da decisão do Diretório Nacional do PT, as edições 315 e 316 se dedicaram a defender abertamente o “Fora Collor” em editorial, primeira página e artigos argumentativos. Os jornais foram publicados nos dias 9 e 16 de novembro, dias antes do Primeiro Congresso do PT.

Sobre os aspectos internos da CS, o congresso acabou no dia 18 de novembro, pouco antes do congresso do PT, sendo possível saber que as resoluções derrotadas de Rob. e J.C. foram publicadas no dia 28 de novembro, 10 dias após o término do congresso. O conteúdo da resolução defendia preparar imediatamente o rompimento com o PT através da luta pela defesa de um PT Socialista, democrático e revolucionário. Além disso, já deveria ser iniciada a construção da FUR, ou seja, uma frente maior que a CS para que os morenistas não saíssem sozinhos do PT. Para concretizar a FUR, seria necessário colocar em crise as organizações consideradas cientistas, como a DS, OT, FS e TM, com o objetivo de ganhar parte de suas bases.

No dia 30 de novembro, dois dias após a publicação da resolução derrotada, a edição número 317 do jornal traz em primeira página, em letras garrafais, o título “EM DEFESA DO PT SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO”, afirmando ainda em seu editorial que a CS organizou um ato em São Paulo com essa linha política. Participaram desse ato 600 pessoas⁵³ e as correntes Socialismo Classista, DS, Movimento Socialismo Revolucionário e grupo Sociedade Diferente. Ainda nessa edição aproveitam para fazer um chamado:

UM CHAMADO ÀS TENDÊNCIAS DE ESQUERDA A constituição de um bloco de esquerda no 1º Congresso do PT é um fator decisivo para impedir a continuidade da direitização do partido rumo a um programa e ação social-democrata. Para que esse bloco possua um peso decisivo é necessário que os companheiros de todas as tendências de esquerda se integrem nesta frente. Principalmente as tendências Força Socialista, Tendência Marxista, O Trabalho e Democracia Socialista. Acima de todas as divergências que nos separam, o que se decide neste Congresso é de fundamental importância para a classe trabalhadora. Os companheiros são cientes que a política de sustentar Collor até 1994 e a burocratização interna do PT tem repercussões de longo alcance, pois esta perde uma direção efetiva para lutar. O PT pode deixar de ser uma referência para a classe trabalhadora. É importante criar uma alternativa de direção e uma política consequente. E este é o momento. (p. 8).

Ainda nessa mesma edição, José Maria critica Dirceu e afirma que ele “está a reboque da oposição burguesa” (p. 9). Além de subir novamente o tom em relação à postura adotada a partir de outubro de 1990, o jornal defende, com exceção da inclusão da palavra “democrático”, literalmente, a política apresentada pela resolução de Rob. e J.C.

O jornal seguinte, publicado no dia 6 de dezembro, número 318, tinha por objetivo fazer um balanço do primeiro congresso do PT⁵⁴. A corrente apresenta-se indignada por conta do congresso rejeitar o chamado ao “Fora Collor” e conclui que a “Articulação leva o PT à domesticação”. Outrossim, denunciam a nova resolução sobre as tendências que passa a proibir as tendências de publicar jornal, panfleto ou qualquer outro meio de comunicação voltado para orientar a atuação das tendências. Valério aproveita essa denúncia para “desmascarar o centrismo” e critica o apoio da Força Socialista e DS a esta resolução (p. 9).

Essa resolução do PT se fosse cumprida pela CS levaria à extinção o jornal *Convergência Socialista*, mas não foi isso que aconteceu. Os morenistas continuaram a editar

⁵³ No ponto da resolução supostamente derrotada, afirma, sobre o congresso do PT, que “O I Congresso do PT será um momento importante de nossa tática. O Ato nacional que o precede e nossa intervenção no Congresso serão um primeiro passo na construção da ruptura [...]” (RESOLUÇÃO..., 1991, p. 7).

⁵⁴ Ainda no ponto V da mesma resolução, “Logo depois [do Congresso], soltaremos uma edição especial do jornal com o balanço do Congresso para trabalharmos amplamente sobre a vanguarda durante 15 dias. [...] A grosso modo vemos duas hipóteses gerais para o I Congresso [...]. A primeira é que a Articulação mantenha no I Congresso a sua política original, ou seja, que prevaleça a linha da sua ala mais à direita, que banque a votação da dissolução das tendências [...]. Se prevalecer esta primeira hipótese os ritmos da ruptura se precipitam. [...] O importante para nós é termos claro, que em qualquer das duas hipóteses nossa estratégia não muda. Ou seja, implementaremos de forma ofensiva a política de Fração Pública [...]. Sendo assim, não faremos qualquer tipo de concessão na nossa política de fração pública não acatando por exemplo qualquer tipo de restrição, por menor que seja [...]” (RESOLUÇÃO..., 1991, p. 7-8).

o seu jornal e mantiveram o ataque público e duro aos principais dirigentes da Articulação. No jornal publicado no dia 7 de fevereiro de 1992, número 320, mais uma vez na primeira página é estampada com o “Fora Collor”, rejeitado pelo PT. Na edição seguinte de número 321, do dia 15 de fevereiro, é a vez de exigir que o PT e a CUT participem dos pactos propostos pelo governo federal através da palavra de ordem “CUT e PT chega de pactos”. No dia 4 de abril, no número 326, é a vez de atacar Vincentinho com sua foto estampada em uma matéria de duas das 11 páginas em uma matéria com o título “Vicentinho entra para o sindicalismo de maus resultados”, referindo-se aos acordos feitos pelo dirigente com os donos das montadoras.

Quase que em tom de surpresa, no dia 11 de abril, na edição de número 327, o jornal comunica aos seus leitores a decisão da reunião da Executiva Nacional do PT de expulsar a CS do PT. Na edição seguinte, número 328, publicada no dia 18 de abril e que tinha por objetivo ajudar a preparar a atuação do 1º de maio, Zé Maria convoca as bases petistas “Não acatar a decisão. Fazer atos classistas e de luta contra Collor” (p. 6), fazendo referência à decisão da Articulação de não defender o “Fora Collor” no ato do dia do trabalhador.

Ao contrário da postura política pública que o partido teve entre março e julho de 1990, período em que aconteceu a primeira ofensiva da Articulação para expulsar a CS, dessa vez, a CS não recuou. Durante todo esse período, a organização denunciou duramente a Articulação e aplicou a tática de fração pública. O recuo no processo de rompimento causado pela massificação da campanha de Lula em 1989 deu espaço a uma caracterização de que o PT havia deixado de conseguir se apresentar como alternativa política para os setores mais radicalizados dos trabalhadores, o que teria se materializado na grande quantidade de votos nulos. Ainda, o PT teria deixado de ser uma alternativa radical para se tornar um organismo de sustentação do regime. Segundo a interpretação da CS, esse movimento já teria sido percebido pelos setores mais radicalizados da classe trabalhadora, que teria escolhido, portanto, não votar em ninguém por considerar que o caminho do voto era limitado institucionalmente. Uma interpretação que certamente carecia de dados empíricos.

É possível apontar, pelo menos desde abril de 1991, a partir do documento *Balanço: iniciar já a construção da nova direção*, que os documentos assinados por Rob. E, posteriormente, Rob. e J.C. são da direção. Dessa forma, teriam sido assinados para burlar qualquer investigação por parte da Articulação ou algum vazamento de documentos. Isso pode ser sugerido a partir de cinco elementos identificáveis na documentação: 1) pelos critérios adotados pelo estatuto da própria organização, convocar a construção de uma nova direção implicaria na formação de uma fração, mas em nenhum momento do congresso foi

apresentada qualquer tipo de alusão à existência de alguma fração; 2) o documento de balanço de Rob. apresenta as mesmas características que os documentos de balanço dos congressos anteriores, tais como número de militantes, balanço da direção, debilidades da organização e política prioritária do próximo período; 3) toda a política defendida nesse documento seria posteriormente aplicada pela organização, podendo-se mencionar a formação de uma nova direção e a ampliação do Comitê Central; 4) o documento apócrifo *Contribuição à crítica do doc. Balanço: iniciar já a construção de uma nova direção* comete o ato falho de, por duas vezes, referir-se ao documento criticado como “doc. da DN”; 5) por último e mais importante que os elementos anteriores, a política proposta nos dois documentos de resolução supostamente derrotados no congresso também passaria a ser aplicada quase que literalmente pela CS no período subsequente, conforme se pode notar comparando as resoluções com o jornal da tendência.

Assim, sob um ponto de vista prático, a aplicação de uma interpretação da história e de uma leitura do que seria o papel futuro de uma organização revolucionária, levou os morenistas brasileiros a uma ruptura com o principal partido da esquerda brasileira nas últimas décadas do século XX. Tal rompimento, à luz da documentação investigada, não apenas diz respeito às iniciativas conjunturais, mas também à afirmação de uma identidade e de uma cultura política próprias, acentuada pelo caráter pretensamente transnacional da corrente morenista e por uma singular formação de militantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou identificar e fornecer indícios interpretativos segundo os quais a compreensão teórica de Nahuel Moreno a respeito da “inversão da lei de causalidade histórica” serviu de base para uma série de elaborações teóricas e políticas que conduziram política e programaticamente sua organização política, enfocando particularmente o caso brasileiro. A elaboração teórica formulada por Moreno serviu de base para que os morenistas concluíssem que o único elemento que faltava ao desencadear de processos revolucionários seria aquele considerado subjetivo, ou seja, a construção de um partido revolucionário de massas.

Essa percepção singular da realidade fez com que, tanto o dirigente político quanto o conjunto de sua corrente, formulassem análises, muitas delas sob uma perspectiva formalmente coletiva, em que era nítida a noção de que o tempo histórico estaria se acelerando em direção à revolução a uma catástrofe. Houve então a defesa de que uma etapa histórica nova estaria aberta a partir de 1974, identificada pelos sinais fornecidos por diferentes eventos internacionais. Nas *Teses para Atualização do Programa de Transição* (1981), a nova etapa histórica é apresentada como a possibilidade, finalmente, de uma ação revolucionária dirigida pelos partidos trotskistas, em direção a um futuro que ainda não se delineava no horizonte. A partir de tais percepções, nos documentos oficiais da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT), elaborados em seu primeiro congresso (1985), a disputa entre revolução e contrarrevolução seria a tarefa mais importante do momento. Em seus documentos oficiais, a LIT afirma que, nessa batalha, apresentaria ao mundo seu vencedor no máximo até o início do Século XXI, seria vitoriosa ou a revolução proletária mundial ou o holocausto. A “última esperança” da humanidade estaria em jogo e nas mãos dos morenistas. Uma incrível narrativa mítica com tons políticos dramáticos.

Após a morte de seu principal dirigente, em 1987, os dirigentes da LIT dobraram a aposta feita por Moreno ao analisarem os acontecimentos do leste europeu entre 1989 e 1990. Concluíram que estaria aberta em nível mundial a etapa do trotskismo, na qual revoluções operárias poderiam ser dirigidas pelos partidos trotskistas de massas por conta da existência da LIT, uma internacional trotskista ortodoxa que tinha em seu interior o “*Movimiento al Socialismo*”, partido que já havia conquistado influência de massas na Argentina. Para dar o exemplo de que suas teses sobre a conjuntura estavam corretas, concluíram que era possível tomar o poder na Argentina, onde as condições objetivas devidamente amadurecidas para

revolução encontraram no MAS isso, partido que nas eleições presidenciais de 1989 participou de uma chapa que contou com apenas 2,44% dos votos.

Embora em seu processo de balanço das *Teses de 90* o setor da LIT que se relacionava com os brasileiros reconhecesse que não era possível tomar o poder em vários países do mundo, manteve considerações irreais, como as de que seria possível tomar o poder na Argentina. Esse conjunto de ideias elaborado, principalmente, pela corrente no país vizinho influenciou categoricamente a tomada de decisão dos morenistas brasileiros em diversos momentos.

O grupo que posteriormente se organizou no Brasil em torno do nome “Liga Operária”, primeiramente, assumiu o nome de *Ponto de Partida*, ainda no Chile, quando tiveram os primeiros contatos com os debates internos da IV Internacional, na época ainda unificada, e se uniram à tendência contrária à estratégia guerrilheira defendida por Ernest Mandel. Essa tendência internacional tinha como principais partidos o *Socialist Workers Party*, norte-americano, e o PST argentino. Estreiam publicamente no Brasil, polemizando com os grupos foquistas. Porém, foi só após o golpe de Pinochet que os então fundadores da Liga Operária estreitaram seus laços com os dirigentes argentinos.

Construir uma organização no Brasil era considerada uma questão estratégica para uma organização localizada em grande parte na América Latina. Na Argentina, os brasileiros receberam atenção especial dos dirigentes do morenismo e com eles faziam reuniões periódicas para discutir a situação do Brasil e cursos de marxismo. Foi a partir da Argentina, que faziam os contatos com os brasileiros para saber como estava a situação durante a ditadura e fizeram a viagem exploratória. Nas gráficas morenistas de Buenos Aires imprimiram exemplares do programa da organização, a primeira tiragem de seu periódico *Independência Operária* e, então, vieram para o Brasil, mesmo contra a vontade de Nahuel Moreno.

Durante esse período inicial, o apoio internacional aos brasileiros se materializava em ajuda financeira, como se pode perceber a partir do documento de fim das negociações com a FURP, em 1979, e através de envio de quadros experientes, a partir de 1978. Martín Hernandez afirma que ele e outro dirigente argentino viram para o Brasil para acompanhar a jovem organização brasileira, segundo o atual dirigente da LIT, fazia parte dos planos de Moreno infiltrar centenas de brasileiros no Brasil por causa da repressão da ditadura argentina. Esse plano foi abandonado quando Moreno foi preso no Brasil em 1978 (HERNANDEZ, 2013).

A partir de 1980, após a crise de 1979, as referências à direção internacional passam a ser mais frequentes nos documentos da Convergência Socialista (CS). Primeiro, no sentido de ajudar a jovem organização a se recuperar da crise que a levou a perder quase dois terços de sua organização. Em segundo lugar, para ajustar os problemas políticos da organização. Embora a CS tenha construído dois mitos fundacionais a respeito de seu protagonismo na construção do que se tornou o Partido dos Trabalhadores (PT), o que aconteceu em 1978 com a prisão de sua direção foi o mesmo problema que aconteceu na crise de 1990/1991. A CS concluiu que, após a prisão de sua direção, a fronteira entre a organização e o movimento de massas havia desaparecido diante da falta de organização interna causada pela dispersão por conta da repressão e perseguição de sua direção.

Isso gerou na CS uma postura defensiva e, sob maior influência da direção internacional, reviu posições que antes faziam a corrente militar em questões importantes e para além de suas fileiras. A construção de um partido mais amplo, em que os morenistas seriam apenas uma tendência, defendida desde 1975, deixa de ser política prioritária da organização a partir de 1980 e, desde então, nunca mais voltou a ser. Com o fim das delimitações precisas da organização a partir da prisão de 1978, a atividade prioritária passou a ser a reconstrução dessas fronteiras. Priorizar a construção de um partido amplo era um perigo para a política de construir fronteiras rígidas no interior da CS. Assim, “desde o começo se estabeleceu uma relação tensa, em que a convergência socialista sofreu pressões diluidoras em seu novo meio de trabalho, tendo que se esforçar por delimitar seu território [...]” (KAREPOVS; LEAL, 2007, p. 173).

No congresso de 1980, em seu *Documento de Balanço*, a organização considerava correta a orientação política de não entrar nos núcleos pró-PT, “senão como tática secundária”. A publicação do jornal *Versus*, por exemplo, que tinha por objetivo a discussão de perspectivas amplas, conforme exposto no editorial publicado em outubro de 1977, passa a ser vista nos documentos congressuais de 1982 como um erro, pois a organização teria aberto mão de construir seu próprio jornal. A caracterização do congresso de 1980 de que foi correta a decisão de não priorizar a participação dos núcleos pró-PT, ganhou contornos teóricos dois anos depois. Os sindicalistas do grupo de Lula teriam deixado de ser “classistas” para passarem a ser “burocratas de esquerda”, enquanto a crise de 1979 se explicaria porque a organização teria cedido às pressões desses burocratas, assim como a dos intelectuais “socialistas”. Ou seja, por mais que em sua imprensa oficial, a antiga CS reivindicasse seu suposto protagonismo na formação do PT, internamente a construção de um partido muito

maior do que a pequena corrente foi considerada como uma fonte de pressões diluidoras do agrupamento revolucionário.

A política adotada para resistir a essas pressões foi a de nunca ter priorizado a atuação interna no PT. Apenas em 1987 é possível que essa política tenha sofrido um ajuste. Ao considerar que a pequena participação política da CS tinha levado a corrente a praticamente não atuar nas eleições de 1985 e por considerar que sua atuação estava muito despolitizada, o documento de balanço do congresso de 1987 propõe que cada regional destaque um militante para atuar no PT. Como não é possível ter acesso aos cadernos de resolução, não se soube se a proposta foi rejeitada, mas, a julgar o desempenho eleitoral da organização, em 1988, e a eleição de Valério Arcary ao Diretório Nacional do PT, em 1989, é provável que essa posição tenha sido aprovada no congresso de 1987.

A respeito da expulsão da tendência política, em 1992, dos quadros do PT, percebe-se por meio da documentação que o processo foi preparado conscientemente pelo menos desde 1984, ou seja, oito anos antes de ser consumado. No *Documento de Tática de Construção Partidária* de 1984, quando o *Alicerce da Juventude Socialista* se preparava para dar o “giro operário”, ou seja, deixar de atuar prioritariamente no movimento estudantil para atuar no movimento dos trabalhadores, em especial, nas fábricas. O documento ressalta que, assim como atuar no movimento estudantil teria sido uma tática em relação ao objetivo estratégico de dirigir a classe operária, movimentar-se no interior do PT nada mais significava do que um período de acúmulo de forças para construir um partido independente “que se apresenta não só com sua feição própria, como também negando o PT como alternativa e reivindicando a própria legalidade” (DOCUMENTO... 1984).

O rompimento só foi consumado em 1992 após o tensionamento público contra a direção majoritária do PT. Embora a justificativa pública tivesse sido a resolução de tendências do Congresso de 1991 do PT, a Resolução forjada do XII Congresso da Convergência Socialista admite que, mesmo se ela não fosse aprovada, o objetivo da CS de romper com o PT se manteria.

O conjunto de ideias que fez os morenistas brasileiros concluírem que a situação política favoreceria a construção de organizações revolucionárias teve como ponto ativo de elaboração a direção internacional. Conforme se pode identificar nos apontamentos feitos no documento de balanço de 1991, a caracterização do ascenso político no Brasil em torno das “Diretas Já” como uma “revolução democrática vitoriosa” foi uma adaptação à compreensão de Moreno de que, em 1984, teriam ocorrido diversas revoluções democráticas na América Latina. Essa adaptação da compreensão da realidade brasileira à direção internacional, a

respeito da conjuntura latino-americana, leva aos documentos da CS de 1985 a apresentarem análises pouco realistas, para dizer o mínimo, como a de que a revolução democrática vitoriosa não teria levado a nenhuma conquista para o movimento de massas.

Como os processos políticos ocorridos em 1984 haviam sido considerados uma revolução democrática vitoriosa, nos termos apresentados por Moreno, em 1981, nas *Teses para Atualização do Programa de Transição*, o movimento das “Diretas Já” foi caracterizado como uma suposta revolução de “fevereiro” – aludindo à experiência russa de 1917. Faltava, então, a revolução de “outubro” vir ao encontro da história. Em 1985, a LIT aprovou em seu primeiro congresso mundial a compreensão de que havia uma situação revolucionária em nível mundial. Nos anos seguintes, a CS conquistaria inserção sindical em bases consideradas estratégicas para a corrente, como os metalúrgicos de Minas Gerais e de São José dos Campos e os bancários do Rio de Janeiro. Em 1988, a corrente alcançou a eleição de seis vereadores e um prefeito. Dois anos depois, foi eleito um deputado federal.

As *Teses de 90*, logo consideradas como um “delírio” por parte da direção brasileira, fez com que mais uma vez fosse necessário adaptar os documentos sobre a conjuntura brasileira aos documentos internacionais. Assim como os documentos internacionais consideravam que havia uma crise revolucionária em diversos países do mundo, a direção brasileira passa a caracterizar que havia uma crise revolucionária no Brasil e que seria possível preparar a tomada do poder. Mas, as adaptações não param por aí. O PT e a CUT passam a ser entendidos como organismos de duplo poder, do mesmo tipo que os soviets, os quais possibilitaram aos Bolcheviques a tomada do poder na Rússia em outubro de 1917. Do mesmo modo, o governo de Gorbachev era considerado um governo Krenkista, da mesma forma que era compreendido o então frágil governo Collor. O entendimento de que seria possível preparar imediatamente a tomada do poder invadiu a cabeça dos dirigentes brasileiros e os levou a cometer “loucuras”, como eles mesmos afirmam no documento de balanço do Comitê Central ampliado. Uma delas foi a política de ampliação do número de sedes, a mesma adotada pelo “*Movimiento al Socialismo*”, na Argentina, no período eleitoral de 1983.

A relação entre os dirigentes brasileiros e os argentinos se dava de diversas formas, desde a presença de dirigentes argentinos nas instâncias da organização brasileira até a ajuda financeira. A relação transcendia os aspectos diretamente políticos e programáticos, bem como envolvia ainda cartas de Moreno aos delegados dos congressos. Particularmente, na carta de 1985, o dirigente argentino afirma que a CS era o orgulho de toda a LIT e compara a organização brasileira com os partidos argentino e colombiano, em cuja formação atuara

diretamente. Outrossim, envolvia a participação em cursos dos quadros na Argentina, como no caso dos cursos sobre as *Teses de 90*, além de viagens internacionais periódicas para participar dos organismos da direção da LIT, assim como viagens de Moreno ao Brasil, como as de 1978 e de 1985, consideradas determinantes para a consolidação do “giro operário”. Mas, abrangia fundamentalmente o cuidado com os quadros e o acompanhamento sistemático. No documento de balanço de 1991, o militante identificado como Waldo deixa evidente que decidiu aceitar a tarefa de atuar no gabinete de Gradella após reuniões feitas na Argentina. Posteriormente à “explosão” do Secretariado em 1991, a direção internacional abrigou Zezé e Eduardo Almeida em funções e tarefas internacionais, afastando-os do foco da crise da organização brasileira. Além de responsáveis pela elaboração teórica e política, os dirigentes argentinos serviam para os brasileiros como um importante ponto de apoio para a condução da organização no Brasil.

Os brasileiros acompanharam seus dirigentes argentinos até mesmo quando o balanço das *Teses de 90* foi apresentado dois meses após sua aprovação. Todavia, esse balanço não alterou questões substantivas em relação ao Brasil e à Argentina. Mesmo considerando que não era possível a tomada do poder em diversos lugares do mundo, o balanço das *Teses de 90* manteve a caracterização de que seria possível tomar o poder na Argentina. No Brasil, o entendimento de que seria possível preparar imediatamente a tomada do poder foi substituído pela compreensão de que, desde a “revolução democrática vitoriosa” de 1984, o Brasil viveria uma situação pré-revolucionária de “outubro”. Assim, foi substituído o imediatismo revolucionário pela perspectiva de um curto período de tempo preparar todas as condições para a tomada do poder. Na verdade, o balanço das *Teses de 90*, apresentada no documento *Primeira Avaliação das Teses Mundiais*, manteve diversos elementos apresentados nas *Teses*: a mesma compreensão a respeito da proporção da “onda revolucionária” e das “condições favoráveis de construir a LIT e ganhar influência de massas” (PRIMEIRA..., 1990, p.3). Ou seja, manteve a compreensão da situação revolucionária em nível mundial.

Em seu texto *É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros?*, Álvaro Bianchi (2012) faz diversos apontamentos metodológicos para quem se propõe a escrever a respeito da história recente desses agrupamentos. Ao dissertar sobre aspectos que devem estar presentes em um trabalho que se propõe este objetivo, ele alerta:

Embora as dimensões nacionais e internacionais da política estejam combinadas, essa combinação é desigual. Uma simples transposição dos debates internacionais para o interior de uma organização nacional tende a criar explicações frágeis a respeito de seu desenvolvimento, ignorando as mediações interpostas. As características nacionais da organização, próprias da história das classes

trabalhadoras de cada país, imprimem sua marca nessa trajetória. É por meio dessas características que a política internacional assume uma forma nacional que é preciso levar em consideração. Os áspers debates e as lutas fracionais que marcaram a existência das diversas correntes trotskistas fizeram prevalecer simplificações. Frequentemente, organizações de centenas ou milhares de militantes foram identificadas e confundidas com seus dirigentes. Expressões como mandelistas, lambertistas, pablistas, loristas, morenistas, healyistas e outros tantos neologismos tornaram-se, assim, correntes no léxico militante. Mas a simplificação própria de um debate político muitas vezes simplório não pode ser reproduzida pela pesquisa histórica. A adesão da maioria de um partido nacional às teses de uma agrupação internacional não o torna idêntico a outros que partilhem as mesmas teses. Trajetórias e culturas políticas nacionais, grupos dirigentes autóctones, formas institucionais particulares e mesmo personalidades individuais variadas não são dissolvidas no caldo ralo das discussões fracionais. (BIANCHI, 2012, p. 372).

Essas considerações parecem fundamentais para quem evita escrever uma história “oficial” ou uma história “militante”. Não cabe aqui discutir as balizas metodológicas empregadas pelo autor, mas é necessário escrever algumas considerações a respeito da organização política morenista que rompeu com o PT em 1992. A primeira consideração a respeito desses apontamentos é que o agrupamento que deu origem ao morenismo brasileiro não possuía relações com a trajetória histórica do trotskismo no país. Assim, eram pertencentes a formações políticas de distintas origens e, aparentemente, antes da organização morenista, nenhum deles construiu vínculos muito profundos com suas antigas organizações: eram todos militantes “de base”, não dirigentes.

Esses jovens militantes deram consequência programática e organizativa no exterior e trouxeram para o Brasil essas experiências, as quais envolviam uma teoria própria, um programa próprio e uma cultura política e organizativa particular, com trajetória mais ou menos consolidada, especialmente, na Argentina. Seria um erro obviamente supor que a organização brasileira era idêntica à organização argentina ou de outros países. No entanto, todo seu surgimento, desenvolvimento e os processos de tomada de decisão política eram acompanhados atentamente e influenciados pelos quadros argentinos. O único membro que havia sido da direção e que apresentou diferenças, em 1985, sobre a questão da “situação revolucionária internacional”, Enio Bucchioni, simplesmente desapareceu dos documentos internos após aquele ano. Não é o caso de discutir a existência de uma cultura democrática que possibilitasse o dissenso ou que houvesse qualquer tipo de perseguição às posições contrárias, mas o total alinhamento de posições dos brasileiros com os argentinos sugere que, no mínimo, havia pouco espaço para discordâncias com a direção internacional.

A hipótese de relacionar o rompimento da CS em 1992 com características da classe operária brasileira pode ser considerada pouco útil para os fins deste presente trabalho. Nesse caso em específico, levaria a considerar que o rompimento da CS com o PT foi resultado de

um deslocamento à esquerda de um setor da classe que não via mais o PT como alternativa. Se essa suposição fosse correta, a corrente, que assumiu a forma de um novo partido no vasto sistema partidário brasileiro, denominado de Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), apresentaria um crescimento numérico no período subsequente. Mas, sabe-se que não foi isso que aconteceu. Em censo realizado em outubro de 1993, um ano e cinco meses após a expulsão do PT, a CS tinha 1.400 membros, entre militantes e aspirantes, 600 a menos do que apresentado no documento de balanço de 1991 (HERNANDEZ, 1994). O morenismo brasileiro, dessa forma, procurou o isolamento, de modo paradoxal para uma corrente que se afirmou como internacional.

Ao fim, a crença mítica em uma última esperança revolucionária favoreceu a busca pela coesão em detrimento da ampliação de perspectivas.

REFERÊNCIAS

11 TESES Sobre Autonomia. **Cadernos da Autonomia**, n. 1, São Paulo, set. 1980.

A LOS camarada de la FURP. **V Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1979.

A PROPÓSITO de um sequestro. **Ponto de Partida**, 1972. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/04/04/a-proposito-de-um-sequestro/>. Acesso em: 12 dez. 2020.

A PROPÓSITO de um sequestro. **Esquerda Online**, São Paulo, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/04/04/a-proposito-de-um-sequestro/>. Acesso em: ago. 2020.

ACERCA da correlação de forças e da definição de situação revolucionária. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

ALDINO, ÊNIO, e CHICO considerações críticas às teses. **IX Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1985.

ALEXANDER, Robert J. **International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement**. Durham: Duke University Press, 1991.

ALVES, Sarkis (org.). **Documentos: As tendências internas do Partido dos Trabalhadores: pluralidade e democracia**. São Paulo: Perseu, 2018. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2019/07/Perseu_16.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANOTAÇÕES SOBRE O CONGRESSO - MANUSCRITO. **XI Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 16 jul. 1989.

AOS Companheiros da C.S e F.B. **V Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1979.

ARBEX, José. Direção do PT quer ‘stalinizar’ o partido. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 maio 1990.

ARCARY, Valério. Qual é a tua, Convergência? Entrevistador: Ricardo de Azevedo. **Teoria e Debate**, São Paulo, 10. ed., 25 out. 1990. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1990/04/25/qual-e-a-tua-convergencia/3/>>. Acesso em: jan. 2021.

ARCARY, Valério. Lênin, imperialismo e revoluções. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 13/14, p. 122-132, 2005. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_valerio.pdf. Acesso em: dez. 2019.

ARCARY, Valério. Introdução. In: HERNANDEZ, Martín. **O veredicto da História**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

ARCARY, Valério. Recordações sobre Nahuel Moreno nos 30 anos de sua morte. **Esquerda Online**, [S.l.], 25 jan. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/01/25/recordacoes-sobre-nahuel-moreno-nos-30-anos-de-sua-morte1/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ÀS DIREÇÕES Regionais. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

BALANÇO da CN. **V Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1979.

BALANÇO da direção. **VIII Congresso do Alicerce da Juventude Socialista**, [S.l.], 1984.

BALANÇO do Comitê Central. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

BALANÇO e orientação de atividades. **IX Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1985.

BALANÇO e orientação de atividades. **X Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1987.

BENEVIDES, Wagner Alves. **Wagner Alves Benevides (depoimento, 2006)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2006. (1h 44min). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1608.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

BERBEL, Marcia Regina; QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira, 1978-1980**. 1991. São Paulo: USP, 1991.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-364.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.

BIANCHI, Alvaro. Do Ponto de Partida à fundação da Liga Operária (1970-1974). **Blog Esquerda Online**, [S.l.], 2014. Disponível em: <https://blog.esquerdaonline.com/?tag=ponto-de-partida>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BIANCHI, Alvaro. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros? **Perseu: história, memória e política**, São Paulo, n. 8, 2012.

BUCCHIONI, Enio. Cem anos num dia: viemos de longe. **Esquerda Online**, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/07/23/cem-anos-num-dia-viemos-de-longe/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

BUCCHIONI, Ênio. Moreno ainda é atua. Será? **Esquerda Online**, [S.l.], 18 abr. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/04/18/nahuel-moreno-ainda-e-atual-sera/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CANARY, Henrique. Alguns elementos para uma visão sobre a IV etapa. **Marxismo Vivo Nova Época**, São Paulo, v. 8, p. 39-48, 2016.

CARNEIRO, Henrique. **À Convergência Socialista**. [S.l.], 1986.

CARNEIRO, Henrique. Aos militantes e ao X Congresso da Convergência Socialista. **X Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1987.

CARVALHO, Apolônio de Carvalho. “Momento de exclusão”. **Teoria & Debate**, São Paulo, 9. ed., p. 64-68, 6. jan. 1990,

CENSO – VIII Congresso – AJS. **VIII Congresso do Alicerce da Juventude Socialista**, [S.l.], 1984.

CERDEIRA, Bernardo. A herança de Moreno. **PSTU**, São Paulo, 11 mar. 2003. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/a-heranca-de-moreno-2/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

CERDEIRA, Bernardo. **Cartilha - Conselhos Populares e Administrações Municipais: Timóteo, um estudo de caso**. São Paulo: Sundermann, 2020. Disponível em: <<https://editorasundermann.com.br/cartilha>>. Acesso em: nov. 2020.

CHAGAS, Juary. **Nem classe trabalhadora nem socialismo: o PT das origens aos dias atuais**. São Paulo: Sundermann, 2014.

COMPOSIÇÃO do Comitê Central. **IX Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1985.

CONJUNTURA Resolução Política. **IX Congresso da Convergência Socialista**, São Paulo, 1985.

CONTRIBUIÇÃO à crítica do doc. “Balanço: iniciar já a construção de uma nova direção”. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

CONTRIBUINDO à discussão internacional "Em defesa do trotskismo" - pt 1 - BDI 1. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991. Mimeografado.

CONTRIBUIÇÃO polêmica contra a Resolução do Comitê Central "Devemos não acatar as Resoluções do Encontro Nacional do PT. **XI Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 16 jul. 1987.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 247, mar. 1990.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 258, ago. 1990.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 267, 18 out. 1990.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 275, 1990.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 294, 24 jun. 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 307, 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 314, 2 nov. 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 315, 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 316, 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 317, 30 nov. 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 318, 1991.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 320, 7 fev. 1992.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 321, 15 fev. 1992.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 327, 11 abr. 1992.

CONVERGÊNCIA Socialista, São Paulo, n. 328, 18 abr. 1992.

CONVERGÊNCIA Socialista (verbete). FGV, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/convergencia-socialista>>. Acesso em: jan. 2021.

CONVOCAÇÃO do XI Congresso da Convergência Socialista, [S.l.], 1989.

CONVOCATÓRIA do XII Congresso da Convergência Socialista, [S.l.], 1990.

CORRIGIR os erros para enfrentar os novos desafios na disputa pela direção do movimento de massas. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

CRÍTICA ao documento nacional/PT. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECLARAÇÃO da tendência pela defesa do partido e da legalidade. **V Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1979.

DECLARAÇÃO de Fração. **V Congresso da Convergência socialista**, [S.l.], 1979.

DECLARAÇÃO de Tendência. **VII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1981.

DECLARAÇÃO Política. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 16 out. 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-declaracaopolitica_0.pdf. Acesso: nov. 2020.

DIRCEU, José; POMAR, Wladimir. Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT. In: GENRO FILHO, Adelmo. **Contra o socialismo legalista**. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 31-58.

DOCUMENTO de balanço. **VI Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1980.

DOCUMENTO de balanço. **VIII Congresso do Alicerce da Juventude Socialista**, [S.l.], 1984b.

DOCUMENTO de tática de construção partidária. VIII Congresso do Alicerce da Juventude Socialista, [S.l.], 1984a.

DOCUMENTO nacional. **VI Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1980b.

DOCUMENTO político para a convenção nacional da convergência Socialista. **V Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1979.

ENFRENTAMENTO e ruptura: a expulsão da Convergência Socialista do PT. **PSTU**, São Paulo, 21 nov. 2009. Disponível em: < <https://www.pstu.org.br/enfrentamento-e-ruptura-a-expulsao-da-convergencia-socialista-do-pt/> >. Acesso em: nov. 2020.

EXEMPLO de informe de abertuura para a discussão das teses. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1990.

FARIA, Marcos Moutta. Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição a história do Trotskismo no Brasil: A experiência do Movimento Convergência Socialista. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 239-245, 2005a.

FARIA, Marcos de Moutta. **Partido Socialista ou Partido dos Trabalhadores? Contribuição a história do trotskismo no Brasil**: A experiência do Movimento Convergência Socialista. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005b.

FERREIRA, Jaqueline. **O Partido dos Trabalhadores e os Núcleos de Base**. 2008. 163f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2008.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GABRIEL, Ruan de Souza. 'O Muro de Berlim caiu em cima de mim', diz biógrafo de Karl Marx. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-muro-de-berlim-caiu-em-cima-de-mim-diz-biografo-de-karl-marx-24767397>. Acesso em: dez. 2020.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GRADELLA, Ernesto. Um exemplo de parlamentar revolucionário (Entrevista com Ernesto Gradella). **PSTU**, São Paulo, 19 ago. 2009. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/um-exemplo-de-parlamentar-revolucionario/>>. Acesso em: nov. 2020.

GUSHIKEN, Luiz. “As brumas de Moscou”. **Folha de S. Paulo**, 25 maio 1995.

HARTOG, François. Experiências do tempo: da história universal à história global? **História, Histórias**, Brasília, v. 1, n. 1, 2013.

HARTOG, François. Entrevista: François Hartog. Entrevistador: M. Romero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882015000200281>. Acesso em: 20 dez. 2020.

HERNANDEZ, Martín. Depoimento do argentino, Martín Hernandez, 77ª Caravana da Anistia. **PSTU**, [S.l.], 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9-25cgMy-2I>. Acesso em: jan. 2021.

HENANDÉZ; Martín; BORGES, Iraci. Arquivo Leon Trotsky: recuperando a história revolucionária. Tradução de Antonio C Moraes. **PSTU**, São Paulo, 15 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/arquivo-leon-trotsky-recuperando-a-historia-revolucionaria/>>. Acesso em: nov. 2020.

HOBBSAWM, Eric. **Adeus a tudo aquilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KAREPOVS; Daenis; LEAL, Murilo. Os trotiskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO; Daniel. **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. v. 6.

KECK, Margareth E. A estruturação do PT: legislação eleitoral e organização partidária. In: KECK, Margareth E. **PT – A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 127-175. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/khwkr/pdf/keck-9788579820298-05.pdf>>. Acesso em: ago. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 207-223.

LIMA, Ricardo Rodrigues Alves de. A tendência renovadora do PCB: atuação e programa político (1970-1983). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 27., Natal, 2013. **Anais...** Natal, RN: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364932933_ARQUIVO_RicardoRALimaAtendenciarenovadoradoPCB.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

LISZT, Gabriela. Nahuel Moreno (1924-1987). **Esquerda Diário**, São Paulo, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Nahuel-Moreno-1924-1987?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=Newsletter>. Acesso em: ago. 2020.

LOHN, Reinaldo Rodolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da historiografia**, Ouro Preto, MG, n. 24, p. 97-113, ago. 2017.

MACEDO, Edmar Almeida de. **Os trotskistas entre discursos e controvérsias**: tradição, composição social e alinhamento internacional. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MARIANO, Andreyson Silva Mariano. **A luta pelo reconhecimento de um grupo outsider do marxismo: a convergência socialista da repressão militar à expulsão do PT (1978-1992)**. 2019. 214f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MARQUES, Welson Ribeiro. A relação contemporânea com o tempo e a sua percepção na história. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, MG, v. 15, n. 1, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDICI, Ademir. Memória em série: o Arquivo Público. **Diário do Grande ABC**, São Bernardo do Campo, SP, 12 set. 2019. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/407630.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

MEMÓRIA: Congresso de metalúrgicos aprova construção de partido de trabalhadores. **ABC: Sindicatos dos Metalúrgicos**, São Bernardo do Campo, 24 jan. 2012. Disponível em: <https://smabc.org.br/memoria-congresso-de-metalurgicos-aprova-construcao-de-partido-de-trabalhadores/>. Acesso em: set, 2020.

MENECHELLO, PT: **a formação de um partido: 1972-1982**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. **O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.

MOREIRA, Francisco. 31 anos de seu falecimento: Nahuel Moreno e a construção de partidos revolucionários. **CST-PSOL**, Rio de Janeiro, 25 jan. 2018. Disponível em: <http://cstpsol.com/home/index.php/2018/01/25/31-anos-de-seu-falecimento-nahuel-moreno-e-a-construcao-de-partidos-revolucionarios/>. Acesso em: nov. 2020.

MORENO, Nahuel. Aos delegados presentes ao Congresso da CS. **VII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1982.

MORENO, Nahuel. Saudação ao Congresso. **IX Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1985.

MORENO, Nahuel. **Teses para a Atualização do Programa de Transição**. São Paulo: CS Editora, 1992.

NAHUEL, Moreno. **O partido e a Revolução**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

OLIVEIRA, Tiago de. **Reorganização do movimento trotskista no Brasil – a formação da Organização Socialista Internacionalista (1968-1976)**. Um capítulo da IV Internacional no Brasil. Uma contribuição à história do trotskismo no Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

ORIENTAÇÃO para o estudo e a discussão das teses mundiais e sua primeira crítica. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1990.

PALTI, Elías José. **Verdades y saberes del marxismo: reacciones de una tradición política ante su “crisis”**. Buenos Aires: Fonde de Cultura Económica, 2010.

PIMENTA, João Paulo. História do presentismo, história presentista? A propósito de Regimes de historicidade, de François Hartog. **Revista de História**, São Paulo, n. 172, jan./jun. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PROJETO de resolução sobre a regulamentação do congresso. **XI Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1989.

PROPOSTA de organização do congresso. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1989.

PROPOSTA de resolução “construir já a ruptura com o PT”. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

REGULAMENTAÇÃO do XII congresso. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1990.

REIS, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RESOLUÇÃO de adesão à LIT (QI). **VII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1982.

RESOLUÇÃO Internacional. **VIII Congresso do Alicerce da Juventude Socialista**, [S.l.], 1984.

RESOLUÇÃO política sobre “ruptura com o PT, atividades e construção. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

RESOLUÇÃO política sobre ruptura, atividades e construção – construir a ruptura. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

RESOLUÇÃO sobre o adiamento da data de realização do Congresso. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

RESOLUÇÕES. **IX Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1985.

RESOLUÇÕES sobre Tendências. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 1987. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-resolucaosobretenencias.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

RICCOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ROB. Balanço: iniciar já a construção de uma nova direção. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1990.

ROB. A construção da direção revolucionária e o Partido dos Trabalhadores - PT. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 18 nov. 1991.

RODRIGUES, Leôncio M. A formação da CUT. In: RODRIGUES, Leôncio M. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 1-26. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243-03.pdf>>. Acesso em: ago. 2020.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio, Entre Raízes e Radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SAGRA, Alícia. **História das internacionais socialistas**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

SANTOS, Gevanilda. In: IANNI, Otávio. **O Negro e o socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

SER um partido de massa é a proposta do PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1980.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das Tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)**. 2. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVA, Antonio Ozai da. As origens e ideologia do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). **Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 1, n. 3, 2001.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Ser um partido de massa é a proposta do PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1980.

SILVA, Luiz Inácio Lula. Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 1981. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-discursodelula1convecao.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

SIMÕES, Júlio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

SKROMOV, Paulo de Mattos. **Paulo de Mattos Skromov (depoimento, 2006)**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. (2h 29min). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1607.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

SOBRE a “Fração CS”. **VII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1982.

SOBRE o documento nacional. **XII Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1991.

TESES para a atuação do PT. **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 1984. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-tesesparaatuacaadopt.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**: o que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

UM primeiro balanço do congresso de nosso partido. **V Congresso da Convergência Socialista**, [S.l.], 1979.